

TATIANA GOMES MARTINS

**FLORESTAN FERNANDES E GUERREIRO RAMOS:
para além de um debate**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor em Sociologia. Área de Concentração: Teoria Sociológica e Pensamento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

CAMPINAS

2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Martins, Tatiana Gomes
**M366f Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um
debate / Tatiana Gomes Martins. - Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

Orientador: Elide Rugai Bastos.
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Ramos, Guerreiro,
1915-1982. 3. Sociologia – Brasil. 4. Mudança social. I. Bastos,
Elide Rugai. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(cn/ifch)

Título em inglês: Florestan Fernandes and Guerreiro Ramos: beyond a debate

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Sociology - Brazil
Social change**

Área de Concentração: Teoria Sociológica e Pensamento Social

Titulação: Doutor em Sociologia

**Banca examinadora: Elide Rugai Bastos, Fernando Antonio Lourenço,
Rubem Murilo Leão Rêgo, André Pereira Botelho,
Priscila Nucci**

Data da defesa: 06-10-2008

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

TATIANA GOMES MARTINS

"FLORESTAN FERNANDES E GUERREIRO RAMOS: PARA ALÉM DE UM DEBATE"

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Profa. Dra. Elide Rugai Bastos.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 06/10/2008

BANCA

Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Prof. Dr. André Pereira Botelho

Profa. Dra. Priscila Nucci

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

SUPLENTES:

Profa. Dra. Simone Meucci

Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade

Prof. Dr. Marcelo Ridente

OUTUBRO / 2008

200825707

*a Gustavo, por
todos os dias e à Anita, pela felicidade de uma espera*

AGRADECIMENTOS

Ao contrário do que geralmente se pensa, acredito que a elaboração de uma Tese não é um trabalho solitário, pois sempre tenho em vista a rede de suporte sem a qual não seria possível realizá-la. Por isso, voltando os olhos para esse apoio com o qual pude ter o privilégio de contar, começo pela participação fundamental de minha família. Agradeço em especial a minha mãe, Helena, a minha avó, Rosária, aos meus irmãos Eliana e Fernando e ao meu marido, Gustavo pela presença marcante em minha formação pessoal e profissional. Além de proporcionarem porto seguro para todas as idas e vindas desse processo, permitiram também que outras pessoas muito queridas passassem a fazer parte dessa rede às quais desejo toda minha gratidão. Dentre eles, agradeço em particular os diálogos constantes com Marcos, Kátia e Vítor e os momentos de convívio familiar com Fábio, Paola, Marcelo, Josiane, Machado, Célia, Isabela. Aos pequenos Ariadne, Heitor, Lara, Laís e Glauco, sou grata por todo o carinho.

Entre os amigos e companheiros dessa jornada manifesto minha gratidão à Adriana Melzer e Elaine Carraro por compartilharem as angústias que assombram a escritura de uma Tese e à leitura atenciosa de Priscila Nucci. Agradeço também à Helka, Vítor e Célia por atenderem generosamente ao pedido de ajuda para o resumo e para a revisão da Tese. Além deles, destaco a dedicação das funcionárias Chistina, Beti e Cecília.

Nesse percurso, não posso deixar de reconhecer e agradecer os quase dez anos de orientação exercida pela prof. Dra. Elide Rugai Bastos, que foi exemplo de dedicação, seriedade e sensibilidade. Agradeço também à banca examinadora pelo aceite do convite diante das dificuldades.

Agradeço à FAPESP pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa consistiu em identificar o debate político entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos expresso nas interpretações sociológicas realizadas pelos autores entre meados da década de 1950 e inícios dos anos 1960. Para isso, teve como ponto de partida os textos que tratavam diretamente de três temas específicos: *papel da sociologia*, *desenvolvimento* e *projeto de desenvolvimento*. Procurou-se, então, apreender a relação desses temas, presentes no corpo da obra dos autores naquele período, com as respectivas propostas de construção da Sociologia Brasileira e de interpretação do Brasil. Trata-se de um recorte a partir do qual tais temas apareceram como partes “suficientemente autônomas”, ou seja, com uma *significação* própria na obra desses autores. Não obstante, a interpretação procurou ir além dos trabalhos dos autores buscando dois instrumentais analíticos complementares para aquele objetivo central.

De um lado, a pesquisa se inclinou a identificar a presença dos temas, *papel intelectual*, *desenvolvimento nacional* e *projeto nacional de desenvolvimento* em outros autores procurando construir um contexto léxico. Isso permitiu, para fins desse trabalho, compreender o sentido da argumentação de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos frente ao debate estabelecido sobre esses temas. Em outras palavras, tratou-se, aqui de estabelecer as devidas distinções entre as terminologias e formulações que compunham o conjunto de respostas teóricas às questões colocadas pela sociedade brasileira naqueles anos. Por outro lado, como forma de destacar o caráter político dessas interpretações a análise procurou identificar os projetos políticos de transformação social que estavam por trás das mesmas e localizá-los frente às alternativas do cenário político e social.

Palavras-chave: Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Sociologia-Brasil, Mudança Social

ABSTRACT

The main objective of this thesis was to identify the political debate between Florestan Fernandes and Guerreiro Ramos expressed in sociological interpretations made by the authors from the mid-1950 to the early 1960. Thus, it had as a starting point the texts approaching directly to three specific topics: the role of sociology, development and project of development. It was looked, then, to apprehend the relation of these subjects in the works of the two authors for that period, with their proposals for construction of the Brazilian Sociology and the interpretation of Brazil. It is a cut from which such issues appeared as "sufficiently autonomous" ones, with their own meaning in the works of these authors. However, the interpretation tried to go beyond the authors efforts searching for two additional analytical instruments to that central purpose.

First, the research intended to identify the presence of this discussions, intellectual's function, national development and national development project in other authors trying to build a lexicon context. This allowed us, for the purposes of this work, to understand the direction of the arguments of Florestan Fernandes and Guerreiro Ramos in the face of debate that follow these themes. In other words, it was so established the necessary distinctions between the terminologies and formulations that made up the set of theoretical answers to the questions that the Brazilian society placed in those years. Moreover, as a way to highlight the political character of these interpretations, the analysis sought to identify the political projects for social transformation that were behind them and locate them in front of the alternatives of the political and social scene.

Key Words: Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Sociology-Brazil, Social Change

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - SOCIOLOGIA E SOCIEDADE.....	9
CAPÍTULO II -O DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	69
CAPÍTULO III - BRASIL: UM PAÍS DO FUTURO.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201

INTRODUÇÃO

Um dos pilares desta pesquisa, que pretendeu compreender o sentido político e sociológico do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos sobre os parâmetros de construção da Sociologia no Brasil, é a idéia de *crise*. Em primeiro lugar, porque essa idéia permitiu caracterizar o momento em que esse debate se realizou. Nesse sentido, a discussão teórica na qual os autores se envolveram mostrou-se parte constitutiva da crise de consolidação da sociedade capitalista brasileira. Em segundo lugar, seguindo a leitura de Lukács (1965a), pôde-se compreender o contexto de crise como um momento específico de articulação das tensões sociais e que permitiu compreender mais claramente a posição tomada pelo sujeito, no caso o escritor, frente às tensões sociais¹. Com isso, abriu-se a possibilidade de estabelecer os vínculos entre o método e a posição político-social do autor colocando-se a totalidade social como um referencial. Ao mesmo tempo, por meio desse ponto de vista, as idéias puderam ser tomadas como forças sociais na medida em que se tornaram representantes dos projetos político-sociais em disputa no cenário social². Finalmente, a noção de crise da sociedade brasileira pôde ser reconhecida como tese fundamental da argumentação dos autores tornando-se ponto comum, mesmo sob perspectivas e estratégias analíticas diferentes.

¹ Nesse caso, a pesquisa teve de enfrentar os problemas da configuração particular das classes sociais no contexto dos anos 1950 e início da década de 1960 e do posicionamento político dos intelectuais.

² Seguindo essa orientação, o trabalho também procurou escapar do enfoque nos aspectos biográficos e nas relações político-institucionais como fatores explicativos do debate. O recurso para a análise do sentido político e sociológico do mesmo esteve pautado na relação entre as idéias e os projetos de desenvolvimento que representavam as disputas políticas do Brasil entre os anos de 1954 e 1964. Trata-se da compreensão das propostas dos autores como enfrentamento da questão nacional brasileira daqueles anos (MARTINS, 2006).

De maneira geral, podem-se identificar vários fatores que contribuíram para a percepção dos dez anos que transcorreram entre o trágico desfecho do governo Vargas e o Golpe Militar de 1964 como um momento de crise estrutural da sociedade brasileira. A crise que culminou no suicídio do presidente da República é um ponto fundamental a partir do qual se verifica a tensão vivenciada na esfera política. Coloca-se ali, mais claramente, a luta política entre os setores de orientação conservadora, preocupados com a manutenção das relações de poder que privilegiavam os interesses agrário-exportadores, e aqueles de tendência progressista, vinculados aos interesses das novas forças sociais de caráter urbano-industrial. Assim, a crise política da primeira metade dos anos 1950, não se torna apenas um fato isolado, mas configura-se como expressão de um quadro conflituoso que se estende por todo o período, imprimindo as tensões que envolvem os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Episódios que refletem as dificuldades com a posse e a manutenção no governo e tentativas de controlar as pressões político-sociais tornaram-se característicos do período de crise política cujo desfecho se concretizou na instauração de uma Ditadura Militar como marca do êxito dos setores conservadores.

No plano da economia, a idéia de crise estrutural passa pelas transformações profundas que ocasionaram a transição de uma estrutura agrário-exportadora para uma estrutura de produção capitalista. Intensificado a partir dos anos 1930, o processo de consolidação do capitalismo brasileiro adquire, um novo patamar nos anos 1950, passando a superar a importância da agricultura na economia do país. Deste lado, colocam-se os índices que exprimem o salto quantitativo da economia brasileira e as características que demonstram a diversificação e a diferenciação do mercado brasileiro e que marcaram fortemente o período desenvolvimentista. Por outro lado, além do quadro de crise do setor agrário e de fortalecimento da industrialização, aparece no horizonte uma nova forma de crise gerada pelo adensamento de problemas referentes às formas de financiamento do desenvolvimento econômico. Além disso, a essas duas

dimensões que permitem construir um quadro de crise na esfera econômica somam-se as transformações de ordem social que estão atreladas à consolidação e fortalecimento de uma sociedade capitalista e que colocam em cena novos agentes. No rol de elementos que imprimem feição de mudança de caráter estrutural está incluída a formação, ainda que de forma incipiente, das classes sociais de forma a tornar evidente o problema do papel do empresariado, do proletariado e das classes médias numa sociedade ainda em processo de transformação. As novas formas de sociabilidade que daí emergem revelam também, uma nova ambiência sócio-cultural a partir da qual o processo de urbanização torna-se ponto de valorização de um novo estilo de vida. Dessa forma, contribuem para a consolidação desse novo padrão baseado em relações sociais capitalistas e cosmopolitas os processos de migração campo/cidade e de incorporação crescente de novos hábitos de consumo e de cultura.

Nessas dimensões, política, econômica, social e cultural, está colocada, no pensamento de cunho progressista, a idéia de transição de uma situação considerada atrasada para outra que lhe parecia superior. Tomadas enquanto passagem do autoritarismo para a democracia, das bases agrárias para as capitalistas, da sociedade tradicional para a moderna ou do atraso para o progresso, as noções de crise que daí resultam compõem o quadro dos dilemas enfrentados pela sociedade brasileira em meados do século XX. De maneira específica, pode-se dizer que esses problemas de transição que caracterizam um quadro de crise forjam uma série de temas e questões que procuram representar ou dar sentido a essa nova realidade. No âmbito das ciências sociais dos anos 1950 e da primeira metade da década seguinte dá-se um movimento de efervescência dessas questões no qual se pode observar a *circulação de idéias* como as de *mudança social*, *atraso/moderno*, *dualismo*, *desenvolvimento social*, *subdesenvolvimento*, *planejamento social*, *secularização*, *racionalização*, *técnica social*, *reforma social*, *crise social*, *revolução social*, *imperialismo*, *nação*, *nacionalismo*, *alienação*, *transplantação*, *consciência científica*.

Desse cenário, emerge um debate particular sobre o papel das ciências sociais, em especial da Sociologia, que encontrou nas figuras de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos expressão emblemática no limiar dos anos 1960. A repercussão desse debate entre os intérpretes do pensamento social brasileiro é reveladora de sua importância no processo de formação da Sociologia Brasileira, permitindo sua visualização enquanto problema particular no rol de pesquisas nessa área. Apesar dessa característica que atribui certa autonomia ao debate e às diferentes propostas dos autores em questão sobre a natureza da constituição de uma Sociologia Brasileira, este trabalho partiu de um recorte que procurou compreender o sentido desse debate numa escala mais ampla. Centrou-se em discussões que envolvem não apenas sua especificidade, mas a forma de inserção nas discussões sobre os problemas e as expectativas da sociedade brasileira em seu processo de modernização. Por isso, além da atenção aos fundamentos de uma Sociologia Brasileira e de seu papel nessa realidade, o trabalho procurou estabelecer as relações entre essa problemática e aquelas que envolvem problemas centrais que emergiram na sociedade brasileira do período, ou seja, as questões do *desenvolvimento* e do *projeto de desenvolvimento* brasileiros.

Se, no primeiro caso, o que esteve em questão foi a maneira pela qual Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos procuraram, por meio de propostas metodológicas, estabelecer as bases da sociologia brasileira, nos dois últimos entraram em jogo as interpretações que permitiram analisar os critérios de definição do desenvolvimento brasileiro e padrões de desenvolvimento adotados e almejados por cada autor. O elo entre as três temáticas se baseou em um pressuposto comum e fundamental a ambos os autores: a idéia de que a interpretação dos problemas e das potencialidades existentes na realidade social estudada e a definição das metas a serem alcançadas correspondiam a uma necessidade social à qual a Sociologia e o Sociólogo deveriam responder. Essa construção é atravessada, de maneira geral, pela idéia de crise que, como já foi dito, paira sobre as interpretações que procuram dar conta do processo de

transformação da realidade social brasileira no período. A partir desse recorte foi possível reconhecer a maneira pela qual se estabelecem as distinções entre os autores nessas três dimensões. Dessa forma, pôde-se perceber que os diferentes critérios de definição da formação, autonomização e legitimação da Sociologia resultaram em concepções distintas do alcance e dos limites da intervenção da ciência na sociedade proposta por ambos os autores, o que também inclui formas diferentes de percepção de um estado de crise nas ciências sociais do período. No segundo plano, aquele que colocava em evidência o diagnóstico da realidade brasileira, entraram em jogo mais especificamente os pressupostos metodológicos que fundamentaram as interpretações. Com isso, foram constatadas diversas formas de percepção do processo de crise estrutural que procuraram destacar determinados aspectos desse quadro. Finalmente, as duas dimensões anteriores exerceram influência marcante na identificação dos projetos políticos que estavam por trás das propostas metodológicas e analíticas dos autores já que constituíam os pressupostos que balizaram a formulação de propostas para a crise diagnosticada.

Contudo, tendo em vista o foco nos sentidos político e sociológico dessas formulações, aquela primeira aproximação que percorreu as trilhas argumentativas dos autores dando ênfase à lógica interna das interpretações, não se mostrou suficiente. De um lado, retomando a importância da idéia de crise destacada anteriormente, colocaram-se as possibilidades de interpretação das propostas de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos em relação ao quadro de crise do qual emergiam e, com isso, de reconhecer os liames entre a produção dos autores e o *contexto social e político* no qual estavam inseridos. Essa abordagem permitiu não somente estabelecer os paralelos entre os dilemas da sociedade capitalista brasileira e os problemas tratados de forma particular pelos autores mas, também, reconhecer o projeto político e social que as formulações representavam.

Ao lado desse exame do sentido político das proposições dos autores, figurou também como referencial de análise o plano geral das discussões e das

expectativas de outros autores que compartilhavam da mesma ambiência intelectual, constituindo determinado quadro de *circulação de idéias*. Trata-se, nesse caso, do reconhecimento de temas comuns aos intelectuais que procuravam dar conta dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções. Por isso, outro aspecto fundamental para a ampliação da análise sobre o sentido do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos foi a construção, nas palavras de Skinner (1996; 2000), de um contexto intelectual e de um vocabulário político que permitisse associá-los à problemática de seu tempo. Tomou-se, então, como pressupostos, além da idéia de crise: a compreensão das proposições de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos em função de teses que circulavam em torno da problemática da consolidação da Sociologia no Brasil; o estabelecimento da relação entre seus pressupostos sociológicos e as problemáticas relacionadas ao desenvolvimento brasileiro, entendidas como fundamentais para o contexto político do período. Foi a partir daí que se procurou caracterizar diferentes formas de abordagem de problemas comuns a uma época.

Tendo em vista tais pressupostos, o trabalho partiu de uma exploração aprofundada dos principais trabalhos de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos que tratavam diretamente das questões sobre os três temas principais da pesquisa, ou seja, *papel da sociologia, desenvolvimento e projeto de desenvolvimento*³. Como as idéias de construção de uma ciência sociológica e de contribuição da Sociologia na organização da sociedade são essenciais em ambos os autores, procurou-se centralizar a pesquisa em trabalhos que buscavam representar sistematicamente tais perspectivas, sobretudo no que diziam respeito à preocupação com o ponto de vista e o vocabulário sociológicos. Com isso, a pesquisa permitiu conhecer as teses fundamentais dos dois autores sobre aqueles temas. Como a expectativa da análise compreendia o estabelecimento da relação desses trabalhos com os problemas colocados pela realidade social brasileira do período, a pesquisa buscou levantar e reconstruir os principais acontecimentos que imprimiram importância central na caracterização das

³ Nesse sentido, o trabalho procurou tomar esses temas como partes *suficientemente autônomas* na obra dos autores do período (GOLDMANN, 1979)

tensões do processo de consolidação do capitalismo brasileiro de meados dos anos 1950 à primeira metade da década de 1960. Essa construção foi fundamental para firmar os laços entre a problemática tratada pelos autores do ponto de vista sociológico e a totalidade social. A partir daí, procurou-se identificar, entre outros autores do pensamento progressista brasileiros, que tratavam, ainda que distintamente e utilizando de vocabulário similar, das mesmas problemáticas levantadas por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos e que também acompanhavam as principais transformações da sociedade brasileira. Nesse caso, o conjunto dos temas analisados foi ampliado de forma a garantir maior cobertura dos problemas abordados e seus desdobramentos. Como essas duas dimensões baseadas na reconstrução de um contexto político-social e de um contexto léxico são fatores explicativos fundamentais para esta pesquisa, o leitor pode sentir, em alguns momentos, certa ausência de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos no decorrer da argumentação. Esse recurso foi de suma importância para ampliar a discussão em torno da dimensão política e dos temas, sem, contudo, perder o foco na interpretação do debate entre os autores centrais da pesquisa.

No primeiro capítulo, o objetivo principal foi o de mostrar como a discussão sobre o caráter e papel da Sociologia, marca do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, é parte de um processo de busca de legitimidade para a participação, direta ou indireta, dos intelectuais na vida pública que ganha amplitude no Brasil já desde a década de 1920. Desse modo, pôde-se estabelecer as relações entre o pensamento e as tensões inerentes ao processo de modernização brasileiro principalmente no que elas permitiram associar a idéia de protagonismo intelectual com a de *Intervenção do Estado*. Esse capítulo abriu as portas para os seguintes, já que constitui fonte de justificativa para a formulação de um diagnóstico e de um projeto para o Brasil de meados do século XX. No segundo capítulo foram analisados temas como *mudança social, desenvolvimento, revolução social, reforma social, crise*. Aqui, buscou-se demonstrar como se deu a inserção da Sociologia nos debates sobre o

desenvolvimento brasileiro que eram fortemente marcados pelas reflexões nas áreas da Economia e da Política Institucional. A partir daí foram destacados os trabalhos interpretativos de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, bem como de outros autores contemporâneos, que procuraram se debruçar sobre temas caros à sociedade brasileira do período que antecede ao Golpe Militar de 1964 com o intuito de revelar os problemas e as possibilidades de transformação social. Finalmente, no terceiro capítulo, a identificação dessas tensões é a base para a compreensão da composição das *forças sociais* e seus respectivos projetos em disputa durante todo o processo. É por intermédio dela que se pôde situar as propostas de Florestan Fernandes e de Guerreiro Ramos enquanto *projetos de desenvolvimento* para a sociedade brasileira, ou seja, uma perspectiva além da mera realização de um diagnóstico do desenvolvimento brasileiro, tal como destacado no Capítulo II. Essa foi a dimensão política que se procurou reconhecer e analisar a partir de suas propostas e que também contou com o levantamento das teses de outros autores pertencentes à mesma ambiência intelectual.

CAPÍTULO I

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

Construção de identidades e projetos

Dentre as várias abordagens que dão forma à temática da função social e política dos intelectuais, duas adquirem considerável fertilidade analítica neste trabalho. De um lado, coloca-se um movimento de auto-análise a partir dos quais os intelectuais se interrogam sobre a sua própria condição tornando-se tema de suas argumentações e pesquisas. De outro, esse questionamento é resultado de um processo histórico no qual os momentos de *crise social* se mostram paradigmáticos. Em contrapartida a uma polarização extremada das duas abordagens – uma considerando determinada lógica de desenvolvimento imanente ao plano das idéias e, outra, tomando as idéias como mero reflexo da vida social – o que se percebe é uma determinação recíproca entre as duas dimensões a partir da qual se constroem contextos e debates que expressam em última instância as vicissitudes das relações entre conhecimento e vida social, ou mais especificamente entre cultura e política. Ao mesmo tempo, pode-se identificar nos momentos de *crise social* um quadro particular no qual essas relações se estreitam. Colocando-se enquanto necessidade social, o questionamento sobre a função ou o papel que deveriam desempenhar os intelectuais adquire força e sistematização⁴.

Apesar de algumas diferenças na interpretação desses momentos nos quais a questão da função social do intelectual é posta em debate, os analistas, em geral, concordam na identificação desses contextos. Deixando de lado a discussão acerca da constituição histórica dos intelectuais enquanto categoria

⁴ A definição dos momentos de crise como paradigmáticos, por sua vez, podem ser encontrados em Bastos e Leão Rêgo (1999) e em Bobbio (1997).

social e também aquela sobre a definição e uso do termo - que passam comumente pela análise do caso Dreyfus e do papel da *intelligentsia* russa na virada e no início do século XX, quando não remontam os pensadores da antiguidade, da Igreja, da Renascença e do Iluminismo⁵ - os anos 1920, são comumente reconhecidos como um ponto eruptivo e paradigmático no que diz respeito especificamente à questão do papel dos intelectuais. Essa identificação pode ser notada tanto nas interpretações de alguns analistas dessa problemática, quanto nos debates que se colocam nas décadas posteriores⁶. Na Europa, esses anos se caracterizam por fatos que marcaram o que Hobsbawm (2005) caracteriza como indícios de um quadro de colapso dos pilares que garantiram o sucesso da Civilização Ocidental do século XIX⁷. Nesse sentido, os reflexos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa somados à crise econômica mundial do final da década de 1930 são o início de uma *Era de Catástrofe* que se estendeu até as conseqüências da Segunda Guerra Mundial. No plano das idéias, além da intensificação da temática do *papel do intelectual*, esses fatos se relacionam diretamente aos questionamentos acerca do *Liberalismo*, do *Nacionalismo*, do *Totalitarismo* e da *Democracia*.

São temas que, caracterizando tipicamente o clima do entre Guerras, compõem as formulações dos principais teóricos da questão do papel do

⁵ Segundo Bobbio, o problema intelectual é antigo, o uso do termo que é recente remontando à Rússia pré-revolucionária, à Kautsky, e ao caso Dreyfus (BOBBIO, 1997). São França e Rússia os países destacados também por Jacoby na constituição da categoria do ponto de vista da integração e da autoconsciência (JACOBY, 2001). Sartre, por sua vez, procura mostrar como a palavra nasce com sentido pejorativo (SARTE, 1994)

⁶ O livro *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso* (BASTOS & LEÃO REGO, 1999), composto de textos de vários autores, oferece um panorama dos diferentes momentos desses debates. Além dos textos de Sartre e Bobbio presentes no mesmo, vale ressaltar os livros *Em defesa dos intelectuais* (SARTRE, 1994) e *Os intelectuais e o poder* (BOBBIO, 1997) que retomam problematizam as questões levantadas nos anos 20 e 30 para compor o debate dos anos 50 e 60 - no caso do livro de Bobbio, a questão se desdobra até os anos 90.

⁷ “Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de uma classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; profundamente convencida da centralidade da Europa berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações *incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial” (HOBSBAWM, 2005)

intelectual, tais como Benda, na França, Mannheim, na Alemanha, e Gramsci, na Itália. No caso de Benda, a recusa de uma visão pragmática do intelectual é patente. Ela se fundamenta no posicionamento antagônico do autor em relação à adesão de intelectuais à causa do nacionalismo que corresponde, em suas palavras, à introdução das “paixões” na atividade intelectual. A defesa da neutralidade dos intelectuais se fundamenta, nesse caso, no argumento de uma *verdade universal* que deveria estar acima de causas particulares, o que o levou a definir aquela adesão como “traição dos clérigos” em 1927 (BENDA, 1999). No mesmo período, a associação entre prática política e atividade intelectual também é combatida por Mannheim em 1929 (MANNHEIM, 1986). Sem deixar de reconhecer o caráter político da produção intelectual, argumenta que a relação entre ciência e política deveria se estabelecer fora do embate entre as classes e os partidos estando acima dos conflitos político-sociais e constituindo uma área de atuação específica da *intelligentsia*. A esse estrato social (intersticial e relativamente autônomo), Mannheim confere uma função de desvendamento da estrutura social e política capaz, no seu entendimento, de fundamentar uma escolha política voltada para a sociedade como um todo, mesmo estando essa última dimensão fora de seu domínio. Essa definição do alcance e os limites da função política dos intelectuais exprime uma proposta de caráter conciliador e pouco permeável às ingerências das tensões nos planos social e político. Em direção oposta, Gramsci distingue duas categorias: os “intelectuais tradicionais” cuja identidade é baseada numa idéia de autonomia e independência em relação ao grupo social dominante; e os “intelectuais orgânicos” que seriam aqueles que emergem do seio de uma classe social, adquirindo uma missão específica diretamente relacionada a essa classe: a de homogeneizá-la e conscientizá-la de sua função (GRAMSCI, 1991). Dessa forma, abre espaço para uma politização da figura do intelectual na sociedade contemporânea. Sua proposta consiste na formação de um novo tipo de intelectual gerado da conjunção do trabalho industrial (técnico) com uma “concepção humanista histórica” que permitisse ao “intelectual orgânico” das classes trabalhadoras contribuir para a constituição de

uma sociedade democrática.

Esses posicionamentos sobre a definição do papel dos intelectuais referem-se, direta ou indiretamente, aos temas centrais do discurso do entre guerras. Mais especificamente, pode-se dizer que a definição de Benda se coloca a partir do nacionalismo francês, a de Mannheim e de Gramsci procuram apresentar alternativas diante da ascensão do Nazismo e do Fascismo em seus respectivos países. Se, nesse contexto, é lugar comum a discussão sobre a crise do Liberalismo, ela, contudo, revela os diferentes diagnósticos e propostas de solução do momento de crise e esses, por sua vez, nutrem, como se pôde notar, as teses sobre a relação entre produção intelectual e sociedade.

Os anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial também se caracterizam pela intensificação da problemática da função intelectual. A Guerra trouxe à tona, novamente, reflexões sobre o sentido da *democracia*, da *liberdade* e do *humanismo* que, como levantou Hobsbawm (2005), é parte dos questionamentos dos moldes da Civilização Ocidental do século XIX. Se, de um lado, tais princípios marcam a agenda dos principais teóricos da questão no pós-guerra, de outro, não se pode dizer o mesmo sobre o sentido que elas adquirem nas diferentes formulações. Sartre, por exemplo, rejeita o princípio liberal da neutralidade da produção intelectual, sobretudo aquele expresso pelos teóricos da Arte pela Arte e no Realismo. A concepção de *engajamento* intelectual, sustentada pelo autor, pressupõe uma *consciência revolucionária* e vincula a atividade intelectual a um projeto de transformação do homem e da sociedade (SARTRE, 1999). Tais teses se desdobram nos anos 60, quando Sartre se posiciona em relação à responsabilização dos intelectuais no pós-guerra e à tese da morte dos intelectuais⁸. Bobbio, por outro lado, se contrapõe à adesão dos intelectuais a causas particularistas, definindo seu campo de ação fora da política. Dessa forma, estabelece os limites da atuação política dos intelectuais à esfera do que define como “política da cultura” por meio da qual os intelectuais

⁸ Para Jacoby, o contexto dos anos 50 é marcado por uma crítica à esquerda, desencadeado pelas denúncias de Kruchev, que fundamenta as teses do fim das ideologias e do fim da história. Já nos anos 60 identifica um ressurgimento do radicalismo e de uma “nova esquerda” (JACOBY, 2001)

desempenhariam um papel mediador em defesa da liberdade e da verdade (BOBBIO, 1999; 1997). Vale notar como esses autores procuram, a partir da retomada dos “clássicos” dos anos 20 e 30, recolocar a questão da função intelectual nos *anos 50 e 60*. Sartre mostra-se claramente contrário às teses do intelectual independente estreitando os laços entre a definição de intelectual e um posicionamento político. Por outro lado, a possível aproximação entre essa tese e a definição de “intelectual orgânico”, formulada por Gramsci no final dos anos 1920, se desfaz em função da definição de intelectual como classe média. Em outras palavras, ao invés de uma concepção de intelectual fortemente atrelada a sua classe de origem, Sartre o vê apenas como teórico das classes desfavorecidas já que pressupõe uma incapacidade destas em formar seus próprios intelectuais (segundo ele, ao formá-los, esses se tornam classe média). Bobbio, por sua vez, se mostra bastante afeito às teses da “autonomia” do campo da cultura e da especificidade da ação política dos intelectuais bem ao estilo de Croce e Mannheim (BOBBIO, 1999; 1997).

A faceta brasileira

As interpretações sobre o desenvolvimento da problemática da função intelectual no Brasil também parecem concordar na definição dos momentos de crise que se tornaram paradigmáticos, tais como os anos 20, a ditadura Vargas, o processo de transição dos anos 40, a década que antecede o golpe militar de 64⁹. A década de 20, no Brasil, é marcada por uma série de acontecimentos que germinaram transformações fundamentais para a sociedade brasileira e que se consolidariam na década seguinte. Somada à ressonância dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, a situação é acompanhada por tensões no plano interno gerada por fatores, tais como: a intensificação da urbanização, as iniciativas industrializantes, o Tenentismo, a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), o Movimento Modernista, as crises do café e o desgaste político do eixo São Paulo-

⁹ Para fins interpretativos foram estabelecidos alguns períodos que permitiram a identificação de uma definição geral de papel intelectual específica, não pretendendo, de modo algum, figurar períodos fechados ou de caráter evolutivo.

Minas. Esse quadro engendra a crise política que culminou na deposição do presidente da República Washington Luís (1926-1930) e a consolidação da tendência centralizadora no governo federal (FAUSTO, 1977). No plano das idéias, isso se traduz no enfrentamento das diferentes concepções sobre o direcionamento do processo de modernização brasileiro e, nele, a figura do intelectual emerge como corporificação da liderança desse processo (LAHUERTA, 1992; MARTINS, 1987)¹⁰. Segundo Daniel Pécaut (1990), foi a partir de 1915 que a idéia de missão política dos intelectuais ganha força expressando-se nos diferentes movimentos de idéias. A despeito das diferenças entre os intelectuais do período, pode-se dizer que a idéia de missão intelectual se associa a uma ambiência permeada pelo *nacionalismo*, pelo *positivismo* e pelo *anti-liberalismo*. Dessa forma, a defesa de uma função política à intelectualidade se fundamenta a partir de um consenso sobre a necessidade de *construção nacional* nos níveis político, cultural e social. Juntamente com essa idéia adquire vitalidade a proposta de racionalização e cientificação dessas esferas e de fortalecimento do Estado (PÉCAUT, 1990). Tais aspirações reforçariam, mais tarde, os laços entre os intelectuais e o Estado Novo, adquirindo esse o estatuto de apanágio dos ideais modernistas (LAHUERTA, 1997).

As questões centrais do debate internacional do pós-Primeira Guerra Mundial como o Nacionalismo, a Democracia e o Antiliberalismo se colocam no Brasil evidenciando as duas faces da problemática: a influência da crise e do debate internacional e a intensificação daquelas questões a partir das tensões criadas no próprio processo histórico-social brasileiro. Nesse sentido, a crise do Capitalismo Mundial, do Liberalismo e do Humanismo denunciados pela Primeira Guerra Mundial ecoam no Brasil no plano material e cultural impondo posicionamentos. Ao mesmo tempo, as tensões internas expressas pelas crises nos vários níveis da sociedade apresentam a versão brasileira do *Nacionalismo*, da crise do *Liberalismo* e da *Democracia* que podem ser identificadas nas expectativas nacionalistas de alguns setores militares e intelectuais, na exaltação

¹⁰ Elide Rugai Bastos faz uma discussão mais específica sobre a questão do papel dos intelectuais nos anos 1920. Ver: Bastos; 2006, p.38-56.

dos ânimos regionais alheios aos interesses do café e nas denúncias de fraudes eleitorais, colocando em cheque a orientação política da Primeira República. Se, de um lado, a centralização política parece unificar esses anseios, de outro a diversidade de interesses se mostra na composição das forças que encamparam o movimento revolucionário de 30 (FAUSTO, 1977). Por isso, os anos 30 e os seguintes aparecem como confluência de tendências ambivalentes que seria a marca do processo de constituição do Capitalismo no Brasil.

Nesses anos que se seguiram à Revolução de 30 até o final da era Vargas, pode-se identificar, também, um momento particular da definição do papel da intelectualidade que acompanha o fluxo de transformações importantes da realidade brasileira. O período que se estende entre os anos de 1930 e 1945 pode ser considerado como central na identificação do processo de modernização da sociedade brasileira que se realiza nos níveis econômico, social, político e cultural. No primeiro nível, as transformações ocorridas no Brasil no período permitem defini-lo como início de um processo de superação da predominância agrária e ascensão do capitalismo nacional através do estabelecimento do modelo de substituição de importações que se inicia (IANNI, 1975). Isso somente se dá graças à maneira pela qual o Governo Vargas gerenciou as instabilidades econômicas e políticas internas e respondeu às externas. Trata-se de sua capacidade de conduzir o momento de recomposição das forças sociais¹¹ e de instabilidade econômica internacional representado pela crise do modelo político liberal da Primeira República e o impacto da crise de 1929 sobre a exportação do café, eixo da economia brasileira do período.

Dessa forma, nos primeiros sete anos de governo, Getúlio Vargas teve de enfrentar um Brasil marcado por um golpe de Estado, pela Revolução Constitucionalista (1932), pela formulação da nova Constituição (1934), por movimentos reivindicatórios populares, pelas tentativas de golpe pela esquerda (por meio da Aliança Nacional Libertadora) e pela direita, (já em 1938, através da

¹¹ Segundo Aspásia de Alcântara Camargo (1983), trata-se de um resultado da necessidade de acomodação das forças ligadas ao desenvolvimento urbano-industrial e aquelas que se viam alheias à política dos governadores.

Ação Integralista Brasileira)¹². Em resposta a tais acontecimentos e consolidando as tendências centralizadoras do pós-golpe, tem-se por parte do governo Vargas a promoção de medidas que procuravam sustentar essa orientação e que podem ser observadas: na esfera econômica, por meio da “manipulação de incentivos” e da intervenção direta; na político-administrativa, com o fortalecimento do Executivo Federal e com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); na área social, por intermédio da organização e controle de organizações classistas como os sindicatos e partidos e, finalmente, no âmbito cultural, pela criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que ficou responsável pela censura e propaganda oficiais, bem como pela veiculação das atividades artísticas e culturais, ocasionando a incorporação, ou a vinculação, de intelectuais na Administração Pública (PÉCAUT, 1990; SKIDMORE, 1982)¹³.

Dessas iniciativas de impulsionar o desenvolvimento econômico, de racionalizar a administração pública, de estruturar os canais de organização política e, finalmente, de promover a produção cultural no país pode-se depreender, para análise do desdobramento dessas medidas no plano das idéias, seu caráter *modernizador, nacionalista e anti-liberal*. Com isso em vista, vale destacar (mais uma vez e sem levar em conta o aspecto modernizador que caracteriza, nesse momento, o atraso do Brasil com relação ao desenvolvimento capitalista dos países dominantes) a importância dos dois últimos fatores no debate político, econômico e intelectual internacional. O paralelo com esse cenário permite, de um lado, identificar nos primeiros anos do governo Vargas certo afastamento por parte dos intelectuais em relação ao regime e, de outro, compreender o movimento de aproximação que se dá após 1937. São nesses anos que se fortalece a idéia de missão intelectual como parte de um projeto de construção da nação e da identidade nacional. Desse modo, tendo em vista aquele caráter *modernizador, nacionalista e anti-liberal* que o Estado passa a

¹² Para maior aprofundamento desses pontos de tensão consultar: Camargo, 1983; Ianni, 1975; Skidmore, 1982.

¹³ Para Milton Lahuerta, tal institucionalização da centralização política também corresponde ao atendimento de certas demandas sociais, tais como a racionalização da administração pública e a instrumentalização das atividades culturais (LAHUERTA, 1997).

incorporar, estabelecem-se as bases da trama das relações entre a idéia de papel do Estado e a concepção de missão intelectual¹⁴. Para Martins (1987), contudo, essa associação não garantiu a delimitação efetiva das relações entre a atividade intelectual e a política. Nesse sentido, pode-se dizer que, a despeito da análise da especificidade dos autores desse período que não cabe neste estudo, essas interpretações levantam um movimento fundamental para a compreensão dos períodos seguintes, qual seja, o estreitamento da noção de *missão intelectual* com a de *papel do Estado* associado a uma idéia que também ganharia centralidade nas esferas política e cultural no Brasil daqueles anos, ou seja, a de *desenvolvimento nacional*. Se, há a centralidade da idéia de construção da nação, a noção de desenvolvimento nacional¹⁵ vai ganhando força e tomando diferentes expressões nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, a associação entre papel intelectual e desenvolvimento adquirirá legitimidade, se não concretamente, pelo menos no discurso do considerado período “populista” no Brasil, ou seja, entre os anos de 1930-64. Por isso, pode-se dizer que esses fatores dão impulso para desdobramentos posteriores que caminham com o processo de modernização brasileiro.

O período seguinte, aqui definido entre o fim da ditadura Vargas (1945) até a posse de Juscelino Kubitschek (1956), é marcado pelo acirramento das tensões geradas pelas transformações iniciadas e estabelecidas de modernização da sociedade brasileira. A crise política que levou à deposição de Vargas e ao fim do Estado Novo já era sentida em vários aspectos nos últimos anos de governo. As pressões pela redemocratização vinham desde setores intelectuais - com o

¹⁴ Como afirma Lahuerta (1992), nos anos 30-35 se dá uma intensificação da “crise de ‘identidade social’ da intelectualidade” que viria a se retrair durante a vigência do Estado Novo. Para Pécaut (1990), o período de 1920-1940 corresponde a anos nos quais se legitima a função dos intelectuais, ou seja sua “vocaçãõ para elite dirigente”.

¹⁵ Esse é o léxico que compõe as justificativas de construção das primeiras Universidades brasileiras. A despeito das distinções entre os princípios norteadores dos projetos de construção da ELSP (1933) USP (1934) e da UDF (1935), não se pode deixar de entendê-las enquanto institucionalização da valorização da ciência como alicerce da ação política, mesmo que em alguns casos tomada d ponto de vista técnico. Para uma visão específica sobre esses projetos consultar: Barbosa, 1996; Cardoso, 1982; Limongi, 1989.

movimento de Minas Gerais (1943) e o I Congresso Brasileiro de Escritores¹⁶ - populares, com protestos de estudantes, até, evidentemente, aqueles que se opuseram claramente ao regime varguista desde 1930, principalmente a partir de 1937, como os constitucionalistas liberais e alguns setores da classe média (SKIDMORE, 1982). No plano político, as posições se dividiam entre aqueles que defendiam a permanência de Getúlio Vargas e a realização da Assembléia constituinte sob seu governo (denominados “queremistas”, englobavam desde os setores ligados à Vargas até o Partido Comunista agora legalizado) e os que exigiam as eleições imediatas com a posterior formulação de uma Nova Constituição para a nova fase democrática. Contudo, é a força do Exército que, insatisfeito com as últimas tendências do governo, define novamente os rumos políticos do país mostrando mais uma vez a fragilidade e instabilidade das forças sociais em disputa (SKIDMORE, 1982).

Sem dar fim a essas tensões, o governo seguinte, de Dutra (1945-1950), se caracterizou pelo traço conservador que adquiriam suas medidas políticas e econômicas, o que pode se percebido na definição do ministério, na imposição da ilegalidade do Partido Comunista (indicando posicionamento em relação à polarização ideológica do contexto da Guerra Fria) e no caráter liberal da economia dos dois primeiros anos de governo. Contudo, não deixou de enfrentar novas necessidades econômicas e suas implicações políticas que, de um lado, o conduziram a uma tentativa de “planejamento” econômico, com o Plano SALTE¹⁷ e, de outro, colocaram em evidência a abertura do caminho para a volta de Vargas em função da insatisfação dos setores negligenciados. A ausência de uma ruptura radical com as forças sociais dominantes do Brasil agrário-exportador continuou dando o tom das tensões político-sociais que acompanharam o processo de consolidação da sociedade moderna capitalista no Brasil. Dessa forma, sendo mais um dos capítulos desse processo, o segundo Governo Vargas (1951-1954), estabelecido após esse intervalo de vigência da

¹⁶ Para uma análise sobre a importância do I Congresso Brasileiro de Escritores no quadro do período de redemocratização ver Mota, 1980.

¹⁷A sigla procurava destacar as áreas saúde, alimentação, transporte e energia (BAER, 1996)

oposição, adquire as mesmas características conciliatórias do primeiro governo . Assim, seu segundo governo baseou-se numa política econômica de caráter misto procurando conciliar medidas “ortodoxas” e nacionalistas e tentativas de adesão de forças sociais distintas e antagônicas (SKIDMORE, 1982). A ineficiência de tal estratégia é comprovada pelo seu suicídio frente a intensidade das pressões. Se, para Octávio Ianni (1975), é a necessidade de estabelecimento de rupturas com uma das duas tendências em disputa (a de um capitalismo nacional e independente e a de um internacionalizado) que leva ao desencadeamento da crise, para Décio Saes (1983) essa adquire caráter secundário frente à ameaça sentida pelas classes médias com o crescimento do movimento popular. De todo modo, esses aspectos demonstram o jogo de forças que caracteriza as tensões desse período nos quais se inserem os intelectuais brasileiros.

Como nos casos anteriores, essas tensões são acompanhadas pela ebulição no plano das idéias. Assim, sendo caracteristicamente um período de transição pós ditadura Vargas que define a maneira pela qual as forças sociais reagem ao processo de transformação social brasileiro, pode-se identificar, entre os anos de 1945 e 1956, um momento específico de reação da intelectualidade. Mas, vale lembrar, também, a importância que a categoria foi adquirindo nos governos que se sucederam desde o primeiro Vargas (que demonstrou simpatia pela participação de intelectuais no plano ideológico e administrativo) até o seu segundo governo que contou com assessoria econômica e com os primeiros resultados alcançados pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) (SKIDMORE, 1982). Dessa forma, por parte dos intelectuais, é de se esperar uma atitude auto-reflexiva com a decadência do governo Vargas e a conseqüente deslegitimação dos mecanismos culturais criados e consolidados durante o Estado Novo e que constituíram meios de profissionalização e consagração de parte da intelectualidade. Dessa maneira, tomando-se as questões colocadas com o fim da Era Vargas para a intelectualidade brasileira, pode-se dizer que esse momento é caracterizado por uma ambivalência acentuada, de um lado, pela perspectiva de rompimento, de radicalização e de politização em relação à

geração anterior e, de outro, pelos limites não revolucionários impostos pela continuidade de algumas premissas fundamentais do período anterior, como o culto ao Estado e a necessidade de construção do povo e da nação (LAHUERTA, 1992; MOTA, 1980)¹⁸. A instabilidade política desse período de transformação, expresso pela chegada de Dutra (1945-1950) ao poder representando uma força de oposição ao getulismo e pela volta de Getúlio Vargas ao governo federal, dá indicações da ambigüidade do período. Não é à toa que se pode identificar a convivência de posicionamentos de ruptura e continuidade na definição da identidade social dos intelectuais. A continuidade se coloca na definição do protagonismo intelectual no processo de mudança social brasileiro. A perspectiva de ruptura se coloca a partir da defesa do tipo de mudança social pela qual lutariam os intelectuais. Esse tipo de tensão não se esgotará nesses anos.

O sentido das realizações nos planos político e cultural brasileiros reforçam o teor de continuidade do legado getulista. No primeiro plano, esse teor já pode ser percebido pela tensão gerada entre os antigetulistas a partir da indicação da candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República. Essa tensão é alimentada pelo sucesso desse candidato e de João Goulart nas eleições cuja garantia de posse somente seria assegurada por um “golpe preventivo”, realizado pelo ex-Ministro da Guerra o General Lott (SKIDMORE, 1982)¹⁹. Levando em consideração os projetos políticos identificados em seu aspecto mais geral, evidencia-se, mais uma vez, a contradição do jogo de forças que buscavam definir o sentido do processo de desenvolvimento brasileiro, ou seja, as forças nacionalistas e as internacionalistas. Para Octavio Ianni, é tal aproximação ao capital estrangeiro que dá início à deterioração do *modelo getuliano*, ou seja, ao projeto de desenvolvimento econômico autônomo do país. Isso porque a manutenção do caráter conciliatório desse modelo, ou seja, o

¹⁸ Isso, evidentemente, levando em consideração a existência de divergências e dissidências.

¹⁹ Além desse clima político, o Governo Transitório (1954-1956), que se seguiu após o suicídio de Vargas, teve de enfrentar a herança de uma crise financeira caracterizada pela inflação e pelo déficit na balança de pagamentos. Dentre as realizações que caracterizaram o governo Café Filho, vale ressaltar a Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que, por facilitar a importação de equipamentos, seria levada a cabo pelo governo seguinte instrumentalizando suas aspirações por investimentos estrangeiros (SKIDMORE, 1982).

atendimento de diferentes interesses visando um projeto de desenvolvimento nacional em detrimento de uma ruptura *drástica* com o legado político do modelo agrário-exportador, teria contribuído para o acirramento das tensões²⁰. Durante a gestão JK (1956-1961) essas tensões aparecem nas contradições que envolveram um projeto de desenvolvimento nacional, que abria um canal de aproximação com setores nacionalistas, e a brecha aberta para a participação do capital estrangeiro na economia do país de forte apreciação por parte dos setores agrário-exportadores. Por outro lado, o sucesso econômico atingido pelo *Plano de Metas* nos três primeiros anos alimenta o clima de otimismo e confiança cujo esgotamento somente começa a se fazer sentir na passagem para os anos 1960.

Assim sendo, para fins analíticos, é possível dizer que os anos 50 compreendem dois momentos distintos, um caracterizado pelo entusiasmo preponderante com o desenvolvimentismo e outro pelo desapontamento com o sentido tomado por ele e que se inicia no final da década, prolongando-se até o golpe militar de 1964. O primeiro deles pode ser definido aproximadamente pelos três primeiros anos do governo de Juscelino Kubitschek que, como já foi dito, se caracterizou pelo sucesso obtido nas esferas política e econômica. Nesses anos, dá-se a intensificação da legitimidade do nacional-desenvolvimentismo que permeia diversas vertentes de pensamento. Entre a esquerda foi grande a adesão a um projeto de Revolução Burguesa que abriria as portas para o Socialismo²¹. Essa visão “etapista” do processo histórico brasileiro foi o fundamento para uma compreensão não conflituosa da realidade social a partir da qual as contradições

²⁰ Octávio Ianni destaca 4 modelos de desenvolvimento da sociedade brasileira até o estabelecimento da Ditadura Militar em 1964: o *modelo exportador* (predominante até a Revolução de 30), o *modelo substituição de importações*, ou *getuliano* (que teria durado de 1930 a 1964), o *modelo associado* (que se iniciou com o golpe de 1964), e, finalmente, o *modelo socialista* (que se limitou a uma possibilidade, mesmo que concreta) (IANNI, 1975). Aqui, vale destacar, também, o argumento de Aspásia de Alcântara Camargo (1983) segundo o qual esse caráter conciliatório tem duas vias, ou seja, aquela que sustenta o pacto agrário sobretudo no que dizem respeito aos limites impostos aos trabalhadores rurais e à Reforma Agrária e, outra, que figurava nas iniciativas reformistas do governo, algumas vezes até em sentido contrário a esse pacto, mas que tiveram seu potencial obstado pelo Congresso onde as forças ruralistas ainda imperavam. Contudo, não deixa de reconhecer a preocupação com a manutenção do pacto em prol da manutenção da estabilidade política que caracterizou tanto o Governo Vargas como o Kubitschek, sendo eles, respectivamente, os representantes do início e do final do *ciclo populista*.

²¹ Esse foi o projeto oficializado pelo PCB após a *Declaração de Março* de 1958 (BRANDÃO 1997).

de classe eram subjugadas pela contraposição dos interesses nacionais com o imperialismo, em especial dos Estados Unidos²². Além disso, essa visão fundamenta certa concepção de papel do Estado e de protagonismo intelectual que, nas palavras de Ianni (1975), conferem ao povo o caráter de *massa* e não de *classe*. Desse modo, a temática do papel do intelectual emerge, deste contexto, embebida de reformismo e intimamente ligada à definição do *papel do Estado* no processo de consolidação do capitalismo nacional. Mesmo sendo uma associação herdada progressivamente desde 1930, pode-se dizer que em 1950 ela se consolida com a criação de instituições que se fundamentam na justificativa do papel intelectual no processo político, como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)²³ e a CEPAL, e a construção do debate teórico sobre o assunto que inclui várias vertentes do pensamento progressista. Assim, além dos autores vinculados àquelas duas instituições, pode-se destacar aqueles ligados ao Partido Comunista (PCB), às Universidades brasileiras e outros centros de pesquisa e de manifestação cultural²⁴. Contudo, o otimismo em torno do projeto desenvolvimentista do Estado se esvai com os primeiros sintomas da crise econômica e o agravamento das tensões sociais. Sopram ventos de revisão e reformulação.

O desencantamento com os rumos das políticas desenvolvimentistas começam a se expressar no final dos anos 1950 adquirindo uma progressão intensa com o aproximar dos últimos meses que antecedem o golpe militar de 1964. Nesse momento, vêm à tona os indícios de uma crise econômica que culmina na tentativa de conciliar o plano de desenvolvimento com medidas de estabilização econômica, já que o primeiro era em grande parte responsável pelo

²² Outro setor considerado como oposto aos interesses nacionais é o agrário-exportador (DÓRIA, 1998; FREDERICO, 1998).

²³ O ISEB foi criado em 1955 sendo resultado de uma experiência prévia no IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). A instituição foi criada com a intenção de constituir uma fonte de pensamento e pesquisas de assessoramento ao governo e foi extinta em 1964 (TOLEDO, 1997). Faziam parte do grupo que compunha o IBESP e depois o ISEB, alguns integrantes da Casa Civil que já realizariam atividades de assessoramento ao governo (SOARES, 1993).

²⁴ Sobre essas vinculações consultar os dois volumes de *História das Ciências Sociais no Brasil* (1995) organizada por Sérgio Miceli e os livros de Daniel Pécaut (1990) e de Carlos Guilherme Mota (1980).

aumento da inflação e o desequilíbrio da balança de pagamentos. A crise se intensifica e reacende a força da oposição cujas pressões se realizam no plano interno, pelos interesses dos setores ligados ao capitalismo nacional, e externo, pelos credores e agências financiadoras que se baseavam nas propostas de estabilização do FMI (Fundo Monetário Internacional). Além disso, vale ressaltar a intensificação da oposição de esquerda – fortalecida pelo antiamericanismo e pelos movimentos populares no campo e nas cidades – que acabaram por definir um clima de *radicalização* que conduziria ao fim do chamado período populista no Brasil (SKIDMORE, 1982). Um dos indicativos desse clima de descontentamento pode ser encontrado no andamento da política governamental. Em primeiro lugar, a eleição de um candidato, como Jânio Quadros (1961), não atrelado aos governos anteriores, sem vinculação partidária e ideológica consistentes e conduzido ao cargo através de uma campanha de caráter personalista e moralista, dá indícios da insatisfação com a política oficial ao mesmo tempo em que expressa a fragilidade do sistema político partidário e de sua base ideológica (RAMOS, 1961). Por outro lado, é visível a situação de crise do princípio da conciliação característico da forma de governo populista. Nesse sentido, o golpe de 1964 pode ser entendido como marco da derrocada do populismo frente à impossibilidade de manter equilibrada nos seus moldes a tensão entre as forças nacionalistas e as internacionalistas e entre as reformistas e as conservadoras (IANNI, 1975; CAMARGO, 1983).

A gestão de João Goulart (1961-1964), em conseqüência, já se inicia tensa com o conflito político sobre a legalidade de sua posse. São as mesmas tendências que se apresentam tendo, novamente, na ação das forças militares a garantia de posse sob sistema de Parlamentarismo. Contudo, na medida em que o governo, a partir da vitória do Presidencialismo em plebiscito, começa a tomar um posicionamento nacionalista a tensão se intensifica. O contexto de *radicalização política*, do qual emergem tendências golpistas à esquerda e à direita, permite a interpretação polarizada das forças sociais: de um lado, se coloca a identificação do nacional-desenvolvimentismo com a luta anti-imperialista

da esquerda e, de outro, o temor às mudanças radicais representado pelo anticomunismo dos setores conservadores que contou com a adesão de parcela significativa da classe média. Assim, é a partir dessa visão polarizada que o governo de Jango sofre o ataque definitivo da direita, enterrando definitivamente o reformismo populista no Brasil (IANNI, 1975). Mas não é só no plano político que 1964 se mostra como um marco. No âmbito da economia, esse ano marca uma nova fase da industrialização brasileira caracterizado pela associação estrutural com o capital estrangeiro. Para Octávio Ianni, as tensões que marcaram os últimos dias do governo João Goulart tratavam da imposição de uma escolha radical entre a Revolução Socialista e a reintegração no Capitalismo Mundial – e foi justamente essa última tendência a vitoriosa e a responsável pela consolidação da dependência estrutural brasileira (IANNI, 1975). No plano social, pode-se destacar que a crescente radicalização do período permeou movimentos sociais urbanos e rurais em resposta à crise política e econômica e se corporificam em associações como a POLOP (Política Operária), a AP (Ação Popular), CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), PCB (Partido Comunista Brasileiro, pós 1962); PC do B (Partido Comunista do Brasil), as Ligas Camponesas e nas figuras de Francisco Julião, Leonel Brizola, Miguel Arraes, San Thiago Dantas, dando densidade ao movimento das Reformas de Base. Desse modo, mesmo considerando o caráter reformista de grande parcela da esquerda e a fragilidade das tendências radicais, estas não deixam de compor o quadro de radicalização do período. Por isso, a atribuição de um caráter revolucionário ao mesmo (IANNI, 1975).

Sem cair em um determinismo exagerado, pode-se dizer que isso se reflete nos movimentos intelectuais do período configurando um novo momento de reflexão, ainda que, de maneira geral, sem estabelecer um ponto de ruptura com as tendências anteriores. O que define o nível de continuidade é justamente a manutenção do reformismo que reúne grande parte das tendências de esquerda em defesa do desenvolvimento autônomo nacional e em oposição ao imperialismo

norte americano²⁵ e isso se reflete diretamente na concepção de papel do Estado e do protagonismo intelectual. Contudo, na onda dos movimentos de contestação gerados pela insatisfação com o programa de desenvolvimento seguido pelo governo de JK que se fazia sentir com o agravamento da crise econômica e política, os movimentos intelectuais adquirem caráter crítico e revisionista. No que se refere ao plano teórico é possível afirmar que a tendência de questionamento do marxismo, levantada com as denúncias de Kruchev e com a *Declaração de Março* do PCB, abre espaço para outras vertentes teóricas de esquerda que não aquelas definidas exclusivamente pelo PCB (FREDERICO, 1998). Por outro lado, no que se refere à temática do papel do intelectual²⁶, essa tendência de radicalização para a esquerda aparece nas iniciativas de “ida ao povo”, expressos: nos CPCs (Centros Populares de Cultura), que eram articulados com o ISEB, o PCB e a UNE (União Nacional dos Estudantes); nos MEB (Movimento de Educação de Base) e no MCP (Movimento de Cultura Popular) encabeçados respectivamente pela Igreja e por Paulo Freire; na Campanha Defesa da Escola Pública, marco do envolvimento de muitos intelectuais. Ao lado de um projeto de pedagogia popular que envolve esses casos, pode-se identificar uma propensão à substituição do povo como agente da transformação social pelos intelectuais e pelo Estado (PÉCAUT, 1990). Assim, mesmo que o léxico do período esteja impregnado por conceitos e análises que buscam uma perspectiva histórica, marxista ou anti imperialista que caracteriza o clima de revisão, a radicalização do discurso e os movimentos sociais de esquerda não puderam chegar às últimas conseqüências. É a sombra do nacional-reformismo que penetra nesse momento recorrentemente chamado pelos seus contemporâneos de “Revolução Social”.

Essas breves considerações levantam elementos para que o empenho de Florestan Fernandes e de Guerreiro Ramos em definir as bases de uma possível intervenção da Sociologia na sociedade possa ser compreendido como

²⁵ Mesmo que se leve em conta as dissidências, essa parece ser ainda a orientação predominante (MORAES, 2000)

²⁶ Levando em consideração sua perspectiva progressista de esquerda.

parte de um movimento amplo, teórico e político. Sendo esse um ponto de partida, é possível dizer que, no processo de estabelecimento da sociedade moderna e capitalista brasileira, as idéias de protagonismo estatal e de missão intelectual adquirem força sendo, muitas vezes, reforçadas reciprocamente. Dito de outra forma, as medidas de centralização e racionalização nas esferas econômica, administrativa, cultural e social, tomadas a partir de 1930 e sobretudo a partir de 1937, criam as bases para a constituição dessa forma de intervenção Estatal como um projeto político de desenvolvimento nacional encampado em diferentes momentos e com distintas formas por alguns setores progressistas da sociedade. Entendido como parte do largo processo de modernização da sociedade brasileira, esse projeto pressupõe a incorporação do papel da ciência nos planos de desenvolvimento que se torna instrumento indissociável da própria concepção e fundamentação do papel do Estado. Vale lembrar, aqui, a importância que passam a adquirir os grupos que, desde a assessoria econômica de Vargas, buscavam construir uma base sistemática para os projetos de planejamento econômico.

Mesmo levando-se em conta as tensões e ambigüidades que compuseram o período entre o primeiro governo Vargas e o seu suicídio e a manutenção do caráter conciliatório da gestão seguinte, é possível afirmar uma vitória daquele projeto de desenvolvimento nacional com a posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República e João Goulart como vice. Se, de um lado, esse governo coroa, em certo sentido, um projeto de desenvolvimento nacional e a manutenção do pacto social gestados desde 1930, de outro, confere um caráter particular a ele. É sob o lema da modernização e do nacionalismo, sobre a idéia de rompimento com o passado e com o atraso, que o desenvolvimentismo adquire força e legitimidade. A idéia do Estado como principal agente desse processo se evidencia nas iniciativas reformistas que, mesmo dentro dos limites impostos pelo setor agrário, sobretudo no Congresso, se apresentam como forma de reforçar o projeto desenvolvimentista (CAMARGO, 1983).

Não por outro motivo as temáticas da *modernização*, da *modernidade* e do *nacionalismo* permeavam o léxico daqueles que procuram compreender o Brasil e, muitas vezes, advogar em direção a um determinado projeto para o Brasil. Em plena associação com a idéia de modernização do país, a concepção de *papel intelectual* abre espaço para justificativas de interpretação da realidade, que se inserem no discurso intelectual, e de definição do sentido do processo de desenvolvimento brasileiro, agora no plano político-social propriamente dito. Dessa forma, o reconhecimento da necessidade de criação de novas bases de reconstrução e análise da realidade brasileira e a percepção do momento como propício à absorção das contribuições correspondentes constroem, nos anos 1950, uma ambiência na qual ciência e política se interpenetram. Nesse sentido, esse processo mútuo de legitimação, no qual Estado e Intelectuais ou Política e Ciência figuram como atores principais, se expressa especificamente nas ciências sociais na medida em que elas procuram fazer parte de um projeto amplo de planejamento do processo de modernização da sociedade brasileira.

A cultura e as ciências sociais em questão

Um dos aspectos que expressam esse clima de renovação nas ciências sociais e na Filosofia é a maneira pela qual certos intelectuais procuraram (para se afirmarem como “científicos” e, com isso, adquirirem *status* na definição de uma interpretação do Brasil) se posicionar em relação à produção intelectual anterior. O grande número de análises nesse sentido é um indicativo da necessidade não só de acerto de contas com o passado, mas, principalmente, de estabelecimento das rupturas e continuidades que sustentariam os critérios de objetividade propostos. Essa abordagem caminha ao lado das iniciativas de afirmação de uma “Sociologia Científica” não só no Brasil, mas também na América Latina (LIEKE FILHO, 2003; TAVARES-DOS-SANTOS; BAUMGARTEN, 2005)

O diagnóstico de Costa Pinto e Edison Carneiro

Naquele movimento de interpretação do estado das artes das ciências sociais no Brasil se enquadra o livro *As ciências sociais no Brasil* (1955) de Luiz Aguiar Costa Pinto e Edison Carneiro e que corresponde aos resultados de uma pesquisa patrocinada pela CAPES sobre a questão e demonstra, já de início, como a empreitada de construção de uma nova forma de compreensão da sociedade brasileira passava pelo problema das interpretações precedentes e de seu lugar no Brasil de meados dos anos 1950. A primeira parte escrita por Costa Pinto procura analisar o processo de consolidação do ensino superior das ciências sociais em São Paulo e no Rio de Janeiro, então capital federal. Em sua análise, a Revolução de 1930 aparece como ponto de partida da constituição das ciências sociais no Brasil a partir do qual o autor observa uma nova fase de “renovação dos quadros conceituais”, uma “tomada de consciência” da sociedade brasileira sobre si mesma. Os fatos selecionados por Costa Pinto para justificar esse recorte consistem na percepção de um movimento das elites dirigentes ao encontro dos problemas e da formação de especialistas nessa área – sobretudo no que diz respeito à necessidade de análise científica das questões da *integração nacional* e do projeto nacional.

Tomando um posicionamento sobre a definição do caráter do desenvolvimento das ciências sociais e em um diálogo direto com Guerreiro Ramos e com o ISEB, Costa Pinto afirma que essas não estariam “alienadas”, como diriam os isebianos, e sim “integradas” ao movimento de renovação social. Os fatos indicativos do movimento de inauguração do ensino e pesquisa em ciências sociais são, segundo ele: Reforma Campos; criação da Universidade do Distrito Federal; criação do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal; criação da Escola Livre de Sociologia e Política; criação da Faculdade de Filosofia de São Paulo; criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; criação da “Coleção Brasileira”, da Companhia Editora Nacional; aparecimento dos primeiros textos didáticos modernos de sociologia no Brasil; primeira edição póstuma ou reedição das obras

de Nina Rodrigues; primeiro e segundo Congressos Afro-Brasileiros de Recife e Salvador; aprofundamento e revisão crítica dos estudos de história social brasileiras nas obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.; missões universitárias de professores estrangeiros; fundação da Sociedade de Sociologia de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia; transformação da Universidade do Distrito Federal em Faculdade Nacional de Filosofia; preparação da operação censitária de 1940 e início da atividade científica, no Brasil de Giorgio Mortara; criação do Departamento de Cultura e Municipalidade de São Paulo e realização das pesquisas de padrão de vida de Davis, Lowrie e Oscar Egídio de Araújo; tradução e divulgação de textos clássicos de Sociologia. Como se pode notar, os aspectos destacados pelo autor como indicativos do primeiro impulso das ciências sociais no Brasil se caracterizam pela institucionalização da atividade científica e, na argumentação, esse processo vai ao encontro das necessidades de modernização da sociedade brasileira.

Contudo, são os anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, em especial os anos 1950, que correspondem, para ele, ao momento da virada nas ciências sociais brasileiras²⁷. Expressando a perspectiva do reconhecimento de uma *nova fase* para o Brasil e para as ciências sociais, o sociólogo identifica após a Segunda Guerra Mundial uma revitalização do processo de desenvolvimento das Ciências Sociais. Junto com ela, o questionamento sobre o seu *papel* e seus critérios de *objetividade*, ou melhor, a relação entre ambos aparece como um elemento de relevo. Nesse sentido, o autor destaca tais fatores indicativos: criação da Fundação Getúlio Vargas; criação do Laboratório de Estatística do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); formação de uma equipe de etnologistas e início das atividades científicas da Seção de Estudos do Serviço de proteção aos Índios; criação do Museu do Índio; fundação da Sociedade Brasileira de Sociologia, filiada à Associação Internacional de Sociologia; criação da

²⁷ Nesse ínterim, Costa Pinto identifica um desdobramento negativo do processo nos anos seguintes que teriam sido impregnados pelos excessos de pragmatismo e de importação teórica estrangeira e teriam sofrido um recuo com o fechamento do sistema político em 1935.

Faculdade Nacional de Ciências Econômicas; convite da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a Arthur Ramos; publicação dos resultados do recenseamento de 1940; eleição e reeleição de Josué de Castro para a Presidência da FAO (Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas); realização da 1ª. e da 2ª. Reunião Brasileira de Antropologia; realização do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia; realização do Congresso de Sociologia do Paraná; tradução das obras clássicas de etnologia brasileira; realização, no Brasil, do XXXI Congresso Internacional de Americanistas; realização, no Brasil, do 2º Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros; realização, na Bahia, de um programa de pesquisas sociais por iniciativa da Secretaria de Educação do Estado, com a colaboração da Universidade de Columbia e do Instituto de Economia da Fundação Mauá; escolha do Brasil, por cientistas brasileiros e estrangeiros, da pesquisa da UNESCO sobre relações de raças; participação de brasileiros na Associação Internacional de Sociologia; organização, pela CAPES, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; projeto de realização, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1955, sob o patrocínio da UNESCO, do Seminário Latino-Americano sobre o Ensino das Ciências Sociais. Nesse sentido o avanço é entendido através de iniciativas de produção de conhecimento na área e de institucionalização da pesquisa e do ensino. A incorporação de intelectuais da área na atividade política ou administrativa não é, para o autor, garantia de realização do seu papel na sociedade.

Em consequência desta visão institucional do desenvolvimento das ciências sociais, se sobressai, dentre os indicativos selecionados por Costa Pinto, o funcionamento dos cursos superiores. Eles seriam responsáveis pela realização de aspectos fundamentais para o processo tais como: a superação da fase de transição para a *fase científica*; a incorporação de cientistas sociais estrangeiros para formação de novos quadros intelectuais; a realização da *pesquisa objetiva*; as discussões metodológicas; a constituição de um novo *estilo de trabalho* para os cientistas sociais; a possibilidade de formação do número necessário de

cientistas sociais especializados. Outras formas de expressão das novas tendências de desenvolvimento são destacadas também como: a incorporação das mesmas no currículo de outras especialidades e no ensino médio; a ampliação do mercado de trabalho com o crescimento do reconhecimento do *papel* das ciências sociais; a importação de cientistas estrangeiros a partir de critérios definidos (pleno diálogo com as discussões a respeito no momento).

A essa descrição detalhada dos fatores que, segundo Costa Pinto, teriam alimentado o avanço das ciências sociais naqueles anos, somam-se os indicativos de caráter teórico. Dentre eles o autor destaca: as aulas de J. Lambert sobre demografia na Faculdade Nacional de Filosofia; os estudos sobre o Negro de Nina Rodrigues (*fase médico-legal*), de Gilberto Freyre (*orientação histórico-social*), de Arthur Ramos (*orientação antropológica*), da pesquisa da UNESCO com Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e Costa Pinto (*fase sociológica*) e Charles Wagley, Tales de Azevedo e René Ribeiro (‘*approach*’ “tradicional dos chamados estudos ‘afro brasileiros’”); a tradução dos clássicos da etnologia estrangeira; a identificação do interesse pela “antropologia aplicada”; a *Educação* como *locus* da relação teoria/prática; os trabalhos de história social (Oliveira Vianna, Caio Prado Jr e Gilberto Freyre); as contribuições de autores da área jurídica e da Ciência Política como Pontes de Miranda, Vítor Nunes Leal, Lourival Gomes Machado, Nestor Duarte, Hermes Lima; os cursos ministrados na Fundação Getúlio Vargas, no DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e na EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública); a crítica à “febre dos estudos de comunidade²⁸”; os trabalhos sobre teoria e metodologia de Emílio Willems, Herbert Baldus, Florestan Fernandes, Costa Pinto, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Djacir Menezes, Mário Lins, Artur Ramos, Pontes de Miranda, Oracy Nogueira, Evaristo Moraes Filho, Joaquim Pimenta e aqueles publicados na *Revista Sociologia* (nesse caso também na tradução e divulgação de trabalhos estrangeiros).

²⁸ Como mostra Sebastião Vila Nova (1998), há, nos anos 50, um número significativo dos estudos de comunidade no Brasil.

A segunda parte do livro escrita por Edison Carneiro corresponde a um relatório das reuniões realizadas nos Estados do Pará, do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Desse relatório sobre a situação das atividades de ensino e pesquisa em ciências sociais, vale destacar o diagnóstico das implicações do mercado de trabalho na formação de contingente de cientistas sociais.

Hélio Jaguaribe: filosofia e cultura

Outra expressão da importância que a temática da produção intelectual brasileira adquire na segunda metade dos anos 1950 é reimpressão de *A filosofia no Brasil* de Hélio Jaguaribe (1957 [1952])²⁹ por iniciativa do ISEB. O reconhecimento da importância desse texto demonstra a forte vinculação defendida pela instituição entre cultura e política que a tornou referência nas discussões sobre a questão. Nesse caso, os parâmetros de identificação de uma *nova fase* de consolidação da cultura brasileira estão ligados à construção de uma cultura original, essencialmente nacional. Por isso, a análise do desenvolvimento da Filosofia no Brasil passa por uma reflexão do que o autor define como capacidade de incorporação crítica da cultura moderna. Se, de um lado, a ausência dessa incorporação é tomada como indicativo do atraso da cultura brasileira em relação à europeia – constituindo, dessa forma, motivo de crítica – de outro, coloca-se um argumento de caráter nacionalista que vê as possibilidades de *autoconsciência* e de emancipação da cultura brasileira. Dessa forma, o autor alimenta a crítica à *transplantação cultural* característica da ambiência isebiana estabelecendo a Filosofia como área representante daquela consciência.

Após análise do desenvolvimento do pensamento filosófico no século XIX³⁰, Hélio Jaguaribe procura analisar como a filosofia europeia foi absorvida no

²⁹ Nas referências a seguir, os parênteses indicarão a edição utilizada e os colchetes o ano da primeira publicação.

³⁰ O autor estabelece o século XIX como ponto de partida da atividade filosófica sistemática no Brasil destacando a obra de frei Mont'Alverne e o caráter transplantativo do período. O segundo período da filosofia produzida no Brasil no século XIX definido por Hélio Jaguaribe seria caracterizado pelo aparecimento do positivismo e do monismo. Tobias Barreto, conjuntamente com

Brasil no século XX. É a partir dessa interpretação que revela afinidade com os princípios metodológicos que norteariam os trabalhos isebianos nos anos seguintes. A incorporação de autores de tradição *existencialista* e *fenomenológica* como Husserl, Scheler, Hartmann, Heidegger, Jaspers, Diethey, Ortega e Sartre para a cultura brasileira é entendida como indício de modernização e avanço da cultura brasileira³¹. Apesar de identificar, nas tendências contemporâneas os mesmo limites encontrados em seus antecessores, Hélio Jaguaribe compreende que naquele início dos anos 1950 havia chegado o momento de superação dos obstáculos ao desenvolvimento de uma filosofia verdadeiramente brasileira que deveria atender às novas necessidades do país. Esse diagnóstico fundamenta a proposta nacionalista de renovação cultural defendida no ISEB que, como já foi dito, tem forte vinculação com o *existencialismo*.

Transplantação cultural e alienação: os problemas da cultura brasileira

Essa percepção do atraso da cultura brasileira que tem como referência um processo de *autoconsciência* e que vislumbrava uma produção cultural independente e autêntica é bastante marcante no ISEB. Nesse contexto, uma forte influência no diagnóstico da cultura brasileira que se deu no Instituto é a idéia de “situação colonial” de Roland Corbisier. Nesse caso também é perceptível a assinatura existencialista expressa na transposição da noção de *ser* para a *nação*, recurso também característico do discurso isebiano. Dessa maneira, a nação torna-se o sujeito, ou ser analisado a partir de sua subjetividade. Nas palavras do próprio autor, seus pressupostos se baseiam na concepção hegeliana da relação senhor e escravo e na compreensão da situação colonial como

a Escola de Recife iniciada por ele, é destacado nesse período como o primeiro crítico da cultura brasileira por ter chamado a atenção para os prejuízos das influências portuguesa e européia. A última fase evidenciaria Farias Brito como seguidor da tendência de crise do monismo e do positivismo européia.

³¹ Assim, destaca a Escola Católica iniciada por Jackson de Figueiredo (Centro D. Vidal e revista *A Ordem*) e encabeçada em sua segunda fase por Alceu Amoroso Lima. Em seguida, põe em evidência as manifestações do *culturalismo* (Miguel Reale e Renato Czerna) e da *filosofia da existência* (Vicente Ferreira Da Silva, Roland Corbisier, Jorge Serpa Filho, Instituto Brasileiro de Filosofia, I Congresso Brasileiro de Filosofia e *Revista Brasileira de Filosofia*). Em oposição a essas correntes e como continuistas da orientação oitocentista aponta o *neopositivismo* (Euryalo Cannabrava, Djacir de Menezes e Pinto Ferreira) e o marxismo filosófico de Caio Prado Jr.

globalmente alienada, tal como Georges Balandier. Nesse sentido, o colonizado aparece como não detentor do próprio *ser*, como *objeto* enquanto o colonizador é o *sujeito*. É essa construção que Corbisier vai se utilizar na interpretação da cultura brasileira como realidade alienada³² e como solo fértil para a transplantação cultural. Aqui, a argumentação se soma à tendência predominante no ISEB que é a de reconhecer o passado cultural brasileiro como alienado e o momento contemporâneo como aquele em que se estabelecem as bases para uma mudança de quadro. Assim, em contraposição à incapacidade dos intelectuais do passado de transformar o conhecimento estrangeiro numa interpretação *original* do país, à intelectualidade brasileira dos anos 1950 estariam abertas as portas para a propagação de uma *cultura autêntica* e habilitada para atender à solução dos próprios problemas.

Essa crítica contundente à transplantação cultural se inscreve no *Nacionalismo* isebiano tornando-se peça chave para compreender as interpretações sobre a questão do desenvolvimento da cultura e da ciência brasileira que se realizaram ali. Assim sendo, além dos trabalhos de Hélio Jaguaribe e de Roland Corbisier, é possível identificar esse pressuposto em algumas teses como as de Álvaro Vieira Pinto e de Nelson Werneck Sodré, representantes da orientação marxista na primeira fase do ISEB. Se, como afirma Caio Navarro de Toledo (1998), o existencialismo não caracteriza o pensamento desse último distinguindo as duas interpretações, o *nacionalismo* não deixa de corresponder a uma convergência. Dessa forma, é possível dizer que esse ponto permeia o diagnóstico de Álvaro Vieira Pinto em *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956). Aqui, também se verifica o diagnóstico da ausência do pensamento filosófico no Brasil cuja raiz ele identifica, tal como Hélio Jaguaribe, na falta de condições de infra-estrutura e de autonomia intelectual e cujos resultados teriam se refletido na capacidade da filosofia em orientar a formulação dos problemas nacionais em função de uma *visão histórica de conjunto*. Nesse

³² O autor se refere a uma falta de *consciência crítica da história* e, nesse caso, cita os trabalhos de Conde Afonso Celso, Paulo Prado, Plínio Salgado, Sérgio Buarque de Holanda, Afonso Arinos e de Gilberto Freyre (p.55).

sentido, a autonomia intelectual parece caminhar junto com a autonomia econômica do país. Em Nelson Werneck Sodré (1960), o nacionalismo da interpretação da cultura brasileira pode ser percebido em um possível diálogo com o caráter universalista da ciência. Para ele, abrir mão de uma perspectiva histórica, que como se pode notar é argumento corrente na fundamentação do nacionalismo isebiano, em prol da valorização da tecnologia e do universalismo, corresponde a uma limitação científica.

João Cruz Costa

A associação do pensamento brasileiro ao passado colonial do país e a defesa de uma *filosofia autêntica* freqüentemente presentes nas teses isebianas, teve sua “versão uspiana” na figura de João Cruz Costa. A análise da maneira pela qual a *filosofia* no Brasil se desenvolveu a partir de suas condições históricas é o eixo do livro *Contribuição à história das idéias no Brasil - o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional* (1967 [1956]). Desse modo, partilhando com os diagnósticos da influência da situação colonial e da emergência de uma *consciência* dos problemas do Brasil nos anos 50³³, característicos nos autores isebianos destacados anteriormente, recorre ao argumento da necessidade de incorporação da História como instrumento de aproximação da Filosofia com a realidade e com os problemas nacionais que seguem a mesma linha das teses do Instituto.

Nessa linha, a interpretação de Cruz Costa sobre o desenvolvimento do pensamento filosófico no Brasil revela a atenção na maneira pela qual se estabeleceu a relação entre as idéias produzidas no Brasil e aquelas importadas da Europa. Partindo do Brasil Colonial e passando pela produção cultural do Século XIX, o autor constrói uma crítica ao que, em suas palavras, seria uma tendência predominante de absorção das idéias européias. Os critérios que o autor utiliza para definir o impulso de construção de um pensamento

³³ Segundo o autor, são expressão daquela preocupação as coleções *Brasiliana* (direção de Fernando de Azevedo), *Documentos Brasileiros* (direção de Otávio Tarquínio de Souza) e as mais recentes *Retratos do Brasil* e *Vera Cruz* (Editora Civilização Brasileira).

independente no Brasil põem em destaque, tal como no discurso isebiano, o grau de aproximação entre as idéias e os problemas do país, o paralelo entre o desenvolvimento das idéias e o desenvolvimento econômico e a iniciativa de ajustamento daquelas idéias à realidade do país. Com isso em vista, reconhece no positivismo, no naturalismo e no evolucionismo desenvolvidos no Brasil de meados do Século XIX indícios do surgimento de um processo de superação daquela tendência. Apesar de admitir o caráter importado dessas idéias, considera que esse movimento de absorção se somou a uma tentativa de *adequação* às condições do país. Não por outro motivo ganha destaque, no último período analisado, a emergência da *questão social* como uma característica que definiria os novos contornos da inteligência brasileira. Segundo o autor, é o positivismo que viria trazer a perspectiva sociológica que aproximaria o pensamento brasileiro à *índole pragmática* de herança portuguesa. O caso emblemático apontado pelo autor é o de Euclides da Cunha que teria se voltado para o Brasil, especificamente para o sertão, e, principalmente, iniciado uma reação contra a importação de idéias.

O período que se inicia após a Primeira Guerra Mundial, define Cruz Costa, é aquele que marca a intensificação do processo de *independência do pensamento brasileiro* pautada na preocupação com os problemas nacionais e vinculada ao desejo de emancipação nacional fortalecido pela Guerra. Reforçando a perspectiva nacionalista, Cruz Costa põe em evidência as figuras de Alberto Torres e de Jackson de Figueiredo e o Movimento Modernista como expressões dessas tendências. Em se tratando do traço pragmático, considerado da mesma forma fundamental na definição do avanço do pensamento brasileiro, o autor destaca Vicente Licínio Cardoso, Ronald de Carvalho, Paulo Prado, Oliveira Viana, Manuel Bonfim e Azevedo Amaral. Assinala-se, mais uma vez, a aproximação com as teses isebianas.

As fundações de um debate

Alguns fatores levantados acima mostram-se relevantes para a interpretação das análises de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos uma vez que ampliam o universo de discussões acerca da problemática do pensamento brasileiro, além de, evidentemente, comprovar a importância dessa temática para no Brasil dos anos 50 e 60. Para caracterização desse contexto léxico, marcado por reflexões sobre a tradição cultural e intelectual brasileira que dão suporte para a compreensão dos anos 1950 como momento particular da cultura no Brasil, destacam-se: a definição dos fatores desencadeadores; a periodização do desenvolvimento do pensamento social brasileiro; os critérios de identificação desse desenvolvimento; a relação dos autores considerados como pertencentes a uma tradição de pensamento; os diálogos dos autores entre si; as visões correntes sobre o assunto.

Como parte deste contexto de interpretações sobre o pensamento brasileiro, a análise de Florestan Fernandes sobre a formação da Sociologia Brasileira exposta em *A Sociologia no Brasil* (1980) põe em evidência uma compreensão universalista da ciência. Nesse sentido, o referencial de análise utilizado pelo autor é o que define como “Moderna da Civilização Ocidental”, ou seja, o desenvolvimento e a expansão de um tipo de sociedade pautado na intensificação do processo de *secularização e racionalização*. É esse o horizonte da interpretação de Florestan Fernandes sobre o nascimento da Sociologia no Brasil. Como fruto do processo iniciado em solo europeu a Sociologia brasileira não poderia deixar de representar, nessa perspectiva, o resultado do início do processo de modernização brasileiro cuja pedra fundamental é, para Florestan Fernandes, a Abolição da Escravatura.

...é legítimo admitir que a desagregação do regime escravocrata e senhorial possui, para o desenvolvimento da sociologia no Brasil, uma significação similar à da revolução burguesa para a sua constituição na Europa. A ela se associam a formação de uma mentalidade nova, na Inteligência brasileira, a criação de um horizonte intelectual

médio menos intolerante e conservador e, enfim, a autonomia do pensamento racional no sistema sócio-cultural. Além disso, as duas orientações que adquiriram um sentido fundamental no desenvolvimento histórico-social do pensamento sociológico no Brasil se vinculam diretamente àquele processo social (FERNANDES, 1980 [1956], p. 36).

A partir do pressuposto do avanço de uma concepção científica do mundo, Florestan Fernandes estabelece como marco do nascimento do caráter científico do pensamento sociológico brasileiro o que considera como superação da análise histórico-social pela análise positiva, ou seja, a busca por um tipo de interpretação baseado na pesquisa empírica e na sistematização teórica. Somado a isso, o sociólogo considera também como fatores importantes desse processo a influência dos intelectuais estrangeiros na introdução da pesquisa de campo no ensino universitário. Com isso, ganham destaque como expressão da fase inicial da *sociologia científica* no Brasil as obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Hollanda, Fernando de Azevedo, Nelson Werneck Sodr e e as influências docentes de Emílio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss. Por fim, são consideradas já como as primeiras manifesta es de contribui o teórica da produ o sociológica realizada no país determinados trabalhos de Roger Bastide, Pontes de Miranda, Fernando de Azevedo, Mario Lins, Arthur Ramos, A. Carneiro Leão, Donald Pierson, Herbert Baldus, Emílio Willems. A exposi o dessa interpreta o de Florestan Fernandes publicada originalmente em 1957 na revista *Anhembi*³⁴ demonstra os critérios e os autores reconhecidos pelo autor como expressão da prática da pesquisa científica no Brasil. Sendo assim, apresenta-se como fator de *objetividade* a incorpora o dos padrões universais da ciência. Ao mesmo tempo, a argumenta o também permite identificar o que   entendido como forma prematura de ciência e nesse caso aparecem tanto o método histórico-social quanto os autores com eles identificados como Euclides da Cunha e Alberto Torres.

³⁴ Trata-se do artigo "Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil" que também compõe o livro *A sociologia no Brasil*.

É aí que as divergências começam a aparecer. São esses dois autores que constam do rol dos precursores da Sociologia Brasileira definido por Guerreiro Ramos. A concepção de objetividade da Sociologia passa na argumentação de Guerreiro Ramos não pela incorporação dos padrões científicos universais, mas pela vinculação da produção do conhecimento aos problemas colocados pela sociedade. Partindo desse pressuposto, a análise do processo de desenvolvimento da sociologia no Brasil de Guerreiro Ramos está calcada na identificação de duas tendências teóricas, segundo ele, contraditórias. Uma, denominada “consular” (em *O processo da sociologia no Brasil* (1953)) e, também, “enlatada” (em *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1954)), estaria associada ao que considera como utilização indiscriminada de teses e autores estrangeiros que, para ele, implicaria o alheamento dos intelectuais em relação à especificidade nacional e aos problemas colocados por ela. Nessa primeira corrente, o sociólogo incorpora os autores Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Tristão de Ataíde, Pinto Ferreira e Mário Lins e, num sub-ramo dessa corrente, agrupa Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Arthur Ramos. A outra tendência que identifica na Sociologia Brasileira, essa “Autêntica”, é aquela que, para o autor, seria a representante da dimensão pragmática considerada imanente à reflexão sociológica e que lhe conferiria caráter científico. Seriam representantes dessa corrente Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Na interpretação isso corresponde ao momento que expressaria o desenvolvimento de uma *consciência* dos problemas da sociedade e de uma capacidade de intervir na solução dos mesmos. Nesse sentido, o nascimento da Sociologia Brasileira está, para ele, associado às tentativas de enfrentamento dos problemas da sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito ao seu uso como instrumento de construção da nação.

Foram imperativos práticos que suscitaram o aparecimento da sociologia e são ainda estes imperativos que estimulam, atualmente, o seu desenvolvimento, nos vários países. Imperativos práticos peculiares a cada um desses países. Daí que em cada país se registra uma direção e uma problemática específicas do pensamento sociológico. Elas

são uma coisa na França, outra na Inglaterra, outra na Alemanha, outras nos Estados Unidos, para só falar nos países líderes do trabalho sociológico.

(...) O ideal da sociologia universal nos países líderes do pensamento sociológico é, assim, um sintoma de etnocentrismo. Nos países culturalmente coloniais, é uma superfecundação compensatória do complexo de inferioridade de certos elementos de elite. (RAMOS, 1953, p. 8-9)

Nesse primeira aproximação entre os autores, salta aos olhos a distinção na interpretação das contribuições de Euclides da Cunha e Alberto Torres que, para Florestan Fernandes, são tomados como expressão de uma versão *apriorística* da Sociologia e que, para Guerreiro Ramos, seriam os pioneiros da Sociologia Científica. Além disso, pode-se dizer que muitos dos autores destacados por Florestan Fernandes por suas iniciativas de contribuição teórica, como Pontes de Miranda, Arthur Ramos e Mário Lins são citados por Guerreiro Ramos como representantes de uma tendência que foge ao seu parâmetro científico da Sociologia, ou seja, o pragmatismo. Também, vale destacar que as formulações sobre o processo de desenvolvimento da Sociologia no Brasil demonstram uma diferença na maneira pela qual os autores tratam esse processo como “autoconsciência científica” da sociedade, perspectiva que, como indicado, é freqüentemente encontrada no contexto intelectual dos anos 1950 e 1960. Enquanto para Florestan Fernandes, a Sociologia aparece como fruto da expansão dos critérios racionais de compreensão do mundo, substituindo o papel desempenhado pelo senso comum no padrão clássico da “Moderna Civilização Ocidental”, para Guerreiro Ramos, ela é manifestação de uma *consciência* dos problemas da sociedade, sendo esse pragmatismo diretamente relacionado à especificidade da realidade brasileira e, conseqüentemente, ao Nacionalismo. Ainda que o sociólogo paulista coloque essa autoconsciência tendo em vista a conscientização em relação aos problemas sociais, eles são diretamente relacionados ao processo de consolidação daquele padrão de sociedade. Daí se poder tomar a preocupação de Florestan Fernandes em romper com a perspectiva histórico-social, a partir da valorização da pesquisa empírica e dos

critérios científicos universais, como parte de um projeto de modernização racionalista característico da São Paulo dos anos 50 que recusava o passado e a história como referência (ARRUDA, 2001). Por outro lado, o destaque de Guerreiro Ramos a obras de cunho pragmático coloca a afirmação do nacionalismo e o rompimento com o isolamento intelectual característico do liberalismo. Essa última característica também é levantada por Florestan Fernandes em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1962), sem, contudo, lançar mão da defesa dos padrões científicos.

Esses critérios que envolvem diferentes formas de apreensão dos autores que fazem parte da tradição do pensamento social brasileiro e de definição dos moldes que definem a objetividade nas ciências sociais, da mesma forma, permitem estabelecer posicionamentos em relação aos intérpretes citados anteriormente que compartilham dessa ambiência. Assim, de um lado constata-se uma aproximação entre o tipo de interpretação e os critérios de objetividade colocados por Costa Pinto e a análise de Florestan Fernandes sobre o processo de desenvolvimento da Sociologia no Brasil³⁵. Ambos os autores enfocam a associação desse processo às transformações vivenciadas pela sociedade brasileira. Mesmo que o primeiro autor vincule o desenvolvimento da Sociologia às necessidades práticas levantadas pela sociedade, é o desenvolvimento conceitual que ganha abrangência na argumentação, bem como suas manifestações no plano cultural e institucional. Dentre os intelectuais destacados por Costa Pinto e Florestan Fernandes são pontos em comum aqueles considerados como forma prematura de análise sociológica tais como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna. Ao mesmo tempo, pode-se destacar dois fatores que denotam a oposição de Costa Pinto à perspectiva de Guerreiro Ramos. De um lado, Costa Pinto refuta a tese de que as ciências sociais no Brasil estariam *alienadas*, de outro, destaca Nina Rodrigues, Pontes de Miranda e Arthur Ramos como contribuições ao desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, autores

³⁵ Por outro lado, há divergências entre esses autores a respeito da problemática da relação entre conhecimento sociológico e estrutura social sobretudo em relação à capacidade de incorporação do pensamento sociológico na realidade social (FERNANDES, 1960 [1947]; VILLAS BÔAS, 2006).

esses rechaçados pelo sociólogo isebiano. Para Gláucia Villas Bôas (2006), a distinção fundamental entre os três sociólogos no que se refere aos critérios de objetividade revela, ao mesmo tempo, uma “disputa pelo reconhecimento de uma nova elite intelectual”. Por outro lado, é possível identificar a convergência entre Guerreiro Ramos e seus interlocutores no ISEB. Além do instrumental conceitual comum que evidenciam como fatores explicativos a *alienação*, a originalidade, a *inautenticidade*, a *transplantação* ou *importação de idéias*, o *pragmatismo* e *colonialismo*, pode-se reconhecer a afinidade na centralidade adquirida na argumentação pelo *nacionalismo*. Vale lembrar a figura de Cruz Costa que no seio da institucionalidade paulistana teria demonstrado uma aproximação com esse tipo de argumentação sobretudo no que diz respeito à ênfase no desenvolvimento do pensamento em função de seu caráter pragmático e de sua associação ao nacionalismo.

A crise das ciências sociais

Os diferentes caminhos que caracterizam esses diagnósticos se desdobraram na análise da situação *crise* da sociologia nos anos 50 diagnosticada por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos e ganharam expressão, também, na argumentação de outros autores. Essa construção da idéia dos anos 50 como momento decisivo na construção de novos caminhos para o Brasil percorre grande parte das interpretações sobre a realidade brasileira e impulsiona análises que procuram atribuir a especificidade do momento.

As pesquisas realizadas por Costa Pinto e Edison Carneiro (1955) tinham focadamente o objetivo de fazer um diagnóstico da situação das ciências sociais no Brasil na metade dos anos 50 e contaram com o financiamento CAPES. Essa iniciativa de compreensão do estado das ciências sociais demonstra a importância que a área adquire nesse contexto e isso se justifica pelo reconhecimento de seu caráter estratégico no processo das transformações em curso na realidade social brasileira. Por isso, a necessidade de identificação das dificuldades enfrentadas na área. Os resultados a que chegam os autores

denunciam, sobretudo, a falta de condições materiais e de regulamentação da profissão de cientista social.

Além dessa análise específica sobre a situação das ciências sociais no Brasil, pode-se retirar da análise particular de Hélio Jaguaribe (1957 [1952]) sobre os problemas da Filosofia Brasileira elementos que fazem parte do léxico das discussões que procuravam caracterizar um quadro de crise nas ciências sociais. Como já foi indicado, o autor defende a tese segundo a qual a falta de condições materiais e morais experimentada pelo pensamento filosófico no Brasil seriam os fatores de impedimento da *originalidade filosófica* e seriam a causa de sua qualidade transplantativa do país. A compreensão da situação de crise da filosofia se fundamenta na identificação de dois traços contraditórios, um descompassado, já que mantenedor do caráter transplantativo e, outro, potencial, fruto dos indícios de superação do atraso cultural e econômico. Em outras palavras, pode-se dizer que o autor partilha do diagnóstico do atraso da cultura brasileira em relação ao desenvolvimento econômico do país e da possibilidade de superação desse descompasso. A mesma concepção de falta de condições de infra-estrutura e de autonomia intelectual é a base da interpretação de Álvaro Vieira Pinto (1956) sobre o estado do pensamento filosófico no Brasil. No caso desse autor isebiano, a proposta de superação dessa *fase de transição* está diretamente relacionada à formulação de uma *ideologia* e de um *projeto de desenvolvimento* que, para ele, a Filosofia deveria empreender. Dessa forma, compartilha com o grupo a tese da associação do pensamento aos problemas nacionais. Finalmente, outro argumento que procura qualificar um novo momento da realidade cultural brasileira é apresentado por Roland Corbisier (1956) e Cruz Costa (1967 [1956]). Segundo eles, o novo quadro corresponde à emergência de uma *consciência crítica*

Como se pode perceber, os diagnósticos desse estado de *crise* passam por teses sintetizadas em noções como *papel das ciências sociais*, *condições materiais e morais*, *desenvolvimento cultural*, *emancipação cultural*, *consciência*, *ciência* e *ideologia*. Esse vocabulário pode ser observado

especificamente nas interpretações de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. Segundo o sociólogo paulista, a Sociologia nos anos 50 estaria numa situação *paradoxal*. Por um lado, o prosseguimento do processo de desenvolvimento da Sociologia no Brasil teria permitido um grande avanço indicado pelos resultados das pesquisas dos primeiros sociólogos formados no Brasil e, também, a valorização do papel da Sociologia na sociedade. Dessa situação, o sociólogo retira a idéia de que naquele momento estariam se fortalecendo tendências de desenvolvimento *autônomo* da produção sociológica brasileira. Por outro lado, são as condições institucionais e a disposição de verbas para a pesquisa que constituíam, para ele, os limites impostos ao progresso da Sociologia naquele momento. Trata-se, aqui, de maneira específica, de uma crítica direta ao Governo Estadual³⁶.

A situação, descrita de modo tão sucinto, pode ser apreciada de dois ângulos. De uma perspectiva “teórica”, ela ilustra algo bem conhecido pelos cientistas sociais: a incapacidade dos países subdesenvolvidos de transplantar para o seu meio cultural, e aproveitá-los adequadamente, técnicas, conhecimentos e valores de países plenamente desenvolvidos. Do ponto de vista “prático”, ela demonstra que os países subdesenvolvidos enfrentam condições de vida que podem atuar como obstáculos perigosos ao progresso interno, pois não se deve apreciar diversamente a tendência a constranger a expansão do sistema científico. (..) As ciências sociais poderão preencher funções construtivas, como fator de desenvolvimento da sociedade brasileira. Mas isso não poderá ocorrer sem que se criem condições satisfatórias de trabalho e sem que se dê aos cientistas sociais o mínimo de recursos financeiros, técnicos e humanos de que precisam. Por aí se vê que é indispensável dar maior atenção ao que significa, para o Brasil, a ameaça de colapso que está pesando sobre os cientistas sociais de São Paulo (FERNANDES, 1980 [1957], p.87).

³⁶ Para maiores informações sobre a tensão entre a FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) e o Governo Jânio Quadros (1964-1958), consultar Romão (2003).

Em suma, para Florestan Fernandes, a *crise* é relacionada, antes, às condições institucionais e materiais que propriamente a alguma espécie de limitação teórica da sociologia brasileira produzida até o momento. O que o autor denomina como “estagnação da capacidade de auto-desenvolvimento”, que definiria a situação de crise, seria o resultado da valorização insuficiente da importância do conhecimento científico, em especial da sociologia, para a sociedade. Trata-se de uma crítica, tal como em Costa Pinto, à disposição de poucos recursos para a realização de pesquisas. Esse ponto de vista vai diretamente de encontro com a definição de *crise* e, conseqüentemente, de *autonomia* da sociologia de Guerreiro Ramos. Para esse, a Sociologia brasileira chegara aos anos 1950 expressando uma situação de *imaturidade* e *alienação*. No primeiro caso, o autor ressalta a falta de realização do princípio de *objetividade* da sociologia que, no seu ponto de vista, está ligado ao seu interesse e a sua capacidade de intervenção social. Esse diagnóstico é a base do livro *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* (1954) no qual Guerreiro Ramos procura rebater as críticas sofridas no II Congresso Latino-americano de Sociologia em 1953³⁷ sistematizando as propostas apresentadas nesse congresso. O segundo fator responsável pela situação de crise na Sociologia, para Guerreiro Ramos, corresponde ao que define como falta de *consciência* da disciplina quanto ao seu papel na realidade social. Para o autor, essa consciência se define como reflexão crítica sobre os conceitos e metodologias importados e como vinculação estreita aos problemas nacionais que, como se pode identificar no livro, está relacionado à temática da industrialização. Isso lança as bases para a segunda contradição em relação à interpretação de Florestan Fernandes, ou seja, a idéia de *autonomia*. Se, para este, a autonomia do pensamento social brasileiro se configuraria na medida do avanço teórico e da pesquisa científica, em Guerreiro Ramos, ela corresponde à capacidade de construir uma Sociologia Brasileira, se não livre, pelo menos não determinada pelas teorias produzidas fora do país. Como se vê, a terminologia e os pressupostos, de maneira geral, estão,

³⁷ As críticas apareceriam novamente no I Congresso Brasileiro de Sociologia realizado no ano seguinte.

novamente, de acordo com as teses de Hélio Jaguaribe, Vieira Pinto, Roland Corbisier e Cruz Costa nas quais figuram como centrais as idéias de emergência de uma *consciência* dos problemas brasileiros e de *autonomia* como características do pensamento brasileiro *autêntico* dos anos 1950, em oposição às permanências de uma forma de pensar descompassado com a *nova fase* ou *fase de transição* pela qual o país estaria passando.

Além de “consular”, esta é uma sociologia que pode ser dita enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural.

(...) Esse exemplarismo é um dos aspectos do que se pode chamar de “doença infantil” da sociologia nos países coloniais, doença que torna a disciplina referida uma “gesticulação”, vazia de significados, um ato em oco, uma ação ilusória, mas capaz de satisfazer a certos indivíduos. (RAMOS, 1995 [1957], p.109)

Capítulos de um confronto

Diferentes diagnósticos, diferentes propostas. É o que se pode notar em dois fatores específicos da discussão sobre os novos paradigmas e de definição dos parâmetros de cientificidade que se tornaram temas fundamentais no momento: a canalização de recursos para a pesquisa e a formação de quadros. Não é à toa que o momento coincide com a já citada pesquisa encomendada pela CAPES (PINTO e CARNEIRO, 1955). No primeiro caso o confronto se dá diretamente por meio de acusações recíprocas que podem ser identificadas no debate travado por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos no final dos anos 50. Nesse debate³⁸, Florestan Fernandes critica especificamente duas teses defendidas por Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia e desenvolvidas em *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* (1954) correspondentes à 4^a. e à 7^a. recomendações que apregoavam a restrição das pesquisas sociológicas a aspectos globais da sociedade e à adequação dessas pesquisas aos recursos disponíveis e ao “nível cultural” do país. A refutação do

³⁸ O debate pode ser observado em: Ramos, 1963; Fernandes 1976. Para maior detalhamento desse debate e da participação de outros autores no mesmo consultar: Bariani Jr. (2003)

sociólogo paulista corrobora seus posicionamentos sobre o desenvolvimento da sociologia brasileira. Rejeitando explicitamente ao definir as teses de Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes as interpreta como uma *falácia* que implicaria o afastamento da pesquisa empírica sistemática e dos critérios científicos de objetividade e, também, a imposição de limites ao progresso da sociologia brasileira. Indo de encontro à tese central de Guerreiro Ramos, afirma que tais implicações dificultariam justamente a aplicação eficiente do conhecimento científico à realidade social.

Rebatendo tais acusações, no prefácio à segunda edição de *A Redução Sociológica* (1963), Guerreiro Ramos realiza uma crítica fervorosa com base em seus pressupostos teóricos. Nessa réplica, a principal acusação a Florestan Fernandes incide sobre a relação entre teoria e prática que, segundo ele, o sociólogo paulista deixaria de responder satisfatoriamente. Além desse elemento, que é um dos pilares da proposta de Guerreiro Ramos para a Sociologia Brasileira, fundamenta sua crítica em outros fatores igualmente conectados às principais teses defendidas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia. Nesse sentido, qualifica as idéias de Florestan Fernandes como expressão de falta de consciência social, de alienação cultural e política, de uma visão institucionalizada da Sociologia Brasileira e de isolamento intelectual. Esses argumentos são fundamentados no segundo pilar das teses de Guerreiro Ramos, o Nacionalismo. A partir dele o autor estabelece a independência cultural e econômica do país como os principais problemas nacionais, canalizando o pragmatismo intelectual nessa direção.

No segundo caso da discussão, aquele da definição dos critérios de formação dos sociólogos, pode-se dizer que é resultado do empenho em estabelecer os moldes do desenvolvimento da disciplina no Brasil e por esse motivo leva as marcas do diagnóstico do estado de crise e das propostas sugeridas pelos autores tanto no nível da teoria quanto das condições materiais de realização da pesquisa sociológica no Brasil. Se, de um lado, aparece o argumento da necessidade de aprendizagem “científica” por meio da obtenção de

conhecimento teórico e dos instrumentos para pesquisa nas propostas de Florestan Fernandes (1980), de outro, figura a tese segundo a qual a capacidade criadora dos novos sociólogos somente seria desenvolvida através do incentivo à produção *autêntica* que como foi visto na argumentação de Guerreiro Ramos (1958a), pressupõe uma atitude crítica com relação à importação de teorias estrangeiras. E isso também pode ser observado na definição da importância da pesquisa de comunidades na formação da nova geração de sociólogos e para o desenvolvimento da Sociologia Brasileira de maneira geral. Enquanto para Florestan Fernandes esse tipo de pesquisa faria parte do treinamento dos jovens para a prática científica³⁹, para Guerreiro Ramos, o estudo de comunidades seria responsável por um desperdício de verbas. Para o sociólogo isebiano, deveriam ser priorizadas as pesquisas de caráter geral de forma a não comprometerem a disponibilidade de recursos destinados ao desenvolvimento nacional. Com isso, se expressam as divergências sobre as estratégias para o desenvolvimento da pesquisa sociológica no Brasil.

As notas levantadas pelos autores correspondem às respectivas propostas teórico-metodológicas e, por esse motivo, demonstram como o debate está além de mera refrega circunstancial. A simplificação da polaridade *teoria X prática* na interpretação das posições de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos se revela na medida em que se aproxima das construções teóricas. Mesmo tendo em vista a distinção fundamental no que se refere aos critérios de objetividade na Sociologia que fundamenta aquela polarização, pode-se identificar tanto a preocupação de Florestan Fernandes com a delimitação do papel da Sociologia na sociedade quanto a tentativa de Guerreiro Ramos em conferir fundamentação

³⁹ Isso sem prescindir da crítica a estado das artes dos estudos de comunidade contemporâneos que, segundo ele, careceriam ainda de desenvolvimento no sentido da consolidação de um “modelo positivo de pesquisa fundamental que pode ser observada no texto “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil” cujas publicações datam do anos 1956-1957 na revista *Anhembi* (FERNANDES, 1958). Nesse mesmo texto Florestan Fernandes estabelece um diálogo direto com Guerreiro Ramos ao apontar criticamente a “supervalorização” da aplicação prática das ciências sociais. Desse modo, corrobora a tese segundo a qual a idéia de papel das ciências sociais estaria em plena consonância com o desenvolvimento científico. Além disso, destaca também que a adequação dos pesquisadores a sua situação de trabalho não impossibilitaria o avanço teórico na área da etnologia.

científica a suas propostas. Antes de constituir mero reconhecimento recíproco, tal movimento consiste justamente na relação que os autores estabelecem com o status adquirido pela ciência, em especial pela sociologia, na interpretação da realidade social, nos anos 1950⁴⁰ e, conseqüentemente, com o caráter político dessa relação. Não é à toa que em meio às discussões sobre a crise econômica brasileira do início dos anos 1960, os debates na esquerda e a crise política que culmina no golpe de 1964, pode-se identificar um movimento de maior flexibilização dessas idéias. Nele, Florestan Fernandes abre espaço para a questão da dependência cultural e econômica brasileira e Guerreiro Ramos para a perspectiva emancipatória do racionalismo que podem ser percebidos em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1962) e na segunda edição de *Redução Sociológica* (1965) respectivamente. Por isso, a exposição da maneira pela qual ambos os autores se voltam para a definição do papel da sociologia na sociedade é indicativo da dimensão política dessa posição já que pressupõe tanto a definição dos instrumentos quanto do efeito esperado pela utilização dos mesmos na sociedade. É a partir dessa dimensão que a recolocação de problemas demonstra não constituir um movimento independente do plano das idéias, mas uma vinculação entre essas e a realidade social.

É possível dizer que a discussão sobre o caráter e os métodos da reflexão sociológica se inscreve no plano das indagações sobre a possibilidade de desenvolvimento e autonomia nacionais característico dos anos 1955 a 1964. Dessa forma, adquire as formas de confluência de perspectivas nacionalistas e cosmopolitas. Falar em avanço, em progresso, mesmo em se tratando de um país, ou de uma nação como se definia na linguagem corrente, coloca necessariamente uma referência ao que se considera o mais alto grau de desenvolvimento e, nesse caso, entram em questão tanto os países de

⁴⁰ Para Octavio Ianni (1993), o pensamento brasileiro é predominantemente jurídico antes de 1930, sociológico entre 1930 e 1964 e economicista a partir de 1964. Tendo em vista o pressuposto da relação entre cultura e política, é possível compreender a definição do papel da sociologia empreendida pelos autores como parte de um movimento de legitimação da disciplina no plano político. Por outro lado, a participação de intelectuais da área da Economia no Governo através das Assessorias Econômicas e nos Planos de Desenvolvimento e Estabilização também reflete uma possível tensão entre a Sociologia e aquela última disciplina.

capitalismo avançado quanto a produção científica realizada nos mesmos. Por outro lado, no plano político, o princípio de convivência e conciliação política de cunho getulista, que guiara as primeiras iniciativas de condução do processo de desenvolvimento do Brasil, vai se enfraquecendo na mesma intensidade em que se fortalecem as contradições. Essa ambigüidade se fará presente nas argumentações de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos na definição do caráter do desenvolvimento da ciência, em especial da sociologia, no Brasil. Evidentemente, é possível afirmar a tomada de partido de ambos os autores para um dos lados desse enfrentamento, mas é importante destacar que, para além de qualquer tipo de maniqueísmo, tais preferências não correspondem a uma filiação sectária e intransigente. Como já foi dito, o próprio caráter da problemática induz necessariamente a referências recíprocas, ou seja, não há como se falar em ciência nacional sem se ter de enfrentar os padrões científicos universalizados, ao mesmo tempo em que não é possível tratar da aplicação desses instrumentos em uma realidade específica, no caso subdesenvolvida, sem ter de lidar com a especificidade nacional. Por isso, antes de configurarem contradições ou imprecisões, as tensões a esse respeito são próprias da natureza da temática no Brasil.

Em busca de legitimidade

Constatada a ambiência que colocava a Sociologia e as Ciências Sociais, em alguns casos a Filosofia, em posição de destaque na orientação da nova configuração da realidade brasileira, não se torna difícil a identificação de impulsos no sentido de contribuir para a sistematização da nova forma de conhecimento proposta⁴¹. A sistematização das propostas de instrumentalização e constituição da Sociologia no Brasil formulada por Florestan Fernandes pode ser

⁴¹ Vários movimentos podem ser identificados como pertencentes àquele impulso, tais como: a preocupação da *Revista Brasileira* com o caráter de *objetividade* de suas publicações (RUBIM, 1998); a presença de organismo internacionais nas pesquisas realizadas no Brasil como a UNESCO e o CLAPCS (Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais) (OLIVEIRA, 1995); o fôlego do processo de institucionalização das ciências sociais em Minas Gerais nos anos 50 e 60 (ARRUDA; 1989); a empreitada do grupo do Seminário de Marx no sentido da construção de uma nova forma de interpretação do Brasil (1960).

encontrada nos trabalhos teóricos do autor como *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* e *A Sociologia numa Era de Revolução Social* bem como os trabalhos interpretativos como, por exemplo, *A Organização Social dos Tupinambá* (1949), *a Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (1952), *Mudanças Sociais no Brasil* (1960) e *Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964). Não é difícil identificar, nesses trabalhos, uma tentativa de satisfazer os seus pressupostos para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, ou seja, a discussão teórico-metodológica sobre a maneira pela qual os métodos poderiam dar conta da realidade brasileira e a interpretação empírica dessa mesma realidade. Para Florestan Fernandes, essas seriam as atitudes esperadas dos sociólogos empenhados na construção da Sociologia no Brasil. A possibilidade de *síntese* das teorias a partir de uma nova realidade parece fazer parte de uma busca de legitimação da Sociologia brasileira em relação à produção científica internacional. Por isso, ganha dimensão explicativa freqüente nesses trabalhos o paralelo com os modelos clássicos e exemplares de modernização, o que reforça uma visão cosmopolita e universalista.

...foi depois de longa evolução que os padrões de trabalho intelectual, prevaletentes no campo da reflexão sociológica, atingiram níveis e orientações já esboçados ou estabelecidos na Europa desde o terceiro quartel do século XIX. Podem-se apontar várias vantagens nessa situação que oferece um ponto de partida mais rico ao jovem sociólogo brasileiro ou que lhe concede uma posição ideal para realizar uma síntese neutra entre os resultados e as tendências metodológicas da sociologia em países europeus e nos Estados Unidos. (FERNANDES, 1980 [1956], p.28)

Em Guerreiro Ramos, esse empenho em conferir legitimidade à produção sociológica brasileira, como já foi indicado, adquire outros contornos. É por meio do reconhecimento de uma capacidade de produção sociológica original e *autêntica* e da crítica intensa ao que considera como transplantações literais na Sociologia que o autor expressa o traço nacionalista de suas propostas teóricas. Pode-se afirmar, com isso, que há laços estreitos entre seu projeto de construção

de uma teoria sociológica autenticamente brasileira e idéia de “substituição de importações” própria da terminologia desenvolvimentista de meados dos anos 1950. É o que se pode notar nas definições de *transplantações predatórias* e *transplantações acelerativas*⁴² e de *universalidade* e *particularidade* na Sociologia⁴³. Finalmente vale destacar novamente que essa busca por uma produção nacional também diz respeito aos pressupostos de uma essência pragmática da sociologia. Essas duas dimensões podem ser encontradas como fundamento e justificativa dos trabalhos de Guerreiro Ramos: “A Dinâmica da Sociedade Política no Brasil” (RAMOS, 1995), “A Problemática da Realidade Brasileira” (RAMOS, 1956), *As Condições Sociais do Poder Nacional* (RAMOS, 1957a), *Ideologias e Segurança Nacional* (RAMOS, 1957b) e, finalmente, sobre *A Redução Sociológica* (RAMOS, 1958a). Eles procurariam, nas palavras do autor, dar respostas a problemáticas fundamentais para o desenvolvimento nacional realizando um “engajamento efetivo” e contrapondo-se aos trabalhos que considera como academicistas. Dessa maneira, a vinculação do desenvolvimento da sociologia com o desenvolvimento nacional, diga-se *autônomo*, mostra-se patente.

São as condições reais da fase atual da sociedade que permitem, hoje, que se inicie, de modo plenamente consciente, o trabalho de formulação de uma sociologia nacional. E também o presente momento da história universal, em que o imperialismo entre em crise e as chamadas áreas atrasadas se empenhem no caminho de auto-afirmação. (RAMOS, 1995 [1957], p.44)

(...) A nossa estrutura econômica e social, em seu presente estágio, começa a oferecer ao trabalho intelectual

⁴² As primeiras seriam aquelas que comprometeriam a renda nacional, não proporcionando soluções condizentes à fase de desenvolvimento do país, capitalização e nem reserva de divisas fundamentais ao desenvolvimento econômico. As transplantações acelerativas, ao contrário, seriam aquelas capazes de intensificar o processo de capitalização e de desenvolvimento, sendo, portanto, fundamental para esse processo. Nota-se que, além da argumentação sobre as transplantações *predatórias* e *acelerativas* mostrarem-se consideravelmente próximas às teses da CEPAL, o próprio autor se refere a essa instituição como empenhada nessa questão. Aqui, se revela também certo primado da economia na definição das medidas para o desenvolvimento.

⁴³ Para ele, o primeiro aspecto seria reservado aos enunciados gerais enquanto o segundo aos condicionantes histórico-sociais.

oportunidade de tornar-se criador, do ponto de vista coletivo. As forças centrípetas, em atuação na economia brasileira, atingem o trabalho intelectual e o reorientam no sentido da busca da autonomia material e moral do país. Este fato se configura mesmo como um fenômeno geracional entre os rapazes de vinte e trinta anos, que estão iniciando sua carreira de intelectuais. Não se trata rigorosamente de uma renascença. É, antes, um nascimento. (RAMOS, 1995 [1957], p.51)

As bases teóricas

O esforço de reflexão de grande parte dos autores sobre a realidade social brasileira dos anos 50 também se fundamenta em determinados pressupostos teóricos que estão diretamente relacionados com a concepção de Ciência, de Sociologia, ou de Filosofia expressas acima. Os anos 1950 se apresentam bastante frutíferos em função dos resultados obtidos da conjunção das temáticas com as propostas metodológicas e com o afã de interpretação do processo de modernização brasileiro. Alguns dos referenciais mais importantes do período desenvolvimentista brasileiro podem ser encontrados nos desdobramentos da teorização sobre o subdesenvolvimento realizada pela Cepal e por Celso Furtado em especial nos trabalhos produzidos no CLAPCS e no ISEB. Como destaca Lucia Lippi de Oliveira (1995b), no caso do CLAPCS especificamente, os trabalhos expressavam plena associação com os temas que giravam em torno dos problemas do desenvolvimento, passando pela noção dualista centro/periferia e constituindo um projeto de desenvolvimento para a América Latina. Entre o centro e o ISEB é possível reconhecer pontos comuns de discussão, contudo, essa aproximação se limitou a temas e conceitos do desenvolvimento não se estendendo aos resultados das pesquisas em função da distância de pressupostos metodológicos das instituições. Dentre eles destacam-se as propostas de construção de uma ideologia do desenvolvimento formuladas no ISEB que caracterizam a maneira pela qual se coloca a relação ciência/ideologia em grande parte dos trabalhos ali realizados (OLIVEIRA, 1995b). Além disso, ao lado da influência do universo conceitual e metodológico cepalino

que permeou ambos os centros de estudos localizados no Rio de Janeiro, coloca-se a raiz existencialista que orientou grande parte dos trabalhos produzidos no ISEB e que é marca significativa da instituição. Nesse caso, observa-se que a centralidade da categoria existencialista da *alienação* se desdobra em outras noções fundamentais, tais como *heteronomia*, *inautenticidade*, *mimetismo*, *transplantação*, *ser em situação*, *ser no mundo*, e *dependência* mostrando relação direta com a polaridade metrópole/periferia e revelando uma tentativa de atribuir uma versão brasileira na interpretação desses fenômenos (TOLEDO, 1997). A preocupação com a adaptação de metodologias e conceitos e a influência do existencialismo já figuravam no “grupo de Itatiaia” e estabeleceriam os liames desse grupo com a filosofia existencialista produzida em São Paulo (BARIANI, 2005)⁴⁴. Aqui se inscreve, novamente, uma ponte entre esses trabalhos e o de de Cruz Costa (1967 [1956]) no qual se podem notar as categorias de *autenticidade*, de *consciência* e de *situação colonial* desenvolvidas no ISEB e de uma aproximação com as teses de Nelson Werneck Sodré (PRADO Jr, B; 1986).

Além dessas interpretações que procuraram, por meio de uma metodologia específica, produzir uma nova interpretação do país, vale lembrar também as iniciativas da UNESCO no Brasil que propiciaram, somada à experiência já destacada do CLAPCS, as pesquisas sobre a questão racial no Brasil e as pesquisas do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) sendo, nesse último caso, de onde provieram muitos dos pesquisadores do CLAPCS (MAIO, 1999; OLIVEIRA, 1995). Apesar de sua especificidade temática, essas pesquisas permitiram que esses temas penetrassem nas idéias de papel da ciência e de sua relação com o desenvolvimento da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que eram influenciadas por elas. Como parte dessa contribuição, Fernanda Massi (1989) lembra também do dinamismo das influências norte-americanas que se constituíram na contribuição institucional e

⁴⁴ Os laços com o Existencialismo de São Paulo foram, segundo Edison Bariani, rompidos em função da incompatibilidade em relação ao pragmatismo dos cariocas. Única exceção de estreitamento de laços se apresenta na figura de Roland Corbisier que passaria a integrar o grupo (BARIANI, 2005).

teórica de Donald Pierson em São Paulo com seus “estudos de comunidade”⁴⁵, nas pesquisas realizadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) com o apoio da UNESCO e que se desdobra no CBPE no Rio de Janeiro e nas pesquisas iniciadas pelo Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University e que foi incorporado ao projeto da UNESCO sobre as relações raciais na Bahia. Finalmente, vale destacar a iniciativa de Giannotti (1960) em sistematizar as discussões do grupo d’O *Capital*. Esse último caso corresponde a uma iniciativa de colocar a interpretação da realidade brasileira em novos patamares. Nas palavras de Paulo Arantes (1995) esse trabalho marca a figura de Giannotti como o precursor do marxismo filosófico no Brasil. Procurando se situar frente as interpretações de cunho desenvolvimentista e às vertentes de análise do pensamento marxista, o autor defende a *neutralidade científica*, recusa a *positivação do pensamento* e reafirma a necessidade de superação das formas até então vigentes de compreensão metodológica da obra de Marx. Dessa forma estabelece diálogo direto tanto com o desenvolvimentismo isebiano, que passa a ser alvo de crítica nessa ambiência intelectual, quanto com a tradição de pensamento uspiana que inclui a figura de Florestan Fernandes que não foi convidado a participar desse *Seminário*.

Para Florestan Fernandes, o Brasil de meados do século XX é um país em estado de *mudança social* e isso está diretamente relacionado à escolha do autor pelo *Método de Interpretação Funcionalista* (1972 [1953]) como instrumental capaz de dar conta das transformações da realidade brasileira daquele momento. Compreendendo a sociedade como um sistema no qual certos fatores são responsáveis pela sua alteração ou manutenção, Florestan Fernandes reconhece a capacidade do método em identificar as *tendências* e os *obstáculos* ao que considera como processo de *mudança social*⁴⁶. O registro dessa concepção é

⁴⁵ Juntamente com Emílio Willems e Lucilla Hermann, Pierson forma o grupo dos pioneiros dos estudos de comunidade no Brasil (VILA NOVA, 1998).

⁴⁶ Apesar de compreender os condicionantes históricos dos *obstáculos* ao desenvolvimento nacional, Florestan Fernandes reconhece que o diagnóstico dos “problemas sociais” e a definição de suas soluções teriam melhores resultados se analisados a partir do Método de Interpretação Funcionalista.

cultural e comportamental correspondendo, assim, à passagem da *Ordem Social Tradicional* para a *Ordem Social Capitalista* (1960), na qual são fatores centrais as funções desempenhadas pelos processos de “secularização” e “racionalização” na Europa⁴⁷. Florestan Fernandes define, desse modo, as questões sobre as quais a Sociologia deveria se debruçar para não só compreender as transformações pelas quais o Brasil estava passando, mas também, para contribuir para a solução dos problemas sociais gerados por elas.

Em contrapartida, a proposta de Guerreiro Ramos para interpretação da realidade brasileira está baseada na concepção de *fase de desenvolvimento* por meio da qual procura rejeitar as teorias e as soluções praticadas por países avançados. Se em Florestan Fernandes são os padrões ocidentais modernos que permitem reconhecer o papel e o caráter do processo de “racionalização” da sociedade brasileira e de certo modo pressupor um recurso da Sociologia Comparada, em Guerreiro Ramos é justamente a diferença da situação brasileira em relação a dos países com processo de modernização adiantado que precisa ser destacada para a compreensão do Brasil. O que esse último autor define como *Método Faseológico* (1951a) consiste na definição da *fase de desenvolvimento* de uma sociedade a partir das *leis estruturais* que regem a organização social. Mesmo sem dar indicações precisas sobre a forma de definição dessas leis, sobretudo no que dizem respeito a sua relação com a concepção universal de caráter estruturalista, isso corresponde a uma preocupação do autor com o estabelecimento da especificidade da situação nacional, ou seja, uma condição de *transição* para o desenvolvimento que, como já foi dito, bebe na fonte do Existencialismo⁴⁸. Essa é a justificativa da proposta

⁴⁷ Nesse caso específico, a interpretação incorpora o pondo de vista da Sociologia Comparada na qual o autor se baseia, ou seja, na medida em que ela permite analisar as características estruturais e funcionais comuns aos sistemas sociais do mesmo tipo que são, por sua vez, formulados a partir da concepção de *principia media* de Mannheim (1962)

⁴⁸ Por outro lado, nos anos 40, a definição de *fase* estava ligada a uma visão universalista do autor a ponto de a *planificação* ser compreendida como a nova fase da sociedade ocidental. Da mesma forma, o sociólogo define o livro de Mário Lins *A transformação da lógica conceitual da sociologia e a racionalização da administração pública brasileira* como expressão de uma nova fase da evolução da sociedade e do Estado. O primeiro caso corresponde à compreensão das teorias de campo tratadas no livro como a emergência da teoria funcional da causalidade e essa como expressão do desenvolvimento da sociologia em sua relação com o desenvolvimento da sociedade

metodológica de *Redução Sociológica* (1958a), uma vez que essa consiste fundamentalmente em um tipo de relativização dos métodos e conceitos produzidos internacionalmente, e em uma proposta de associação entre conhecimento e origem social. Em suma, trata-se de uma forma de adequar a reflexão sociológica à fase de desenvolvimento do Brasil e, com isso, criar as bases para a intervenção da Sociologia na sociedade⁴⁹.

A partir dessas concepções pode-se identificar duas formas de apreensão do processo de transformação da sociedade brasileira vivenciado naqueles anos. De um lado pode-se reconhecer com Gabriel Cohn (1986) que o tratamento das transformações ocorridas no Brasil dos anos 1950 e 1960 como “ordem social competitiva” e não como *capitalista* ou *burguesa*, como se percebe em Florestan Fernandes, está diretamente relacionado ao empenho em realizar uma análise estritamente sociológica; de outro, é possível identificar em Guerreiro Ramos o marco da influência cepalina na predominância da economia na definição da *fase de desenvolvimento* da sociedade brasileira. Além disso, alguns elementos podem ser identificados como pertencentes a um universo comum de discussões como a influência de Mannheim⁵⁰ e como a referência comum a Myrdal⁵¹ que podem ser identificadas em ambos os autores, mas cuja aplicação adquire sentidos muitas vezes contraditórios. De maneira geral, entretanto, aquelas tendências de interpretação da realidade brasileira marcam fortemente os

brasileira (vale lembrar que as teorias desse caráter metodológico bem como o próprio Mário Lins serão criticados pelo autor justamente por seu caráter universalista) (RAMOS, 1946c; 1947c). O segundo caso leva o autor a uma atitude comparativa com relação ao processo de racionalização do trabalho ocorrido nos Estados Unidos que fundamenta sua crítica aos obstáculos encontrados pelo processo no Brasil (RAMOS, 1949).

⁴⁹ Esse pressuposto da relação entre o desenvolvimento social e o teórico e a defesa de uma adequação dos pressupostos internacionais para cada situação histórica também está presente em Ignácio Rangel (1957).

⁵⁰ Em muitos aspectos dos trabalhos de Guerreiro Ramos deste período pode-se identificar a influência de Mannheim. Dentre eles, pode-se destacar a) a distinção entre *administração* e *política*; b) a definição de *racional* e *irracional*; c) a definição de *Planificação*; d) a noção de *principia media*; e) o princípio da Sociologia do Conhecimento; f) a concepção de *Intelligentsia*. Em Florestan Fernandes, são expressão dessa influência: a) a definição do papel da Sociologia e do Estado na sociedade; b) a concepção de “estilo de pensamento”; c) a idéia de Planejamento Democrático; d) a noção de *principia media*; e) a crítica ao liberalismo; f) a noção de técnica social.

⁵¹ Aqui, em ambos os casos as referências dizem respeito ao papel da reflexão sociológica para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (FERNANDES, 1976; RAMOS, 1958a)

projetos de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos de intervenção da Sociologia na Sociedade, sobretudo em termos da definição dos alvos e dos sentidos das pesquisas.

Cultura e Política

Em vista da identificação de uma situação de transformação social que caminha junto com a perspectiva de desenvolvimento do Brasil – intensificada pelos primeiros resultados favoráveis na esfera da política-econômica e pela publicidade política do Governo Federal – compõe-se um clima de otimismo no qual o progresso e a modernização do país adquirem feição de possibilidade concreta. Nesse sentido, as propostas de participação da reflexão sociológica na definição dos contornos do desenvolvimento brasileiro deixam transparecer os meios e os objetivos esperados por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos e que estão diretamente relacionados às alternativas interpretativas representadas por eles. Por esse motivo, a intenção de sistematizar o caráter da intervenção da Sociologia, além de corresponder a uma compreensão da oportunidade do momento para a realização dessa possibilidade, expressa diferentes compreensões das estratégias viáveis para o desenvolvimento do país.

É também esse ponto de vista que perpassa grande parte da produção intelectual dos anos 1950 e 1960. No caso dos autores do ISEB há uma correspondência direta entre as produções realizadas e publicadas no âmbito do instituto e a justificativa da necessidade de contribuir para o desenvolvimento do país. No caso de Hélio Jaguaribe (1957), a denúncia do caráter transplantativo da cultura brasileira se insere na tentativa de atender às necessidades culturais do país, uma vez que a filosofia é compreendida como *autoconsciência da cultura* e, desse modo, como forma de superação do que define como *inautenticidade* característica da cultura brasileira, ou seja, a incapacidade de reflexão racional sobre a própria cultura. A mesma atribuição é dada à filosofia na argumentação de Álvaro Vieira Pinto (1956). Aqui, ela está ligada ao projeto de construção de uma *ideologia do desenvolvimento* que foi encampado por grande parte dos

intelectuais do Instituto. Para Vieira Pinto, a Filosofia é a sistematizadora geral da *ideologia do desenvolvimento* proposta pelo grupo e contaria com o apoio das disciplinas científicas, essas sim consideradas de caráter neutro. Também, para Roland Corbisier, a Filosofia é entendida como *autoconsciência da cultura* e está inserida no processo de constituição de um pensamento e de um país libertos das determinações exteriores. Essa forma de compreensão da cultura brasileira está ligada às idéias sartrianas de engajamento e de abandono da Torre de Marfim, e já havia se expressado na experiência anterior do IBESP (BARIANI, 2005; TOLEDO, 1997; 1998). Nesse aspecto, as idéias de João Cruz Costa se coadunam novamente com essas teses do ISEB, sobretudo no que dizem respeito ao sentido pragmático das idéias e seu pressuposto para a realização de uma *filosofia autêntica*.

Não obstante, a atribuição de teor pragmático às idéias não é uma exclusividade dos autores ligados ao ISEB. Ela está presente mesmo em autores que procuraram pôr em evidência a objetividade científica em termos de sistematização teórica, tal como Costa Pinto e Celso Furtado⁵². Além disso, as relações entre os intelectuais ligados ao PCB e o partido, apesar de não constituírem no período caráter sistemático e objetivo no que se referem a uma política cultural na segunda metade dos anos 1950 e início da década de 1960, podem indicar uma visão de *papel* intelectual na atividade editorial e na preocupação com a democratização da cultura que se expressa a partir do final dos anos 1950 (FREDERICO, 1998; RUBIM, 1998). Essa temática refletiu as repercussões das denúncias de Kruchev e à *Declaração de Março* na esquerda brasileira⁵³. É a partir desse momento de revisão na esquerda que se manifesta claramente a preocupação com a interpretação dos problemas da sociedade

⁵² Para Francisco de Oliveira (1986), a vinculação das dimensões teórica e prática seriam a força e a fraqueza do pensamento de Celso Furtado já que garantiu uma inovação teórica ao mesmo tempo em que abriu espaço para sua associação aos interesses capitalista burgueses.

⁵³ Segundo Celso Frederico (1998), a *Declaração de Março*, aprovada em 1958 pelo partido, seria uma tentativa de superar o isolamento dos comunistas corroborando a antiga tese da *revolução nacional e democrática* nos países de caráter colonial (iniciada com uma luta *anti-imperialista e antifeudal*); reconhecendo o *desenvolvimento capitalista* e a *intervenção estatal* como *projeto* do qual decorreria o *socialismo*; valorizando a *questão democrática* (mas, ainda a deixando subordinada à *questão nacional*); participando nos *movimentos de massa*.

brasileira, o que alicerça um pressuposto de destaque ao papel do intelectual de esquerda (FREDERICO, 1998). Além dessa tendência que se associa à preocupação em compreender a particularidade histórica dos países de passado colonial característica desses anos, o significado da atividade intelectual ganha amplitude na medida em que se intensifica a busca por uma releitura teórica do Marxismo (HOBBSAWM, 1989; 1995). Esse processo de renovação do marxismo teve influência direta em um movimento que, no início dos anos 1960, se caracterizou pelo projeto de intervenção efetiva nas camadas populares no sentido de uma possível conscientização e democratização da cultura (FREDERICO, 1998). Aqui, também se pode enquadrar a tese de Giannotti (1960) que levanta a capacidade do marxismo em contribuir para a crítica das *ideologias*, desde que tomado de forma objetiva e “neutra”. Em se tratando do contexto de discussões e crítica do desenvolvimentismo e de renovação na esquerda, essa colocação adquire caráter bastante sugestivo já que procurava estabelecer os parâmetros da relação cultura/política que estava em questão.

A fundamentação teórica da questão do papel intelectual é fator significativo na produção de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, o que não é de se estranhar já que, como foi visto, esse é o eixo em torno do qual gravitam a definição de Sociologia, ou de ciências sociais com as quais trabalham. Por isso, o pragmatismo, apesar de se apresentar com diferentes configurações, constitui um ponto de convergência que se justifica na dimensão tomada pela temática no período.

Sob a perspectiva da *Sociologia Aplicada*, Florestan Fernandes confere uma justificativa complementar a sua escolha metodológica. Em íntima relação com o pressuposto das potencialidades do *Método de Interpretação Funcionalista* na análise do processo de *mudança social*, demarca o alcance da *Sociologia Aplicada* como instrumento de intervenção da ciência na realidade social. Em seu horizonte, estavam as exigências do processo de desenvolvimento brasileiro nos termos das possibilidades de reconstrução social. Aqui, o foco das transformações incide sobre a expansão dos valores modernos que, para ele, são

catalizadores de uma nova ordem social, *moderna e democrática*. Nesse aspecto, a aplicação do método de interpretação funcionalista está relacionada à identificação dos “problemas sociais” em termos de desajustamentos em relação à ordem social moderna e à definição das soluções a partir do reconhecimento das tendências de desenvolvimento presentes na realidade social, estando essas direcionadas ao âmbito cultural e comportamental. Essa concepção de *Papel* da Sociologia se fundamenta na sistematização teórica de alguns textos que compõem o livro *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (1960). Nesse caso, como em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1972 [1959]), o autor afirma tratar-se de uma tentativa de contribuir para o avanço teórico da Sociologia, sobretudo no que diz respeito às lacunas deixadas por autores clássicos e contemporâneos dentre as quais destaca aquela que se teria deixado no âmbito da Sociologia Aplicada. Dessa forma, sintetiza como problemáticas dessa especialidade: a) identificação dos problemas sociais através do conhecimento dos fatores responsáveis por eles; b) definição das tendências de “solução espontânea” de tais problemas; c) estudo crítico dos problemas de “integração funcional”; d) definição dos instrumentos para a solução dos problemas sociais. De maneira geral, contudo, a definição de tais problemas está relacionada à compreensão da esfera cultural como dinamizadora das transformações sociais no Brasil e, dessa forma, os alvos da Sociologia Aplicada deveriam se concentrar nos problemas pertinentes a essa esfera. Não por outro motivo, a Educação ganhará espaço na definição de uma possível intervenção da Sociologia, sobretudo no que essa intervenção diz respeito à já citada expansão dos valores compatíveis à Civilização Ocidental Moderna.

Embora o progresso teórico nos demais campos da Sociologia possa ampliar o alcance e a segurança da previsão, ele jamais eliminaria a necessidade da investigação empírica dos “problemas sociais”. Outro ponto essencial, aqui, é que nenhuma disciplina sociológica estuda as próprias condições de intervenção deliberada ou artificial nos processos sociais e seus efeitos possíveis. Essa intervenção, nas sociedades em que ela pode ser praticada, tecnicamente, constitui um processo sócio-cultural e, como

tal, pode ser considerada em termos de seus alvos sociais, das condições de seu desenvolvimento e dos valores que a fundamentam culturalmente, do suporte institucional indispensável e de suas probabilidades de modificar a situação numa direção desejada ou de piorá-la. (FERNANDES, 1960, p.28)

Por outro caminho, a ênfase dada por Guerreiro Ramos à particularidade, ou *fase*, da situação nacional que fundamenta seu ponto de vista nacionalista, o estabelecimento dos pontos estratégicos para a ação da Sociologia refletem uma relação mais próxima com o nacional-desenvolvimentismo, pelo menos no que ele representa no plano político-ideológico. Essa perspectiva dá o tom de grande parte das recomendações que o autor propõe em *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* (1954), sobretudo no que diz respeito à atividade de “aconselhamento” do sociólogo que inclui análise sobre aspectos fundamentais da sociedade e definição de medidas e soluções para o desenvolvimento do país. Elas gravitam em torno das necessidades de vinculação prática do conhecimento sociológico e de adequação das pesquisas e seus resultados à fase de desenvolvimento nacional. Tais recomendações postulam: a) a adequação das medidas e soluções à fase de desenvolvimento da estrutura social; b) a formação de sociólogos críticos e emancipados culturalmente; c) o ajustamento das soluções às condições materiais do país, d) a realização de pesquisas fundamentais ao projeto de desenvolvimento nacional e) a vinculação do papel do sociólogo com o alargamento da industrialização; f) o papel do conhecimento sociológico para a integração de culturas “tradicionais”, g) a delimitação das pesquisas aos recursos do país. É importante destacar que esse período corresponde ao de participação de Guerreiro Ramos no IBESP e no ISEB o que evidencia a confluência dos princípios que nortearam a criação dessas instituições, em especial a segunda, com aqueles propostos pelo autor. Tais pressupostos consistiam na construção de um “pensamento brasileiro” de caráter

autêntico que estivesse ligado a um projeto de desenvolvimento nacional (TOLEDO, 1997)⁵⁴.

É cada vez mais crescente a demanda de especialistas em sociologia capazes de vincular as suas atividades científicas às tarefas de promoção da autarquia econômica do país. Quero dizer, uma sociologia “em mangas de camisa” pode viver, hoje, no Brasil, dos proventos de sua efetiva utilidade para o esforço de construção nacional. (RAMOS, 1995 [1954]).

Por outro lado, tomando-se como referência o clima de desencantamento desencadeado pelas crises política econômica e social pela qual o Brasil estava passando desde o final dos anos 1950 e do movimento de autocrítica da esquerda após o processo de desestalinização, é possível reconhecer uma atitude de revisão teórico-interpretativa⁵⁵. De um lado, o balanço do desenvolvimentismo torna-se terreno fértil para a produção de discussões, teses e projetos a respeito do sentido do desenvolvimento brasileiro e da melhor forma de fundamentar sua realização. É o que se pode observar em alguns fatores tais como a crise no ISEB, a revisão das teses da CEPAL, a tendência de revisão crítica do desenvolvimentismo dentro do CLAPCS, o tema das Reformas de Base e a inclinação dos intelectuais na direção do povo⁵⁶. No âmbito do pensamento de esquerda, a quebra da predominância do PCB sobre a interpretação do marxismo e a sua *Declaração de Março* que reforçava a

⁵⁴ Nas palavras de Guerreiro Ramos, o ISEB pretendia ser o equivalente ao Colégio de França, o que significaria a corresponder a uma instituição de pensamento que consagraria intelectuais que não tinham carreira acadêmica (OLIVEIRA, 1995). Por outro lado, a concepção de papel intelectual também é forte na constituição da instituição, como mostra a apresentação à publicação do primeiro curso ministrado pela instituição: “As conferências reunidas neste volume constituem o curso extraordinário de “Introdução aos Problemas do Brasil” promovido pelo “Instituto Superior de Estudos Brasileiros”, no segundo semestre de 1955. Representam a primeira contribuição do ISEB ao esforço urgente pelo qual a inteligência brasileira procura tomar clara consciência da realidade nacional. Essa tarefa, em função da qual foi criado o ISEB, parece-nos o pressuposto indispensável à elaboração de uma **ideologia do nosso desenvolvimento**. Contribuindo para a **formação dessa ideologia**, acreditamos estar cumprindo a parte que nos compete na obra comum de emancipação do Brasil”. (RAMOS et alii, 1956, grifos meus)

⁵⁵ Vale lembrar, que esse movimento tem sua correspondência no plano internacional constituindo um quadro no qual a esquerda é o centro dos questionamentos (HOBSBAWM, 1989; 1995; JACOBY, 2001).

⁵⁶ Para maior aprofundamento sobre esses fatores, consultar: TOLEDO, 1997; OLIVEIRA, 1995; PÉCAUT, 1990.

revolução nacional e democrática constituiriam um marco teórico e político e teriam se refletido na nova orientação do ISEB, no método Paulo Freire, nos CPCs, no cinema novo⁵⁷, no movimento teatral, na bossa nova e na polarização *política de alianças X revolução socialista*. Mesmo considerando as devidas distinções, pode-se afirmar que esses casos são atravessados por uma perspectiva que vislumbra a possibilidade de transformação social irradiada pelo povo. Esse é considerado germe de uma mudança radical da sociedade brasileira (FREDERICO, 1998; PÉCAUT, 1990; TOLEDO; 1998).

Na realidade, não se pode afirmar uma ruptura radical com os moldes desenvolvidos no plano teórico naqueles primeiros anos de otimismo, mas não deixam de incorporar as novas tendências teóricas e políticas. No caso de Florestan Fernandes, isso se dá através da ênfase na temática da especificidade da situação brasileira e nas possibilidades abertas de aplicação da sociologia vivenciadas pelo sociólogo paulista, ou seja, a *Campanha de Defesa da Escola Pública* e o Cesit, tal como detalhado em *Educação e Sociedade no Brasil* (1966) e *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1962). Nos textos que compõem esse último livro, especificamente, Florestan Fernandes enfrenta a tensão entre o cientista e o cidadão, ou entre a ciência e a política, de forma centralizada. Partindo do pressuposto segundo o qual as ciências sociais teriam papel essencial na construção de uma sociedade de caráter democrático, o sociólogo dá o contorno político da relação entre a sociologia e a sociedade brasileira. Dessa maneira, retomando as potencialidades analíticas da Sociologia Aplicada e do que define como Método de Interpretação Funcionalista e seu diagnóstico dos anos 50, defende que a inserção política da sociologia na sociedade deveria se realizar no plano científico e não ideológico. Isso não apenas mostra a manutenção de uma visão segundo a qual a ciência poderia representar os interesses da sociedade como um todo em detrimento dos interesses de classe, e dessa forma de acordo com um projeto reformista de sociedade, como expressa,

⁵⁷ Aqui, o Celso Frederico (1998) destaca a temática da *questão agrária* como preocupação dos cineastas em refletir a realidade nacional.

ainda, uma referência direta às teses isebianas, sobretudo no que dizem respeito à formulação de *uma ideologia do desenvolvimento*. Por outro lado, sob influência do contexto de polarização ideológica que ocorre no plano político, com a aproximação do Governo João Goulart das propostas da esquerda, e dentro da própria esquerda, com a intensificação do projeto de revolução nacional e popular dentre alguns membros, Florestan Fernandes incorpora especificamente algumas temáticas relacionadas aos problemas colocados nesse contexto. Dentre elas, a problemática das classes sociais é um fator relevante já que por meio dela o autor fundamenta sua crítica ao Estado e incorpora Economia como área prioritária para a criação das novas bases do desenvolvimento⁵⁸. Desse modo, o reconhecimento do momento de destaque do Papel da Sociologia em um contexto de “revolução social” é indicativo da íntima relação entre o clima político-ideológico e os problemas enfrentados na esfera da produção cultural que também se insere naquela tendência de “ida ao povo” (PÉCAUT, 1990).

Só onde as inovações culturais permitiram alguma vitalidade à renovação do ensino superior e incentivaram o inconformismo que poderá dirigir-nos no sentido da reconstrução econômica, política e social, alguns segmentos da inteligência brasileira deram mostras de entender quais são as funções sociais do artista, do cientista e do técnico na moderna civilização industrial e tecnológica, em emergência no Brasil. É preciso insistir neste aspecto por um motivo simples. Os intelectuais não fazem as revoluções e as reformas sociais; mas, eles são peças importantes de qualquer processo de mudança social. Os antagonismos e as divergências em conflito no cenário social exigem que os diferentes grupos possuam agentes humanos capazes de exprimir seus pontos de vista, suas reivindicações e suas aspirações sociais. (FERNANDES, 1976 [1962])

Da parte de Guerreiro Ramos, também se evidencia a necessidade de incorporação das novas discussões que se dão no plano político e intelectual. A

⁵⁸ Nesses casos, Florestan Fernandes parte da crítica ao desempenho do Estado e das classes dominantes nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional (1976 [1962]). Isso também coincide com os projetos que Florestan Fernandes vai desenvolver no Cesit. Esse projetos estão publicados em *A sociologia numa era de revolução social*. Para maiores informações sobre o Cesit ver Romão (2003).

reafirmação dos princípios dispostos em 1954 em *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* aparece em *A Redução Sociológica* de 1958. Aqui, além daquelas características de relativização e contextualização da produção sociológica já citadas, Guerreiro Ramos estabelece de forma sucinta o que considera como leis desse método. São elas: a) *Lei do Comprometimento*; b) *Lei do Caráter Subsidiário da Produção Científica Estrangeira*; c) *Lei da Universalidade dos Enunciados da Ciência*; d) *Lei das Fases*. Em suas palavras, essas leis propõem respectivamente: a) relações intrínsecas entre pensamento e contexto social e entre teoria e prática; b) uma atitude crítica face a Sociologia Estrangeira; c) a definição do caráter universal da ciência que, segundo ele, deve ser observado em dois sentidos: 1) na troca de informações entre os cientistas; 2) na existência de um *repertório comum de enunciados*; d) compreensão da totalidade histórico-social por meio da apreensão das *leis estruturais* que determinariam cada fase de desenvolvimento das sociedades. Apesar de não demonstrar uma mudança significativa dos princípios teórico-metodológicos, a absorção do debate político e ideológico pode ser percebida, como em Florestan Fernandes, alguns aspectos específicos. Em primeiro lugar, é importante destacar a ênfase que o autor procura atribuir à temática da emancipação do indivíduo frente às determinações sociais, enfatizando a esfera cultural, e a temática da política. No primeiro caso ela se expressa no prefácio à segunda edição de *A Redução Sociológica* de 1963 e em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) na definição de *atitude parentética* e na identificação de um contexto revolucionário no Brasil do primeiro quartel dos anos 1960. Com isso em vista o autor se remete à idéia de “imaginação sociológica” de Wright Mills para definição do papel da Sociologia associando-a a um projeto emancipatório de caráter humanista, ou seja, à proposta de emancipação do indivíduo por meio de um projeto racionalista.

Esse tipo de imaginação conferiu maturidade à Sociologia. Habilitou-a a cumprir a “promessa” que está na origem de seu surgimento. Uso aqui uma palavra de Wright Mills - “promessa”. A “promessa” da Sociologia é a de constituir-se num saber libertador, consistente em possibilitar ao cidadão comum, e não apenas aos especialistas, a qualidade mental

que Mills chama de “imaginação sociológica”. (RAMOS, 1963)

No segundo ponto que expressa a tendência revisionista, podem-se identificar como tentativas de contribuição para a compreensão da situação política brasileira, dentro dos marcos do engajamento intelectual, os livros: *O problema nacional do Brasil* (1960); *A crise do poder no Brasil* (1961); *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963). Neles, se podem encontrar críticas à esquerda, à execução do Plano de Metas de JK, ao Governo Jânio Quadros, ao populismo, ao marxismo-leninismo, aos partidos políticos de esquerda. O *engajamento* de Guerreiro Ramos não se restringe, aqui, à tentativa de contribuir para os rumos políticos do país, o sociólogo se candidata e assume o cargo de deputado federal como suplente pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em 1963.

De maneira geral, os argumentos de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos acerca do Papel da Sociologia constituem expressão de um momento de discussão e legitimação do papel da ciência para o progresso da sociedade brasileira. Nesse sentido, as propostas parecem compor uma tendência interpretativa baseada na idéia de protagonismo intelectual no processo de desenvolvimento brasileiro. Vale lembrar que ambos os autores se pronunciam *no Fórum Roberto Simonsen* da FIESP, mostrando certo interesse por parte dos industriais nas contribuições do conhecimento sociológico e a contrapartida dos dois sociólogos⁵⁹. A estreita relação com a idéia de *intervenção estatal* no processo de modernização brasileiro define o caráter reformista das proposições já que coloca como protagonistas do processo de transformação social atores que estariam acima das contradições sociais fundamentais do capitalismo. Dessa forma, ganham força as interpretações que, na linha de Mannheim, procuravam definir os intelectuais como grupo social alheio aos interesses de classe e, em

⁵⁹ As participações dos autores estão citadas nos livros *O problema nacional do Brasil* (RAMOS, 1960) e *Mudanças sociais no Brasil* (FERNANDES, 1979 [1960])

geral, associado a uma idéia de classe média⁶⁰. Essa característica reformista adquire contornos mais precisos quando interpretada tendo em vista as idéias de *desenvolvimento* e de *projeto de desenvolvimento* às quais está vinculada. Contudo, não se pode perder de vista a importância do debate sobre o *papel da sociologia* e dos intelectuais já que alimenta essas duas problemáticas por meio da sustentação teórica pela qual se legitimam.

⁶⁰ Vale lembrar que mesmo para Sartre, cuja idéia de engajamento intelectual é associada aos interesses das classes trabalhadoras, os intelectuais são vistos como pertencentes à classe média.

CAPÍTULO II

O DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Sociologia e mudança social

Não é difícil a associação entre a análise sociológica e a temática da *mudança social*. Como constitutiva de um período de profundas transformações sociais e como proposta de interpretação da realidade social, a Sociologia constrói seu objeto permeada pelas interrogações que emergiram de uma sociedade em mudança. Nesse sentido, duas formas de problematização daquela relação são fundamentais para este trabalho: de um lado, coloca-se o enfrentamento dos dilemas da modernidade pela Sociologia e, de outro, os marcos teórico-metodológicos a partir dos quais a temática da *mudança social*, ou do *desenvolvimento*, se apresenta.

A primeira ordem de questões leva à compreensão do contexto de nascimento da Sociologia como provedor de uma série de novas situações que engendraram a criação de novos conceitos ou a redefinição dos antigos. Como destaca Hobsbawm (2004b), datam desse período concepções e idéias que irão se tornar chaves de interpretação da realidade revolucionária na Europa dos anos 1798-1848, tais como: indústria, fábrica, proletariado, capitalismo, socialismo, liberalismo, conservadorismo, nacionalidade, crise econômica, greve. São esses conceitos que vão caracterizar a nova realidade econômica, cuja influência marcante é a Revolução Industrial, e a emergência de posicionamentos políticos e ideológicos não mais pautados na antiga ordem feudal, que a Revolução Burguesa se ocupou em rechaçar. Juntas, essas transformações configuraram o que se pode chamar de Moderna Civilização Capitalista Ocidental. Voltando-se à realidade de seu tempo o pensamento sociológico tem, portanto, sob sua mira o

processo de urbanização, o crescimento demográfico, o avanço da secularização, o desenvolvimento da imprensa e das comunicações, o aparecimento das grandes lojas e da moda, entre outros. Além disso, contam também com o quadro de predominância teórica do Liberalismo Clássico e suas proposições de racionalização, secularização, progresso, empirismo e individualismo que coroam a hegemonia política da classe média liberal. Mais especificamente, a Sociologia tem como alavanca a crítica da sociedade capitalista, inserindo-se, de maneira geral, na ambiência da preocupação com “a natureza da sociedade e a direção para a qual ela estava se encaminhando ou deveria se encaminhar” (HOBBSAWM, 2004b, p.326). Por esse motivo, os problemas sociais decorrentes desse processo, como a miséria, o suicídio, a demência, as doenças, a violência, a criminalidade, tornam-se “lugar comum” entre os analistas e políticos do período (HOBBSAWM, 2004b, p.241). Nessa perspectiva, os autores clássicos da Sociologia e suas obras mostram diferentes formas de abordagem dos problemas constitutivos da Moderna Sociedade Capitalista Ocidental. É o que se pode observar na posição anti-liberal de Comte e no anti-capitalismo de Marx cuja produção coincide com o contexto de crise do capitalismo de meados do século XIX. Mais adiante, Durkheim e Weber também se colocariam em relação a questões características da Sociedade Moderna como a divisão do trabalho e os seus fenômenos de anomia, no primeiro caso e os processos de *secularização* e de *racionalização*, no segundo.

Esse problemas postos com o despontar do processo de modernização são recolocados em todo prosseguimento da consolidação da Sociedade Moderna Capitalista. A dinâmica histórico-social que envolve o processo, no entanto, estabelece diferentes formas de apropriação e reconstrução daquelas questões na esfera do conhecimento. No âmbito da teoria sociológica, especificamente, os principais movimentos de renovação e crítica teórico-conceitual podem ser observados nos momentos de *crise social* demonstrando, mais uma vez, os laços entre a sociologia e os processos de transformação social. Sendo assim, podem-se citar os questionamentos sobre princípios da Revolução

Industrial e da Revolução Francesa e sobre a estabilidade da hegemonia europeia, que emergiram dos contextos da Primeira Guerra Mundial, da Depressão Econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, como casos bastante expressivos daquela relação⁶¹. Como já destacado no capítulo anterior, esse é o momento no qual o *Humanismo*, o *Liberalismo* e o *Capitalismo* tornam-se alvo de análises críticas e revisões. Para a sociologia, o contexto intelectual do pós-Segunda Guerra marcaria a emergência do *Funcionalismo* e do *Estruturalismo* em contraposição ao *Existencialismo* e à *Fenomenologia* cuja força somente viria começar a se esgotar no final dos anos 60 (DOSSE, 1993; ALEXANDER, 1987).

Em contrapartida, a superação da crise abriu as portas para uma visão otimista do processo a partir da qual as problemáticas se recolocam. Segundo Hobsbawm (2005), o que caracteriza essa nova configuração da Sociedade Capitalista Ocidental, denominada *Era de Ouro*, é, em primeiro lugar, a ascensão hegemônica dos Estados Unidos. Com ela, teriam sido alavancadas mudanças como a reformulação do capitalismo⁶² e o surto econômico e tecnológico que se processaram no país e a criação de novas bases para a Organização Internacional do Trabalho assentadas na expansão da internacionalização da economia. Nos chamados países do Terceiro Mundo, esse passo de renovação teria alcançado repercussão em movimentos de independência e de nacionalismo em países da África, Ásia e América Latina. Ali, pode-se dizer que a *Era de Ouro* despertaria o fascínio pelo padrão de desenvolvimento e de vida alcançados pelos países ricos, dando vazão a iniciativas de industrialização e desenvolvimento baseadas em princípios nacionalistas (HOBSBAWM, 2005). Finalmente, não se pode deixar de destacar que o fortalecimento da influência política e econômica dos EUA, que marcou esse processo, teve seu contraponto na demonstração de força desempenhada pela antiga URSS com o final da Segunda Guerra Mundial.

⁶¹ Segundo Hobsbawm (2005), esse momento de crise europeia se contrasta com o período de prosperidade e hegemonia intelectual, material e moral da Europa do século XIX.

⁶² Trata-se de um processo de reestruturação e reforma do capitalismo caracterizado por uma *Economia Mista* que vinculava o avanço econômico com o bem-estar social (HOBSBAWM, 2005).

Essa polarização ideológica, que dividiu o mundo em Bloco Capitalista/Bloco Socialista não deixou de marcar certos pontos de intersecção a partir dos quais se pode observar novas tendências em ambos os países que buscam novas alternativas para maior estabilidade dos respectivos sistemas. Por parte dos EUA, nota-se uma preocupação, com aspecto social do capitalismo, representado pelo programa de bem-estar social como forma de minimizar os efeitos perversos do capitalismo e garantir maior estabilidade social. No caso da URSS, o caminho para viabilizar sua influência política foi o fortalecimento de sua estrutura econômica por via da industrialização.

São esses pontos que vão definir posicionamentos e projetos que têm como conceitos chave as idéias de *desenvolvimento, atraso e planejamento*. Além desses conceitos compõem o léxico do período temas, tais como: *bem-estar social, pleno emprego, subdesenvolvimento, países em desenvolvimento, nacionalismo, crise, socialismo, guerra fria, democracia social* (HOBSBAWM, 2005). Assim, identificados os temas que caracterizam o momento de prosperidade econômica irradiada pelos EUA e de abertura de novas alternativas ao chamado Terceiro Mundo num plano internacional de construção do conhecimento, coloca-se a problemática da forma de abordagem que distingue interpretações sobre um mesmo tema. No âmbito do pensamento sociológico, aquela nova ordem de questões não deixa de se associar ao conjunto de problemas que conectou intrinsecamente a Sociologia à Modernidade. Considerando a ótica de Octávio Ianni (1988), que elege como o núcleo temático característico da Sociologia os pares dialéticos *comunidade e sociedade, ordem e progresso, ideologia e utopia, tradição e modernização, anomia e alienação, revolução e contra-revolução*, tem-se um referencial a partir do qual se podem associar as problemáticas levantadas no contexto do Pós Segunda Guerra como novas configurações das “visões do mundo” que marcam polarizações no plano político-social.

A segunda forma de problematização da questão da mudança social na sociologia aberta nesta pesquisa e que se une aos temas que associam a

sociologia à modernidade é a identificação propriamente dita dos métodos diretamente relacionados à primeira. Piotr Sztompka (1998) destaca três paradigmas a partir dos quais a temática da mudança foi centralmente contemplada na Sociologia: o *evolucionismo*⁶³, o *materialismo histórico*⁶⁴ e as *teorias cíclicas*⁶⁵. Destacando as duas primeiras abordagens trabalhadas pelo autor, tem-se um quadro referencial que contrapõe, de um lado uma metodologia na qual figuram as idéias e as noções de *sistema social*, *estrutura social*, *função social*, *organismo social*, *crescimento orgânico*, universalização da história, mudança progressiva e gradual, *complexidade* e concepção endógena e espontânea da evolução⁶⁶. De outro, uma metodologia pautada no princípio da *contradição* e na *dialética hegeliana*⁶⁷. Esse contexto dos anos 50 e 60 marcado pelas iniciativas emancipatórias e desenvolvimentistas dos países subdesenvolvidos, pela crise do Stalinismo e pelo impacto da Revolução Cubana na América Latina coincide com o fortalecimento do *estruturalismo* e a investida empírica do *neofuncionalismo* e com a crise do *marxismo soviético*. No primeiro caso, é a influência exercida pelas idéias de Lévi-Strauss nas ciências sociais e pelo movimento de renovação do funcionalismo que caracterizam o momento de discussão epistemológica⁶⁸. No segundo caso, são os questionamentos sobre o

⁶³ Estariam associados à visão evolucionista clássica os autores: Auguste Comte, Herbert Spencer, Lewis Morgan, Emile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Lester Ward. Além disso, destaca o neofuncionalismo dos anos 50 como um movimento de renovação do funcionalismo baseado na valorização das evidências empíricas. São associados a essa iniciativa os autores: Leslie White, Julian Steward, Marshall Sahlins e E. Service, na Antropologia Cultural; Gerhard e Jena Lenski e Talcott Parsons na Sociologia. Nessa perspectiva se incluíam também as teorias desenvolvimentistas que se voltaram para a problemática do “segundo” e “terceiro” mundos no Pós-Guerra e procuraram valorizar o planejamento social e a “imitação deliberada das sociedades”. Dentre eles, figuram os nomes de T. Parsons e W. Rostow (SZTOMPKA, 1998)

⁶⁴ Além de Marx e Engels, o autor destaca Lukács, Gramsci e Erich Fromm (SZTOMPKA, 1998).

⁶⁵ Essa corrente de pensamento estaria ligada às idéias de Nikolai Danilevsky, Oswald Spengler, Arnold Toybee, Vilfredo Pareto e Pitirim Sorokin (SZTOMPKA, 1998).

⁶⁶ Segundo o autor, as teorias desenvolvimentistas do pós-guerra, nas quais inclui os nomes de Parsons e de Rostow, não compartilhavam deste ponto de vista buscando valorizar o planejamento social.

⁶⁷ Segundo Sztompka (1998), o materialismo histórico compartilharia teses com o evolucionismo como a crença no progresso, a compreensão do desenvolvimento como fruto de forças endógenas, o reconhecimento de estágios de desenvolvimento e a tese da complexificação e diferenciação crescentes tendo como foco a divisão do trabalho.

⁶⁸ Para maior detalhamento sobre os movimentos do funcionalismo e do estruturalismo consultar: ALEXANDER, 1987; DOSSE, 1993; PIAGET, 1970.

“fim da história” e sobre o “fim das ideologias” que colocam as teses da esquerda no centro da discussão.

As duas formas de interpretação destacadas acima – uma que define as questões sociológicas tendo em vista os problemas sociais e o posicionamento político dos autores sobre eles e, outra, que destaca as abordagens teórico-metodológicas – levantam aspectos fundamentais para a compreensão das temáticas da *mudança social* e do *desenvolvimento* no pensamento social brasileiro. De um lado, podem-se problematizar política e sociologicamente tais vinculações já que é colocada em destaque a relação entre metodologia e perspectiva político-social dos autores e, de outro, é possível caracterizar a vinculação teórica das diferentes interpretações que permite aproximar ou diferenciar os autores analisados. Vale destacar que, além disso, outro recurso tornou-se fundamental na análise, ou seja, a associação das noções de *mudança social* e de *desenvolvimento*. Em primeiro lugar, trata-se de uma possibilidade aberta pela própria natureza deste trabalho de pesquisa que está voltado para o pensamento de caráter progressista no qual se revela uma forte vinculação entre as noções de *mudança social*, *desenvolvimento* e *progresso*, aparecendo muitas vezes como sinônimos, ou como fenômenos que se distinguem em grau e não em natureza. Em segundo lugar, a aproximação daquelas concepções permite inserir a Sociologia no debate sobre o *desenvolvimento* brasileiro de caráter predominantemente econômico. Nesse caso, o tratamento dos processos de *mudança social* revelam esse modo de inserção estritamente sociológico. Esses são aspectos fundamentais para se compreender a maneira pela qual a temática do desenvolvimento é tratada pela inteligência brasileira em meados dos anos 50 e início dos anos 60.

A temática do desenvolvimento no Brasil: uma construção

O levantamento dos principais aspectos que envolvem o curso da modernização da sociedade brasileira realizado no primeiro capítulo permitiu identificar a relação entre o caráter desse processo e a concepção de

protagonismo intelectual, em especial no que diz respeito ao papel da Sociologia. Nesse caso, o fortalecimento da idéia de intervenção estatal, as medidas governamentais de direcionamento da *questão nacional*, o desenvolvimento econômico, a conjuntura política e o encaminhamento das questões sociais acompanham as diferentes propostas de participação dos intelectuais na vida pública do país. Neste capítulo, especificamente, tais questões estão relacionadas à maneira pela qual esses intelectuais lançaram-se a realizar um diagnóstico do processo de modernização brasileiro, seja ele entendido como desenvolvimento econômico, social, cultural ou qualquer combinação entre essas dimensões. Por isso, alguns daqueles aspectos serão brevemente retomados neste ponto buscando-se, mais uma vez, estabelecer a relação entre a marcha dos acontecimentos e as interpretações dos intelectuais contemporâneos.

Desse modo, em se tratando especificamente do pensamento social brasileiro, é possível afirmar que suas fundações são fortemente influenciadas pelas problemáticas do *atraso* e da *modernização* da sociedade brasileira. Os efeitos político-ideológicos e econômicos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial se fizeram sentir no Brasil do século XIX e, em especial, na transição para a República, quando começam a ganhar força as idéias que buscavam analisar o *atraso* da sociedade brasileira e suas possibilidades de superação. Essa perspectiva se desdobra nos anos 1920, momento em que as tensões nos planos econômico, social e cultural começam a demonstrar as tendências de transformação da sociedade brasileira, e ganham expressão no tenentismo, no Partido Comunista e na Semana de Arte Moderna. Esse desenrolar de acontecimentos e discussões alcançam um novo patamar de interpretação nos anos 30, a partir do qual podem ser identificadas as *matrizes do pensamento social* brasileiro (IANNI, 2004). Do ponto de vista econômico, os anos 30 são um marco da passagem da situação de *crescimento industrial* para a de *industrialização*, ou seja, revelam o fortalecimento da participação da indústria na economia brasileira, iniciado naqueles anos. Isso levando em conta que o processo de *industrialização* propriamente dito, quando a industrialização se torna

o principal setor dinâmico da economia, somente se daria nos anos 50 (BAER, 1996). Do ponto de vista sociológico, as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira a partir dos anos 20 e que foram acompanhadas pela inteligência brasileira, a despeito das distinções entre os autores, revelam as tensões do processo de constituição de uma sociedade urbana -industrial no Brasil, que tinha como porta-vozes as novas classes em ascensão como o proletariado, as classes médias e os empresários, em detrimento dos setores agrário exportadores (IANNI; 1975). Dessa forma, são criadas não apenas as bases do capitalismo brasileiro e da sociedade moderna capitalista brasileira, mas, também, do debate sobre o sentido do processo de modernização brasileiro, preocupação essa que marcava, de forma semelhante os pioneiros da Sociologia no século XIX.

Os questionamentos sobre o atraso e sobre as possibilidades de desenvolvimento da sociedade brasileira remontam ao século XIX e à difusão da influência dos padrões europeus de civilização, mas vitalizados em todo o percurso de expansão da indústria e do capitalismo no Brasil, iniciado nos anos 1930 e impulsionado no período Pós Segunda Guerra. Tal como destacado no Capítulo I, essa tendência, somada à ampliação da intervenção do Estado na Economia, pode ser observada no período do Pós-Segunda Guerra nas medidas econômicas propostas e concretizadas nos governos Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-64). De maneira geral, elas partiam do diagnóstico comum nesse período que se contrapunha às teses ortodoxas da Divisão Internacional do Trabalho, ou seja, pressupunham a inviabilidade da manutenção do *modelo agrário-exportador* como base da economia brasileira, tese essa desenvolvida pela Cepal. Desse modo, as possibilidades abertas no período Pós Segunda Guerra com o processo de reestruturação da economia internacional abriram espaço para as teses que defendiam uma nova forma de inserção dos países de passado colonial no mercado mundial. Com isso em vista, é justificado o modelo de *substituição de importações* como forma de alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro,

além de criar um clima de otimismo que extrapola o campo das promessas na Economia (BAER, 1996).

Vale lembrar que esse é um momento bastante particular de idealização dos padrões de desenvolvimento dos países de capitalismo avançado, em especial, daqueles relacionados aos padrões de consumo e aos níveis de vida característicos de sua *Era de Ouro*, e que vem acompanhado da emergência de temas bastante característicos (HOBBSAWM, 2005). No Brasil, essa tendência era acompanhada por mudanças significativas ocorridas a partir dos anos 50 e que reforçaram a valorização da idéia de progresso, tais como: a) ampliação do setor industrial e das oportunidades ligadas a ele; b) redefinição das formas de comércio com destaque para a substituição do mercado tradicional pelo supermercado; c) incorporação de novos hábitos de higiene e limpeza e, evidentemente, de produtos relacionados aos mesmos; d) novos padrões de vestuário (estéticos e de produção); e) avanços na indústria farmacêutica. Além desses fatores, não se pode deixar de enfatizar a grande atração representada pela cidade, em termos de oportunidades e estilos de vida, ao trabalhador do campo, a partir do qual se pode observar o alto índice de migração interna intensificado no período. Em contrapartida, se colocava o setor rural brasileiro – no qual figurava majoritariamente a estrutura latifundiário-exportadora e uma massa esmagadora de trabalhadores vivendo em extrema pobreza – como locus de manutenção do atraso da sociedade brasileira que seria superado⁶⁹.

Como indicado anteriormente, o otimismo começa a se desvanecer com os efeitos perversos das iniciativas tomadas, dentre as quais se destacam: os efeitos da migração campo-cidade, o aumento das taxas de inflação, a corroboração das desigualdades regionais e sociais e a pressão do balanço de pagamentos (BAER, 1996). Do ponto de vista sociológico essa crise está relacionada, por sua vez, às tensões sociais constitutivas da Revolução Burguesa no Brasil que envolvem o legado da sociedade agrária tradicional e as novas

⁶⁹ Essa caracterização das transformações ocorridas no estilo de vida brasileiro, sobretudo o urbano, está pautada em Mello; Novais, 1988.

forças sociais que fizeram parte da formação da sociedade moderna capitalista brasileira (IANNI, 1975, CAMARGO, 1983). Dessa forma, o período que engloba a segunda parte dos anos 50 e o início da década de 60 envolve, a despeito das disparidades de diagnósticos e propostas, a identificação do momento como chave do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, é possível dizer que tal consenso é abalado com a emergência da crise do final dos anos 50 que coloca em questão o alcance e os limites do desenvolvimento brasileiro tanto no plano econômico, em vista dos problemas de estabilização e estagnação econômica, quanto no social e político, a partir do aumento das pressões sociais.

No âmbito do pensamento sociológico não foi diferente. O rumo das transformações políticas, econômicas sociais e culturais que se iniciaram naquele momento, com o fortalecimento do Papel do Estado, a emergência de uma sociedade predominantemente urbana e industrial e as novas interpretações sobre o Brasil incitaram um clima de expectativas e aspirações tendo em vista os referenciais modernos dos países de capitalismo avançado e que se coaduna, como já foi dito, com uma ambiência intelectual internacional⁷⁰.

Interpretando-se o pensamento social brasileiro tendo em vista a associação entre a Sociologia e a Modernidade, põe-se em evidência o temário das transformações sociais vivenciadas pelo Brasil nos meados do século XX. Se, de um lado, é possível, com Octávio Ianni, analisar o posicionamento dos autores brasileiros em relação a essas transformações a partir dos conceitos de *comunidade e sociedade, ordem e progresso, ideologia e utopia, tradição e modernização, anomia e alienação, revolução e contra-revolução*; de outro, a noção de *mudança social* na Sociologia dos anos 50 e início de 60 pode ser outra porta de entrada para compreender a inserção da sociologia nas discussões sobre o processo de modernização brasileiro, em especial sobre a questão do *desenvolvimento*. Nesse caso, o seminário *Resistências à mudança: fatores que*

⁷⁰ Segundo Octávio Ianni (1995), A Sociologia no Brasil teria se ocupado, principalmente a partir de 1945, com os problemas da *crise de transição, da reinterpretação da história, e da revolução burguesa*.

impedem ou dificultam o desenvolvimento organizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, órgão da Unesco, é exemplar desse movimento⁷¹. Ao mesmo tempo, enquanto constitutiva da sociedade, a Sociologia não deixaria de absorver e reagir ao clima geral de otimismo em relação às promessas da modernidade⁷². É a tensão entre o universal e o particular, entre o ideal e o real, a marca do tipo de pensamento progressista que teve grande influência no âmbito da Sociologia. Tomadas como *forças sociais*, essas idéias não deixam de acompanhar os avanços e vicissitudes do processo de modernização da sociedade brasileira.

Breve passagem pelo debate econômico

Procurando marcar a participação da Sociologia no debate sobre o desenvolvimento, não se pode perder de vista o lugar privilegiado do discurso econômico no período como referencial. Em diferentes momentos e de diferentes formas a Sociologia enfrentou debate econômico ou pelo menos se defrontou com os problemas sobre os quais também se debruçavam os economistas. De maneira geral, as perspectivas abertas nos anos 50 apontam para o fortalecimento das teses da Cepal no Brasil. Desse modo, os diferentes posicionamentos que compõem o léxico econômico do período se enfrentam no plano teórico e político tendo em vista os diagnósticos e as propostas formuladas por aquela instituição, com grande destaque para as teses de Prebisch (BIELSCHOWSKY, 2004). Por isso a importância de destacar as principais teses que se tornaram referência no período.

O marco das teses da Cepal que adquire grande notoriedade no período é o Manifesto de Prebisch de 1949 (PREBISCH, 1982)⁷³. O primeiro

⁷¹ Não se trata, aqui, de resumir o pensamento sociológico daqueles anos à temática do desenvolvimento, mas de analisar como as diferentes interpretações sobre as transformações da sociedade compuseram um movimento cujo enfoque sobre o *desenvolvimento* enquanto *questão nacional* é bastante característico. Uma interpretação que procura ressaltar a diversidade de formas de abordagem da questão da *mudança social* pode ser encontrada em Villas Boas (2006).

⁷² Para Octávio Ianni tratava-se de um certo “fascínio pela modernidade”, enquanto para Gláucia Villas-Boas isso podia ser observado nos ideais de igualdade e justiça (IANNI, 2004; VILLAS-BOAS, 2006).

⁷³ Evidentemente, que não se pode negar a grande participação do economista brasileiro Celso Furtado nas formulações da Cepal. O que se pretende aqui é destacar o impacto deste documento

aspecto que pode ser destacado dentre aqueles que vão tornar o texto um referencial é sua posição contrária à teoria econômica clássica, em especial à Divisão Internacional do Trabalho de caráter liberal. Diante da crise do liberalismo, evidenciada pelas duas Guerras Mundiais e pela crise econômica de 29, o economista argentino constrói seu principal argumento de recusa das teses ortodoxas sobretudo em relação ao princípio segundo o qual benefícios do progresso técnico tenderiam a se repartir por todos os países em função de uma pressuposta potencialidade de baixar os preços dos produtos. Para isso, se fundamenta em duas constatações empíricas: o aumento dos preços dos produtos industrializados e a queda dos preços dos produtos primários. Esse diagnóstico dá embasamento à compreensão da disparidade de condições a partir das quais os países centrais e periféricos se inserem no mercado internacional⁷⁴. Enquanto os primeiros reteriam os frutos do aumento da produtividade, os outros sofreriam os efeitos da alta dos produtos que importam e baixa dos produtos de exportação, ou seja, absorveriam mais drasticamente as conseqüências dos ciclos econômicos. Esse é o argumento central da refutação das teses da teoria ortodoxa, pois comprova a distribuição desigual de renda entre os países que marca as condições desfavoráveis dos países não industrializados. Com isso, as concepções de *deteriorização dos termos de troca* e de *centro/periferia* de Prebisch, que são duas definições centrais em sua teoria, tornam-se pontos chave de interpretação da realidade latino-americana.

e seus desdobramentos para a interpretação da América Latina. Para compreensão da relação de Celso Furtado a Cepal e o Estruturalismo, consultar Love, 2001.

⁷⁴ Sob a influência do clima da revolução keynesiana (Bielschowsky, 2004), Prebisch parte do pressuposto de que as teorias ortodoxas, para funcionarem, dependeriam de uma situação empírica na qual o aumento da produtividade ocasionasse, pelo aumento do emprego e da renda, melhor capacidade de consumo e, conseqüentemente, um constante equilíbrio entre a oferta e a procura. Essas seriam as condições ideais do desenvolvimento econômico já que nelas o aumento da produtividade do trabalho, resultante do avanço técnico, geraria melhor qualidade de vida para a sociedade como um todo. Mas, na interpretação do autor, não é exatamente isso o que teria ocorrido. O tipo de participação dos países no mercado internacional – se exportadores de produtos primários ou industrializados – definiria, como já foi dito, condições desiguais nas quais os países periféricos carregam o ônus de uma renda baixa tanto na esfera nacional quanto na individual. Por isso a preocupação do autor em explicar como o processo de desenvolvimento econômico se dá especificamente nos países periféricos. O impacto da teoria keynesiana não só alcançou legitimidade científica como também política em vista de sua influência no período da *Era de Ouro* (BIELSCHOWSKY, 2004; HOBBSAWM, 2005)

Além dessas concepções, outras características identificadas por Prebisch vão se tornar paradigmáticas na definição dos limites para o desenvolvimento econômico e social da América Latina que vai ganhar força nas interpretações posteriores. O primeiro fator impeditivo do desenvolvimento nos países latino-americanos que Prebisch levanta é a escassez de dólares gerada pelo déficit na balança de pagamentos. Esse é um elemento considerado primordial pois dificultaria a importação de produtos fundamentais para o impulso industrial dos países latino-americanos, ou seja, bens de capital e de tecnologia⁷⁵. Outro ponto de estrangulamento destacado pelo autor é o nível baixo dos salários na América Latina que, segundo ele, impediria a dinâmica de desenvolvimento do mercado interno e que, somada ao fracionamento do mercado externo, dificultaria a ampliação da industrialização. As possibilidades de superação de tais fatores estruturais, que são a marca dos países periféricos, estariam longe da proposta da Divisão Internacional do Trabalho ortodoxa, pelos fatores já destacados, por isso a tese da intervenção estatal aparece, aqui, como forma de viabilização do desenvolvimento desses países.

Esse movimento de influência das idéias de Prebisch, que se nota principalmente nos anos 1950 no Brasil, tem sua contrapartida no contexto de revisão crítica das teses desenvolvimentistas que se estabelece no limiar dos anos 1960. Essa ambiência também pode ser percebida nas teses que o autor passa a incorporar nesse momento. Dessa forma, diante dos resultados alcançados pelas "políticas desenvolvimentistas" aplicadas em países da América Latina, da incapacidade das mesmas em superar a situação de atraso e da conseqüente crise da "teoria da substituição de importações", a resposta de Prebisch, em trabalhos, coloca a proposta de *reformas estruturais* e expressa a apropriação de *aspectos sociológicos* (GURRIERI, 1982; IANNI, 1995). Essa nova perspectiva pode ser observada em seu último trabalho na Cepal *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano* (1963) no qual destaca como obstáculos

⁷⁵ Contudo, não deixa de chamar a atenção para a tensão gerada pela exigência de capitalização e a aspiração por produtos consumidos nos países de capitalismo avançado. Essa tese ganha centralidade no debate econômico por meio da idéia de "efeito demonstração".

a serem superados pelos países latino-americanos a baixa mobilidade social, a alta concentração de renda e o consumo exagerado por parte das classes privilegiadas.

Essas são as principais teses de Prebisch que se tornaram referenciais na definição das principais *correntes de pensamento econômicas brasileiras* do período, sobretudo na orientação das questões mais debatidas como os problemas da *intervenção estatal*, do *capital estrangeiro*, da *inflação* e da *distribuição de renda*⁷⁶. Nesse sentido, tendo em vista essa ambiência intelectual, pode-se caracterizar a corrente de *pensamento neoliberal* por sua posição contrária ao estruturalismo da Cepal e ao protecionismo e pela adesão a teses como a da Divisão Internacional do Trabalho ou a da industrialização com estabilidade econômica⁷⁷. Em sentido oposto, os *desenvolvimentistas* se aproximavam da Cepal principalmente em função do projeto de industrialização integral “como forma de superar o atraso e a pobreza dos brasileiros” e de sua defesa do planejamento econômico estatal (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 77). Apesar desse argumento comum, duas teses marcam três linhas dentro dessa corrente. A primeira delas, denominada a *corrente desenvolvimentista do setor privado*, está ligada à perspectiva que vê os interesses do capital do setor privado como base para o desenvolvimento. Em segundo lugar, a chamada *corrente desenvolvimentista do setor público não nacionalista* se define pela defesa da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento, mas ela também acaba por incorporar o diagnóstico da ineficiência das forças espontâneas, aproximando-se progressivamente da crítica da política econômica e da defesa de controle da

⁷⁶ A definição das correntes de pensamento econômicas tratadas aqui estão baseadas na análise de Ricardo Bielschowsky (2004).

⁷⁷ Segundo Ricardo Bielschowsky (2004), essa corrente compreendia tanto a defesa da condição agrário-exportadora brasileira, representada por Eugênio Gudin e Daniel Carvalho, quanto uma visão que aceitava a industrialização, mas defendia sua associação à estabilidade monetária que tinha como porta-vozes as figuras de Octávio Gouveia de Bulhões, Denio Nogueira e Alexandre Kafka. De grande influência na definição do Ensino de Economia do país e vinculada à Fundação Getúlio Vargas, a corrente *neoliberal* ganharia expressão na *Revista Brasileira de Economia* e na revista *Conjuntura Econômica* a partir de 1952.

inflação⁷⁸. Já a principal característica da terceira vertente, a *corrente desenvolvimentista do setor público nacionalista*, é seu *nacionalismo* que marca o diagnóstico da debilidade do empresariado nacional na condução do desenvolvimento, a crítica ao Plano de Metas e a crítica à remessa de lucros⁷⁹. Por fim, além dessas correntes neoliberal e desenvolvimentistas vale destacar que a influência das teses da Cepal se estende até a linha Socialista predominante que, se tinha a perspectiva da Revolução Socialista como um diferencial, não deixava de incorporar as teses desenvolvimentistas na interpretação do desenvolvimento como uma *etapa* revolucionária⁸⁰. Nesse caso, vale destacar o diagnóstico do contexto de consolidação do capitalismo como etapa para o socialismo, no qual figurava o debate sobre a tese do passado feudal brasileiro, e a aproximação ao nacionalismo assentada na forte crítica ao imperialismo (BIELSCHOWSKY, 2004).

Desenvolvimento Nacional em Revista

Como se pôde perceber, a construção da Sociologia enquanto disciplina científica está diretamente relacionada às transformações provenientes da consolidação da Sociedade Moderna Capitalista Brasileira. Dessa forma, os temas que compõem as indagações e questionamentos não escapam, sobretudo em contextos específicos, à temática da *mudança social* e, conseqüentemente, do *desenvolvimento* que, como já indicado, marca a participação da Sociologia no debate sobre essa problemática no Brasil dos anos 50 e 60. No caso brasileiro de meados do século XX, isso pode ser observado em diferentes interpretações

⁷⁸ Segundo o analista, a primeira corrente se expressava nas revistas *Desenvolvimento e Conjuntura*, *Revista de Ciências Econômicas*, *Digesto Econômico* e *Síntese Econômica Política e Social* da PUC do Rio de Janeiro. Entre os desenvolvimentistas do setor público “não nacionalista” figurariam os nomes de Horácio Lafer, Valentim Bouças, Ary Torres, Glycon de Paiva, Lucas Lopes e Roberto Campos (BIELSCHOWSKY, 2004).

⁷⁹ A vertente desenvolvimentista nacionalista do setor público contava com sua participação na *Revista Econômica Brasileira* e *Cadernos do Nosso Tempo*. Nos anos 50, o legado dessa equipe estaria nas mãos de Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás P. Accioly Borges (BIELSCHOWSKY, 2004).

⁸⁰ São pertencentes a essa corrente os intelectuais ligados ao Partido Comunista e seus dissidentes do início dos anos 60. De forma independente aparece a *Revista Brasiliense* como veículo de divulgação de teses nacionalistas.

sobre o processo de modernização do país, constituindo um contexto léxico bastante característico, o chamado *ciclo ideológico do desenvolvimento* (BIELSCHOWSKY, 2004).

Há várias influências reconhecidamente marcantes na interpretação do Brasil nos anos 1950 e 1960. Algumas análises passam diretamente por teses de grande prestígio, ou seja, pela contribuição de autores, tais como os da Cepal, Gunnar Myrdal, Talcott Parsons, Karl Mannheim, Georges Balandier, Jean-Paul Sartre. Direta ou indiretamente, essas influências permearam análises e interpretações que buscaram compreender o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e, nas quais, figuraram os temas *subdesenvolvimento, capitalismo nacional, nação, atraso, modernidade, modernização, alienação, heteronomia*. São temas circundantes não só da produção de autores tomados individualmente, mas, também, do caráter de algumas instituições e revistas.

O Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e suas publicações, o *Boletim* da instituição e a revista *América Latina* são, assim, parte desse movimento de circulação e institucionalização daquelas idéias. Como destaca Lúcia Lippi de Oliveira (2005), as interpretações publicadas na revista giravam em torno da problemática da *Sociologia do Desenvolvimento* e se caracterizavam pela incorporação das teses da Cepal e, mais, especificamente, da noção de sociedade dual (arcaico/moderno) e da utilização de critérios de definição do desenvolvimento. Nesse último caso, figuravam os fatores industrialização, urbanização, mobilidade social, analfabetismo, integração econômica e mudança comportamental na composição das argumentações (OLIVEIRA, 2005).

Outras publicações e instituições também podem ser lembradas como expressão das visões e perspectivas metodológicas de interpretação do Brasil. É o caso da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* publicada entre 1961-1966 em Minas Gerais que, segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda (1989), pode ser considerada como um pólo de irradiação dos principais temas e correntes sociológicas do período. Ali, os debates sobre a questão do desenvolvimento da

sociedade brasileira configuraram um espaço de convivência entre as interpretações isebianas e uspianas, consideradas antagônicas (ARRUDA, 1989). Além desses dois primeiros exemplos, podem-se destacar outras iniciativas de veiculação e a institucionalização de idéias diretamente relacionadas à problemática do desenvolvimento⁸¹. Nesse caso, duas revistas diretamente associadas à esquerda brasileira revelam sua vinculação aos temas relacionados aos problemas enfrentados pela sociedade brasileira: a *Revista Brasiliense* (1955-1964) e a *Revista Estudos Sociais* (1958-1964). Em suas páginas, ganham visibilidade que procuravam definir o caráter do passado colonial brasileiro, se feudal ou capitalista, e, a partir daí, as potencialidades e os obstáculos do desenvolvimento brasileiro. Dessa forma, em plena associação com a problemática da industrialização, a questão agrária surge como necessidade de acerto de contas com o legado agrário-exportador brasileiro. Assim sendo, são parte de uma discussão mais ampla sobre a questão que ganha relevo nos planos político e social em função da crise do pacto agrário perdurado até então e da amplitude da problemática da Reforma Agrária (CAMARGO, 1993). Nesse acerto de contas, situa-se, também, o Imperialismo como questão fundamental dessa ambiência intelectual de esquerda representando, juntamente com o setor agrário, os gargalos identificados no processo de desenvolvimento brasileiro.

Como parte da inscrição da esquerda no debate do período, a *Revista Brasiliense* expressava já em suas páginas de abertura o objetivo de contribuir para a compreensão dos problemas nacionais e para a transformação do país, procurando deixar clara sua desvinculação político-partidária (LIMA, 1986). Não obstante, não deixa de configurar um canal de expressão do posicionamento do grupo fundador, em especial de Caio Prado Júnior⁸², em relação às teses do PCB. Dessa forma, as teses que ganham força no âmbito da revista são aquelas que se

⁸¹ Segundo Jackson (2004) outras revistas também se destacaram na publicação dos trabalhos da chamada escola paulista. Dentre elas: *Sociologia*, *Revista do Arquivo Municipal*, *Revista do Museu Paulista*, *Revista de Antropologia*, *Anhembi*.

⁸² Segundo Rubem Murilo Leão Rêgo (1989) e Sedi Hirano (1989) essa tese do caráter capitalista do setor agrário-exportador brasileiro de Caio Prado Jr não se circunscreve aos trabalhos dos anos 1950 e 1960, aparecendo de forma incipiente já em *Evolução Política do Brasil* de 1933.

associam ao *nacionalismo* e à tese do caráter capitalista da formação do setor agrário brasileiro, sendo esse último o grande ponto de divergência do grupo em relação à tese do passado feudal brasileiro que circulava no Partido. Nas palavras de Limongi (1987), isso corresponde antes a uma identidade intelectual que política do grupo em relação ao partido. No que se refere ao caráter nacionalista da revista, pode-se afirmar que está baseada na definição da polarização *nacionalismo/entreguismo* como contradição fundamental brasileira daquele momento (LIMONGI, 1987). Contudo, além da presença marcante das teses dos fundadores da Revista, é possível identificar uma abertura de espaço para algumas aproximações com outras vertentes de pensamento. É o que se pode dizer, de um lado, da publicação de resenhas sobre livros de Guerreiro Ramos e de críticas ao livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* de Hélio Jaguaribe (1958), estopim da crise no ISEB e que revelam o diálogo da Revista com essa instituição. De outro, ganha destaque a incorporação progressiva de autores uspianos, tais como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Pereira e João Cruz Costa em sintonia com o momento de maior influência do marxismo na academia que caracteriza a primeira metade dos anos 60.

Esse contexto intelectual, no qual o marxismo adquire força enquanto recurso explicativo da realidade brasileira da passagem para os anos 1960, é o que vai marcar a estréia da *Revista Estudos Sociais*, outro referencial do pensamento de esquerda no Brasil. Entretanto, antes de entrar especificamente na contribuição dessa Revista para as discussões sobre o desenvolvimento brasileiro, é importante destacar como ela está imersa num movimento amplo de renovação do marxismo nos planos político e intelectual. É sabido que os meados dos anos correspondem a um momento crucial para o marxismo mundial. É o momento da crise do Stalinismo inscrita nas denúncias de Kruchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e que disseminou um clima de questionamento e revisão tanto no plano político quanto no intelectual (HOBBSAWM, 1989). No primeiro plano, o desmoronamento da influência

daquele partido e da própria URSS como modelo de realização socialista abre espaço para novas discussões sobre as vias e as possibilidades de uma Revolução Socialista e, conseqüentemente, para dissensos e cisões. Não se deve deixar de destacar a importância dos movimentos de descolonização, de luta anti-imperialista e de Revolução Socialista na Ásia, África e América Latina na redefinição das estratégias e projetos políticos que tinham como foco a particularidade histórica de cada país (HOBSBAWM, 1989; 1995). Essa tendência à valorização da particularidade histórica é observável na configuração pluralista das idéias socialistas que se consolidou após aquela crise do paradigma da URSS gerando a vitalização das discussões acerca da compreensão do subdesenvolvimento e das possibilidades de transformação social sobretudo nos países de passado colonial. Além disso, é possível identificar também um movimento de questionamento e revisão teóricos caracterizado pela intensificação de trabalhos teóricos e da influência do marxismo na academia (HOBSBAWM, 1989).

Nesse contexto de discussões do marxismo internacional que encontra terreno fértil no Brasil, é fundada a *Revista Estudos Sociais* em 1958. Tal como a *Revista Brasiliense*, ela também procurava deixar sua marca no debate sobre o desenvolvimento nacional que circula no Brasil do final dos anos 1950 e início da década de 1960. Sua fundação é um dos resultados de um processo de “abertura” iniciado pelo PCB após as discussões que se desdobraram da crise do stalinismo e, em especial, após a *Declaração de Março* que oficializava a nova orientação política do partido (ARIAS, 2003). Dessa forma, a Revista se caracterizava pela tendência de releitura de Marx e por aquela preocupação em desvelar o processo de consolidação do capitalismo brasileiro. Nessa primeira tendência, se inserem as discussões teórica e filosóficas, mesmo que limitada, de autores como Lukács e Gramsci (ARIAS, 2003). Essa maior atenção conferida à questão da particularidade nacional em relação ao modelo da Revolução Soviética se combina com a onda nacionalista que fincava a contraposição ao que era considerado um dos pilares da situação de atraso do desenvolvimento do

capitalismo brasileiro: o Imperialismo. Apesar de ser esse um ponto bastante permeável em grande parte da esquerda brasileira no período, a segunda tendência, centrada na compreensão do caráter do capitalismo brasileiro, revela a afirmação do caráter feudal do passado colonial brasileiro, portanto, em consonância com as teses do PCB. Como já foi dito, esse dissenso sobre a questão agrária, que caracteriza o debate com os fundadores da *Revista Brasiliense*, marca o momento de intensificação dessa problemática no país em vista da amplitude tomada pelos movimentos sociais pela Reforma Agrária. Assim, a *Revista Estudos Sociais* também deixa sua assinatura nas discussões sobre o desenvolvimento brasileiro, estabelecendo diálogos, críticas e teses⁸³ e expressando sua vinculação, ainda que não sistemática, ao partido de origem⁸⁴.

Como se pôde perceber, o debate sobre o desenvolvimento permeava grande parte do contexto intelectual que englobava os anos de meados da década de 1950 e início de 1960⁸⁵. As discussões e debates adquiriam espaço em vários instrumentos de divulgação que contribuíam para a circulação e a Institucionalização de muitas dessas idéias. As perspectivas teóricas e os conceitos identificados com a problemática do desenvolvimento ressoaram diretamente nas análises e diagnóstico sobre o processo de transformações pelas quais o país estava passando nos anos 1950 e 1960. Diferentes autores e teses constituem, desse modo, um ambiente de diálogos e debates que explicita a maneira pela qual esse pensamento caminhava em consonância com as transformações tanto no que diz respeito ao tratamento de questões candentes do cenário sócio, político e econômico como, também, enquanto parte das próprias mudanças, configurando um momento específico do pensamento social brasileiro. Ou seja, a identificação da problemática do *desenvolvimento* no debate das

⁸³ Aqui se inserem também o diálogo com os setores progressistas tais como a Cepal e o governo JK (ARIAS, 2003).

⁸⁴ Para maior detalhamento sobre a formação, a composição e as principais teses da Revista, consultar Arias, 2003.

⁸⁵ Além disso, o projeto de pesquisa sobre as relações raciais no Brasil financiado pela Unesco também pode ser compreendido como parte da preocupação com a *modernidade* em curso da sociedade brasileira dos anos 50 tendo em vista a preocupação dos autores envolvidos com a integração dos setores sociais brasileiros no processo de modernização da sociedade brasileira (MAIO, 1999).

ciências sociais, em especial da Sociologia, não se restringe ao tratamento exclusivo desta problemática no discurso encampado na área. Os inúmeros diagnósticos realizados no período que perpassa os meados dos anos 1950 e o início do 1960 procuram, na medida da proposta de cada intérprete, enfrentar as diversas facetas que o processo inscreve na realidade brasileira. Dentre elas, podem-se destacar os temas *dualismo*, *obstáculos*, *especificidade nacional*, *imperialismo*, *colonialismo*, *fase de transição*, *nacionalismo*, *marxismo* como temas marcantes dessa ambiência intelectual já que envolvem os grandes dilemas de sua época. Vale, agora, observar mais de perto alguns dos principais elementos desse debate que envolve as ciências sociais e seus autores correspondentes.

Brasil: um país, duas realidades?

A problemática do *dualismo* não é algo inusitado em um país que vivenciava a contradição de uma situação particular, ou seja, de um passado colonial marcado por um quadro de dependência e subordinação européia que passa a contar, conseqüentemente, com forte influência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Seja ele entendido como contradição *desenvolvimento/subdesenvolvimento* ou *atraso/moderno*, o fato é que não se pode escapar a um padrão considerado ideal ou superior e que estaria além de sua condição de existência. Nesse sentido, os fundamentos da visão dualista da sociedade brasileira consistem no pressuposto da coexistência e convivência de duas realidades opostas no panorama brasileiro e que exprimem, do ponto de vista teórico, duas lógicas distintas. De maneira mais específica, é possível identificar certos fatores que contribuíram para reforçar esse tipo de compreensão da vida brasileira e que perpassam, de maneira geral, aquela tensão entre os moldes e os desdobramentos das duas revoluções e a situação brasileira. Dentre eles, destaca Carlos Alberto Dória (1998), as interpretações de Euclides da Cunha e de Capistrano de Abreu, que compreenderam o sertão nordestino como face atrasada em relação ao litoral no início do século XX; a influência do Movimento

Modernista e do VI Congresso Mundial da Internacional Comunista nos anos 20. Esses dois últimos exemplos teriam marcado duas tendências importantes no pensamento social brasileiro: uma perspectiva progressista que vislumbrava a possibilidade de modernização da sociedade brasileira e uma compreensão etapista da revolução socialista de grande repercussão no período. Além dessas influências, o autor põe em evidência a importância da problemática do dualismo em um dos embates mais marcantes do período já destacados aqui, ou seja, a discussão sobre o caráter feudal ou capitalista do passado agrário-exportador brasileiro que permeou o discurso da esquerda. Nesse caso, o caráter dualista que caracteriza a compreensão do traço feudal, ou pré-capitalista, de nosso velho setor rural, é visto como um dos pólos responsáveis pelo impedimento do desenvolvimento do capitalismo e, dessa forma, como obstáculo à consolidação de uma fase considerada crucial para a criação das condições objetivas para a revolução socialista.

Por outro lado, essa percepção da simultaneidade de duas formas de existência que configuram condições distintas de desenvolvimento se inscreve profundamente em grande parte das teses apresentadas ao já mencionado Seminário *Resistências a Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento* organizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais realizado em 1959 no Rio de Janeiro. Essa abordagem aparece como um marco do debate sobre o desenvolvimento nas ciências sociais do período e que pode ser sintetizada na introdução à publicação dos respectivos Anais (Bôas, 2006). Nela, Costa Pinto não só anuncia o propósito inicial de contribuir para o avanço de uma *sociologia do desenvolvimento nacional*, mas também evidencia o que parece ser o ponto de partida e de chegada do Seminário: a percepção do descompasso do ritmo de desenvolvimento de diferentes elementos e sua condição de obstáculo ao desenvolvimento que assinala o tom dualista das apresentações. Em primeiro lugar, vale destacar a participação de um dos grandes porta-vozes da interpretação dualista da

realidade dos países latino-americanos⁸⁶ no Seminário: Jacques Lambert (1960). Como o próprio título da apresentação indica, sua tese central consiste na afirmação *do dualismo* como fonte dos obstáculos ao desenvolvimento de um país. O que caracteriza uma sociedade dualista, segundo o autor, é a existência de dois pólos em uma cultura nacional, um *evoluído* e a outro *atrasado* cujo critério de distinção está relacionado ao que define como *generalização dos efeitos sociais do desenvolvimento*. Essa idéia é pautada na valorização do alcance social do *progresso* técnico e aponta como índices de desenvolvimento fatores como mortalidade infantil, escolarização e fecundidade. Essa perspectiva demonstra o enfoque sobre o aspecto social do desenvolvimento que patenteia a proposta característica do seminário de diálogo constante com as teses e critérios econômicos de avaliação do desenvolvimento. Evidentemente, tudo isso está relacionado à caracterização da sociedade dualista e à proposta de sua superação, já que entendida como obstáculo ao desenvolvimento.

Não obstante, a interpretação *dual* dos chamados países subdesenvolvidos não se restringiu a esse nome, atravessando, de uma forma ou de outra, o clima do seminário. Em se tratando especificamente da temática da Educação, que compunha o quadro dos temas que mapeou o seminário, essa perspectiva aparece na participação de J. Roberto Moreira (1960) que parte do pressuposto de que as noções de *desenvolvimento* e de *subdesenvolvimento* não se aplicariam somente na comparação entre os países, podendo ser utilizadas na interpretação das regiões identificadas internamente. Além disso, a percepção dualista da situação dos países latino-americanos pode ser encontrada nos paralelos *sociedade secularizada/sociedade sagrada* e *sociedade desenvolvida/sociedade não desenvolvida* que Gino Germani apresenta. Esses conceitos procuravam dar conta da permanência do atraso naqueles países sob a ponto de vista dos *requisitos funcionais de integração*, portanto, como obstáculos

⁸⁶ Outro nome representante da influência da construção dualista do Brasil dos anos 50 e 60 é Ignácio Rangel que, como já foi destacado, tem importância particular na área da Economia (BIELSCHOWSKY, 2004; DÓRIA, 1998)

ao desenvolvimento. Finalmente, vale lembrar que a grande influência da Cepal colocava a discussão em termos da polaridade *centro/periferia*.

Como se pode observar, essa idéia de uma *sociedade dualista* aponta para certa compreensão de uma *sociedade heterogênea e desintegrada*. Esse tipo de pressuposto perpassa, da mesma forma, interpretações que seriam, posteriormente, reconhecidas por sua crítica à visão dualista da realidade brasileira, dentre elas, podem-se destacar as figuras de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (ROMÃO, 2003). Em sua apresentação no Seminário intitulada *Dilema da Burocratização no Brasil* Octávio Ianni (1960) trabalha com a polarização *valores racionais/valores tradicionais* para estabelecer os parâmetros do atraso e dos obstáculos ao desenvolvimento da denominada “ordem industrial urbana democrática”. No caso da participação de Fernando Henrique Cardoso (1960) no Seminário, o que se percebe é o mesmo diagnóstico da permanência de valores tradicionais de pensamento que, aqui, são identificados nas atitudes da classe trabalhadora. Em ambos os casos, as problemáticas são colocadas em termos da *integração* a uma nova ordem social na qual figura o critério da *racionalidade* como característica fundamental, mesmo que já abrindo espaço para análise dos atores respectivos das classes sociais numa sociedade capitalista, ou seja, o proletariado e o empresário. O que se pode perceber é um momento de transição marcado, de um lado, pela perspectiva da “demora cultural” e do dualismo que orientava os projetos relacionados ao Cesit e, de outro, pela tendência progressiva de afastamento de tal abordagem reforçada pela intensificação do diálogo com as teses marxistas. Não por outro motivo, os resultados das pesquisas realizadas a partir dos projetos do Cesit tenham se mostrado bastante distantes do projeto inicial (ROMÃO, 2003). Ao mesmo tempo, um movimento de crítica às teses produzidas naquele período *desenvolvimentista* ganha força no final dos anos 1960, demonstrando a importância teórica da abordagem dualista nas discussões do período (DÓRIA, 1998).

De todo modo, se a ambiência do Seminário é marcada pela presença do discurso dualista a perspectiva de Florestan Fernandes apresentada ali não

foge à regra. A concepção de uma sociedade composta de duas realidades distintas está baseada na idéia, também identificada em grande parte das participações no Seminário, da coexistência de dois sistemas de valores que emolduram duas formas de organização social. De um lado, a identificação de permanências de valores tradicionais no comportamento dos indivíduos pressupõe a existência de fatores que ainda desempenhavam papel importante na manutenção de estruturas associadas à sociedade *escravocrata e senhorial*. Paralelamente, concorre na interpretação o reconhecimento da força das tendências de superação de tais estruturas baseado na observação do desenvolvimento de técnicas de controle social⁸⁷ como expressão da capacidade de organização da sociedade em bases "racionais" e "democráticas". Essa interpretação é fundamental como alicerce da proposta de fundação de um tipo de sociedade na qual essas técnicas deveriam compor toda a trama das relações sociais, ou seja, de uma *Ordem Social Planificada*. Como se pôde observar, essa não foi somente uma influência marcante nas interpretações de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso que, como se sabe, eram diretamente relacionados ao sociólogo, mas também se coaduna com as interpretações de Gino Germani que representa, nesse caso, um nome de importância na Sociologia Latino-Americana. Em conjunto, tais maneiras de interpretar a situação dos países que buscavam alternativas de desenvolvimento constituem um paradigma cuja essência pode ser encontrada na valorização da dimensão sócio-cultural na explicação dos fundamentos do subdesenvolvimento.

Além desse último exemplo, outra perspectiva é colocada por Ignácio Rangel no ISEB que, ao lado de Jacques Lambert, é considerado grande nome da visão dualista da sociedade brasileira (MOTA, 1980). Essa influência significativa se fundamenta na idéia de que a realidade brasileira era caracterizada por uma *Dualidade Básica*, uma das principais teses que permeavam as interpretações realizadas ali e que pressupunha a existência de duas determinações da

⁸⁷ Para Mannheim, tais técnicas sociais correspondem ao "conjunto dos métodos que visam a influenciar o comportamento humano e que, quando nas mãos do Governo, agem como meios especialmente poderosos de controle social" (MANNHEIM, 1973).

economia brasileira, uma interna e outra externa (RANGEL, 1957). Nesse sentido, fincava a caracterização do subdesenvolvimento brasileiro segundo duas lógicas, uma, na qual as relações de produção eram definidas pelas relações capitalistas que se desenvolviam no âmbito da nação e, outra, na qual vigorava as regras e interesses do capitalismo internacional. Trata-se de duas lógicas em conflito a partir das quais se deveria analisar a economia brasileira. Essa interpretação foi não apenas saudada por Guerreiro Ramos em sua apresentação ao livro de Rangel, mas tornou-se, sob a denominação de *Duplicidade*, um dos principais diagnósticos que o sociólogo realizou para caracterizar a realidade brasileira. Ao mesmo tempo, essa influência atravessa grande parte das teses produzidas no Instituto no período desenvolvimentista, sobretudo aquelas que procuravam fundamentar o nacionalismo e o desenvolvimento nacional tendo em vista a contradição nação/antinação (TOLEDO, 1997)

Desenvolvimento: parâmetros e conceitos

O empreendimento de definição dos critérios de análise do processo de desenvolvimento dos países de passado colonial não se limitou à compreensão de um país dividido em duas realidades distintas, com ritmos de desenvolvimento divergentes. De maneira ampla, as discussões partem de abordagens metodológicas que procuravam dar conta da especificidade desses países.

As análises observadas no Seminário do CLAPCS têm como referencial determinada concepção de *desenvolvimento* fundamentada em um arcabouço conceitual característico que permite a construção das noções de *civilização urbano-industrial*, *ordem social urbana democrática*, *integração* e *padrão moderno* de sociedade. Nesses casos, o princípio *estruturalista* é bastante marcante sobretudo na hipótese que procura um grau de *integração* do sistema. Evidentemente que se trata de iniciativas que visam definir a *especificidade* do processo de desenvolvimento no Brasil, ou na América Latina e, como já foi dito, essa perspectiva abre espaço para a inserção da História na análise. Entretanto, ao lado dessa abertura que garante a definição dos *obstáculos* ao

desenvolvimento, figura o enfoque sobre as *tendências* de desenvolvimento que se ligam diretamente à essência universalista do estruturalismo uma vez que põem em evidência parâmetros dos países considerados desenvolvidos. Sobre esses dois pilares se assentam as interpretações nas quais figuram uma visão sistêmica da sociedade e a centralidade da noção de *integração*. Vale ressaltar que esse momento coincide com o fortalecimento do *estruturalismo* e do *neofuncionalismo* na teoria social no plano internacional (ALEXANDER, 1987; DOSSE, 1993).

Nas análises de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (1960) citadas anteriormente, essa perspectiva está presente na maneira pela qual definem o momento como sendo de emergência de *uma civilização urbano-industrial* ou de uma *ordem industrial urbana democrática*, respectivamente. Em ambos os casos, as dimensões econômica e sócio-cultural aparecem como partes catalizadoras de mudança na sociedade como um todo. Por isso, a necessidade de um grau de integração satisfatório que garantisse a totalidade das transformações sobretudo no que dizem respeito à superação das estruturas rurais, patrimonialistas e tradicionais passadas. Essa influência da concepção sistêmica da sociedade e do processo de *mudança social* se manifesta na mesma direção em tese que Gino Germani (1960) apresenta ao Seminário. Ao equalizar as noções de *secularização* e *desenvolvimento*, o autor estabelece um critério de definição do padrão de integração desejado. Para isso, parte do pressuposto segundo o qual o processo de *secularização*, ao abranger transformações no âmbito da *ação social*, garantiria a *institucionalização da mudança social* e estabeleceria a *diferenciação e a especialização* das instituições. Nota-se que a *função* da dimensão cultural adquire centralidade na argumentação de forma que, mesmo quando o autor se refere diretamente à dimensão econômica, o critério da *secularização* permanece na definição de *condição* de desenvolvimento. Estabelecido o critério de definição das *condições* do desenvolvimento, os demais fatores ligados a esse processo são considerados *implicações* do desenvolvimento.

A distinção entre *condições* e *implicações* do desenvolvimento pressuposta por Gino Germani está baseada em uma proposição de Costa Pinto de 1958⁸⁸, mas esse não é o único ponto de intersecção entre os autores no que se refere aos referenciais teóricos de análise do desenvolvimento⁸⁹. Em texto de 1959 (1973), no qual afirma retomar as idéias da apresentação indicada por Gino Germani, Costa Pinto parte de uma definição de *estrutura social* baseada na idéia do tripé *base/corpo/cúpula* cujas partes correspondem, respectivamente, ao planos da forma de produção, da estratificação social e das instituições e valores. Vê-se que, na argumentação, também figuram as instituições e os valores como elemento responsável pela manutenção da integração social. Ao mesmo tempo, a identificação do primeiro aspecto, o da produção, como principal *locus* do processo de transformações permite a construção de outra noção fundamental derivada da idéia de estrutura, ou seja, a concepção de *marginalidade estrutural*. À princípio, pode parecer uma simples contradição o fato de a dimensão privilegiada na manutenção do sistema não ser aquela de onde se disseminam as transformações estruturais, mas essa é a chave da interpretação que o autor desenvolve sobre a realidade de uma sociedade ainda não desenvolvida⁹⁰. Para Costa Pinto, o que determina essa situação é o descompasso entre o ritmo de desenvolvimento econômico e aquele ocorrido em outras esferas, sobretudo naquela que engloba as instituições e os valores. Isso porque é nessa esfera que imperam as transformações mais profundas e difíceis, uma vez que caracterizada pela condição de mantenedora da integração social. Aqui, figura a distinção entre *modernização* e *desenvolvimento* que diz respeito, no primeiro caso, às transformações *espontâneas* ocorridas, em geral, na esfera econômica e, no segundo, às que decorreriam de uma situação de *planejamento econômico*

⁸⁸ Trata-se, segundo o autor, de uma comunicação ao Seminário Latino Americano sobre Metodologia de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais, ocorrido no Chile, intitulada “Esquema conceitual básico para o estudo das implicações sociais do desenvolvimento econômico” (GERMANI, 1960, p.268)

⁸⁹ Até mesmo os fatores analisados para identificação dos obstáculos ao desenvolvimento coincidem nesses dois autores.

⁹⁰ Isso além de evidenciar a influência da Cepal que é uma das marcas do CLAPCS do qual fazia parte (OLIVEIRA, 2005).

(DOMINGUES, 1999; LIEDKE FILHO, 1999). O conceito de *marginalidade estrutural* é o instrumento por meio do qual o autor procura se afastar de uma visão dualista da realidade brasileira na medida em que, ao lado do diagnóstico das disparidades do ritmo de desenvolvimento, procura destacar a *crise* de ambas as estruturas em conflito, uma arcaica e outra moderna⁹¹.

Os aspectos destacados anteriormente, que permitem caracterizar tendências estruturalistas de interpretação do desenvolvimento na Sociologia, permitem estabelecer um elo com os trabalhos de Florestan Fernandes sobre a questão do *desenvolvimento* e da *mudança social*⁹² uma vez que representam uma influência significativa do *estrutural-funcionalismo*. A dimensão estrutural se apresenta na definição da sociedade como um sistema composto de partes integradas que compõem uma totalidade. Apesar de, em sua análise sobre o Método de Interpretação Funcionalista apresentada como tese de livre docência em 1953, essa perspectiva se inserir na definição de *método funcionalista*, essa característica é fundamental para se compreender não só a noção de totalidade que envolve a proposta analítica mas, também, seu caráter ocidentalista. Nesse aspecto, a análise se aproxima do caráter universalista e *dedutivo* das teses clássicas do estruturalismo⁹³, afastando-se das correntes nacionalistas do período. Por outro lado, é através da proposta de interpretação *indutiva* que o sociólogo paulista abre espaço para uma abordagem empírica que permite a absorção do conceito de *função social* como recurso de análise do processo de *mudança social*. Aqui, a porta de entrada consiste na compreensão da expressão particular da realidade estudada, mesmo que vinculada aos padrões estruturais que definem a situação de desenvolvimento, sobretudo no que ela diz respeito ao que o autor define como Civilização Moderna Ocidental. Desse modo, o critério

⁹¹ Segundo Gláucia Villas Bôas Costa Pinto ainda estaria ligado a uma perspectiva dualista, contudo teria sido um dos pioneiros da problematização do conflito como parte do processo de mudança. Essa tese estaria em contraposição ao argumento da acomodação e da integração progressiva e, desse modo, se distinguiria dos pressupostos uspianos e isebianos (BÔAS, 2006).

⁹² Vale destacar a atenção de Florestan Fernandes ao tema do Folclore e da cultura das sociedades marginais como parte da problemática da mudança social (MARTINS, 2002)

⁹³ Para maior aprofundamento do caráter dedutivo do estruturalismo, consultar Piaget (1970) e Boudon (1974).

essencial de definição do desenvolvimento tem, além dessa absorção do funcionalismo enquanto método fundamental na interpretação do processo de mudança social, uma marca weberiana⁹⁴ que pode ser percebida em dois aspectos. Em primeiro lugar, ela está relacionada à definição dos processos de *secularização* e *racionalização* como base de composição da situação de desenvolvimento ou de identificação de indícios de desenvolvimento. Em segundo, é a atenção voltada para determinado tipo de comportamento social que permite a interpretação dos padrões e valores que definem a forma de organização social. Essa é a perspectiva adotada por Parsons que compõe o rol de autores citados por Florestan Fernandes como contribuição significativa na interpretação funcionalista dos processos de mudança social. Com isso, ao mesmo tempo que valoriza uma visão sistêmica da sociedade que envolve as noções de *diferenciação* e de *integração* de Parsons⁹⁵, procura destacar a perspectiva empírica aberta pelos conceitos de *função manifesta* e *função latente* de Merton⁹⁶ (FERNANDES, (1973 [1953])). Em suma, nessa forma de compreensão do processo *de desenvolvimento social* o agente catalisador da mudança estrutural reside nos processos de *secularização* e *racionalização*, identificados na esfera comportamental das relações sociais, mas diretamente relacionados à esfera responsável pela integração, preservação ou transformação do sistema, ou seja, a da cultura. Por esse motivo, o que o autor define como *mudança social* torna-se equivalente à sua concepção de *mudança cultural*.

As interpretações isebianas, por sua vez, refletem uma característica bastante particular. Nesse caso, o referencial teórico é o *Existencialismo* inscrito nos principais conceitos e teses que são a base do diagnóstico do desenvolvimento brasileiro. Como forma de reconhecimento da circulação dessas idéias no período, vale ressaltar que, antes da ascensão vigorosa do estruturalismo iniciada nos anos 1950 e coroada na década de 1960, a filosofia

⁹⁴ Weber, 1996; 2004.

⁹⁵ Florestan Fernandes recorre à edição de 1952 do livro *The Social System*.

⁹⁶ Mesmo considerando as críticas que Florestan Fernandes faz a Merton a esse respeito (FERNANDES, (1973 [1953])).

francesa era fortemente influenciada pela Fenomenologia de Husserl e pelo Existencialismo sartreano (DOSSE, 1993). No ISEB, essa influência marca sobremaneira o tom *nacionalista* das interpretações por meio das noções de *colonialismo*, *subdesenvolvimento*, *alienação*, *fase*, *heteronomia*, *mimetismo*, *transplantação*, *dependência*.

Guerreiro Ramos é um autor que incorpora de forma significativa esses conceitos que circulam pelo ISEB buscando contribuir para a sua sistematização e divulgação. Para caracterização e análise do desenvolvimento brasileiro dos anos 1950 e 1960 a idéia central na argumentação do autor é a de *fase de desenvolvimento*. Contudo, antes de entrar nessa questão, é importante destacar a relação entre os instrumentos de análise utilizados pelo autor e a perspectiva nacionalista que permeava as análises isebianas. Aqui, ganha destaque uma interpretação que põe em evidência a dimensão subjetiva fortemente marcada pelo Existencialismo. Trata-se de uma acomodação dos princípios existencialistas para a Nação que nessa perspectiva torna-se sujeito, ou ser, dotado de consciência. O que define a situação de subdesenvolvimento, ou a *fase de transição*, é o diagnóstico de indícios de surgimento de uma *consciência autêntica*, de uma *autoconsciência* de caráter *emancipatório*⁹⁷. A crítica à dependência das teorias estrangeiras para explicar o Brasil questionada no âmbito da produção científica, é desdobrada no sentido da definição da realização do país enquanto Nação. Só há, para o autor, a consolidação da Nação a partir do desenvolvimento daquela *consciência autêntica* que, para ele, significa a capacidade de compreensão de si mesma e de definição do próprio destino de forma independente das determinações externas.

Contudo, é a concepção de *fase de desenvolvimento* que assinala a distinção do processo de desenvolvimento brasileiro para Guerreiro Ramos, tornando-se central para a caracterização do momento vivenciado pelo Brasil nos anos 1950. Ela mesma atravessa a idéia de constituição da Nação Brasileira e

⁹⁷ Como visto no Capítulo I, esse é um diagnóstico que fundamenta a proposta científica nacionalista do autor.

seus pressupostos, caracterizando o diagnóstico da realidade brasileira e dando forma ao que determina como a particularidade do processo de desenvolvimento brasileiro. Com isso, o autor define o passado agrário brasileiro enquanto *fase* na qual predominava *lei da complementaridade* e a industrialização como aquela na qual vigoraria *lei da autodeterminação*. Desse modo, valendo-se das concepções de *lei estrutural* e *principia media* mannheimianas, ou seja, procurando estabelecer as leis gerais que caracterizam uma estrutura⁹⁸, Guerreiro Ramos define o momento contemporâneo como *fase de transição* na qual observa mudanças estruturais na sociedade brasileira geradoras da tensão entre as forças que sustentariam a situação de *complementaridade*, em alusão clara à situação do país no mercado internacional tal como proposta pela Divisão Internacional do Trabalho Clássica, e as forças que caminhariam em direção à *autodeterminação*. Nesse último caso, há a vinculação estreita ao projeto de *substituição de importações* enquanto forma de independência econômica do país e de autonomia frente ao mercado internacional. Dessa forma o país é visto como em situação *transitória*, as tendências de desenvolvimento tomam a forma de indícios de um processo de superação. Desse lado, estão criadas as bases gerais dos critérios de definição do desenvolvimento que, como se pode notar, corresponde às mudanças na estrutura econômica. Em outras palavras, isso significa que a idéia de desenvolvimento está intimamente relacionada ao processo de consolidação do capitalismo brasileiro como forma de realização da *emancipação nacional*. Isso, evidentemente, associado aos termos existencialistas outrora explicitados. Essa tendência pode ser identificada no IBESP, no início dos anos 50, do qual Guerreiro Ramos fez parte, e que se desdobrou no ISEB anos mais tarde (BARIANI, 2005). Além disso, a concepção de *fase de transição*, tal como identificada em Guerreiro Ramos também aparece nos trabalhos de Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel e Roland Corbisier⁹⁹.

⁹⁸ Mannheim define essa noção no livro que foi traduzido no Brasil com o nome de *O Homem e a Sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna* (1962), mas que foi publicado na Inglaterra com o nome *Man and Society in an Age of Reconstruction* em 1940.

⁹⁹ Segundo Bresser-Pereira (2001), Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe compartilhavam a idéia de que a superação do subdesenvolvimento correspondia à superação do

Em Florestan Fernandes, apesar de a concepção de *fase* não figurar como fundamento metodológico de definição do contexto brasileiro dos anos 50 como em Guerreiro Ramos, é possível identificar a percepção de um momento transitório de mudança estrutural. Nesse sentido, ao considerar os anos 50 enquanto momento de intensificação do processo iniciados com a Abolição, Florestan Fernandes partilha da ambiência progressista do período, construindo sua percepção da situação de *transição* da sociedade brasileira, ou de *crise* estrutural. Os conceitos chave utilizados por Florestan Fernandes na interpretação do processo de mudança social vivenciado pelo Brasil nos anos 50 são os de *mudança cultural espontânea* e *mudança cultural provocada*¹⁰⁰. Utilizando-se da noção de “estilo de pensamento” mannheimiana¹⁰¹, o autor define *como mudança cultural espontânea* a emergência de uma nova mentalidade de caráter secularizado e racional cuja expressão se inicia com a Abolição da Escravatura. É perceptível, nesse momento, o paralelo com o processo de consolidação dos valores liberais-burgueses ocorrida na Europa sobretudo no que diz respeito ao papel impulsionador do processo de modernização brasileiro¹⁰². No rumo das interpretações que identificavam as limitações dos princípios liberais, a definição de *mudança cultural provocada* procura enfatizar a extensão da racionalidade a todas as esferas da vida social, fundamentando, por sua vez, a idéia de controle social, ou mais especificamente, de planejamento democrático.

São esses os parâmetros para a discussão sobre as tendências e os obstáculos ao desenvolvimento que os autores empreendem em conjunto com os intelectuais que pensavam os marcos das transformações pelas quais o Brasil passava nos anos 50. A composição da análise de Florestan Fernandes denota a

capitalismo mercantil.

¹⁰⁰ A sistematização dessa discussão pode ser encontrada de maneira explícita, por exemplo, no texto “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada” de 1958 no qual o autor procura definir a importância da ciência e da educação na passagem do primeiro ao segundo tipo de mudança social (FERNANDES, 1960).

¹⁰¹ Trata-se da perspectiva da Sociologia do Conhecimento que estabelece a relação entre pensadores, estilo de pensamento e grupo, ou classe social existentes em um período. Nesse sentido, determinado grupo compartilha uma forma de abordagem do mundo que pode, ou não, predominar sobre os demais em um período considerado (MANNHEIM, 1981).

¹⁰² Weber, 1996

vinculação dos processo de *secularização* e de *racionalização* ao que define como tendências de desenvolvimento de caráter democrático, já que associadas ao pressuposto de controle da vida coletiva por todos os indivíduos. Em outras palavras, o processo de *mudança social espontânea* corresponde aos avanços do liberalismo no sentido da consolidação da *ordem social competitiva*, enquanto a *mudança social provocada* está de acordo com um novo tipo de sociedade proposto por Florestan Fernandes, a *ordem social planificada*. Nesse caso, a diferença entre ambos os tipos de ordem social é de grau e não de natureza, mas nem por isso deixa de estabelecer uma marca distintiva fundamental. Conseqüentemente, a análise que Florestan Fernandes realiza sobre a realidade nacional define os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro a partir dos fatores que impedem a expansão dos valores “racionais” e “democráticos”, enquanto permanências do antigo regime, e as tendências de desenvolvimento com base nos indicativos da presença desses valores. Isso significa, como já foi indicado anteriormente, a análise da forma de manifestação dos padrões de desenvolvimento condizentes, ou não, com a “moderna civilização ocidental”.

O que caracteriza a mudança cultural provocada, em relação ao elemento racional, é a extensão dos limites da ação intencional. Além da escolha deliberada dos alvos, ela envolve o conhecimento objetivo dos meios e das condições e dos mecanismos através dos quais aqueles precisam se atingidos. Em outras palavras, o elemento racional penetra em todos os níveis do comportamento inteligente dos agentes, de modo a ordenar as atividades por eles desenvolvidas no plano relativamente abstrato, em que se definem suas intenções de intervir na realidade, seja em função dos fins, seja em função dos meios e das condições da própria intervenção. (FERNANDES, 1960, p.188)

Em Guerreiro Ramos, também é possível tratar os problemas levantados sobre o desenvolvimento em termos de tendências e obstáculos. Não obstante, é preciso lembrar que, por meio da noção *de fase de desenvolvimento*, o autor procura refutar os critérios internacionais de avaliação do desenvolvimento que, segundo ele, entenderiam como problemas questões que, dependendo do

grau de desenvolvimento, poderiam ser consideradas, de certo modo, normais. Nesse sentido, tomando os obstáculos enquanto permanências da estrutura social anterior e limitações ao processo de desenvolvimento em curso¹⁰³, e não como problemas identificados por padrões criados por países avançados, Guerreiro Ramos define, em *A Redução Sociológica* (1956), os obstáculos: contradição entre as determinações *internas* e *externas* do país; tendência à imitação característica de países de passado colonial, pela incapacidade de *autodeterminação*; desajustamento entre a *superestrutura* da sociedade e sua particularidade histórica; ausência de consciência e de controle do próprio destino. Essas teses correspondem respectivamente aos conceitos *Duplicidade*, *Heteronomia*, *Alienação*, *Amorfismo*, *Inautenticidade* estabelecidos pelo autor. Mostra-se, aqui, a comunidade de princípios com algumas teses reconhecidas no ISEB.

As tendências de desenvolvimento reconhecidas pelo autor estão ligadas a três processos ocorridos no Brasil: a industrialização, a urbanização e as alterações no consumo popular. Dentre esses aspectos, a industrialização figura na argumentação como catalizadora dos demais o que demonstra a importância da estrutura econômica na definição do desenvolvimento. Sendo *condição* para o desenvolvimento, é ela que vai ditar sua extensão. Vale lembrar que, do ponto de vista econômico, é nos anos 50 que ganham força as iniciativas voltadas para o

¹⁰³ O diagnóstico dessa coexistência e da situação de crise da sociedade brasileira dos anos 1950 também pode ser identificado nos trabalhos de Florestan Fernandes, mas, aqui, a tensão que os estrutura é, como já foi destacado, aquela entre o que o autor define como Ordem Social Tradicional e Ordem Social Moderna. Contudo, essa dimensão cultural também pode ser identificada nos textos *Pauperismo e Medicina Popular* e *O Problema da Mortalidade Infantil no Brasil* (1951) nos quais Guerreiro Ramos apresenta uma visão de cultura popular como de permanência do comportamento não racional, tal como nos trabalhos que Florestan Fernandes realiza sobre o folclore paulistano (mesmo se se levar em consideração o caráter crítico a partir do qual esse autor procura se colocar no tocante à participação da cultura popular no processo de mudança social) e em seu projeto educacional de caráter iluminista. Além daqueles trabalhos de Guerreiro Ramos essa concepção de “atraso” da cultura popular pode ser observada na 6ª. Recomendação que o autor formula: “É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de **estilos de comportamento de caráter pré-letrado**. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de **integração social** que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos”. Mas, vale dizer que essa visão não é central na definição de crise como em Florestan Fernandes (RAMOS, 1995, p.106).

processo de substituição de importações e de superação da predominância agrária da economia brasileira. Assim, é compreensível a identificação das tendências a partir dos resultados desse impulso, sobretudo no que dizem respeito às possibilidades de desenvolvimento de um *capitalismo nacional*, sinônimo de *emancipação nacional*. Contudo, tendo em vista a outra face da noção de desenvolvimento, Guerreiro Ramos faz um paralelo desse momento transitório com o diagnóstico da constituição da *Nação Brasileira*. Como destacado no Capítulo I, enquanto fruto do processo de industrialização, a emergência de uma consciência crítica é lida como uma tendência de desenvolvimento. É a partir dela que o autor reconhece as bases de um projeto de desenvolvimento. Note-se que, mesmo incorporando na análise a emergência desse aspecto cultural, ele não aparece como fonte das alterações da estrutura social como em Florestan Fernandes¹⁰⁴.

Considerar-se-á, para efeito deste estudo, em sua acepção econômica, isto é, definida basicamente pela distribuição da força de trabalho nos setores da atividade produtiva. Uma estrutura será tanto mais elevada quanto mais força de trabalho liberar das atividades primárias (agropecuária e extração) e se transferir para as atividades secundárias (industriais) e terciárias (serviços). O desenvolvimento é uma promoção mediante a qual as regiões e nações passam de uma estrutura a outra superior. Diz-se que uma região se encontra em desenvolvimento quando, em sua estrutura, estão surgindo os fatores genéticos de outra superior. Da transformação da estrutura atual em outra superior, decorrerá a substituição dos problemas atuais por outros menos grosseiros ou mais refinados. Não há, no domínio da realidade histórico-social, nenhuma idade de ouro, na qual cesse a problematicidade da vida humana. Para todo grau de desenvolvimento por mais elevado que seja, haverá sempre outro seguinte superior. (RAMOS, 1958a, p.111-112)

A aproximação dos autores com as teses circundantes no ambiente intelectual também pode ser observada no caso do diagnóstico das tendências e dos obstáculos ao desenvolvimento. No ISEB, é perceptível o pressuposto da

¹⁰⁴ Isso também pode ser percebido com o diagnóstico da “atitude parentética” que o autor realiza mais tarde (RAMOS, 1963).

esfera econômica como fonte das transformações relativas ao desenvolvimento da sociedade brasileira e isso está diretamente relacionado à centralidade da idéia de *Nação*. É esse o caso da idéia de *fase de transição* apresentada por Hélio Jaguaribe (1958) para compreender a realidade brasileira dos anos 1950. Na esfera da definição das tendências, o autor estabelece como impulso inicial do processo de desenvolvimento brasileiro a constituição do mercado interno e as crises cambiais que se seguiram a partir dos anos 1920 e em especial, após a II Guerra Mundial. A partir daí, em pleno diálogo com léxico econômico, distingue as categorias *crescimento econômico* e *desenvolvimento*. Nas palavras do autor, o primeiro conceito diria respeito ao salto quantitativo da industrialização, enquanto o segundo estaria associado a um processo mais amplo que se caracterizaria por um avanço qualitativo do ponto de vista *econômico* e *cultural*. Dessa forma, aparecem como pontos de obstrução do desenvolvimento, além dos fatores econômicos como a crise do comércio internacional, a pressão da demanda, a inflação e a insuficiência de poupança, aspectos de ordem social, cultural e política. Dessa forma, descreve como representantes dos indícios de atraso da sociedade brasileira nessas esferas os casos de *parasitismo social*, privilégios de classe relativos ao período *semicolonial*, *alienação cultural*, *nativismo primário* e *Estado Cartorial*. Esses aspectos são vistos enquanto *permanências* da *fase semicolonial* constituindo descompassos em relação ao processo de desenvolvimento.

Como já destacado anteriormente, uma tese com bastante repercussão no Instituto é aquela que estabelece uma relação entre as definições de *situação colonial* e de subdesenvolvimento, sendo sintetizada na frase de Roland Corbisier "tudo é colonial na colônia, tudo é subdesenvolvido no país subdesenvolvido" (1960, p.27)¹⁰⁵. A noção de *colonialismo* trabalhada por Roland Corbisier (1959) busca uma perspectiva de totalidade a partir da qual as características relativas ao *complexo colonial*, sintetizadas nos conceitos de *alienação*, *duplicidade*,

¹⁰⁵ Essa concepção do colonialismo, reconhecidamente atribuída à influência de Balandier e Sartre, mostra-se fundamental nas análises isebianas (TOLEDO, 1997).

transplantação, amorfismo e *heteronomia*, recairiam sobre toda a estrutura da sociedade. Esse desdobramento da idéia de *colonialismo* para compreensão do *subdesenvolvimento* também pode ser percebido nos trabalhos de Nelson Werneck Sodré, apesar de, aqui, não haver vinculação com o existencialismo isebiano e, sim, com a esquerda e seu discurso. Em livro de 1958¹⁰⁶, a definição de *Revolução Brasileira* está focada na superação dos resquícios do passado colonial que correspondem à continuidade da estrutura latifundiária e à influência do capital estrangeiro na economia do país, tal como se pode identificar no discurso da esquerda. De maneira geral, contudo, essa visão de *colonialismo* é bastante significativa entre os isebianos, constituindo base para outras duas noções fundamentais para o grupo, a de *alienação* e a de *fase*.

Retomando-se o caso expressivo do Seminário sobre as *resistências à mudança*, o que chama a atenção na caracterização dos problemas do subdesenvolvimento é a eleição dos temas a serem discutidos, a saber: a) *Os Grupos Indígenas e Alienígenas e o Desenvolvimento Econômico na América Latina*; b) *As Estruturas Agrárias e o Desenvolvimento Econômico*; c) *Obstáculos Institucionais ao Desenvolvimento Econômico*; d) *Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento*; e) *A Educação e as Resistências à Mudança Social*. Além disso, não é demais reforçar a importância da noção de *integração* na perspectiva geral dos trabalhos apresentados.

No caso da participação de Octávio Ianni que discute o processo Burocratização, o que está em jogo é a centralidade dos fatores indicativos de *racionalização* como base da noção de *integração* social, em especial no que ela corresponde às formas de comportamento considerado *racional* no ambiente da empresa capitalista. O que o autor percebe, em sua análise, é a convivência de elementos que expressam certo desenvolvimento da racionalidade econômica no comportamento empresarial ao lado de formas de organização da empresa nas quais impera o critério familiar e patrimonial, portanto, a manutenção de valores tradicionais na vida da empresa. Em contrapartida, mesmo identificando essa

¹⁰⁶ *Introdução à Revolução Brasileira* (1958).

situação paradoxal, vê nessa realidade estudada a possibilidade de acerbamento dos conflitos e das contradições sociais como resultado da ampliação do processo de racionalização capitalista. Nessa brecha se insere o pressuposto segundo o qual esse processo redundaria em uma conscientização de classe, mas não há um aprofundamento da argumentação nesse sentido. Esse desdobramento, no qual se observa um grau de permeabilidade do princípio da contradição em uma perspectiva sistêmica, também é perceptível no trabalho de Fernando Henrique Cardoso que procurou analisar *as atitudes e motivações* para o desenvolvimento em termos da “consciência social racional da situação de classe nas sociedades capitalistas” (1960, p.22). O diagnóstico da influência dos valores remanescentes do “antigo regime”, nesse caso, se baseia na análise do comportamento político e da mobilização dos trabalhadores e é considerado um obstáculo ao que denomina “ordem industrial urbana democrática”. É importante lembrar que se trata de trabalhos que antecedem e de certa forma se relacionam com os projetos que seriam desenvolvidos no Cesit e nos quais figuravam como focos de pesquisa a mentalidade do empresário capitalista, o papel do Estado e a organização da força de trabalho nos quais ainda figurava fortemente a idéia de *demora cultural* e de *integração* (ROMÃO, 2003).

Finalmente, um aspecto importante a ser levado em conta, tendo em vista os parâmetros de análise e os referenciais teórico-conceituais, é a relevância da problemática *universalismo X particularismo* nas discussões sobre o desenvolvimento brasileiro. Já foi dito que essa questão é intrínseca à temática do desenvolvimento sobretudo no que diz respeito a sua tendência universalista, já que pressupõe um modelo que, de maneira geral, é representado pelos países considerados avançados ou desenvolvidos. Não obstante, ela adquire caráter bastante expressivo na forma de questionamento sobre o peso da *especificidade histórica* na interpretação do caráter do processo de desenvolvimento dos países de passado colonial em relação ao modelo clássico. Mesmo que algumas vezes limitado ou subjugado por critérios universais, o ponto de vista *histórico* é fator relevante na concepção de *especificidade* do processo de desenvolvimento

brasileiro. No ISEB, por exemplo, a centralidade da noção de *especificidade* do desenvolvimento nacional é facilmente identificada nos conceitos e princípios que se tornaram peças-chaves nas interpretações sobre a realidade brasileira, tais como, *situação colonial*, *fase de desenvolvimento* e *alienação*. Essas noções estruturam não apenas os diagnósticos, mas também firmam as bases da proposta nacionalista predominante no período desenvolvimentista do Instituto.

Como se sabe, o ISEB torna-se referência nos debates sobre o *nacionalismo* nos anos 1950 e início de 1960 e sua expressão é tão marcante que representa diálogo obrigatório aos que procuraram tematizar a questão. De maneira geral, a importância da temática do *nacionalismo* no debate brasileiro no período se revela na medida em que os autores procuravam se posicionar em relação a ela e estabelecer os pontos de distanciamento e aproximação. No Instituto, o *nacionalismo* é considerado expressão de uma nova *fase* da cultura brasileira tornando-se representante da emergência de uma *consciência crítica* e, dessa maneira, são interpretados os *movimentos nacionalistas* do período. No caso de Roland Corbisier (1959), esses movimentos apresentam-se como indícios das possibilidades, no plano ideológico, de superação do subdesenvolvimento, configurando uma coincidência de interesses de todos os setores da sociedade, em especial em relação à industrialização. Em Álvaro Vieira Pinto (1956), esse diagnóstico é associado ao processo de superação da *alienação* da situação *colonial*, que identifica nos movimentos sociais do período, e somado ao desenvolvimento da infra-estrutura para caracterizar a *fase de transição* da realidade nacional. Especificamente, são as condições materiais que aparecem como propulsoras de uma *consciência autêntica* que, por sua vez, é considerada fundamental para ampliação do processo de desenvolvimento. O autor também expressa uma afinidade com a tese segundo a qual os problemas econômicos e sociais estão ligados à *fase de transição* pela qual o país estaria passando, tal como em Guerreiro Ramos (1958). Em ambos os casos, a idéia de *consciência* se baseia na maneira pela qual os autores constroem a relação entre o Marxismo e o Existencialismo.

No ISEB, outra porta de entrada para o diálogo com o Marxismo está na maneira pela qual Nelson Werneck Sodré (1960) associa aquele diagnóstico de um processo de conscientização aos movimentos nacionalistas do início dos anos 1960. Nas palavras do autor, os opositores ao nacionalismo "perderam o fio da história" uma vez que na contramão das tendências dominantes na sociedade brasileira. Aqui, o nacionalismo também é entendido como canalização dos interesses de toda a sociedade de forma a subjugar a contradição classe trabalhadora/burguesia por aquela protagonizada pelas *forças internas, nacionais*, e as *forças externas*. Segundo o autor, a fase da *Revolução Brasileira* que se iniciara nos anos 1930, é caracterizada pelas tendências de superação do passado colonial e de suas permanências - representadas pelas relações *semi-feudais* do campo, a política de *socialização das perdas*, a Divisão Internacional do Trabalho tradicional, a internacionalização da economia brasileira. Essas tendências correspondem: a) à identificação dos interesses das diferentes classes com o nacionalismo, dando forma a consolidação do *povo* brasileiro; b) à nova fase da indústria nacional enquanto produtora de bens de produção; c) às estatais desempenhando papel fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro. Essa vinculação estreita do autor com o Nacionalismo deixa suas marcas na relação que estabelece com o Marxismo, emoldurando as noções de *consciência* e de *revolução social* características do léxico marxista. Vale lembrar que a esquerda brasileira tinha fortes laços com o nacionalismo nesse período.

Esse traço nacionalista do ISEB faz da instituição referência obrigatória no assunto. Exemplo disso pode ser identificado em dois artigos publicados na *Revista Brasiliense*, de caráter nacionalista de esquerda, no ano de 1957 e que indicam o posicionamento de dois autores que mais tarde se tornariam não só críticos, mas também analistas das implicações do nacionalismo e do capitalismo brasileiro (MOTA, 1980; ROMÃO, 2003). Observando a análise de Fernando Henrique Cardoso (1957), verifica-se o argumento do nacionalismo como *ideologia política das massas*. Aproximando-se, dessa forma, do discurso nacionalista, associa o nacionalismo a um processo de *tomada de consciência* da

situação sócio-econômica do país colocando em evidência os interesses gerais da nação em detrimento dos interesses de classe. O segundo exemplo, em contrapartida, se caracteriza não só um posicionamento de Octávio Ianni (1957) em relação ao nacionalismo, como também faz referência direta ao texto de Fernando Henrique anteriormente publicado. Em perspectiva oposta, Ianni entende o nacionalismo como *ideologia da burguesia industrial brasileira*. Esse é um texto no qual se pode perceber mais claramente o recurso aos princípios Marxistas apesar da forte vinculação do autor com os projetos iniciais do Cesit ainda marcadamente de cunho funcionalista.

Por outro lado, a discussão sobre a especificidade histórica não se resumiu à problemática nacionalista. Em se tratando do Seminário do CLAPCS, a questão está relacionada aos fatores que definem os obstáculos ao desenvolvimento. Trata-se da definição de *atraso* e de *obstáculos* a partir das permanências históricas que estariam em descompasso com o ritmo de desenvolvimento no qual o país havia embarcado. O que permite, justamente, a incorporação da perspectiva histórica em interpretações que, em geral, trabalham com uma noção de cunho estrutural e universalista, tal como a de *integração* é, justamente, aquela percepção dos obstáculos enquanto permanências, como um legado que insiste em se conservar. Não seria outra a marca dos países de passado colonial para esses autores. Ao lado dessa tendência, entretanto, pode-se notar, na comunicação de Mário Wagner Vieira da Cunha (1960) *Resistências da burocracia às mudanças sociais, no setor público e privado*, o questionamento da aplicação do referencial weberiano para interpretação do processo de burocratização no Brasil. O foco da argumentação incide sobre a resistência do empresariado em relação à racionalização da organização do trabalho nas empresas. Isso corresponderia, segundo o analista, a uma forma peculiar de desenvolvimento econômico que não seria acompanhado da intensificação do processo de burocratização. Para ele, isso iria de encontro ao modelo conceitual weberiano e caracterizaria a especificidade da relação burocracia/desenvolvimento econômico no Brasil.

Como se pode notar, nesse último panorama que aglutinava os autores em torno da problemática *universalismo X particularismo*, são reafirmados os pressupostos teórico-metodológicos. Em Guerreiro Ramos já é conhecida a relevância que a questão da especificidade nacional adquiriu em seus trabalhos. O autor procurava enfrentar diretamente os critérios internacionais de definição do desenvolvimento e isso se harmonizava com sua proposta metodológica e com a perspectiva nacionalista que compunha o conjunto das formulações isebianas. No caso de Florestan Fernandes, o problema da particularidade histórica não o vinculava à perspectiva nacionalista como no caso de Guerreiro Ramos e do ISEB. Como já foi dito, é o caráter universalista do estruturalismo que predominava na interpretação do grupo de São Paulo bem como no clima do Seminário do CLAPCS. A porta de entrada dos fatores históricos, nesse caso, consistia na identificação dos obstáculos ao desenvolvimento enquanto permanências do tipo de sociedade em vias de ser superado. Por outro lado, a questão também é ponto fundamental para caracterizar o momento de revisão crítica do início dos anos 1960. A nova situação histórico-social caracterizada pelo desnudamento do desenvolvimentismo de Kubitscheck em função da crise de estagnação econômica, da alta da inflação e da desigualdade social apontada no final do mandato alimenta as discussões no período. O abalo se faz sentir principalmente nos fundamentos teóricos e interpretativos que demarcavam as perspectivas, abrindo espaço para reformulações, releituras e novas incorporações e configurando um característico contexto intelectual. Se no caso do problema do papel do intelectual e da ciência isso se refletiu, de maneira geral, na radicalização da idéia de *engajamento*, nas análises sobre o desenvolvimento, esse clima se corporificou na absorção do marxismo na Universidade, em especial por iniciativa do grupo *d'O Capital*, na nova fase do ISEB e nos debates sobre o passado feudal ou capitalista do setor agrário brasileiro¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Outra forma de compreensão da especificidade do processo de desenvolvimento brasileiro, e dos países latino-americanos, pode ser encontrada na obra de Celso Furtado produzida no período. Nesse caso, é por meio da vinculação entre *economia* e *história* que se dá a definição do subdesenvolvimento como produto do sistema capitalista e, não, como uma etapa do desenvolvimento econômico independente desses países (OLIVEIRA, 1986).

Em tempos de revisão

Em se tratando das questões relativas ao desenvolvimento brasileiro dois aspectos manifestam-se claramente no momento de revisão teórica, ou seja, o questionamento das teses economicistas predominantes no período desenvolvimentista e o fortalecimento do discurso marxista como referencial de discussão sobre a temática já que se tornaram alvo de crítica no início dos anos 1960. Como já foi dito, o final dos anos 1950 inauguram um novo contexto da sociedade brasileira no qual a produção intelectual se insere de forma bastante representativa. As desilusões acerca das promessas idealizadas nos anos 1950 se fazem sentir e se expressam de diversas formas no plano intelectual e político, mas, de maneira geral é possível dizer que todas elas gravitam em torno de uma *revisão crítica* do período JK e das propostas de *Reformas de Base*. No ISEB, Caio Navarro de Toledo identifica uma concordância entre a "crescente politização da vida nacional" e a nova composição política e metodológica na instituição. Segundo o autor, alguns indícios de revisão e de alterações das relações com o governo já podem ser percebidas no final da década de 1950. Contudo, é a partir de 1961 que o analista define a última fase do ISEB, aquela na qual o *nacional-desenvolvimentismo* deixaria de ser hegemônico. Desse modo, o que caracteriza essa última fase é a tentativa de superar duas teses fundamentais do ISEB, uma que associava o *desenvolvimento* à vitória sobre o imperialismo e, outra, que definia o *desenvolvimento econômico* como determinante da *autonomia* do país. Essas teses foram colocadas em xeque com a crise econômica e política que o país enfrentava.

O diagnóstico da realidade brasileira ganhou, com a abertura de uma nova fase no ISEB, nova perspectiva representada por Wanderley Guilherme com o livro *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais Brasileiras* (1963 [1961]). Nele, o autor procurou se afastar das principais teses do desenvolvimentismo isebiano. A interpretação procurou, ao lado do pressuposto que colocava o *latifúndio* e o *imperialismo* como principais barreiras ao desenvolvimento, ressaltar a existência de *condições objetivas* para a superação da crise brasileira. De

maneira geral, tais *condições objetivas* se referem ao que o analista considera como intensificação das questões e problemas desencadeados pelo desenvolvimento tais como: a) a crise dos partidos; b) a insuficiência da ideologia desenvolvimentista; d) a conscientização e a autonomização do proletariado; e) as tensões no campo; f) os privilégios do capital estrangeiro. É possível identificar, ao longo da argumentação, a preocupação em dimensionar a contradição capital/trabalho em detrimento da perspectiva desenvolvimentista sobretudo no que diz respeito a sua dimensão técnica. Ao salientar o imperialismo como fonte dos principais obstáculos ao desenvolvimento não deixou de defini-lo como aspecto fundamental da *contradição principal da sociedade brasileira*, estabelecendo um laço de continuidade com o nacionalismo isebiano. Contudo, procurou marcar uma nova perspectiva ao abrir a possibilidade de superação do quadro de crise pelo fortalecimento da força de trabalho firmando, assim, as relações com as teses e propostas de grande parte da esquerda brasileira.

Esse movimento de crítica ao ISEB também pode ser observado após a saída de Guerreiro Ramos do Instituto em 1958, marcando um período de revisão crítica nos trabalhos do sociólogo. Entretanto, considerando mais especificamente a proposta de questionar os critérios em voga na área econômica e de colocar em questão os fundamentos do caráter do desenvolvimento brasileiro, pode-se destacar o texto “Estrutura atual e perspectivas da Sociedade Brasileira” (RAMOS, 1960). Nele, esse novo ponto de vista pode ser observado na preocupação em colocar em evidência a dimensão *social* da industrialização.

A industrialização deve ser entendida como categoria sociológica. Em tal acepção é um processo civilizatório, que se propaga por todos os setores da atividade econômica e não apenas pelo setor restrito do que normalmente se chama de indústrias. É esse fato que precisa ser evidentemente compreendido para que se perceba que o desenvolvimento industrial não prejudica necessariamente a agricultura. A industrialização é um processo global que não se restringe a um setor restrito da economia. Ao invés, suas conseqüências transcendem mesmo o âmbito da economia e alcançam os outros níveis da sociedade, promovendo

verdadeiras mutações históricas. É bem de ver que a expansão das atividades terciárias, tão indispensáveis para a promoção física da sociedade, não se verifica sem elevação da taxa de produtividade do trabalho, elevação esta em que, em resumo, consiste a industrialização. Se se atender para o fato de que o nível de civilização de uma sociedade aumenta na proporção que se liberam as pessoas em idade ativa de trabalhos pesados, ou seja, de tarefas que impliquem contato direto com a matéria, torna-se fácil compreender a industrialização como processo civilizatório. Trabalhos leves, nos quais a relação entre as pessoas e as coisas sejam mediatizadas pela técnica, tendem a preponderar nas etapas mais avançadas de evolução histórico-social. A etapa histórico-social em que o homem estiver liberado da servidão a necessidades elementares será necessariamente uma etapa de predomínio do terciário. Só então será dada aos indivíduos a oportunidade da plena efetivação de suas virtualidades. Quem disse que a verdadeira história humana só começa partir de de certo nível das forças produtivas viu, de certo, as implicações globais da industrialização. (RAMOS, 1960, p.126-127)

Chamar a atenção para esse caráter da industrialização significa para o sociólogo, naquele momento, dar nova feição à análise *estrutural* do desenvolvimento, sobretudo em relação aos critérios postos em destaque na Economia. Ao mesmo tempo demonstra o diálogo com a perspectiva estruturalista nas ciências sociais.

Tendo-se, porém, aberto para os especialistas em antropologia e sociologia a oportunidade de transcender os quadros escolásticos, isto é, tendo sido tais disciplinas convocadas para o estudo e o tratamento de problemas sociais de coletividade em níveis diferentes de desenvolvimento, necessariamente os estudiosos foram levados a pesquisar categorias e noções mais concretas do que as que vinham utilizando. O conceito de **estrutura social** e os de **sistema** e **situação**, em voga em nossos dias entre os antropólogos e sociólogos, vieram precisamente atender a uma exigência de maior concreticidade. (RAMOS, 1960, p.105, grifos do próprio autor)

Apesar desse diálogo com uma perspectiva de caráter universalista, a argumentação reitera a proposição de destaque à particularidade histórica do

processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, retomando a idéia de *fase de desenvolvimento*¹⁰⁸. Dessa forma, propõe os critérios de definição de desenvolvimento: 1) distribuição da mão-de-obra pelos ramos da atividade produtiva; 2) renda nacional *per capita*; 3) consumo *per capita* de energia; 4) urbanização; 5) produção industrial. Essa preocupação em estabelecer os pontos que caracterizavam a especificidade da situação brasileira não se configura nos termos identificados no Seminário do CLAPCS, ou seja, como *resistências* ao desenvolvimento. O tom, aqui, é o de reforçar o caráter transitório da realidade brasileira e não de apontar a especificidade como um problema.

Além disso, pode-se destacar a crítica de Guerreiro Ramos à exclusividade dada aos fatores econômicos no desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek. Mas, neste caso, a crítica está focada de maneira geral nos limites à autonomia nacional impostas pelos critérios internacionais de definição de desenvolvimento e na incapacidade do Estado em promover a emancipação econômica do país¹⁰⁹. Em se tratando diretamente da crítica a esse governo, o sociólogo identifica alguns elementos que considera “*irracionais*” do ponto de vista do desenvolvimento econômico e propõe uma mudança que, segundo ele, poderiam dar *racionalidade* ao processo (RAMOS, 1960)¹¹⁰. Entretanto, a emergência do povo¹¹¹ enquanto força política, sobretudo no que corresponde a sua adesão ao *nacionalismo*, é o principal diagnóstico a partir do qual Guerreiro Ramos estrutura seus trabalhos no limiar dos anos 1960. Esse diagnóstico e a

¹⁰⁸ Guerreiro Ramos afirma que a *Sociologia Comparada* deveria apenas ser aplicada sobre as tendências de desenvolvimento apresentadas pela sociedade, enquanto caberia à *Sociologia Diferencial* a capacidade de apreender a particularidade histórica e, com isso, definir as medidas a serem tomadas rumo ao desenvolvimento nacional.

¹⁰⁹ Segundo Alzira Alves de Abreu “foi exatamente a partir do ano de 1958 que ficou mais claro que a política de Kubitschek era ‘desenvolvimentista’, mas não nacionalista, ao menos como concebiam os isebianos” (*Revista de Administração Pública* - Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra, 1983, p. 71)

¹¹⁰ O que inclui uma crítica ao Plano de Metas no caso da superestimação da receita da exportação e da entrada de capitais e a subavaliação da remessa de lucros e dividendos.

¹¹¹ O povo, nesse caso, é compreendido como uma categoria que extrapola as classes e outros grupos sociais sendo, nesse sentido, composto não apenas de membros das classes trabalhadoras. Para ele, se inserem nessa categoria todos os grupos empenhados num projeto de emancipação nacional dando suporte aos interesses gerais da “comunidade brasileira” (RAMOS, 1960, p. 247). Nesse sentido, a *situação proletária* dos países periféricos se sobrepõe a dos trabalhadores nacionais.

valorização da dimensão política expressam o empenho do autor em redimensionar a interpretação do desenvolvimento brasileiro. Em *O Problema Nacional do Brasil* (1960), por exemplo, é possível identificar a centralidade que a questão adquire na argumentação do autor. O *nacionalismo* é, aqui, interpretado como a *ideologia dos povos periféricos* que representaria os interesses populares nesses países. Essa é a forma com que Guerreiro Ramos compreende a realidade brasileira como situação revolucionária sem, contudo, deixar de considerar a contradição nação/anti-nação como tensão principal da realidade brasileira. A utilização dos termos *proletariado* e *revolução* para definir a condição dos países periféricos revela que a incorporação da terminologia marxista é transposta para as relações internacionais.

Nesse primeiro aspecto de crítica às teses desenvolvimentistas, se insere a iniciativa do Seminário *Resistências à Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento* em contribuir diretamente para a ampliação do debate sobre o desenvolvimento brasileiro e latino-americano¹¹². Além da ênfase nos impedimentos sócio-culturais identificados no Estado, no empresariado e no proletariado, que são as personagens consideradas essenciais para a industrialização brasileira, é possível identificar teses que tratavam de outros fatores que concorreriam para impedir ou limitar o processo de desenvolvimento brasileiro. A comunicação de T. Pompeu Accioly Borges chama a atenção para o papel que jogavam as deficiências sociais (como as condições sanitárias, o trabalho infantil, a carência de alimentos e densidade da população agrícola, e o subemprego) e às econômicas (como a ausência de capital financeiro, equipamentos técnicos e de poupança) na determinação do processo de desenvolvimento brasileiro. A participação de J. Roberto Moreira (1960), por sua vez, coloca a Educação como um dos problemas do desenvolvimento brasileiro. Ainda que procurando se afastar da idéia que defende a área como pilar

¹¹² Além da já citada incorporação da problemática sociológica por Raúl Prebisch, pode-se indicar como exemplo dessa nova perspectiva o *Relatório do Grupo de Trabalho sobre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico na América Latina* patrocinado pela UNESCO, pela CEPAL, e pela OEA (1962).

fundamental do desenvolvimento, o autor ressalta sua relevância na formação de valores, comportamentos e visões do mundo, aspecto esse bastante privilegiado no Seminário. Nesse caso, são elencados como problemas: a) a falta de recursos; b) as contradições entre o sistema escolar existente e o desenvolvimento; c) o dualismo; d) os resíduos sócio-culturais; e) a depreciação das funções da escola; f) os conflitos ideológicos na área.

Essas tentativas de reestruturação do problema do desenvolvimento identificadas no Seminário do CLAPCS e no ISEB são consideradas pelos autores envolvidos como resposta a uma necessidade do Brasil do início da década de 1960. Florestan Fernandes (1976 [1962]) reconhece que suas análises dos anos 1950 teriam dado maior destaque às tendências de desenvolvimento que se apresentavam e se intensificavam visivelmente na realidade social de São Paulo com a qual o sociólogo se deparava. Segundo ele, foi a experiência na *Campanha de Defesa da Escola Pública*, no final da década de 1950, que teria chamado sua atenção para a vitalidade das forças conservadoras na composição da realidade político-social brasileira como um todo. É a constatação do peso dos obstáculos sócio-culturais que leva o sociólogo paulista a redimensionar suas interpretações anteriores e a problematizar diretamente as questões e os problemas do desenvolvimento. Desse modo, a crítica ao desenvolvimentismo brasileiro se insere a partir da valorização da especificidade do processo de desenvolvimento no Brasil com base no diagnóstico do *atraso* da esfera moral e cultural em relação ao desenvolvimento material da sociedade. Esse é um dos elementos que expressam o tom revisionista do momento no qual procura destacar a tensão entre essas dimensões. Não obstante, mesmo procurando dar nova orientação à noção de *demora cultural* ao buscar não restringi-la a um problema de adaptação, ainda se pode notar o fundamento dualista na argumentação na qual figura a idéia da coexistência de um Brasil Arcaico e de outro Moderno.

...o dilema número um da sociedade brasileira hodierna é a demora cultural. Não no sentido de que certas esferas da sociedade e da cultura se modificaram com rapidez demasiada e se torna urgente reintegrar o todo aos avanços

consumados. Mas, em sentido bem mais penoso e dramático: existe uma resistência residual intensa à mudança, a qual se torna sociopática nos círculos conservantistas do país, concentrados nas cidades ou dispersos no vasto mundo rural e tradicionalista brasileiro. (FERNANDES, 1976 [1962], p.133)

...os problemas humanos apresentam grandeza similar aos problemas análogos de outras comunidades metropolitanas; o horizonte cultural do homem, do qual se deve esperar a solução adequada de tais problemas, está aquém do limiar das exigências da situação. Para usarmos uma metáfora: é como se os problemas fossem do século XX e o homem, por sua mentalidade, do século XIX. (FERNANDES, 1976 [1962], p.210)

Na cadência da discussão com o discurso econômico, Florestan Fernandes também procura questionar a definição de desenvolvimento que se restringia a critérios exclusivamente econômicos. A problematização das conseqüências desastrosas do desenvolvimento econômico, expresso pela crise econômica e pela intensificação das tensões sociais e políticas, passa, nesse caso, pela proposta de incorporação da análise sociológica como forma de levantar a questão da *qualidade da mudança*, ou, mais especificamente, do desenvolvimento. Para ele, o que justificava a importância das ciências sociais nos assuntos do desenvolvimento era sua capacidade de identificar os verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento econômico. Dessa maneira, destacando o caráter social do desenvolvimento, resgata as teses das permanências sócio-culturais tradicionais como obstáculos ao desenvolvimento *qualitativo* da sociedade brasileira.

A esfera que tem atraído atenção absorvente dos vários círculos sociais e recebido incentivo governamental intensivo é a da economia. Ainda se mantém a ilusão de que “desenvolvimento” significa, essencialmente, “crescimento econômico”. Pensa-se e age-se socialmente como se a economia constituísse um sistema autônomo, capaz de diferenciar-se e de expandir-se independentemente do substrato estrutural e dinâmico da vida social organizada. Em apoio dessa convicção generalizada conta, sobre

quaisquer outras circunstâncias, a importância do crescimento econômico como fulcro do aumento da população, do aproveitamento dos recursos naturais e das energias humanas, da alteração da mentalidade do homem, da ordem social e da cultura. Com frequência, são de natureza econômica os “fatos irreparáveis”, que vêm fomentando a dissolução do antigo regime e a formação do novo estilo de vida social. Apesar disso são psicossociais ou sócio-culturais os principais fatores que têm interferido, direta ou indiretamente, na limitação ou no solapamento do crescimento econômico. Por paradoxal que pareça, os limites estritamente econômicos desse processo decorrem da organização social. (FERNANDES, 1976 [1962], p.250)

Finalmente, retomando o segundo aspecto desse clima de revisão, que coloca a importância do discurso marxista como referencial das discussões da primeira metade dos anos 1960, pode-se dizer que se trata de uma característica bastante peculiar do período. A maneira pela qual os autores procuraram dialogar e debater com as tendências de esquerda compunha um contexto no qual circulavam teses de releitura do marxismo e de fundamentação das Reformas de Base, dos movimentos sociais, das propostas de Revolução Social e de Reforma Agrária. Como já indicado, esse movimento está em plena associação com os debates que se desenvolveram no seio da esquerda brasileira desde a crise do marxismo soviético.

No caso de Florestan Fernandes, essa tendência pode ser observada na referência à terminologia marxista e aos movimentos sociais que ganham força nesse momento, o que o dá concretude às suas críticas ao governo, às elites e às teorias econômicas desenvolvimentistas. Tais influências resultaram em configurações mistas nas quais a centralidade da análise sistêmica ainda prevalece, porém buscando dar maior atenção à questão da especificidade do subdesenvolvimento e às contradições que a envolvem tendo em vista aquele referencial.

...nosso dilema social consiste na contradição entre os “propósitos exteriorizados de progresso econômico e social” e as “disposições ultra-conservantistas disfarçadas”, que animam o comportamento político (no sentido mais amplo do

termo) dos detentores das posições de mando e de liderança na estrutura de poder. Essa contradição converte o Brasil num dos países subdesenvolvidos em que a resistência à mudança é mais sutil, intensa e perniciosa. (...) Assim, grupos ligados aos remanescentes do antigo regime e às parentelas “de tradição” e grupos saídos do recente enriquecimento provocado pela industrialização associam-se estreitamente, apesar de todas as diferenças, com o fito de amortecer, solapar e até destruir inovações que redundem na aniquilação da teia de privilégios de que desfrutam. (FERNANDES, 1976 [1962], p.231)

Na participação de Florestan Fernandes no Seminário *Resistências à Mudança* o que se nota é a predominância da perspectiva cultural e comportamental que marca o tom do evento. A economia é compreendida como parte de um *sistema social* no qual a esfera da cultura, como já foi dito, joga papel fundamental na definição de sua estrutura e dinâmica, o que caracterizava o diagnóstico de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento brasileiro. Conseqüentemente, sua compreensão das *atitudes* e *motivações* desfavoráveis ao desenvolvimento passa pela problematização dos obstáculos ao desenvolvimento em função das resistências sócio-culturais à mudança. Contudo, tal perspectiva também pode ser notada em outros aspectos de um trabalho exemplar desse momento de transição, a saber, o livro *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1962), composto de artigos produzidos entre 1959 e 1962. A centralidade da contradição valores tradicionais/valores modernos, ou Brasil Arcaico/Brasil Moderno ainda se expressava fortemente não só nas questões anteriormente citadas, da *demora cultural* e da *secularização*, mas, também na definição dos agentes da transformação social e da própria *revolução social*, portanto, sobre problemas colocados pela esquerda. No primeiro caso, as deficiências encontradas na incapacidade das classes *empresarial*, *média* e *trabalhadora* são compreendidas como fruto da manutenção do legado sócio-cultural tradicional. Mesmo que o diagnóstico da atuação política das classes empresariais levante a problemática dos interesses (e, dessa forma, permita a percepção da associação burguesia/setores tradicionais), estes são relacionados

à herança tradicional e não tomados propriamente em termos da contradição capital/trabalho. Da mesma forma, a incipiência da organização das classes médias e trabalhadoras identificada se coloca na lógica da *integração em uma Ordem Social Democrática*.

Os processos políticos, econômicos e sociais que aceleraram a desagregação do *antigo regime* produziram, pelo menos nas regiões de maior vitalidade econômica, extensa modificação na composição social das camadas dominantes. Isso nem sempre significou transformação das situações de fato. Onde a ascensão de ádvenas ou de novos ricos ficou contida no âmbito dos pequenos números, eles se mantiveram leais aos interesses e aos valores essenciais das “antigas famílias”. Doutro lado, onde a ascensão caiu na categoria dos grandes números: as condições não favoreciam mudanças bruscas demasiado profundas. O adventício e o novo rico precisavam ostentar duas submissões, nem sempre de meras aparências: 1º) de adesão declarada à ordem moral defendida pelas *instituições fortes* da sociedade; 2º) de anuência, quanto à forma e ao fundo, às técnicas consagradas de manipulação do poder, ainda que isso não excluísse certa liberdade na consecução dos fins que elas permitissem atingir. A capacidade renovadora da “circulação das elites” foi tolhida de maneira radical, sem que a transação obrigasse os novos rebentos das camadas dominantes a um código universal altruístico. (FERNANDES, 1976 [1962], p.215)

Parece evidente que a correção de efeitos desta magnitude requer mudanças profundas da estrutura da sociedade brasileira como um todo. Uma coisa, porém, é certa. Para reduzirem as proporções desses fenômenos, seria necessário estabelecer um padrão de integração da sociedade nacional que entrosasse todas as comunidades humanas brasileiras nos fluxos da ordem econômica, social e política emergente. Ainda que outras influências interferissem nesse processo, a sua continuidade, o seu ritmo e a sua direção dependem, essencialmente, do lugar que se der ao trabalho como fator social construtivo. (...) Falando cruamente, a distância entre os “países subdesenvolvidos” e os “países adiantados” provêm da capacidade relativa de cada um deles em face da mobilização do **trabalho como fator social construtivo**, em todas as funções que ele

precisa preencher na civilização moderna. (FERNANDES, 1976 [1962], p.332, grifos meus)

Somado à participação do Estado no desenvolvimento do país, esse diagnóstico compõe a justificativa dos projetos do Cesit que procuravam contribuir para a solução dos problemas do desenvolvimento brasileiro. Por esse motivo, há uma intrínseca relação entre esse ponto de vista e a definição de *revolução social* manifesta no título do livro. Nesse caso, a inserção de Florestan Fernandes no seio das discussões sobre a “revolução brasileira” característica desse contexto tal como destacado por Pécaut (1990), dá-se pela associação desse conceito às idéias de *reconstrução social, transformação do padrão de integração, reintegração do sistema civilizatório, revolução do horizonte cultural comum e planejamento social* (em sua dimensão técnica). Por isso, os moldes continuam a ser definidos a partir da concepção de *mudança social provocada*.

Parece óbvio que a mudança social provocada terá enorme importância para quebrar o círculo vicioso, que pesa sobre o destino histórico dos países latino-americanos. Eles não podem tirar maiores proveitos do desenvolvimento social por falta de recursos; e não dispõem de recursos por falta de desenvolvimento social. Na medida em que conseguirem explorar regularmente técnicas sociais racionais, é previsível que esses países poderão atingir com maior rapidez o limiar do desenvolvimento social. Daí ser-lhes-á mais fácil usar as mesmas técnicas na elaboração de projetos de mudança social provocada, suscetíveis de aumentar o poder do homem na graduação da intensidade do desenvolvimento da sociedade como um todo. (FERNANDES, 1976 [1962], p.269-270)

Em Guerreiro Ramos esse empreendimento de dar nova interpretação ao processo de desenvolvimento brasileiro tendo em vista a referência ao discurso da esquerda se apresenta, além daquele diagnóstico da emergência do povo como força social, em uma avaliação específica da situação econômica, social, política e cultural do país. Ao lado da manutenção de argumentos nacionalistas que procuravam reiterar a centralidade da emancipação nacional, pode-se notar uma nova abordagem que procurava destacar o *proletariado* como ator da

Revolução Nacional e a política como locus de promoção do desenvolvimento. O ponto de partida para essa proposta consistia na identificação de dois problemas: a incapacidade da burguesia industrial em realizar uma Revolução Nacional e a crise política do início dos anos 1960 que, para ele, era resultante da falta de sustentação social e institucional do poder político. Esta é a maneira pela qual manifesta sua concepção de *revolução brasileira* que, como já foi dito, é marca do período. A identificação da iminência da *Revolução Brasileira* se coaduna com o argumento da necessidade de revisão crítica do marxismo. Aqui, o autor passa a discutir diretamente com os setores de esquerda¹¹³ afirmando que deveriam representar o projeto que considerava ser verdadeiramente *revolucionário*: a emancipação nacional. Vale lembrar que o trabalho em questão se intitula *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* mostrando o interesse específico do autor no assunto.

A **revolução brasileira**, entendida como **reorganização institucional**, tendo em vista reajustar o Estado, não só tornando-o reflexo da correlação de classes dominantes hoje na sociedade, por força do seu desenvolvimento nas últimas décadas, como também habituá-lo às novas funções que exige o avançado estágio material que o país vem de atingir, está ameaçada pela imaturidade da liderança do **movimento emancipador**. Essa liderança se encontra largamente alienada; duplamente, em sua **ideologia** e em sua **organização**. Em sua ideologia, porque a sua visão da realidade nacional ainda é reflexa, tributária de formulações estranhas aos termos verdadeiros da equação de nossos problemas políticos e econômicos. No tocante à organização, tal liderança atua sem um mínimo de coordenação, não poucas vezes levando seus representantes mais capazes, acatados e legítimos, a cumprirem diretivas aventureiristas e suicidas. (RAMOS, 1963, p.182-183)

Estaremos, nos dias atuais, presenciando uma “**jornada de otários**”? Quem são os **otários** hoje? Podemos responder que são todos os que estão falando demais, falando mais do que podem, aventureiros e literatos que, por erro de

¹¹³ O autor se refere especificamente às orientações provenientes do Partido Comunista Soviético, debatendo com os problemas levantados pós crise do Stalinismo.

perspectiva ou por gosto, se vão especializando na desmedida, compelindo muitos a segui-los, por temor de parecerem não revolucionários, ou inimigos das causas populares. Otários são os que, ingenuamente, se deixam manipular e conduzir pelos corredores da revolução. Otários são todos os que imaginam que a revolução brasileira só poderá efetivar-se mediante a internacionalização do país. (RAMOS, 1963, p.186, grifos do próprio autor)

Esse debate de Guerreiro Ramos com o marxismo também coincide com sua saída do ISEB em 1958 e com as críticas que passa a dirigir à Instituição e ao PCB. No ISEB, esse momento corresponde a um processo de “esquerdização” no qual a perspectiva nacionalista começa a deixar de prevalecer (TOLEDO, 1997). Mesmo não sendo representante de uma tendência homogênea do Instituto, cabe aqui, mais uma vez, o caso de Wanderley Guilherme (1963) como exemplo da nova tendência de incorporar as questões e a terminologia marxista no ISEB. Nesse caso, pode-se reconhecer não só a iniciativa de definir a *contradição principal* da realidade brasileira, em referência direta à tese da contradição Nação/anti-nação, mas também de associar a idéia de *consciência* às classes trabalhadoras. Não obstante, apesar de reconhecer certo amadurecimento do movimento sindical – que, segundo ele, englobaria o aumento quantitativo, o rompimento com paternalismo e a conscientização da situação nacional – e o *despertar* das massas camponesas no sentido da aliança operário-camponesa, ainda é bastante marcante a presença do *Imperialismo* como fonte dos principais problemas nacionais que deveriam ser superados. Não se pode perder de vista, contudo, que a definição do foco do desenvolvimento se concentra nas possibilidades abertas às classes trabalhadoras.

Esse movimento de revisão das análises sobre o desenvolvimento brasileiro e a marcha de reexame das teses marxistas constituem uma ambiência característica do limiar e do início dos anos 1960 na qual se podem observar os indícios de um processo de radicalização consubstanciado após o golpe militar de 1964 (MOTA, 1980). Se no ISEB, há mostras de transformações no discurso nas quais figura a mescla de proposições críticas e de resquícios de algumas teses,

em São Paulo não vai ser diferente. Como já indicado, as apresentações de Fernando Henrique Cardoso no Seminário *Resistências à mudança* (1959) mostram um recorte que coloca em questão o alcance e os limites da ação das classes sociais no processo de desenvolvimento brasileiro. Essa atenção à temática das classes e das contradições sociais, contudo, somente passam a estruturar a análise mais tarde, nas interpretações que resultaram das pesquisas no Cesit. Como destaca Wagner Romão (2003), apesar da sombra da interpretação *dualista* ainda permear os projetos do centro, as pesquisas que deles resultaram tiraram proveito das novas perspectivas teóricas abertas no *Seminário Marx*. Aqui, a figura de Giannotti adquire grande relevância na sistematização teórica da perspectiva do grupo que alavanca uma nova formulação das análises marxistas no Brasil e sua incorporação na Universidade (ARANTES, 1995). No que se refere à superação da perspectiva inicial do Cesit na qual o teor *funcionalista* e *dualista* era ainda marcante, podem-se destacar as teses de Fernando Henrique Cardoso (1970), Octávio Ianni (1965) e Luiz Pereira (1965) como exemplos de sistematização da crítica às interpretações predominantes do período desenvolvimentista e de um novo contexto intelectual. Nesses trabalhos, pode-se identificar a incorporação das noções de *relação de dominação*, *interesses de classe*, *dependência*, *contradição capital/trabalho* para a crítica das teses da *substituição de importações*, do *planejamento estatal* e dos conceitos de *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* característicos do discurso do período desenvolvimentista. Mesmo assim, é possível considerar a constituição do Cesit como parte desse movimento de revisão que buscava dar novo fôlego às interpretações sobre o desenvolvimento brasileiro.

Por outro lado, muitas das idéias apresentadas aqui e que têm forte ligação com a questão do desenvolvimento brasileiro podem ser analisadas como parte do pensamento de esquerda entre 1955 e 1964. A periodização das idéias marxistas no Brasil proposta por Guido Mantega (1995) permite associar o pensamento de esquerda dos anos 50 enquanto *materialismo funcionalista*. Ou seja, mesmo identificando as teses da *substituição de importações* e a ausência

da *dialética* na estruturação das argumentações, é destacada sua perspectiva esquerdista¹¹⁴. Longe de considerar as limitações do pensamento marxista do período somente como inconsistências teóricas, reconhece que a tese da *substituição de importações* “era sem dúvida a formulação mais avançada que o materialismo podia alcançar da dinâmica econômica brasileira, no limiar dos anos 60” (p.113). A partir desse ponto de vista, a riqueza desse período de transição se apresenta nas investidas de superação e revisão. É nesse sentido que as idas e vindas dos autores sugerem um movimento incipiente de renovação na esquerda que somente se daria mais concretamente após o golpe militar de 1964.

Entretanto, se, de um lado, há essa possibilidade de associar as idéias expostas como parte de uma perspectiva de esquerda, de outro, é importante marcar o alcance e os limites dessa vinculação já que são eles que caracterizam o contexto léxico do final do início dos anos 1960¹¹⁵. Por isso, é interessante notar como o movimento da sociedade brasileira leva os autores principais da pesquisa a reverem algumas de suas teses sem, contudo, se desfazerem de suas características essenciais. É o momento de revisão do desenvolvimentismo de JK, dada a crise econômica e social na qual o país adentrava, e do desencadeamento de tensões sociais que dão força ao discurso marxista. Tais fatores são absorvidos pelos autores levando-os a reforçar conceitos como *classe*, *conflito social*, *revolução social*, e a questionar as teses desenvolvimentistas. De maneira específica, pode-se dizer que Florestan Fernandes procura focalizar a crítica ao desenvolvimentismo destacando a particularidade do processo de desenvolvimento nacional como forma de chamar a atenção para os limites do economicismo e das classes dominantes. Trata-se de uma tentativa de conferir uma *abordagem sociológica* à Economia, no sentido de permitir a criação de

¹¹⁴ Dentre eles o autor destaca os nomes de Ignácio Rangel (a quem atribui a maior aproximação com o materialismo), Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr e Celso Furtado.

¹¹⁵ Essa iniciativa foi realizada por Caio Navarro de Toledo a respeito da relação de autores isebianos com o marxismo (TOLEDO, 1998)

condições de desenvolvimento para o *Planejamento Democrático*¹¹⁶ e de denunciar o afastamento daquelas classes desse projeto. Contudo, continua a centrar o teor de suas análises nos critérios funcionais fundamentados no período anterior, sobretudo no que dizem respeito ao papel da sociologia e ao planejamento democrático, mas a partir da definição do momento como *Revolução Social*. Guerreiro Ramos, por sua vez, recorre à política para a crítica às teses desenvolvimentistas. Nesse sentido, o diagnóstico da emergência do povo abre caminho para o autor definir uma situação de *crise política* em função da não canalização dos interesses populares na política governamental e da negligência do governo em relação aos interesses gerais da nação. Desse modo, incorpora a temática da democracia política como forma de resguardar os interesses nacionais. Não obstante, as concepções de conflito social e de revolução social não chegam a atingir suas últimas conseqüências continuando a prevalecer a preocupação com os interesses da nação, principalmente os econômicos, em detrimento dos de classes. Dessa forma, ancora um projeto reformista de desenvolvimento social, tal como em Florestan Fernandes, mas com teor fortemente marcado pelo nacionalismo. Vale lembrar que essa idéia de que o Brasil passava por uma *revolução social* está presente em grande parte das interpretações progressistas do momento, envolvendo tanto as análises sobre a intensificação dos movimentos sociais, as Reformas de Base e o quadro político quanto a discussão sobre o projeto Socialista propriamente dito. Somadas às análises do período do auge do desenvolvimentismo, essas interpretações que compõem esse contexto de revisão crítica dão forma e sustentação a diferentes projetos que podem ser, da mesma forma, caracterizados a partir da abordagem dos autores.

¹¹⁶ Essa é a justificativa dos projetos *A Empresa Industrial em São Paulo* e *Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento* nos quais o papel do empresariado, do Estado e do trabalhador no desenvolvimento nacional, é tomado como objeto de estudo (FERNANDES, 1976)

CAPÍTULO III

BRASIL: UM PAÍS DO FUTURO

Um jogo de forças

Os principais resultados dos casos clássicos de Revolução Burguesa e de Revolução industrial, ou seja, a consolidação do Capitalismo, da dominação burguesa e dos valores democrático-burgueses se apresentam como tal não apenas por seu pioneirismo, mas principalmente por sua capacidade de dispersão e influência sobre grande parte do mundo, sobretudo naquela que se convencionou chamar de mundo ocidental (HOBSBAWM, 2004b). Sobre essa influência se assentam as características gerais que permitem a compreensão, ainda que de forma particular, da formação da sociedade burguesa-capitalista brasileira. Nesse sentido, apesar da efetiva constatação do estabelecimento de formas capitalistas de estruturação econômica e social, o que se observa dessa formação é um tipo de desenvolvimento que, estando diretamente ligado ao passado colonial, confere feição bastante específica ao processo no contexto brasileiro. Ao invés de uma ruptura drástica com a forma de organização social anterior, tal como observado na dissolução dos privilégios feudais do caso clássico, aqui, a passagem de uma sociedade senhorial e escravocrata para uma sociedade burguesa foi gradual e conciliatória de forma a permitir a manutenção de formas estamentais de privilegiamento e de exclusão social, dessa forma, fincando os limites da democracia, da competitividade liberal e da associação da nação com o povo que, como já foi dito, são princípios fundamentais da Revolução Burguesa. Da mesma forma, a transformação de uma sociedade agrário-exportadora em capitalista se deu não por um processo autônomo de ampliação, fortalecimento e diferenciação da economia capitalista, mas sofreu as

injunções de uma economia dependente que, liberta dos laços coloniais, não foi capaz de romper o imperialismo subsequente (FERNANDES, 2006).

Tal especificidade dos processos de constituição do Capitalismo e de Revolução Burguesa que se desenrolaram no Brasil imprimiu suas conseqüências em duas esferas que serão destacadas aqui, para a identificação das tensões características do período desenvolvimentista brasileiro: a do *Estado* e a das *forças sociais* em disputa¹¹⁷. No âmbito do Estado, dois legados do passado colonial brasileiro são definidores do caráter do Governo brasileiro naquele momento. Em primeiro lugar, os limites já citados aos princípios liberais-democráticos são fruto da permanência do crédito do setor agrário exportador no poder. Com isso, são mantidas as formas tradicionais de manutenção do poder das quais a burguesia passa a se utilizar em detrimento da abertura a formas democráticas de sustentação da dominação burguesa no Estado (FERNANDES, 2006). Se isso demonstra, em certa medida, a incapacidade da burguesia brasileira em realizar o seu destino histórico, ou seja, de realizar uma transformação sócio-política baseada em um rompimento efetivo com a organização social precedente, não deixa de expressar a maneira pela qual se deu a atuação propriamente dita da burguesia no que diz respeito à dinamização do capitalismo brasileiro. Trata-se, aqui, da segunda versão do legado histórico brasileiro na esfera do Estado. Nesse caso, entra em questão uma situação na qual o Estado se torna peça fundamental da construção do capitalismo brasileiro em vista da ausência da burguesia enquanto protagonista do processo. Gera-se, desse modo, um quadro de *Capitalismo de Estado*, tal como definido por Fernandes (2006).

Ainda na esfera de atuação do Estado, pode-se destacar a definição de Octávio Ianni (1975) a respeito da forma pela qual o Estado manifestou aquelas duas características no decorrer do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isso porque a noção de *modelo getuliano*, proposta pelo autor, permite

¹¹⁷ Essa distinção é somente analítica e procura compreender ambas as instâncias como forças sociais, não considerando a perspectiva de uma autonomia dessas esferas.

assinalar os traços marcantes de uma forma de governo que perpassou, consideradas as devidas particularidades, a política brasileira a partir dos anos 1930 até seu declínio na primeira metade da década de 1960. Nessa perspectiva, o que caracteriza essa forma de política é sua capacidade de conciliar os interesses das classes dominantes com uma sustentação ideológica direcionada para as classes populares. As bases da conciliação correspondem à combinação de um projeto de desenvolvimento “nacional”, por meio da valorização da participação do Estado como agente catalisador da industrialização, com o atendimento de interesses ligados ao setor do capitalismo internacional, tanto no que diz respeito à parte agrário-exportadora brasileira quanto aos diretamente relacionados à participação do capital estrangeiro na economia brasileira (FIORI, 2003; IANNI, 1975). Por isso a identificação de limites ao caráter “nacional” do projeto que bloqueiam desde a concreta integração e expansão do capitalismo brasileiro até a autonomia da economia brasileira. Constatada tal penetração político-econômica dos setores tradicionais dessa economia e o fortalecimento do projeto de desenvolvimento autônomo pressuposto *no modelo getuliano*, põe-se em evidência a heterogeneidade e a instabilidade das classes dominantes. Para Ianni (1975), é justamente nesse terreno que são plantadas as causas da derrocada do modelo, já que é pela intensificação da associação com o capitalismo internacional, estimulada pelo governo Kubitschek, que se criam as bases da consolidação de um capitalismo *associado* no Brasil. Além disso, o desdobramento político desse momento crítico do modelo, no qual a instabilidade das classes dominante é flagrante, se ancora numa solução de caráter ultra conservador e ditatorial, colocando em xeque qualquer alternativa democrática dentre aquelas em pugna no cenário político-social.

A segunda esfera, sobre a qual os efeitos do legado colonial e escravocrata brasileiro deixaram marcas bastante profundas, é o da definição das forças sociais ligadas ao processo de formação da sociedade capitalista brasileira e que revelam as tensões dos projetos em disputa em escala político-social. Nesse plano, as características outrora destacadas do chamado

desenvolvimentismo, ou *modelo getuliano*, ou *populismo* que ressaltam a maneira pela qual ele representou um caráter conciliatório e os interesses de uma burguesia ascendente, são problematizados em função das bases sociais de sustentação desse projeto. Nessa perspectiva, a denunciada ausência de composição orgânica da burguesia brasileira do período, tanto no que diz respeito a suas bases materiais quando a sua homogeneidade ideológica, traz à tona da problemática da aptidão da burguesia industrial, se não incipiente pelo menos em vias de fortalecimento, em tomar um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo como interesse de classe e de garantir sua hegemonia política. Como já assinalado acima, a burguesia brasileira é tributária do legado colonial brasileiro que estabeleceu limites a sua atuação enquanto protagonista do desenvolvimento de um capitalismo autônomo.

Para Décio Saes (1985), essa falta de identificação da burguesia brasileira com um projeto “nacional” de capitalismo a afasta da posição de portavoz da ideologia populista. A partir desse diagnóstico, entram em cena as *baixas classes médias* como portadoras de um projeto que têm como foco o desenvolvimento da industrialização brasileira. A estreiteza entre as classes médias e a industrialização vem desde a sua formação, já que é fruto da expansão do setor burocrático, administrativo, profissional-liberal e de serviços, e passa por sua aspiração ao estilo de vida urbano-industrial. De maneira geral, a classe média é definida por sua condição de não protagonista da contradição principal da sociedade capitalista, ou seja, a contradição burguesia/proletariado, caracterizando-se afirmativamente com a idéia de trabalho “não-manual”. Nesse ponto de vista, é essa última característica que garante a unidade do grupo. Por outro lado, é idéia de “situação de trabalho”, que engloba as relações de trabalho, as formas e os níveis de remuneração e o nível educacional, que permite a constatação de diferentes posicionamentos políticos no seio da classe média, sobretudo no que dizem respeito à aproximação a uma das partes da principal polarização capitalista (SAES, 1985). Nesse sentido, a *alta classe média*, formada pelo alto escalão do funcionalismo público, por gerentes de bancos e por

profissionais liberais, é a porção das classes médias que se caracteriza pela atração pela manutenção de certos privilégios diretamente relacionados ao estilo de vida tradicional e pela inclinação liberal de natureza profissional, identificando-se e posicionando-se ao lado do liberalismo e do conservadorismo da burguesia mercantil. Em contrapartida, a expectativa de melhoria das condições materiais de vida coloca a *baixa classe média*, na qual se incluem os baixos funcionários públicos, os trabalhadores do comércio e bancários, em sintonia com as reivindicações proletárias (SAES, 1983). Retoma-se, aqui, a relação da *baixa classe média* com o projeto de desenvolvimento da industrialização brasileira já indicada. Esse progressismo de classe média ganha espaço a ponto na vida política do país e dando impulso e suporte à tendência industrializante da sociedade brasileira do pós-1930. Como afirma Décio Saes (1976), essa é a porta de entrada da classe média na vida política do país que permite a sustentação política do Populismo. Coloca-se, então, além daquelas relações de tipo conciliatório próprias do Populismo, outro aspecto essencial dessa forma de governo, ou seja, seu caráter *de massa*. Com isso, estão garantidos dois tipos de reivindicações, um de caráter nacionalista que defende um desenvolvimento econômico autônomo e, outro, de cunho social que tem em vista as lutas por bem-estar-social. São essas pressões que imprimem a influência marcante desse setor da classe média na política governamental. A partir daí, duas conseqüências tornam-se claras: a) a defesa de interesses da burguesia industrial brasileira que estariam alheios a essa classe; b) a aproximação desse projeto com os propostos pelos movimentos de esquerda via Sindicalismo de Estado (SAES, 1976).

Essa caracterização geral das classes médias em termos de seus respectivos projetos políticos abre caminho para a interpretação do lugar dos diferentes agentes na palco das disputas por maior participação no processo político e na definição dos rumos a serem tomados pela sociedade brasileira, sobretudo nos anos 1950 e do inícios dos 1960, complementando, dessa forma, a compreensão da política de desenvolvimento tendo em vista a ação do Estado. Contudo, antes de expressarem qualquer situação estável, essas lutas e sua

dinâmica adquirem feição particular em todo o processo de consolidação do período *desenvolvimentista*, ou *populista*, mostrando a constante instabilidade político-social com que se firma a sociedade industrial capitalista brasileira.

Em se tratando da ação do Estado no sentido da dinamização do capitalismo e da formação da sociedade capitalista brasileira, os 15 anos da ditadura Vargas figuram fase primordial que, se não conseguiu estabelecer um rompimento drástico com as formas de organização econômica, política e social do Brasil agrário-exportador, pelo menos criou bases para mudanças importantes nessas áreas que conferiram projeção moderna para o futuro do país. No plano das mudanças de ordem econômica, pode-se destacar que as iniciativas intervencionistas são viabilizadas pela criação de instituições que procuraram neutralizar o impacto da crise mundial de 1929 e garantir as condições para um avanço industrial. Tal como observado anteriormente, essas bases institucionais fazem parte de uma tendência centralizadora que se fortalece no governo Vargas. Por outro lado, é esse tipo de intervenção que inicia um processo de “metamorfose do Estado” no sentido da consolidação de um Estado capaz de aprofundar o processo de industrialização brasileiro (DRAIBE, 2004). Nesse sentido, é bastante ilustrativa do impulso político e econômico que se estabelece durante o governo Vargas no sentido da formação do capitalismo brasileiro a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), do CFCE (Conselho Federal do Comércio Exterior), do CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças, a CME (Coordenação de Mobilização Econômica) e da CPE (Comissão do Planejamento Econômico) (BIELSCHOWSKY, 2004). É por essa via que se pode reconhecer um projeto de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro no governo Vargas e que se delineia mais claramente com a instauração do Estado Novo (DRAIBE, 2004). Ao mesmo tempo em que essas transformações correspondem a uma mudança na forma de organização político-administrativa, sobretudo no que dizem respeito à concretização da ação empreendedora do Estado, suas implicações extrapolam essa esfera. Dessa forma, a regulação econômica e das relações de trabalho por meio do Sindicalismo de Estado, pode

ser entendida como uma forma de “estatização da luta econômica de classes”, ou seja, o gerenciamento estatal dos conflitos emergiam do cenário social, o que não é sinônimo de estabilidade política (DRAIBE, 2004).

Como já assinalado, na esfera social, aquelas transformações redundaram em uma corporificação do Estado como força social no momento da consolidação do capitalismo industrial brasileiro, sobretudo diante da incapacidade material e política da burguesia industrial brasileira nesse momento de transição. Ao mesmo tempo, essas mudanças não foram alcançadas sem resistências e limites que se desdobraram em conjunto com as próprias transformações. Nesse contexto colocam-se interesses representados: a) por um setor agrário exportador, composto das velhas oligarquias e do setor cafeeiro; b) por uma burguesia industrial em expansão, disposta a angariar as maiores vantagens do processo de industrialização; c) pelas classes médias, heterogêneas estrutural e ideologicamente, d) pelas classes operárias, ansiosas por garantias sociais; e) pelos trabalhadores rurais, alijados das conquistas do setor urbano (DRAIBE, 2004). O grande representante de uma oposição sistemática ao intervencionismo estatal e ao nacionalismo econômico é o setor agrário-exportador, fortemente representado no Legislativo. Somado à camada superior da classe média, essa vertente tradicional era responsável pelas freqüentes oposições sofridas pelo governo varguista em nome de um liberalismo cujo léxico se fortalece nos movimentos finais desse governo por meio da defesa da democracia. Em contrapartida, mesmo reconhecendo a fragilidade da burguesia industrial brasileira em relação a sua capacidade de adotar como seu um projeto de desenvolvimento nacional, não há como deixar de compreendê-la como parte interessada na expansão da industrialização brasileira, desde que nos marcos de uma realização amparada por investimentos estatais e até estrangeiros. Dessa forma, em se tratando da defesa de uma ação sistemática do Estado no sentido da supressão de suas próprias deficiências, seus interesses se colocam em oposição àqueles declarados pela força liberal (DRAIBE, 2004). Ao mesmo tempo, dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, colocam-se os

interesses de um contingente crescente de trabalhadores urbanos cuja incorporação no mercado exige o atendimento de demandas básicas, de um lado e, de outro, colocam as possibilidades de uma transformação mais radical. Vale lembrar mais uma vez a polarização ideológica no interior da classe média que se colocava em termos liberalismo X nacional-desenvolvimentismo (SAES, 1976). Mais especificamente, esses interesses podem ser reconhecidos na perspectiva liberal da Revolução Constitucionalista de 1932 e também as tentativas frustradas de golpe da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira representantes das tendências de esquerda e conservadora de direita.

Apesar de toda essa instabilidade político-ideológica, é perceptível a importância desses quinze anos da Ditadura Vargas na consolidação de um aparato estatal de atuação econômica, de controle da força de trabalho e de empresariamento do Estado, em suma, para o estabelecimento das bases para o fortalecimento ulterior do *papel do Estado* na formação do capitalismo brasileiro. Nesse processo marcado fortemente pela influência varguista, o arcabouço que pressupunha uma ação empreendedora e intervencionista do Estado é abalado pela orientação conservadora implementada pela política econômica do governo seguinte, de Dutra (1945-1950). Já foi citado o fortalecimento da tendência liberal oposicionista a Vargas, cujo discurso de valorização democrática ganha destaque no contexto de crise de legitimidade desse governo após quinze anos de ditadura. No plano governamental, essa tendência liberal e conservadora se expressa de início com o direcionamento do comércio exterior e de uma política econômica ortodoxa que previa o corte dos gastos públicos, restrição ao crédito e congelamento de salários. Por outro lado, apesar da neutralização do aparelho centralizador construído no governo anterior, esse momento é caracterizado por uma iniciativa de Planejamento que revela o reconhecimento, por parte da tendência liberal, da inevitabilidade da industrialização e de certa participação do Estado nessa área. Mesmo assumindo uma proposta que não focalizava a industrialização como meta principal, o Plano SALTE, implantado pelo governo Dutra nesse sentido, é expressão da força que a idéia de Planejamento havia

tomado frente às demandas do capitalismo brasileiro¹¹⁸. Contudo, sem perder sua marca de “inflexão redutiva dos esforços industrializantes” e de restrição da industrialização a um percurso lento e conservador (DRAIBE, 2004).

No plano das forças sociais, essa tendência de enfraquecimento do saldo de um governo centralizado e institucionalmente consolidado com as primeiras iniciativas de *planejamento* estatal se expressa no fortalecimento do discurso liberal que embasa as tendências democratizantes na sociedade civil e as legalizantes no Exército. De maneira geral, pode-se dizer que são as forças anti-varguistas, conservadoras do plano político e liberais no econômico que ascendem ao poder. Além disso, é nesse momento que se delineiam mais claramente as propostas *neoliberal*, *desenvolvimentista-nacionalista* e *nacionalista* radical como alternativas para a condução da realidade do país. Dessa forma, as bases partidárias desses pressupostos podem ser observadas, em conjunto, no neoliberalismo da UDN, no desenvolvimentismo-nacionalista do PSD¹¹⁹ e de grande parte do PTB e no nacionalismo radical representado pela esquerda do PTB e pelo PCB (SKIDMORE, 1982). As disputas entre os respectivos projetos podem ser observadas no momento da formulação da Constituição de 1946 no qual são colocadas em pauta as questões do grau da intervenção do Estado e do poder do Executivo em relação ao Legislativo. Houve uma brecha de conquistas das tendências que procuravam garantir a ação do Executivo, representadas pelo PSD e pelo PTB, mesmo que amenizada pela instrumentalização do controle do Executivo pelo Legislativo, que tinham como porta-vozes a UDN e outros partidos menores (DRAIBE, 2004).

Demonstrando mais uma vez a instabilidade política e a falta de capacidade hegemônica das classes dominantes, a volta de Vargas à Presidência da República também é emblema da importância que a idéia de uma participação

¹¹⁸ Para Baer (1996), o Plano SALTE não corresponde propriamente a um Plano, mas a um programa de gastos governamentais. Apesar disso, evidencia a importância da questão do Planejamento no momento.

¹¹⁹ Segundo Sônia Draibe (2004) o Plano Salte representou um acordo entre a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático) no sentido da rearticulação das classes dominantes. Para tal acordo, foram deixados de os setores mais extremistas dos dois partidos.

efetiva do governo estatal na construção do capitalismo brasileiro e na garantia de conquistas de caráter social vinha adquirindo em todo o processo. A revitalização do processo de industrialização e o revigoramento da ação estatal nesse sentido estão presentes nas proposições de Vargas que antecipam soluções que somente serão incorporadas efetivamente por governos posteriores, mas que representam indícios de seu interesse por um programa de caráter nacional-desenvolvimentista. Dessa forma, são levantadas as propostas de dinamização da indústria por meio: a) de investimentos em infra-estrutura de base, como energia elétrica, petróleo, carvão, siderurgia, transportes e comunicação; b) de reestruturação da Agricultura com a incorporação das relações capitalistas nessa área com a organização do empresariado rural e a incorporação das leis trabalhistas, bem como a concepção de novas formas de acesso à terra; c) de implantação de políticas de bem-estar social com atenção para áreas de Seguridade Social, Serviço Social, Bem-Estar Social, Habitação, Saúde e Cultura (DRAIBE, 2004). Contudo, uma versão mais sistematizada de propostas de planejamento econômico partiu da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, durante o período de 1951 a 1953 e do BNDE (Banco nacional de Desenvolvimento Econômico), criado em 1952, que procuraram não apenas fazer um diagnóstico da economia brasileira do período, como também formular planos de desenvolvimento. No primeiro caso, operam-se projetos de infra-estrutura dando ênfase à viabilidade de financiamento externo. No segundo, dá-se a contrapartida brasileira no sentido de conferir suporte financeiro a projetos industriais (BAER, 1996). De todo modo, a perspectiva nacional-desenvolvimentista é marcante no segundo governo Vargas e delineou os moldes de intervenção estatal na economia brasileira.

Mesmo considerando iniciativas conciliatórias por parte desse governo em relação às classes tradicionais, que se traduziram em uma versão ortodoxa da política econômica com vistas no capital internacional, são esses traços nacionalistas e desenvolvimentistas que ganham projeção nesses anos¹²⁰

¹²⁰ Para Fiori (2003), isso revela “a distância – e mesmo a contradição – entre a política econômica de curto prazo e os projetos de longo prazo” (p.147).

(SKIDMORE, 1982). O avanço do desenvolvimentismo pode ser observado no Clube Militar, na Campanha Nacional de Defesa do Petróleo, na CNI (Confederação Nacional da Indústria) e no aparelho de Estado sendo representado no Banco do Brasil, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, na Assessoria Econômica da Presidência e na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (BIELSCHOWSKY, 2004)¹²¹. Mas, as tensões entre os diferentes projetos se intensificam, sobretudo com o aumento do salário mínimo e criação da Eletrobrás que revelaram a aproximação com as classes trabalhadoras e o nacionalismo¹²². Em contrapartida, a oposição se arma no plano ideológico com as denúncias de *corrupção* e de *peronismo* que emanaram das forças militares e foram absorvidas pela classe média e burguesa, descontentes sobretudo em função da elevação do salário mínimo. Aqui, se constrói a idéia de que o país estaria passando por uma *crise da democracia* que se associa ao diagnóstico de *crise econômica* (BIELSCHOWSKY, 2004; SKIDMORE, 1982). Para Décio Saes (1983), é num momento de crise como esse que se revelam as principais características da alta classe média, composta pelos profissionais liberais, gerentes e altos funcionários: "politicismo exacerbado, igualitarismo jurídico-formal e sem conteúdo econômico social, elitismo e desprezo às massas, adesão ou apoio ao empenho eleitoral ou golpista do "partido liberal" (p. 470). Essas características conservadoras e antidemocráticas fundamentam, dessa forma, sua associação aos interesses da burguesia agrícola comercial que irá se repetir no apoio ao Golpe Militar de 1964.

Como resultado extremo desse quadro de crise, o suicídio de Vargas é mais um caso ilustrativo da tensão entre os setores tradicionais e o projeto nacional-desenvolvimentista que caracterizou o processo de constituição da sociedade capitalista-industrial brasileira. Constatada a vinculação de Vargas com esse último projeto, não é difícil associar a derrocada do governo com uma vitória

¹²¹ Nesses dois últimos casos, Bielschowsky reconhece a presença de dois tipos de desenvolvimentismo, o primeiro de caráter nacionalista e o segundo não-nacionalista, contudo, essa diferença não chegaria a bloquear o projeto comum de desenvolvimento brasileiro.

¹²² Para Décio Saes (1985) isso corresponde também a uma identificação das baixas classes médias com o proletariado.

das forças tradicionais e dos setores internacionais (IANNI, 1975). Não por outro motivo se dá uma composição do governo transitório com nomes antigetulistas vinculados à UDN e ao projeto neoliberal, que se pode observar também na nomeação de Eugênio Gudin como Ministro da Fazenda. Apesar da grande realização desse projeto ter sido configurada na Instrução 113 da SUMOC, que viabilizou a entrada de capital estrangeiro no país, essa influência não foi suficiente para impedir o retorno do legado getulista e do projeto desenvolvimentista, mesmo que não fortemente nacionalista, com a vitória de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Contudo, os setores tradicionais não deixaram de marcar sua força através das tentativas frustradas de impedimento da posse dos eleitos (SKIDMORE, 1982).

A famosa proposta de desenvolver o Brasil “50 anos em 5” sintetiza a centralidade que o projeto econômico adquire não só no discurso, mas na própria orientação política do governo seguinte, de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Na medida em que tal orientação se soma a um conjunto de ações que colocam o Estado em posição chave nesse projeto, estabelece-se os liames de continuidade do legado getuliano. Isso pode ser observado não apenas na utilização do aparato institucional erguido nos governos Vargas, mas nas iniciativas de ampliação dessa estrutura no sentido do fortalecimento do aparelho estatal de intervenção econômica e de viabilização das condições de crescimento e diferenciação econômica (DRAIBE, 2004). O Plano de Metas, formulado pelo Conselho de Desenvolvimento Nacional, visava tornar sistemático esse projeto, definindo os termos a partir dos quais estariam assentadas as metas de desenvolvimento. De maneira geral, o programa procurava abarcar setores considerados prioritários para a superação dos entraves do desenvolvimento brasileiro, ou seja, energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação (BAER, 1996). No plano estritamente econômico, os setores de destaque que procuraram superar os pontos de estrangulamento da economia brasileira foram: a) energia e transporte (eletrificação, petróleo, sistemas ferroviário, aéreo, rodoviário e marítimo) ; b) indústrias intermediárias (siderurgia, cimento, álcalis, celulose, borracha,

fertilizantes,); c) indústrias de equipamentos (indústria automobilística, construção naval, mecânica e de material elétrico pesado)¹²³. É a partir daí que concretamente se estabelecem as bases para um salto qualitativo que permitiu a consolidação de uma nova fase da economia brasileira caracterizada pela *industrialização pesada* (MELLO, 1984).

Além dessa identificação em termos de projeto de desenvolvimento nacional, outra manifestação de continuidade com o modelo desenvolvimentista de Vargas se revela na tentativa de conciliar os diferentes interesses em jogo no plano político. Essa manobra é perceptível em negociações que procuravam minimizar as diferenças de projetos e interesses, tornando as ações governamentais um jogo estratégico capaz de garantir a articulação Estado/capital estrangeiro/capital nacional (DRAIBE, 2004). É o que indicam os discursos de caráter nacionalista e desenvolvimentista voltados para assegurar a base de apoio popular e aqueles que justificam o plano de desenvolvimento econômico em termos da importância da cooperação internacional, da manutenção da ordem social, do alinhamento ao bloco capitalista e da identificação entre exportação e industrialização, como forma de conquista do apoio da oposição. Isso sem contar a perspectiva geral de associação dos interesses do desenvolvimento aos interesses gerais do povo brasileiro (LIMOEIRO, 1978).

A política de conciliação, na qual Juscelino Kubitschek (1956-1961) buscava sua sustentação política, estabelecia relações com as diferentes forças sociais. No plano político, o apoio da classe empresarial era conquistado, em geral, pela política de crédito facilitado e por benefícios que garantiam certa proteção das importações¹²⁴. O setor agrário-exportador era beneficiado com a política de apoio ao café e a de intocabilidade da estrutura da terra. Para a classe trabalhadora a conquista era garantida por meio de aumento de salários e controle sobre os sindicatos. Finalmente, em se tratando dos dois pólos da classe

¹²³ Para maior detalhamento sobre os investimentos nessas áreas consultar Lessa (1981).

¹²⁴ Segundo Skidmore (1982), o apoio da classe empresarial estava associada, no plano ideológico, ao desenvolvimentismo iniciado por Roberto Simonsen. O que na interpretação de Bielschowsky (2004) corresponde à linha *desenvolvimentista do setor privado*.

média, pode-se dizer que a estratégia foi a de transitar pelo discurso nacionalista, aproximando-se assim da classe média progressista, sem, contudo, chegar a uma posição extremista, o que geraria a desconfiança da classe média tradicional (SKIDMORE, 1982). Tais relações permaneceram até certo ponto “equilibradas” com o crescimento econômico alcançado pelo *Plano de Metas* e o entusiasmo que daí se difundiu. Entretanto, como já foi dito, essa capacidade de conjugar diferentes interesses não é sinônimo de hegemonia política das classes dominantes e muito menos de estabilidade política. Por isso, o primeiro toque de esgotamento econômico do modelo de crescimento acelerado implantado, que inaugurava um quadro de desequilíbrios regionais, sociais e monetários, não podia deixar de deflagrar uma crise político-social (LESSA, 1981; MELLO, 1986). As forças divergentes se manifestam nas pressões por parte do FMI, pela estabilidade monetária, da burguesia industrial, pela manutenção das condições do crescimento econômico, e da esquerda, com o apoio da classe média progressista, por melhorias salariais e pela radicalização do nacionalismo (SAES, 1976). Em contrapartida, o governo procura garantir sua base de apoio por meio de discursos que reforçavam o caráter transitório da crise e as possibilidades de desenvolvimento, como forma de tranquilizar as massas populares e de garantir os investimentos (LIMOEIRO, 1979). Contudo, os impasses somente tenderiam a se aprofundar.

No início dos anos 1960, sob esse clima de inquietações sobre os destinos do país, Jânio Quadros é eleito presidente da República cuja proposta de cunho moralista e personalista foi capaz de corporificar o descontentamento com a situação criada pelo governo Kubitschek (RAMOS, 1961). Dessa forma, as iniciativas de seu governo focalizaram os pontos que considerava críticos da era JK ao mesmo tempo que procurava conquistar uma base de apoio político. No primeiro caso, estabeleceu as bases de uma proposta que procurava garantir o crescimento econômico, a soberania nacional, o controle da inflação e a integração social. Para isso, colocou-se em defesa de propostas tais como a aproximação com os países subdesenvolvidos no sentido de uma cooperação

econômica; o controle da participação e remessa de lucros dos capitais estrangeiros; a implantação de uma política econômica de caráter restritivo; a intensificação da produtividade. No segundo caso, o que se observa é o direcionamento dos discursos tendo em vista o interesse de despertar sustentação política ao governo (LIMOEIRO, 1978). Dentre as iniciativas realizadas durante o curto período em que esteve no governo, pode-se destacar a tentativa de realizar uma política externa independente - para a qual estabeleceu relações com o bloco comunista, recusou o boicote a Cuba e tentou realizar, ao mesmo tempo, negociações com os EUA e a Europa Ocidental – como fonte de uma crise política aguda. Tendo em vista o contexto externo de Guerra Fria e a polarização ideológica que colocavam os nacionalistas de esquerda e os anticomunistas em disputa no país, tais medidas, juntamente com a aproximação ao nacional-desenvolvimentismo representada pela orientação da política externa, levantaram suspeitas de tal ordem que a fragilidade da sustentação política do presidente se mostrou nua e crua com a concretização de sua renúncia. Dessa forma, Quadros perdera o apoio que havia conseguido com sua campanha personalista e moralista encontrando oposição: entre os políticos e servidores que sofriam os ataques contra a corrupção e a ineficiência; entre os industriais e trabalhadores, em vista das dificuldades econômicas impostas pelo programa de estabilização econômica; e, finalmente, entre os militares e os quadros da UDN nos quais causara grande desconforto com as escolhas da política externa (SKIDMORE, 1982).

Diante desse quadro, não é de admirar a resistência sofrida pelo vice-presidente João Goulart (1961-1964) em garantir a sua posse como presidente da República. Figura associada às classes trabalhadoras, responsável pela proposta de aumento de 100% no salário mínimo no governo Vargas, e ao getulismo não deixou de alvoroçar, novamente, os ânimos dos setores antivarguistas e conservadores. De início, o caminho adotado como alternativa para acalmar os ânimos dessas forças de oposição se fez com a implantação do sistema parlamentarista e com a abertura, por parte do governo, de negociações com os

EUA e o FMI. De outro lado, o apoio popular foi ampliado com as propostas de Reformas de Base (SKIDMORE, 1982). A proposta de superação da crise econômica foi corporificada no Plano Trienal cujos personagens principais corresponderam às figuras de Celso Furtado, como formulador, e San Tiago Dantas como articulador na posição de Ministro da Fazenda. Nesse Plano, figuravam as propostas de combate à inflação e de estímulo ao crescimento econômico inseridas num projeto amplo de reformas estruturais e de superação das desigualdades sociais (SKIDMORE, 1982)¹²⁵. O balanço do programa mostra-se um grande catalizador das pressões políticas e sociais. Em primeiro lugar, porque o aumento do custo de vida gerou pressões por aumento de salário em setores civis e militares. Em segundo lugar, colocou em evidência duas questões que se tornariam fundamentais na definição da radicalização ideológica do período: as relações com o capital estrangeiro, em especial dos EUA, e a reforma agrária (SKIDMORE, 1982). No primeiro fator, o governo foi questionado pela esquerda e pela direita a respeito da compra de concessionárias estrangeiras de serviços públicos e à problemática da remessa de lucros. A tramitação da Lei de Reforma Agrária no Congresso, por sua vez, afluou a oposição dos setores conservadores da UDN e do PSD unidos na Ação Democrática Parlamentar e também promoveu a desconfiança do centro por seu caráter esquerdista. A rejeição da Lei, por outro lado, incita as pressões da esquerda que acompanhavam as reivindicações da Ligas Camponesas (SKIDMORE, 1982).

Estavam abertos os caminhos para os últimos passos do governo Jango. As pressões dos setores da esquerda radical, como a UNE, a AP e a POLOP e de políticos na linha de Brizola incidiam sobre as propostas reformistas exigindo maior radicalização. A oposição - composta pelos proprietários de terra, por políticos da UDN e do PSD (que se afastara do PTB nesse momento de radicalização), pela liderança de Carlos Lacerda e de Júlio de Mesquita e por militares - canaliza seus ataques com denúncias de esquerdização e de autoritarismo. A aproximação de João Goulart do discurso da esquerda radical é

¹²⁵ Para isso, houve a iniciativa de negociação com os EUA e o FMI e a aplicação de medidas anti-inflacionárias (SKIDMORE, 1982).

associada à Lei de Remessa de Lucros, que explicitava uma discórdia com os credores estrangeiros e ao Comício de 13 de março de 1964 no qual o presidente anunciara os decretos de nacionalização das refinarias de petróleo privadas e de desapropriação de terras. Essa aproximação com a esquerda, entretanto, não garantiu que esse projeto se concretizasse. Sem organização forte e unívoca, dividida entre um projeto reformista e outro revolucionário, ao mesmo tempo que presa ao primeiro, a esquerda brasileira não alcançara a força política necessária para condução de um projeto alternativo (IANNI, 1975; SKIDMORE, 1982). A oposição por sua vez, alcançou não apenas unidade com o discurso contra o *comunismo* e a corrupção, mas, também forte sedução na classe média. Para Ianni (1975), a participação da classe média no movimento, que teria marcado a derrota de um projeto revolucionário de esquerda, está baseada em uma inclinação ao autoritarismo representada pelo *ademarismo*, *janismo* e *lacerdismo* e pelo afastamento das reivindicações populares.

Para Décio Saes (1985), a distinção dos diferentes setores da classe média se expressa, nesse cenário de tensões e de reivindicações, em manifestações características de uma vertente progressista e outra conservadora no seio da classe média. As distinções identificadas no seio dessa camada - que abre espaço para as definições de *populismo moderado*, *populismo radical* e *populismo progressista* na interpretação desse setor - estão, segundo ele, relacionada a duas tendências. O *estatismo oficialista* e *governista* se caracteriza pela vinculação estreita com o governo de forma a adquirir caráter *anti-reformista*, *apolítico* e *profissionalista*. Esse seria o caso da atuação do *Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo* que, no contexto das reivindicações populares emergentes a partir do final dos anos 50, apresentou propostas alternativas de amenização da radicalidade das propostas de *reforma agrária* e de *nacionalização* de empresas estrangeiras, posicionou-se contrária à CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e apoiou o golpe de 64. A posição *reformista* seria aquela que fez maiores exigências ao Estado apoiando as reivindicações das lutas populares a favor da *democracia* e contra o *latifúndio* e o *imperialismo*.

Nesse caso, o autor destaca como exemplo a inserção do Sindicato dos Bancários de São Paulo e seu apoio, no período que antecede ao golpe militar de 64, às propostas de entidades "paralelas" como a CGT e a PUA (Pacto Sindical de Unidade de Ação) e às propostas de reformas sociais, tais como: reforma agrária, nacionalização dos bancos estrangeiros, reconhecimento do direito de voto aos analfabetos, a representação estudantil (um terço nas congregações universitárias), direito pleno de greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (SAES, 1983). Como já destacado anteriormente, não deixa de reconhecer o *populismo*, o *estatismo* e as *aspirações sociais* como pontos comuns na caracterização da baixa classe média. Além disso, há outras forma de constatar a influência política da classe média progressista. Como destaca Skidmore (1982), essa influência se manifestou nas eleições de 1962 que, somente por uma falta de organização partidária, não teria feito vigorar a institucionalização de uma posição *legalista, democrática e reformista*. Para Décio Saes (1983), contudo, no contexto de 1962-1964 havia apenas uma situação embrionária representada por partidos pequenos. No entanto, como forma de indicação do fortalecimento dessa vertente "progressista", vale destacar também a ampliação do nacionalismo como força no Congresso Nacional, representada pela criação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e que tinha como suporte e interlocutores os setores nacionalistas e progressistas dispersos em diferentes partidos como a "Ala Moça" do PSD, o Grupo Compacto do PTB e a Bossa Nova da UDN (MOREIRA, 1998).

Em contrapartida, retomando a importância da crise econômica e da radicalização política, é possível caracterizar o período que antecede o golpe militar de 1964 como de definição *drástica* das tensões que se intensificaram na medida do processo de consolidação do capitalismo brasileiro. Não por outro motivo, a idéia de *revolução* compõe o discurso do momento, demonstrando as alternativas em disputa como possibilidades reais (IANNI, 1975). Ao lado daquela tendência de fortalecimento progressista e de esquerda, coloca-se a recomposição das forças conservadoras e, com isso, levanta mais uma vez a

problemática do conservadorismo de classe média que, nesse caso, está associado à *alta classe média*. Segundo a análise de Décio Saes (1983), a participação maciça da classe média no golpe militar está associada à antiga aproximação da *classe média liberal*, ou *alta classe média*, às reivindicações da burguesia industrial e agrária - que no momento estavam fortemente ameaçadas pela proposta de reforma agrária e pelas aspirações nacionalistas – e à habilidade em atrair o apoio de setores da *baixa classe média* tementes do avanço das reivindicações populares. Os setores conservadores dominantes que se empenharam nesse movimento são identificados na UDN (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), nas Associações e Federações rurais, nas Associações Comerciais e na imprensa liberal (*O Estado de São Paulo*). A adesão da alta classe média, de caráter majoritário, teria, dessa forma, se expressado no *movimento feminino* de caráter moralista que disseminou uma campanha em defesa da *família*, da *religião* e da *propriedade* e pelos *profissionais liberais*, em especial pelos *advogados*, que encamparam o discurso pela *democracia*. Décio Saes (1983) chama a atenção, também, para a ascensão nesse período de um novo setor da classe média cuja importância política somente seria reconhecida após o golpe. É a camada da classe média composta por um setor *tecnicista* que se associa a uma outra manifestação de *estatismo* de caráter *autoritário* e baseada na autoridade *técnica* e *administrativa*. É essa a composição de forças que sustentará a Ditadura Militar e a nova forma de relação *associativa* entre os capitalismo brasileiro e internacional.

É a partir desse quadro de tensões que se pode situar as idéias como parte desse jogo de forças. As questões que nessa área se apresentam, ao mesmo tempo que estabelecem contato direto com problemas de ordem econômica, política social, e cultural que emergem no plano político, configuram forma particular de inserção nesse debate, com problematizações, análises e intervenções bastante específicas. Assim, problemas como o da reforma agrária, da remessa de lucros, do papel do capital estrangeiro, do planejamento, do imperialismo, do nacionalismo, da revolução ou reforma social, das reformas de

base, da organização partidária, do populismo, da democracia, da revolução burguesa e seus atores, tornam-se foco das interpretações correntes entre os intelectuais brasileiros do período. Com isso, estabelecem-se diálogos, debates, aproximações e antagonismos que delineiam posicionamentos e colocam o pensamento em estreita relação com os problemas e as tensões de sua época, constituindo-se como parte do campo de forças que movem ou conservam uma realidade histórico-social.

Formulando projetos

Um dos aspectos gerais que permitem reconhecer o lugar político das idéias é a identificação do projeto social que, implícita ou explicitamente, elas defendem ou estão relacionadas. No caso específico dos autores aqui analisados, essas idéias estão diretamente relacionadas à questão do desenvolvimento brasileiro que se coloca como projeto de forma especial nos anos 1950 e primeira metade da década de 1960. Em torno dessa mesma questão circundam propostas e alternativas que se distinguem tendo em vista a ênfase colocada em algum setor, como o econômico ou o social, a definição dos meios ou das estratégias e o alvo final do projeto, ou seja, o tipo de sociedade que se pretende alcançar. São essas variações que dão sentido às diferentes orientações que podem ser reconhecidas no pensamento progressista e permitem distinguir os posicionamentos apesar do trânsito de termos e questões comuns aos autores. É por esse caminho que o léxico desenvolvimentista adquire conotações distintas que transbordam a mera classificação lógico-formal.

Nesse aspecto geral da idéia de projeto de desenvolvimento que caracteriza os meados do século XX, o progressismo é um pólo de atração bastante forte. De um lado, é possível identificar teses que destacam os benefícios de um desenvolvimento econômico e da industrialização, de outro, colocam-se as vantagens de uma Revolução Burguesa em termos da conquista de direitos sociais e políticos. Além disso, tendo em vista o pressuposto do desenvolvimento enquanto mudança estrutural, coloca-se também em questão a

forma de realização dessa mudança, ou seja, levantam-se as possibilidades de Reforma ou de Revolução Social. Essas questões são essenciais na identificação do caráter dos projetos propostos e elas aparecem em grande parte do pensamento progressista. De maneira geral, é sabido que os posicionamentos se referem a três vertentes básicas, a liberal, a desenvolvimentista e a Socialista, ou popular (BIELSCHOWSKY, 2004; FIORI, 2003). Por isso, a aproximação ou a oposição a elas tornam-se referência fundamental não só do ponto de vista analítico, mas também para os próprios autores na medida em que procuram manifestar suas predileções.

De maneira específica, já foi citada a importância do ISEB como referência nas discussões sobre o desenvolvimento brasileiro no plano intelectual. Essa posição também se coloca quando se tem em vista o projeto proposto pelos isebianos, muitas vezes confundido com o próprio governo juscelinista. Vários fatores permitem tal associação. O primeiro deles corresponde à concepção desenvolvida no Instituto do papel de uma *ideologia do desenvolvimento* para a condução do desenvolvimento brasileiro. Nesse caso, é a idéia de uma *consciência nacional* na qual a Nação figura como indivíduo ávido de emancipação que, como já assinalado, está ancorado em solo Existencialista. Esse almejado suporte ideológico que permitiria a consolidação de bases sociais de apoio ao governo desenvolvimentista passa pela divulgação da idéia de desenvolvimento enquanto interesse geral da nação que se coloca acima de qualquer divergência de interesses particulares. Dessa forma, o segundo aspecto que estreita a simpatia entre o ISEB e os governos JK se apresenta na proposta de mobilização dos diversos setores sociais no sentido da construção de um país desenvolvido cujos benefícios se estenderiam a todos os que dela participassem. Por isso, os constantes chamados para que cada camada social desempenhasse seu respectivo papel no processo de desenvolvimento. Somada a isso, a centralidade da Economia na definição dos critérios e alvos do desenvolvimento aponta como fator comum no discurso desenvolvimentista. A condição de subdesenvolvimento, pobreza e inferioridade em relação a outros países do

cenário do capitalismo mundial é contraposta ao alargamento da industrialização e à inserção do país na economia internacional como forma de superação daquela condição, vista como *fase de transição*. Finalmente, um elemento que não se pode dissociar desse discurso é o otimismo que emana da confiança da inevitabilidade do desenvolvimento e da superação dos males associados ao subdesenvolvimento. Isso justifica o namoro da instituição de estudos com o governo durante o auge do desenvolvimentismo, ou seja, no momento em que as conquistas do avanço do capitalismo brasileiro se fizeram sentir nos índices de crescimento econômico¹²⁶.

No ISEB, essa perspectiva desenvolvimentista pode ser observada em autores como Helio Jaguaribe, Roland Corbisier, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto dadas as devidas distinções. Em Guerreiro Ramos, a ênfase em um projeto de desenvolvimento econômico pode ser observado tanto na definição de *fase de desenvolvimento*, que compreende a capacidade da dimensão econômica em impulsionar a mudança estrutural na sociedade, quanto na compreensão do projeto de desenvolvimento industrial como forma de realização dos interesses da sociedade brasileira como um todo. Assim, mesmo tendo no horizonte um projeto de construção da nação brasileira que envolveria um projeto amplo de emancipação, o alvo central do projeto nacional de Guerreiro Ramos consiste, antes, no desenvolvimento industrial, pois, como já foi visto, é ele quem criaria as bases para a passagem para uma nova fase da realidade nacional.

A centralidade da dimensão econômica na definição das medidas pragmáticas para o desenvolvimento nacional pode ser observada em vários aspectos dos trabalhos do autor desde aqueles produzidos desde a década de 40, aparecendo, mais tarde, nas recomendações aos sociólogos em *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* (1954) e, também posteriormente. Em artigo de 1956¹²⁷, por exemplo, a situação de *crise brasileira* é entendida como resultado

¹²⁶ Segundo Baer (1996), no período 1956-1962 a taxa média de crescimento anual alcançou a marca de 7,8%, considerada elevada. Para maior aprofundamento da análise do discurso juscelinista consultar Cardoso (1978).

¹²⁷ "Sobre a Crise Brasileira" (RAMOS, 1995 [1956]).

das transformações materiais pelas quais o país estaria passando e, dessa forma, o enfoque da orientação proposta consiste na canalização dos recursos materiais e humanos para o desenvolvimento econômico. Isso somado à convocação de uma classe dirigente para a condução, para o *planejamento*, do desenvolvimento econômico. Em *A Redução Sociológica* (1958), é a defesa do Estado como sujeito do desenvolvimento econômico que põe em destaque a industrialização como projeto político. Nesse caso se insere também a crítica às instituições brasileiras cujo alvo deveria estar voltado para a emancipação econômica do país que, na argumentação, consiste na superação da “condição de proletariado externo do mundo ocidental” (RAMOS, 1957a, p.26). Finalmente, vale destacar a definição dos alvos da *Segurança Nacional* centrados na salvaguarda dos interesses econômicos nacionais como expressão da importância da Economia como ponto estratégico de defesa da nação brasileira, evidenciando mais uma vez a estreiteza da relação Nação/Desenvolvimento. Apesar da especificidade dessas propostas, há um objetivo comum em pauta, ou seja, a promoção de uma mudança estrutural na sociedade que tem como ponto de partida mudanças de ordem econômica.

Essa perspectiva remete à noção de *fase de desenvolvimento* que, como já foi indicado anteriormente, se baseia na definição de características estruturais para cada fase considerada. Entretanto, nesse caso, esse pressuposto desenvolvido por Guerreiro Ramos no início dos anos 50¹²⁸ levanta outro aspecto fundamental na compreensão da primazia do desenvolvimento econômico frente a algumas problemáticas particulares presentes na realidade social. Nesse caso, o sociólogo defende a idéia segundo a qual os problemas referentes a determinada fase de desenvolvimento somente se resolveriam após a mudança estrutural que conduziria a um novo tipo de sociedade. Em outras palavras, isso significa que determinados problemas do subdesenvolvimento são tomados, de certa forma, como “normais” em relação a essa fase de desenvolvimento, excluindo qualquer possibilidade de resolução dos mesmos nessa fase. É esse mesmo ponto de vista

¹²⁸ Essa problemática pode ser identificada em “O problema da mortalidade infantil” (1951).

que se pode observar em *A Redução Sociológica* de 1958, momento em que o autor, ao criticar critérios internacionais comparativos de avaliação do desenvolvimento, deixa transparecer uma crítica à deliberações em prol de problemas específicos não diretamente relacionados ao objetivo central de estímulo ao desenvolvimento nacional. Tendo em vista os critérios de definição do desenvolvimento expressos pelo autor, pode-se compreender a defesa de medidas de caráter econômico.

Os critérios analógicos têm justificado raciocínio como este: os países adiantados exibem baixas percentagens de analfabetos e reduzidas taxas de mortalidade porque mantêm em funcionamento escolas e serviços de saúde em proporções elevadas; por conseguinte, os países periféricos devem prover-se de tais facilidades educacionais e sanitárias em análogas proporções. Ora, este raciocínio é falso. Altos níveis de instrução e de saúde são, *grosso modo*, **efeitos, frutos do desenvolvimento**. As disponibilidades de recursos das regiões subdesenvolvidas, sem prejuízo de certos imperativos humanos inadiáveis, devem ser aplicadas de modo prioritário no estabelecimento dos fatores promocionais do desenvolvimento. (RAMOS, 1958, p.117, grifos meus)

Contudo, junto ao desenvolvimentismo isebiano figura outro elemento que torna o ISEB uma referência no discurso sobre o desenvolvimento brasileiro: o Nacionalismo. Nesse caso, as semelhanças com o discurso juscelinista não se mostram tão evidentes. Um dos fatores que marcam essa distinção é a própria concepção de nacionalismo de Juscelino Kubitschek. Para ele, o nacionalismo se confunde com o desenvolvimentismo de forma a justificar qualquer investimento no desenvolvimento como vantajoso ao país independentemente da origem do capital (CARDOSO, 1978). Em outras palavras, isso significa que o critério utilizado por JK para a definição do nacionalismo é a expansão da industrialização brasileira e o crescimento econômico e isso imprime uma forma particular de tratamento do assunto diante do discurso nacionalista do período. Como se sabe, o discurso nacionalista tem como principal foco de oposição a relação de dominação que reconhecem nas transações econômicas com as economias

desenvolvidas. Categorias como a de *colonialismo* e a de *imperialismo* ganham expressão nesse tipo de discurso, qualificando a participação do capital estrangeiro na economia do país. Para Juscelino Kubitschek, no entanto, não havia essa associação entre a incorporação do capital estrangeiro e a situação de colonialismo, haja vista a plena utilização da Instrução 113 da SUMOC como recurso para a capitalização da industrialização brasileira em seu governo. Além disso, a proposta circundante no meio nacionalista de controle da remessa de lucros era por ele entendida como um empecilho ao desenvolvimento (CARDOSO, 1978).

Não é essa a perspectiva nacionalista do ISEB. Nela, como já foi dito, a noção de *colonialismo* é fundamental para a caracterização da situação de desenvolvimento. Desse modo, ao lado do diagnóstico de uma nação colonizada econômica e culturalmente, e portanto, incapacitada de conduzir independentemente seu próprio destino histórico, tal como observadas anteriormente, transitam teses sobre as possibilidades de superação desse quadro, cujos indícios também são diagnosticados na realidade social, considerada como *fase de transição*. Nesse caso, a valorização da emancipação nacional como projeto político se ancora numa perspectiva de independência econômica por meio da qual o país poderia se tornar menos susceptível às ingerências internacionais e modificar seu modo de inserção no capitalismo mundial. Mesmo com características específicas dos autores, não há como deixar de destacar a predominância desse projeto no segundo período isebiano situado entre os meados e o final da década de 1950 (TOLEDO, 1997).

De um lado, não se pode deixar de reconhecer que, nos anos de otimismo em que o governo juscelinista colhia as mudanças quantitativas e qualitativas da economia brasileira, o desenvolvimentismo estreitava os laços entre os dois discursos. De outro, é notório que as mudanças se acentuavam na medida do fortalecimento do discurso nacionalista impulsionado pela generalização da crise econômica e política da fase final do auge desenvolvimentista, no final dos anos 1950. Ainda que não se identifique

claramente uma reorientação sistemática no sentido da crítica ao governo Kubitschek¹²⁹, pode-se verificar uma tendência nesse sentido expressa em teses de cunho nacionalista. Como mostra da importância do nacionalismo na configuração ideológica do grupo, pode-se destacar a saída de Helio Jaguaribe do Instituto em 1958, ocasionada pela recepção negativa de seu livro por setores nacionalistas tanto dentro como fora do ISEB, marcando um momento decisivo na instituição (TOLEDO, 1997).

Nesse livro, Jaguaribe declara sua pretensão de sistematizar o nacionalismo brasileiro enquanto projeto de desenvolvimento. O argumento que imprime uma visão bastante particular sobre o nacionalismo brasileiro é a definição do nacionalismo como um *fim*, ou seja, na identificação dos fatores que definem uma posição nacionalista, dá destaque ao objetivo final do desenvolvimento como linha divisória entre esse ponto de vista e o que define como *cosmopolitismo*. O que está em jogo, em sua definição de nacionalismo, é antes a preocupação com o desenvolvimento brasileiro que a defesa do caráter nacional dos *meios* utilizados para o desenvolvimento. É desse modo que abre espaço na argumentação para a justificativa da participação direta do capital estrangeiro em alguns setores, como o petroquímico e o de financiamentos, sendo, nesse último caso, como participação minoritária e indireta. Afirma também se tratar de uma tentativa de superar o *radicalismo nacionalista*, que seria prejudicial, oferecendo soluções para a aplicação e para a canalização do capital estrangeiro para o desenvolvimento brasileiro. Isso somado à proposta de potencialização da exportação, de seleção das importações, de maior emprego dos recursos naturais, de compressão do consumo que exprime o caráter do enfoque na ampliação das condições para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

¹²⁹ Para Caio Navarro de Toledo (1997), não houve a formulação organizada e homogênea de uma crítica ao governo juscelinista, contudo, chama a atenção para indícios revisionistas e levariam ao declínio da força da orientação desenvolvimentista no Instituto no final da era Kubitschek, como é o caso do livro *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil* de Wanderley Guilherme. Para Pécaut (1990), a trajetória do ISEB se resume pelo início nacional-desenvolvimentista, passando pelo nacionalismo populista e ingressando, finalmente, em uma fase nacionalista marxista.

Sendo um dos personagens da rejeição a esse livro de Jaguaribe¹³⁰, Guerreiro Ramos procura, após sua saída do ISEB, não apenas marcar sua posição nacionalista, mas tal como observado em Jaguaribe, acredita ser o porta-voz de uma versão sistematizada e genuína do nacionalismo brasileiro. Para isso, parte também da caracterização do pólo antagonista do nacionalismo, ou seja, o que na linguagem comum do período se denominava *entreguismo*. Em suas palavras, o entreguismo se caracterizava pela falta de credibilidade na capacidade do povo brasileiro e dos recursos internos do país em dinamizar o desenvolvimento e pela defesa da aplicação de capitais estrangeiros, em especial dos Estados Unidos, justificada pela inevitabilidade dessa necessidade. O verdadeiro nacionalismo, aquele que responderia aos desígnios da emancipação nacional, é defendido por ele como sendo aquele que, além de negar todas as proposições “entreguistas”, encampasse um movimento em prol daquele objetivo. Dialogando diretamente com Jaguaribe reafirma a importância do nacionalismo e da emancipação nacional como condições para o desenvolvimento.

O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos. Somente organizando-se como personalidades nacionais podem ingressar no nível da universalidade e da civilização. **O nacionalismo não é fim. É meio.** Certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional. Não sabemos dizer que pretensões terão no futuro. Mas inéditas serão as formas de integração e convivência mundial quando todos os povos tiverem satisfeito as suas reivindicações nacionalistas. Nós, povos periféricos, não atingiremos aquelas formas sem nos constituirmos em personalidades nacionais soberanas. (RAMOS, 1960 [1959], P.226, grifos meus).

Finalmente, como recurso para a interpretação dos projetos políticos a partir do contexto desenvolvimentista, vale destacar outra referência importante do período que é a proposta da esquerda brasileira. De certa maneira é possível aproximar o projeto da esquerda da perspectiva desenvolvimentista, atribuindo-lhe

¹³⁰ Essa rejeição não se restringiu ao debate teórico, constituindo uma campanha pela expulsão de Hélio Jaguaribe que contou com o apoio da UNE (PÉCAUT, 1990)

tanto participação na composição do discurso desenvolvimentista quanto momentos de aproximação com as tendências desenvolvimentistas governamentais. Isso porque a esquerda estabeleceu não apenas diálogo direto com as correntes desenvolvimentistas e nacionalista como também elaborou teses fundamentais para o léxico do período. Em se tratando do projeto político propriamente dito defendido pelo Partido Comunista (PCB) pode-se destacar seu caráter reformista impresso tanto na aposta em uma aliança com a burguesia nacional para a consolidação de uma Revolução Nacional, de cunho Capitalista, como etapa fundamental para a Revolução Socialista, como na definição dos adversários de luta, corporificados nas figuras do *Imperialismo* e do *Latifúndio*. Nesse sentido, a pauta da esquerda brasileira fica assentada na luta pela Reforma Agrária¹³¹ e pela Emancipação Nacional¹³². As fundações desse projeto podem ser encontradas na proposta oficializada pelo VI Congresso da Internacional Comunista de 1928 para os países coloniais sendo, no Brasil, corroborada pela *Declaração de Março* de 1958 do PCB¹³³ (DÓRIA, 1998; FREDERICO, 1998).

Além dessa perspectiva, que aproximava o discurso esquerdista do desenvolvimentista em vista de sua proposta de Revolução Nacional enquanto consolidação do capitalismo nacional, as teses divulgadas pela esquerda brasileira se caracterizam pela defesa do Nacionalismo. Dessa forma, pode-se reconhecer referências a questões como *emancipação nacional*, *imperialismo/colonialismo*, *capital estrangeiro* tal como observado no discurso nacionalista isebiano¹³⁴. Essas teses podem ser largamente identificadas em

¹³¹ A problemática da Reforma Agrária é fundamental nesse período na medida em que constitui um dos focos da luta da esquerda. Contudo, em vista da complexidade e amplitude que a temática adquire nos debates no seio da esquerda brasileira no período, sobretudo no que diz respeito ao caráter feudal ou não de nosso setor agrário e à definição dos moldes da Reforma Agrária, essa questão não será aprofundada nesse trabalho.

¹³² Nas palavras de João Quartim de Moraes, o PCB era representante de uma interpretação majoritária, embora não unânime, da maneira pela qual o país chegaria ao Socialismo (MORAES, 2000, p.158).

¹³³ Para Moraes (1998), o embrião desse programa já pode ser notado no IV Congresso do PCB de 1954.

¹³⁴ Em entrevista concedida à Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliverira (1995), Guerreiro Ramos relata certo “namoro” com o Partido Comunista e como era reconhecido por alguns como

artigos publicados na *Revista Brasiliense* que, apesar de sua relativa independência do PCB, é caso exemplar da manifestação de um projeto nacionalista de esquerda (MOTA, 1980). Em artigo de 1958, que trata diretamente sobre o problema do emprego do capital estrangeiro no país¹³⁵, Heitor Ferreira Lima deixa claro que a questão já é uma das preocupações da revista desde seu início, conquistando espaço permanente no decorrer dos anos, o que demonstra a sua importância. O posicionamento do autor sobre o tema parte de uma crítica comum do pensamento Nacionalista, ou seja, a oposição à Instrução 113 da SUMOC usada freqüentemente pelo governo Kubitschek para atração do capital estrangeiro no país e que era reconhecida como a grande vilã da desvalorização dos interesses nacionais. Com isso em vista, defende a utilização de capitais estrangeiro em forma de investimentos e o controle sistemático dessa aplicação no sentido de resguardar os interesses nacionais. Partindo do mesmo pressuposto que rejeita a tese da vinculação dos investimentos estrangeiros aos interesses nacionais, Caio Prado Jr se opõe claramente à instalação de empresas estrangeiras como alternativa para a formação de capitais nacionais, dando ênfase à importância da resolução da questão do controle da remessa de lucros. O nacionalismo expresso nas linhas de seus artigos na revista coloca como alvo um projeto de industrialização em bases nacionais¹³⁶. Outro colaborador assíduo da revista e membro do PCB, Elias Chaves Neto, também deixa sua contribuição em defesa do nacionalismo. Aqui, figuram as teses da entrada de capitais estrangeiros por via de financiamentos ao governo e da possibilidade de empréstimos internacionais para as empresas estatais de base¹³⁷, bem como uma crítica ao investimento direto e sem controle do capital estrangeiro facilitada pela Instrução 113. Nesses três autores é possível identificar um programa geral que

comunista. Além disso, como já foi indicado, há a abertura de artigos e resenhas sobre livros de Guerreiro Ramos na *Revista Brasiliense*.

¹³⁵ “Capitais estrangeiros e interesse nacional” (LIMA, 1958).

¹³⁶ Essa perspectiva pode ser observada nos artigos “Capitais estrangeiros e capitais nacionais” (1958), “Nacionalismo e desenvolvimento” (1959) e “Panorama da política brasileira” (1961) e “Perspectivas da política progressista e popular brasileira” (1962).

¹³⁷ Nesse caso, podem-se citar os seguintes artigos: “Polarização das forças” (1959), “Jânio Quadros” (1961).

inclui a ampliação da industrialização brasileira, a emancipação nacional, a Reforma Agrária, a participação do Estado, o controle da entrada dos capitais estrangeiros e, em especial, a melhoria das condições de vida da população¹³⁸. Essa última dimensão programática estabelece o diferencial do discurso de esquerda frente ao tecnicismo do discurso desenvolvimentista.

Mesmo tendo em vista a possibilidade de aproximação de ambos os projetos por meio da proposta comum de consolidação do capitalismo brasileiro, pode-se perceber que, no caso do discurso desenvolvimentista, que também envolve parte do discurso nacionalista isebiano, a centralidade dos critérios econômicos de definição do desenvolvimento e de seu projeto acabam por protelar os benefícios sociais do desenvolvimento para o momento em que esse estivesse plenamente consolidado¹³⁹. As proposições de sintonização do desenvolvimento nacional com a qualidade de vida das classes desfavorecidas aparece na esquerda, sendo cada vez mais acentuada na medida da crescente radicalização e esquerdização do início dos anos 1960. Isso também levando-se em conta a atribuição de papel primordial do proletariado na luta pela emancipação nacional e a perspectiva da Revolução Socialista que está sempre em seu horizonte. São essas, portanto, as bases do projeto da esquerda brasileira do período que, ao lado do desenvolvimentismo e de outras vertentes do nacionalismo compõem referência fundamental enquanto projeto de desenvolvimento do período.

Se por um lado, a proposta de Guerreiro Ramos pode ser analisada tendo em vista sua vinculação direta com o ISEB, que como já foi dito é uma das referências obrigatórias em termos de projeto desenvolvimentista e nacionalista, no caso de Florestan Fernandes a associação com aquelas referências pode ser

¹³⁸ Além dos já citados, essas teses podem ser encontradas nos artigos: “A política brasileira” (1956); “O desenvolvimento econômico e o problema da capitalização” (1961a) de Caio Prado Jr; “O espectro da crise” (1958); “A etapa nacionalista” (1959); “Frente de libertação nacional” (1962) de Elias Chaves Neto.

¹³⁹ Aqui se inserem as propostas de Guerreiro Ramos (1958) e de Hélio Jaguaribe (1958) no sentido da canalização dos esforços na promoção do desenvolvimento econômico para uma mudança estrutural a partir da qual as implicações sociais seriam uma consequência. Em Vieira Pinto (1956), também está presente essa idéia da vinculação dos problemas da sociedade à fase pela qual está passando.

apreendida de forma indireta. Isso não apenas porque não há aquela vinculação institucional direta com as principais instituições envolvidas no debate, mas também porque a preocupação com uma linguagem estritamente sociológica¹⁴⁰ torna a identificação de um projeto político de desenvolvimento menos transparente. Contudo, é possível identificar certos elementos que permitem uma visão mais ampla de um projeto de desenvolvimento para o Brasil dos anos 1950 e início de 1960. Como resultado dos princípios metodológicos descritos nos Capítulos I e II, Florestan Fernandes deixa explícito seu projeto para a realidade brasileira. Em termos de projeto nacional, o foco consiste na construção do que denomina *Ordem Social Democrática*. Segundo ele, as bases dessa nova ordem social, ou como sustenta, desse novo *padrão civilizatório*, seriam fundadas a partir de uma mudança estrutural na sociedade cuja chave se encontra no plano cultural e comportamental. De maneira mais específica, Florestan Fernandes está centrado nas potencialidades reconstrutoras da passagem do Brasil Tradicional para o Brasil Moderno. Para isso, o sociólogo toma como referência os processos de *racionalização* e *secularização* ocorridos na Europa e seus desdobramentos que culminaram na consolidação da *Moderna Civilização Ocidental*. Tal como observado no Capítulo II, essa compreensão do processo de *mudança social* Sociedade Moderna, denominado *Mudança Social Espontânea*, é fundamental para a interpretação do impulso de modernização brasileiro, segundo ele, iniciado com a Abolição da Escravatura. Trata-se de uma mudança de caráter estrutural pois, para ele, a capacidade de avaliação crítica, racional, dos indivíduos engendra transformações no âmbito institucional, político, econômico e social de forma a ter implicações no próprio sistema social como um todo¹⁴¹.

É aí que se insere a fundamentação do *projeto de desenvolvimento* de Florestan Fernandes referido, ou seja, o estabelecimento da modernidade

¹⁴⁰ No caso de Guerreiro Ramos, apesar de sua preocupação com a construção de uma sociologia brasileira e por isso se concentrar numa proposta de cunho teórico, a referência direta ao nacionalismo e a problemas específicas sobre questões candentes do debate desenvolvimentista permite uma compreensão mais evidente de seu projeto político.

¹⁴¹ Trata-se de um ponto de vista bastante próximo à visão de desenvolvimento de Parsons na qual são foco central para a análise da constituição das sociedades modernas, o processo de generalização de valores modernos (PARSONS, 1974, PIAGET, 1970).

brasileira colocada nos termos de uma Ordem Social Democrática. Em plena consonância com o projeto do Iluminismo Racionalista¹⁴², mas, chamando a atenção para as limitações do próprio liberalismo em relação à consolidação desse projeto, Florestan Fernandes toma como modelo um tipo de *ordem social* no qual a racionalidade é fator determinante no *controle social* realizado pelos cidadãos. Essa seria a chave do caráter democrático do projeto em detrimento de qualquer forma de totalitarismo que poderia estar associado a essa idéia. Dessa forma, lembrando a tentativa de Mannheim de desvinculação do pressuposto do Planejamento de uma perspectiva totalitária, define esse elemento democrático em função da idéia de incorporação da *racionalidade*¹⁴³ em toda a sociedade que, de acordo com a argumentação, permitiria aos indivíduos, também dotados de capacidade de avaliação crítica e racional, deliberarem sobre os destinos da sociedade, tal como previsto na noção de *Mudança Social Provocada*. Para isso, a proposta de Florestan Fernandes vai além do individualismo e do racionalismo liberais buscando, na linha de Mannheim, uma associação desses princípios a outros nos quais a idéia de *controle social* é essencial. Como se pode notar, aqui se mostra esboçado num plano geral um projeto que envolve a conquista da cidadania, característica de uma Revolução Burguesa. Como já foi dito, colocam-se também os limites de uma organização social em moldes liberais por meio da proposta de um controle racional dessa mesma realidade e a possibilidade de

¹⁴² Esse projeto iluminista consistia no pressuposto segundo o qual o indivíduo se emanciparia através da razão, ou seja a partir de um processo de *autoconsciência* (HABERMAS, 1990; ORTIZ, 1989; TAMARIT, 1999). Vale lembrar que, mais tarde própria sociologia se autodefinirá enquanto *autocosciência* da sociedade (IANNI, 1988). Essa definição, como já foi visto, figura nos trabalhos de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos no período considerado.

¹⁴³ Nas palavras de Mannheim: "...vemos também aqui que a fonte da racionalização pode ser claramente determinada e que realmente a força que cria em nossa sociedade as várias formas de racionalidade vem da **industrialização como forma específica de organização social**. A industrialização crescente, na verdade, implica na **racionalidade funcional**, isto é, na organização da atividade dos membros da sociedade em função de **finalidades objetivas**. Não promove, nas mesmas proporções. A "racionalidade substancial", ou seja, a capacidade de agir com **inteligência** numa determinada situação à base da **percepção própria da inter-relação dos acontecimentos**" (MANNHEIM, 1962, p.68, grifos meus). Na formulação da idéia de *Ordem Social Democrática* enquanto projeto nacional, Florestan Fernandes sofre uma forte influência de Mannheim, ou seja, um autor que tem como ponto de partida a crítica ao liberalismo (que seria, a seu entender, a causa da crise alemã do entre guerras) e a oposição aos regimes totalitários, em vista da ascensão do nazismo (o que fundamenta uma visão de ordem social de caráter democrático, mesmo em função de determinada concepção de "controle social" - MANNHEIM 1962 [1950], 1972 [1946]).

emancipação individual por meio da razão. É dessa simbiose que Florestan Fernandes estabelece os moldes de sua almejada Ordem Social Democrática instrumentalizada pelo Planejamento Democrático.

Como intervir na organização da personalidade e preparar o homem para viver em uma sociedade secularizada e planejada? Essa é uma questão que está na base de todos os problemas práticos a serem enfrentados no campo da Sociologia Aplicada. De um lado, é preciso indagar como desenvolver no homem conhecimentos e capacidades que favoreçam seu ajustamento ativo às condições de transição e de crise social, com que nos defrontamos no presente. (...) De outro lado, o estado incipiente desses processos não nos deve impedir de indagar quais são os requisitos intelectuais da preparação para a vida numa sociedade em que prevaleçam os modelos racionais de pensamento, a planificação e a ética baseada na concepção científica do mundo. (...) O sucesso das reflexões práticas, nesta esfera, é essencial, porque ele irá determinar, de modo profundo e extenso, até que ponto a intervenção racional continuará a ser representada como **valor social**, em nossa civilização, e qual será o destino reservado à sua utilização socialmente construtiva pelo homem (FERNANDES, 1960, p.147, grifo do próprio autor).

A ação do Estado

A idéia de participação do Estado no processo de desenvolvimento é ponto comum no pensamento progressista e isso é acompanhado efetivamente por uma crescente intervenção estatal nas atividades econômicas que se processa desde os anos 1930. As variações, que expressam determinada afinidade com os projetos em disputa no cenário político-social, se colocam, de maneira geral, a partir da definição do enfoque sobre o qual a ação do Estado deveria incidir. Além disso, entram, nessa dimensão da análise as referências diretas à ação dos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964) como forma de definir um posicionamento político frente à situação governamental. No âmbito do pensamento nacional-desenvolvimentista, essa idéia está diretamente relacionada

às propostas de planejamento econômico e de empresariamento estatal, sobretudo no setor de indústrias de base. Isso em contrapartida à versão moderada desse desenvolvimentismo encontrada entre os “desenvolvimentistas do setor privado” e os “desenvolvimentistas do setor público não-nacionalista” e ao oposicionismo da perspectiva neoliberal. Em se tratando do pensamento de esquerda, a defesa da ação estatal é bastante contundente sobretudo no que diz respeito ao papel dos empreendimentos estatais, ao controle da participação do capital estrangeiro e à garantia de melhores condições sociais no campo e na cidade (BIELSCHOWSKY, 2004).

Tendo em vista um projeto social pensado nos termos de uma *Mudança Cultural Provocada*, tal como observado anteriormente na argumentação de Florestan Fernandes, a fundamentação de uma ação incisiva do Estado nesse processo está diretamente relacionada não apenas à idéia de Planejamento Democrático de linha mannheimiana, mas à capacidade de garantir as condições sócio-culturais que o estruturam. Sobre esse aspecto, vale destacar que a definição de *Moderna Civilização Ocidental* na qual Florestan Fernandes se fundamenta para a interpretação e projeção da sociedade brasileira é correspondente a de *Moderna Civilização Científica e Tecnológica*, o que expressa a centralidade da ciência e da tecnologia na constituição desse tipo de sociedade (FERNANDES, 1960). Isso permite, mais uma vez, ao autor tomar seu projeto a partir das tendências que fazem parte da própria concepção de sociedade moderna e defender a necessidade de intensificação e expansão das mesmas. Dessa maneira, a idéia de Planejamento Democrático incorpora os resultados desse processo de alargamento do papel da ciência e da tecnologia na vida social, sendo entendido como o uso de *técnicas sociais*¹⁴⁴ de *controle* de modo “consciente e deliberado” pelos membros da sociedade.

Em outras palavras, isso significa que o projeto de Planejamento Democrático proposto por Florestan Fernandes pressupunha determinado avanço

¹⁴⁴ “...conjunto dos métodos que visam a influenciar o comportamento humano e que, quando nas mãos do Governo, agem como meios especialmente poderosos de controle social” (MANNHEIM, 1973, p.14)

do racionalismo a ponto de a racionalidade científica permear todas as esferas da vida social, inclusive aquela a partir da qual todos os indivíduos poderiam intervir na organização da sociedade. Esse papel da ciência na vida social será a justificativa do empreendimento de sistematização das noções de Sociologia Aplicada e de Papel da Sociologia que Florestan Fernandes realiza no período. A sociologia entendida como *autoconsciência científica da sociedade* ganha, na argumentação, status de conhecimento indispensável ao progresso social uma vez que dela dependeria a identificação dos problemas e das tendências sociais no sentido da reconstrução social, sobretudo no que diz respeito à expansão do comportamento racional e sua função no desenvolvimento da sociedade tal como analisado no Capítulo I. É sobre esse pressuposto que o autor assenta a idéia de um Estado *racional* capaz de equalizar e gerenciar os conflitos da arena política por meio de *técnicas racionais de controle*, sobretudo no que dizem respeito aos resíduos tradicionais e conservadores do comportamento social e político. Também não é a toa a ênfase sobre a canalização da ação do Estado para os setores que pudessem operar efetivamente a reconfiguração cultural da mentalidade do homem comum. Dessa maneira, a educação adquire papel fundamental e passa a ser entendida como parte da proposta de uma democracia política¹⁴⁵.

Nesse caso, figura a idéia de uma capacitação do cidadão para uma ação democrática. O termo utilizado por Florestan Fernandes é de *adestramento* e, nessa proposta, a *educação* adquire papel central. Aqui, entra a concepção de intervenção do Estado com finalidade de criar as condições necessárias ao estabelecimento de uma sociedade democrática e de, sobretudo, ampliar tais condições para a realização plena desse tipo de sociedade. Assim, o que, nas palavras do autor corresponde à *educação para a democracia* contribuiria para a superação dos obstáculos sócio-culturais que, nesse caso, está ligada à esfera

¹⁴⁵ Essa perspectiva também pode ser observada na conferência “Existe uma crise da democracia no Brasil?” de 1954 (FERNANDES, 1979). Nesse texto, a proposta de consolidação de uma *ordem social democrática* também está associada a uma educação política desempenhada pelo sistema educacional e pelos partidos políticos.

política. Tal perspectiva se coaduna com os pressupostos do autor acerca do papel da educação no projeto de Planejamento Democrático. Por isso, apesar de ser enfatizada nos textos que tratam diretamente da temática da educação, essa é uma problemática constitutiva da própria noção de Planejamento Democrático¹⁴⁶. Dessa maneira, a vinculação entre Educação e o Projeto de Desenvolvimento proposta por Florestan Fernandes é fundamental na compreensão do sentido que a questão da democracia adquire naquele projeto.

Esse enfoque do desenvolvimento a partir da idéia de uma mudança de caráter cultural se desdobra no contexto de revisão teórica dos anos 1960, momento em que as questões diretamente relacionadas à crítica ao desenvolvimentismo e aos reflexos políticos e sociais desse tipo de política aparecem de forma mais específica. Nesse momento, ainda é possível identificar um projeto de *controle racional* da realidade por meio do Planejamento Democrático que tem como pressuposto a intervenção do conhecimento científico no processo social no sentido da superação dos descompassos entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento cultural, ou moral, da sociedade brasileira. Nesse contexto de propostas de *Reformas de Base*, Florestan Fernandes reafirma o *papel* da Sociologia formulando *mudanças de base* fundamentais para a sociedade brasileira. As *mudanças de base* propostas e que demonstram os focos de sua proposta de desenvolvimento correspondem, então, à atuação da educação escolar¹⁴⁷ e da propaganda, para estimular a capacidade de escolha racional dos indivíduos; ao estabelecimento de veículos de canalização do comportamento coletivo, para viabilizar aquelas escolhas; ao desenvolvimento de mecanismos de controle do poder institucionalizado, para impedir a manipulação dos interesses coletivos; ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da educação, para garantir o uso e a criação das técnicas sociais

¹⁴⁶ Para Mannheim - que, como já foi visto, é uma influência bastante importante para Florestan Fernandes nos anos 50 e início dos anos 60 - a escola é um agente propulsor de mudanças sociais já que age diretamente no comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, ela é fundamental na divulgação de valores democráticos baseados em noções como as de cooperação e interesses coletivos (MANNHEIM, 1972 [1946]).

¹⁴⁷ Vale lembrar que no final dos anos 50 Florestan Fernandes participa da Campanha de Defesa da Escola Pública (MAZZA, 1997; ROMÃO, 2003)

necessárias para uma sociedade planejada; e, por fim, ao desenvolvimento de meios democráticos de mudança social, para garantir o *equilíbrio dinâmico* da sociedade (FERNANDES, 1976). Como se pode perceber, essas propostas se colocam mais uma vez nos termos de um padrão de integração entendido como generalização e institucionalização de padrões de comportamento de caráter democrático, corroborando o projeto de ampliação do alcance das conquistas de uma Revolução Burguesa capaz de superar o estado de desequilíbrio causado pela tensão atraso/moderno.

O fortalecimento e a expansão de padrões democráticos de comportamento social constituem o principal requisito para o crescimento econômico e para o desenvolvimento. Em maior ou menor grau, tanto nas camadas dominantes, quanto nas camadas populares e intermediárias, a ausência ou a inconsistência de convicções e de identificações altruísticas, cívicas e patrióticas são nocivas para a coletividade e prejudiciais às manipulações construtivas do comportamento coletivo. A solidariedade existe e opera em planos restritos, como acontecia no seio das parentelas, no “antigo regime”, ou apenas se atualiza, em escala societária, em fases de crise social. Aquelas convicções e identificações ainda não se polarizaram, extensa e fortemente, nas diferentes obrigações explícitas e implícitas forjadas pela ordem nacional democrática. Desse ângulo, a reintegração normal do sistema social depende de uma revolução nos *mores*, que promova a expansão de padrões novos de solidariedade, com as respectivas polarizações ideológicas, de lealdades e de valores sociais. (FERNANDES, 1976, P.280-281)

De maneira mais específica, esse contexto de revisão crítica também se expressa na avaliação da capacidade do Governo brasileiro em garantir a realização desse projeto. Dessa forma, os moldes de apreciação do desenvolvimentismo do governo Kubitschek são postos tendo em vista o alcance da aplicação do planejamento que, como foi visto, não se restringe à área da economia, como é comum no contexto desenvolvimentista, mas, sim no que compreende como aplicação de técnicas de controle social gerenciadas democraticamente. De maneira geral, isso significa que, para Florestan Fernandes, o caráter progressista de um governo somente se revelaria na medida em que

garantisse aquela generalização dos princípios *racionais* e *democráticos* e, com isso, a superação definitiva dos critérios tradicionais de realização do poder. Será esse o tom do exame do governo Kubitschek que, segundo o autor, apesar de representar um avanço no sentido da transformação da realidade social brasileira, dadas as propostas do Plano de Metas, teria permitido a preservação de traços característicos de uma sociedade de caráter conservador. Nesse caso, a crítica se foca nas contradições e limitações do desenvolvimentismo de JK, colocando no mesmo patamar a ideologia desenvolvimentista e a terminologia característica do grupo isebiano.

...estamos todos francamente egoenvolvidos nos embates que se travam em torno da “aceleração” do desenvolvimento. Contudo, apesar dessa participação ao mesmo tempo emocional e consciente, podemos discernir interesses e valores legítimos, que concorrem efetivamente para o crescimento econômico, para a expansão cultural e para o progresso social, de arranjos que beneficiam somente círculos sociais que se especializaram numa especulação de caráter paradoxal: a exploração dos anseios do desenvolvimento. Fomentam e fortalecem tendências à condenação do *status quo*, pressionam os governos para obterem regalias espantosas e iludem coletividades inteiras sob uma imensa barragem de propaganda sistemática. O fruto final de tudo isso não é o **desenvolvimento autêntico**. Ao contrário, consiste na formação de novos privilégios econômicos, políticos e sociais que só produzem um resultado inovador: a substituição da velha aristocracia rural por uma plutocracia urbana, mais prepotente na manipulação do poder, mais egoísta na defesa de privilégios intermináveis e mais voraz na luta pelo lucro a qualquer preço. O antigo regime sofre golpes profundos. Porém, a alteração do mundo social raramente se processa de forma equitativa e resguardando o bem-estar social. (FERNANDES, 1976 [1962], p.243, grifo meu).

Continua o argumento chamando a atenção para a associação do desenvolvimentismo brasileiro com os interesses do capitalismo internacional enquanto mais um dos legados das forças tradicionais e conservadoras:

O pior é que, atrás dessas ocorrências, operam forças poderosas, instaladas tanto na estrutura nacional quanto na

estrutura internacional de poder. Como no passado era natural a aliança do senhor rural com os manipuladores dos produtos tropicais, no presente é comum a aliança do “empreendedor” do desenvolvimento com os detentores do capital, estejam eles onde eles estiverem e representem eles o que for. Os arranjos que marcam a instalação de indústrias automobilísticas no Brasil ou que se disfarçam através da política de austeridade argentina ilustram cabalmente esses fatos. O que a mudança cultural espontânea oferece, como ponto de partida, representa sob muitos aspectos um saldo severamente negativo. Hoje os efeitos são aceitos com entusiasmo, porque tudo isso parece melhor que a manutenção indefinida do *status quo*. Mas, é inegável que os povos latino-americanos estão pagando um preço extorsivo pelo “progresso” e pelo “desenvolvimento”. (FERNANDES, 1976 [1962], p.243).

Guerreiro Ramos também fundamenta a idéia de ação do Estado nos pressupostos teóricos, sobretudo no que dizem respeito às noções de *fase de desenvolvimento* e de *nacionalismo*. Nesse sentido, propõe uma adequação das instituições brasileiras, sobretudo as políticas, à nova fase de desenvolvimento do Brasil, e a intensificação das tendências de desenvolvimento, sempre nos marcos das condições materiais do país. Para ele, havia um distanciamento entre o Estado e a sociedade que deveria ser superado a partir de um projeto de desenvolvimento da estrutura econômica e de construção da *nação* brasileira. Se o diagnóstico da dissociação entre o Estado e a sociedade se aproxima do realizado por Florestan Fernandes em 1954, a perspectiva da *nação* não é compartilhada pelo sociólogo paulista. Em Guerreiro Ramos, a idéia de *nação* como *sujeito* baseada na Filosofia da Existência, tal como observado no Capítulo II, se desdobra num projeto *emancipatório* com o objetivo de superação da *condição de proletariado* dos países subdesenvolvidos no contexto capitalismo internacional. Nesse sentido, a idéia de realização de um projeto que representasse os interesses da sociedade brasileira é, para o autor, expressa pelo *Nacionalismo*. Dessa forma, a definição de uma ação estatal está diretamente ligada a essa proposta. Não obstante, é nas formulações sobre questões específicas que deixa transparecer a importância dessa idéia.

Trata-se da conquista de um desempenho histórico independente. Esse é o caminho mais árduo e mais eminente. Custa duras penas, mas nada tem de utópico, uma vez que está esboçado objetivamente na vida brasileira na forma do que, em linguagem técnica, se denomina uma **praxis coletiva**, isto é, um comportamento popular comandado por uma motivação concreta. Essa **praxis, fundamento do nacionalismo**, é uma vivência comunitária inexistente em períodos anteriores, que revela e anuncia a constituição de uma **base histórica** para a **emergência do ser nacional**. (RAMOS, 1957a, p.28, grifos meus)

Retomando-se o quadro de revisão crítica da passagem para a década de 1960, somado à conjuntura de sua saída do ISEB, pode-se dizer que esse ponto de vista também se expressa nas iniciativas de Guerreiro Ramos de reavaliação de um projeto nacional. Se, de maneira geral, são as revisões de ordem teórica as representantes de certa nuance identificada nas principais teses do autor, aqui, são os posicionamentos quanto a questões centrais do debate político que exprimem os novos contornos dos projetos e suas respectivas vinculações políticas. Um dos pontos que marcam esse contexto é o exame do desenvolvimentismo posto em prática pelo governo Kubitschek. Em “O controle ideológico da programação econômica”, escrito em 1958 e publicado posteriormente em *O problema nacional do Brasil* (1960), Guerreiro Ramos combina duas ordens de questões para fundamentar essa revisão do desenvolvimentismo, a economia e a política. Mesmo considerando o avanço proporcionado pelo governo Kubitschek no sentido do planejamento da economia, destaca como limite principal do programa de metas o pressuposto da necessidade de suporte do capital estrangeiro. Reafirmando seus princípios nacionalistas, Guerreiro Ramos, aqui, define como critérios de orientação do desenvolvimento o que, em suas palavras, corresponde à *soberania* e à *racionalidade econômica*. No primeiro caso, argumenta que a *racionalidade econômica*¹⁴⁸ no caso do Brasil do limiar dos anos 1960 consistiria na utilização

¹⁴⁸ Para Guerreiro Ramos, essa racionalidade é de tipo *funcional* e não *substancial*, o que significa, em suas palavras, o enfoque no sentido econômico, diferentemente de Florestan Fernandes que procura destacar a dimensão sociológica da definição (RAMOS, 1960, p.186). Para essas definições, ver nota 143.

racional dos recursos internos. Já a soberania teria como fundamento a capacidade de um país em determinar, de forma independente e tendo em vista interesses próprios, seu plano de desenvolvimento econômico. Esses dois parâmetros de discussão também são os pontos centrais da discussão sobre o segundo aspecto, ou seja, as bases políticas do planejamento econômico. É nesse caso que Guerreiro Ramos assenta uma crítica à ausência de sustentação política de um projeto nacionalista, sobretudo no que diz respeito à organização político-partidária. Em outras palavras, a crítica se faz a partir do reconhecimento da fragilidade política das forças nacionalistas expressa no governo Kubitschek e da influência de forças de pressão consideradas anti-nacionalistas e particularistas. Ambos os aspectos se mostram intimamente relacionados na medida em que o desenvolvimento econômico passa a ser compreendido como uma questão política.

O desenvolvimento econômico é atualmente problema político. Sua promoção é ato político. Depende da racionalidade da decisão política, do encaminhamento, deliberado politicamente, dos fatores disponíveis de produção. A tônica do problema se deslocou do aspecto propriamente econômico para o político. Condições recentes, inéditas na história universal transcorrida, mudaram a equação do desenvolvimento. (RAMOS, 1960, p.181)

Pode-se reconhecer aqui um argumento corrente no pensamento nacionalista que consiste na afirmação do Nacionalismo como legítimo representante dos interesses gerais da sociedade brasileira, em geral associado aos interesses populares ou de massa. Como mencionado no capítulo anterior, esse diagnóstico do Nacionalismo enquanto ideologia primordial do desenvolvimento brasileiro e como portador dos interesses da população brasileira não apenas é freqüente no pensamento nacionalista, de esquerda ou não, mas também se associa aos movimentos sociais em ascensão no momento. Essa porta de entrada para a crítica ao caráter não nacionalista do governo JK é perceptível, desse modo, tanto em setores nacional-desenvolvimentistas,

sobretudo aqueles ligados ao ISEB, como de esquerda, ganhando expressão em revistas como a *Brasiliense* e a *Estudos Sociais*.

Além da questão da revisão do desenvolvimentismo por meio da qual Guerreiro Ramos se insere em discussões candentes da pauta política, pode-se citar o argumento que defende uma posição neutralista da política de relações internacionais brasileiras como outra porta de inserção nesse debate. Os argumentos em prol de uma política externa neutralista estão presentes tanto nos trabalhos de Guerreiro Ramos (1960) e Hélio Jaguaribe quanto em artigos de Elias Chaves Neto (1961, 1962) publicados na *Revista Brasiliense*. Essa tese vai de encontro aos pressupostos da necessidade de alinhamento político em relação à guerra fria, sobretudo em proveito dos Estados Unidos e procura sustentar as vantagens de comércio externo com outros países subdesenvolvidos e com os que seguiam a linha socialista. Vale lembrar que a questão também faz parte da agenda da política governamental do momento, sendo colocada em prática pelo governo de Jânio Quadros e compondo o discurso que envolvia as negociações com os EUA durante o governo João Goulart e que tiveram o Ministro da Fazenda San Tiago Dantas como personagem central¹⁴⁹.

Outro alvo de discussões no cenário político que permeia teses no plano intelectual é o governo Jânio Quadros. Na realidade, as interpretações partem do momento que antecede sua posse, ou seja, o contexto das eleições de 3 de outubro de 1960. É conhecido o apoio de setores nacionalistas à candidatura de Marechal Lott e dos laços, ainda que delicados, entre Jânio Quadros e o conservadorismo da UDN (SKIDMORE, 1982). Esse panorama não escapa à Guerreiro Ramos e pode ser observado em entrevista que antecede às eleições, publicada em *A crise do poder no Brasil* (1961). Nela, apesar de não reconhecer em nenhum dos candidatos o legítimo representante do projeto nacionalista que encampa, o sociólogo admite traços nacionalistas e progressistas no currículo

¹⁴⁹ Segundo Skidmore (1988), essa abertura de negociações com os EUA nos termos de uma cooperação dentro dos limites da soberania nacionalista não agradou os setores radicais de esquerda e de direita de forma a constituir um dos fatores que levaram à queda de San Tiago Dantas.

político do candidato Marechal Lott, mas chama a atenção para certa inconsistência de suas propostas e de seu discurso com relação a esse posicionamento ideológico. Por outro lado, identifica na figura de Jânio Quadros um portador de mensagens avançadas em relação ao nacionalismo sem, contudo, deixar de destacar sua vinculação com setores anti-nacionalistas e conservadores. Mais tarde, em prefácio à *Mito e verdade da revolução brasileira*, Guerreiro Ramos faz um depoimento sobre seu posicionamento naquele momento:

Em 1959, o ISEB era um dos aparelhos da campanha em prol da candidatura Lott á Presidência da República. Lutei quanto pude para evitá-la. Em janeiro de 1959, em entrevista a *O Metropolitano (Diário de Notícias, 3 de janeiro de 1960)* dizia: “é uma insensatez transformar o nacionalismo num comitê Lott”; e mais “o dilema Jânio-Lott não reflete as tensões reais do País. É um medíocre dilema.”. E coerente com esses pontos de vista, participei de *démarches* que visavam a fazer candidato o saudoso brasileiro Osvaldo Aranha. Por fim venceu o “dispositivo nacionalista” e, preferindo o que me parecia então o mal menor, tive que, em coluna que mantinha no jornal *Última Hora*, apoiar a candidatura suicida. (RAMOS, 1963, p.11)

Essa visão particular sobre os candidatos, que coloca o autor frente às duas principais tendências políticas em pugna no cenário político-eleitoral brasileiro do início dos anos 1960, é apenas um dos diagnósticos que permitem vincular a análise de Guerreiro Ramos ao contexto político brasileiro do período. Após a vitória de Jânio Quadros naquelas eleições, o autor lança mão de duas teses que serão centrais para sua análise sobre a situação política brasileira: a *crise do poder*, que busca dar conta do que define como a falta de suporte social da política governamental brasileira, e a *crise de representatividade*, que coloca em questão a capacidade dos partidos políticos em portar as forças político-ideológicas em disputa, sobretudo o nacionalismo. No primeiro caso, o autor compreende a situação política do Governo Quadros como expressão de um divórcio entre o governo e as forças políticas, ou seja, de uma condição na qual governa independentemente dos partidos e dos interesses sócio-políticos em

questão. Na realidade, esse é um diagnóstico que Guerreiro Ramos prevê para uma possível vitória de Lott, mas o desdobra para a análise do governo Quadros. Esse cenário é denominado *bonapartismo* pelo autor e consiste no diagnóstico da fragilidade dos laços político-ideológicos e da sustentação político-social de um governo. Guerreiro Ramos também se utiliza da noção de *populismo* para caracterizar um traço marcante da política brasileira que se desenvolveria desde o Estado Novo. Trata-se, segundo ele, de uma prática política calcada na substituição da disputa político-ideológica pela manipulação da opinião pública. Apesar dessa crítica, vale lembrar que a própria idéia de povo enquanto categoria que envolveria todos os setores diretamente relacionados ao projeto de emancipação nacional, portanto, sem privilegiar as contradições de classe, foi apresentada por Guerreiro Ramos anteriormente como forma de justificar o nacionalismo como representante dos interesses do povo brasileiro¹⁵⁰. Por outro lado, aquela incorporação da análise da conjuntura política e de suas tensões coincide com o momento de revisão crítica dos anos 1960 e, nesse sentido, acompanha o empreendimento do autor de destacar a política como centro das indagações e proposições sobre o desenvolvimento brasileiro, o que engloba um diálogo aberto com as tendências políticas sobretudo as progressistas como o PTB e o PCB. De todo modo, mesmo considerando as aproximações do autor com a política populista¹⁵¹, esse diagnóstico do populismo é elemento importante para a compreensão da visão do autor sobre esse fenômeno na política brasileira, principalmente como expressão da relevância do tema no período.

O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar. Em tais condições, a debilidade relativa do incipiente sistema produtivo não permite que as categorias dos trabalhadores tomem parte nas lutas políticas em obediência a programas

¹⁵⁰ *O problema nacional do Brasil* (1960).

¹⁵¹ Além da perspectiva desenvolvimentista do autor que pode ser associada a essa política, vale destacar o engajamento do autor no PTB e a dedicatória ao livro *Mito e verdade da revolução brasileira* de 1963: “Ao saudoso Presidente Vargas, mestre do realismo político, fundador do trabalhismo brasileiro”.

próprios ou diferenciados. Ao contrário, justapõem-se num agregado sincrético, que pode ser considerado como povo em estado embrionário. (...) Com as suas diferentes qualificações, constitui expressão do populismo no Brasil o varguismo, e em suas coordenadas movimentam-se até agora os líderes João Goulart, Jânio Quadros, Tenório Cavalcanti. As condições em que se formaram esses políticos não lhes permitiram atingir o nível da política ideológica, pois nenhum deles representa, com um mínimo de rigor técnico e prático, coerente concepção militante a serviço de camadas sociais definidas. (RAMOS, 1961, p.56-57)

Florestan Fernandes também demonstra interesse pelo tema do populismo¹⁵² chamando a atenção da emergência de práticas demagógicas na política brasileira como um dos fatores de manutenção do poder das classes conservadoras. A demagogia é entendida como prática não democrática de incorporação das camadas populares na política, ou seja, como forma de manipulação do eleitorado por meio de uma liderança que, apesar de sua popularidade, não representa efetivamente os interesses populares. Mesmo considerando certo avanço dessa prática política em relação aos mecanismos característicos do “antigo regime”, dado o atendimento de reivindicações de cunho *populista*¹⁵³, esse quadro é compreendido como um obstáculo ao desenvolvimento da democracia, tanto em termos da dimensão institucional quanto do comportamento político dos cidadãos. Esse diagnóstico da falta de representatividade dos interesses das classes populares e da qualificação do povo enquanto massa manipulável, que também se verifica em Guerreiro Ramos, se insere na discussão de Florestan Fernandes acerca dos obstáculos à consolidação da chamada *ordem social democrática* definida anteriormente,

¹⁵² Não se trata de uma investigação sobre a identificação dos precursores do conceito de populismo para interpretação da realidade brasileira ou de uma avaliação aprofundada sobre a questão, mas de reconhecer a importância na análise sobre a conjuntura política brasileira do período. Uma proposta de análise sobre as interpretações sobre o tema realizada nos anos 1970 é realizada por Décio Saes (1976). Essa análise não reconhece em Guerreiro Ramos e em Hélio Jaguaribe a tese sobre o caráter ideológico do populismo.

¹⁵³ O que também pode ser identificado na argumentação de Guerreiro Ramos.

chamando novamente a atenção para os indícios de manutenção de traços conservadores que sustentam no poder as classes dominantes do “antigo regime”.

De tudo não resta outra coisa senão um fator residual invisível: a função que o demagogo desempenha no solapamento e no retardamento das tendências à democratização da riqueza, da cultura e do poder. Por aí se vê quão caro custa para a coletividade o temos que as camadas conservadoras sentem diante da ascensão política das massas populares. Esse temor compele os únicos círculos mais ou menos aptos para os encargos públicos a agir de forma irracional, servindo a propósitos que divorciam o povo da atuação política responsável e dão origem a males ainda mais graves. Impedindo o desenvolvimento gradual e constante da ordem social democrática, fomentam a perpetuação ou o aparecimento de condições severamente desfavoráveis ao crescimento econômico e ao progresso sócio-cultural na sociedade de classes. (FERNANDES, 1976 [1962, p.255])

Como já indicado, o segundo aspecto da interpretação de Guerreiro Ramos para a análise da situação política brasileira do limiar dos anos 1960 está baseado na idéia de *crise de representatividade* político-partidária desenvolvida em *A crise do poder no Brasil* (1961). Esse é o elemento central da explicação da *crise de poder* expressa pelo *bonapartismo* diagnosticado pelo autor uma vez que constitui o índice da falta de sustentação social do governo Jânio Quadros. Trata-se, segundo ele, da inabilidade das maiores forças político-partidárias brasileiras do momento, a UDN, o PSD e o PTB, em acompanhar as transformações ideológicas geradas na sociedade civil, em especial aquelas diretamente relacionadas ao projeto de emancipação nacional. Por esse motivo, o foco da análise incide sobre os partidos representantes dessa perspectiva, ou seja, o PTB e o PCB, mas sem deixar de reconhecer uma tendência progressista dentro do PSD e da UDN. Os parâmetros da análise podem ser identificados nas funções que o autor delimita como condição para um bom desempenho dos partidos políticos, o que em suas palavras significa proporcionar uma conscientização política, tanto nos termos da compreensão da situação sócio-política quanto das propostas e diretrizes do partido; orientar a ação política e garantir a centralidade

da ação política na definição dos rumos da economia do país. Desse modo, a determinação do nacionalismo como a ideologia representante dos interesses populares e o argumento da emergência do povo no cenário político – que constituem interpretações características do autor no momento – somados aos parâmetros levantados acima são base para uma proposta de renovação do PTB que é o partido considerado pelo autor como o mais legítimo para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Ao partido é atribuída a função de evitar que as pressões populares caíssem na "irracionalidade"¹⁵⁴ e permitir a participação do povo no redirecionamento da política econômica.

Os resultados eleitorais de outubro de 1958 e de 1960 parecem indicar nitidamente que um ciclo inicial de nosso trabalhismo chegou ao fim. Mas existe sem dúvida no País a demanda de um conjunto sistemático de princípios e idéias, hábil para conduzir as massas na luta pela elevação de seus níveis de existência material e não-material. Como ocorrerá o aparecimento desse consistente trabalhismo? Seria desejar que se verifique mediante a regeneração do Partido Trabalhista Brasileiro. Por suas origens e por sua atuação, o PTB merece ser o órgão, por excelência, das aspirações da coletividade trabalhadora do País. Não logrará sê-lo, porém, se esclerosar-se, ou não ajustar-se ao nível de maturidade política das massas obreiras, expresso nos dois últimos pleitos. (RAMOS, 1961, p. 90)

Essa escolha não se esquivava da justificativa da exclusão do PCB como porta-voz dessa ideologia e, para isso, Guerreiro Ramos empreende uma crítica contundente a esse partido e à esquerda brasileira. De maneira geral, essa crítica se insere no contexto revisionista vivenciado pela esquerda a partir da segunda metade dos anos 1950 e que adentrara com bastante força no início da década de 1960 e, por isso, o sociólogo se vê como um dos colaboradores para o movimento de renovação da esquerda brasileira. Esse é um fator importante da argumentação do autor pois mostra sua disposição em se situar em relação à esquerda brasileira, principalmente enquanto divulgador de uma proposta de restauração, sistematização e organização do movimento popular e nacionalista.

¹⁵⁴ Aqui também se insere certa visão de "controle social".

Dessa forma, além daquele esboço traçado para o PTB, que o coloca na vanguarda do movimento nacionalista e que exclui o PCB enquanto representante do mesmo, a resistência em relação à posição pecebista se coloca nos termos da recusa do marxismo-leninismo como teoria revolucionária compatível com a realidade brasileira daquele momento. Contudo reconhece uma luta interna ao partido que poderia engendrar as modificações necessárias para o partido poder defender os interesses da classe trabalhadora¹⁵⁵.

...as esquerdas no Brasil carecem de formular, no domínio da teoria e da prática, uma **posição revolucionária brasileira** que necessariamente transcenderá o Partido Comunista. No domínio do pensamento, verificar-se-á tal superação, já que o seu suporte sistemático não poderá ser o marxismo-leninismo, hoje inteiramente reduzido a uma sofística, de significado universal cada vez mais limitado. O socialismo é atualmente um processo ecumênico, multiforme, cujos interesses não se confundem necessariamente com os da URSS e mesmo com os do chamado "campo socialista". A emancipação de Cuba, da Guiné, de Gana, a luta libertária da Argélia, entre outros, são episódios do avanço mundial do socialismo, consumados fora dos quadros marxista-leninistas. Para a posição revolucionária brasileira, como parte daquelas nações, o marxismo-leninismo é uma ideologia restrita do campo soviético.(RAMOS, 1961, p.109, grifo meu)

Em contrapartida, em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963), na tentativa de propor uma alternativa para o movimento operário e, com isso, de contribuir diretamente com ele por meio de um diálogo com o PCB, o autor se relaciona ambigualmente com a idéia de organização partidária. De um lado, ao procurar definir a Revolução Nacional em termos não marxista-leninistas e, com isso, buscar dar uma nova orientação teórica à esquerda nacional, Guerreiro Ramos direciona uma crítica sobre o papel do Partido na Revolução Russa, ou seja, sobre o protagonismo partidário no processo revolucionário. O afastamento dessa tese que coloca o partido político como referência central do movimento

¹⁵⁵ Vale lembrar que é a partir da "Declaração de Março" (1958) que o PCB reconhece formalmente o projeto de "capitalismo de Estado como antecâmara do socialismo" que culminaria, mais tarde, na cisão partidária PCB/PC do B (BRANDÃO, 1997).

operário se justifica pela defesa de uma proposta revisionista encampada na onda das últimas tendências no seio da esquerda que colocava em questão a Revolução Soviética e o partido Comunista da União Soviética como modelo e enquanto autoridade política e intelectual. Dentro dessa proposta de revisão, Guerreiro Ramos, procura fazer uma releitura de Marx retomando a dimensão social da luta revolucionária e enfatizando o papel dos trabalhadores na mesma, e renegando, por outro lado, a tese do avanço das forças produtivas como condição para a Revolução Socialista. A partir daí, duas consequências teóricas podem ser observadas: a valorização da dimensão subjetiva da luta revolucionária e a reafirmação dos princípios nacionalistas em detrimento dos universalistas. No primeiro caso, destaca-se o nível da consciência individual, existencial em função da qual o movimento revolucionário deveria estar norteado. Dessa forma, Guerreiro Ramos abre espaço para uma proposta de conscientização do indivíduo denominada *atitude parentética*¹⁵⁶ que, para ele, corresponde a uma *teoria revolucionária* voltada para a eliminação da condição de *alienação* do indivíduo frente à determinação social.

Pode afirmar-se que esse antídoto é a atitude parentética. A organização é pressuposto oculto da existência humana. É o veneno do cotidiano, cujos efeitos lesivos passam ordinariamente despercebidos. Somente quando se examina a existência humana do ponto de vista sistemático da organização, é que se pode perceber o quanto nela é patológico disfarçado de normalidade. A atitude parentética transcende a organização, é uma característica destreza da vida culta, de existência superior, ciosa de liberdade, que defende o ser humano contra o embrutecimento, a rotinização mental, a alienação. O homem que, como Bérenger, não se habitua com os rinocerontes é um homem parentético. (RAMOS, 1963, p.149)

Por outro lado, também é possível identificar argumentos de defesa da importância da organização da ação política e isso se torna cada vez mais perceptível na medida em que a argumentação do autor se aproxima de uma

¹⁵⁶ Nessa formulação o conhecimento sociológico aparece com papel fundamental na proposta de uma nova sociedade e de um novo homem.

proposta de emancipação nacional, sobretudo no que diz respeito à ordenação de um movimento revolucionário de caráter nacionalista, tal como sugere para os países periféricos. Nesses termos, a auto-definição do autor enquanto socialista se fundamenta na atribuição de um caráter nacional à Revolução Socialista passando essa a ser sinônimo de um projeto nacional. Coloca-se, então, a importância propriamente dita de uma liderança que permitisse a criação de condições objetivas e subjetivas para a revolução, como procurou ressaltar em *A crise do poder no Brasil* (1961). Sendo reconhecida pelo próprio autor, essa ambigüidade revela mais uma vez a intenção de estabelecer uma crítica direta ao PCB e de não só construir mas também representar uma alternativa socialista, mesmo que para isso tenha tido de abrir mão de argumentos em defesa do protagonismo do PTB, tal como observado em *A crise do poder no Brasil* de 1961. Ao mesmo tempo, centralizando seu foco nas restrições ao internacionalismo do movimento socialista, corrobora as teses nacionalistas que, sob a roupagem de um movimento socialista não conseguem escapar de um projeto nacional.

A causa operária é uma causa mundial. O proletariado mundial tem hoje conjuntamente rica experiência que, mais do que nunca, o habilita ao papel de educador e dirigente do processo histórico. O novo internacionalismo terá de surgir (está surgindo) como expressão livre da contemporânea prática revolucionária das massas obreiras. Lutando por **reivindicações nacionais próprias**, cada movimento operário luta pelo advento mundial do socialismo. O novo internacionalismo resultará de uma institucionalização da solidariedade ativa das massas. Descobre-se hoje necessariamente a internacionalidade da causa operária somente a partir de genuíno **projeto nacional de socialismo**. Todo país onde for coroada de êxito genuína revolução socialista, tem condições de empolgar o apoio das camadas populares de outros países. A realidade mundial contemporânea tende para o socialismo. Por isso o novo socialismo se organizará, não mais a partir de razões de Estado, mas a partir de legítimas conveniências concretas da emancipação dos trabalhadores em cada nação. (RAMOS, 1963, p.126-127, grifos meus)

Contudo, sem deixar a marca de uma nova perspectiva aberta nesse momento de revisão crítica pela chave da subjetividade e que se expressa na proposta de uma nova forma de organização partidária.

Intencionalmente reproduzimos aqui as sugestões de Silone sobre a organização partidária. Não são pormenores secundários. Refletem cabal condenação do “centralismo democrático”, à luz de um conceito de socialismo, cuja restauração se afigura hoje constituir imperativo humanístico. O problema da liberdade não se resolve apenas no plano abstrato dos conceitos. Implica a descoberta e instauração de novas formas de organização, que encerrem possibilidades de existência humana superior. A crítica da organização seria utópica, se conduzisse à hostilidade intransigente contra toda organização. A crítica da organização só é positiva quando inspirada na dialética, e, assim, conclua que os malefícios de determinada forma episódica de organização só podem ser erradicados por outra organização de tipo superior, cuja qualidade será tanto mais elevada quanto mais a consciência parentética participe de sua estrutura. (RAMOS, 1963, p.168-169)

Vale destacar que o diagnóstico sobre a ausência de representação político-partidária do movimento nacionalista também pode ser identificado em um dos canais de expressão das discussões no seio da esquerda brasileira do período, a *Revista Brasiliense*. Nela, Caio Prado Júnior (1956, 1962) argumenta ser esse movimento deficitário de participação política oficial e de mecanismos de formação ideológica das massas populares. Para isso, defende a tese do despreparo das principais lideranças político-partidárias, os partidos PSD, PTB e UDN frente ao que considera como principais problemas da sociedade brasileira do início dos anos 1960, ou seja, a emancipação econômica do país e a reforma agrária (PRADO Jr, 1961b). Mesmo tendo em vista as conhecidas divergências do autor com o PCB, nesse caso específico a crítica se inscreve na denúncia do que o autor entende como um apego do partido ao esquema PSD-PTB herdado do getulismo. Dessa forma, considerando-se que entre os nacionalistas, de esquerda ou não, é comum a idéia de que o nacionalismo é a força política que melhor atende às necessidades da população brasileira, não é de se estranhar as

iniciativas de interpretação das condições de canalização e de concretização políticas de um projeto nacionalista que colocam no centro da questão a fragilidade da representação institucional do nacionalismo, não reconhecendo os setores progressistas como porta-vozes dessa tendência. Ao mesmo tempo, as propostas de superação desse quadro, como forma de adequar a realidade político-institucional brasileira às aquelas necessidades, consubstanciam os diferentes projetos formulados pelos autores com o intuito de conduzir uma realidade entendida como promissora e de grande potencial transformador.

Em Florestan Fernandes, o diagnóstico da política populista como quadro em que se dá o afastamento da política institucional brasileira de uma base social de sustentação também é associada a uma incapacidade dos quadros político-partidários em representar os interesses das diferentes classes populares. Para apreender uma visão particular sobre a concepção da função dos partidos políticos numa sociedade democrática expressa pelo autor, vale a pena retomar a apresentação do autor realizada em 1954 sobre a crise da democracia no Brasil na qual se pode destacar uma análise sobre o caráter e o papel dos partidos políticos no Brasil¹⁵⁷. O processo de constituição do Estado e dos Partidos Políticos aparece como resultado da proeminência dos interesses particularistas das classes dominantes, portanto como obstáculos às tendências democráticas na sociedade brasileira. Em suas palavras, isso compõe um quadro de *demora cultural* expresso pelo desequilíbrio entre a institucionalização das idéias republicanas e o comportamento contraditório das elites com relação aos valores democráticos que estariam na raiz dos ideais republicanos. Aqui, a análise retoma os princípios de determinação cultural dos processos sociais e políticos associados ao estrutural-funcionalismo, apesar da ênfase do autor na análise histórica como fonte de identificação daqueles obstáculos.

Em se tratando dos Partidos Políticos o diagnóstico é o mesmo, ou seja, apontaria um cenário de desintegração funcional e estrutural em relação à

¹⁵⁷ Trata-se de uma conferência apresentada no IBESP em junho de 1954 intitulada "Existe uma crise da democracia no Brasil?", publicada no mesmo ano na revista *Anhembi* e, posteriormente, em *Mudanças Sociais no Brasil* (1979 [1960]).

sociedade. A situação de *atraso*, nesse caso, está pautada na identificação de uma incapacidade dos partidos em canalizar os interesses de cada grupo e, sobretudo, de fazê-los influenciar no processo político, o que inclui uma crítica à ilegalidade do Partido Comunista. Nesses termos, a consolidação da Ordem Social Democrática no Brasil, que se colocava no horizonte de Florestan Fernandes, estaria subordinada a alterações profundas nas funções que estariam desempenhando o Governo e os Partidos. O primeiro na defesa dos interesses da sociedade como um todo e os partidos no controle dessa função do Estado por meio de “diversas modalidades de cooperação e de influência construtivas” e do “adestramento” do comportamento político dos eleitores (FERNANDES, 1979, p.106).

A educação para a democracia começa nas práticas políticas – não termina nelas. Daí as obrigações e as funções especiais que alargam, na sociedade brasileira, a esfera de influência social e de atividade construtiva dos partidos e dos governos. (...) Para corresponder a essas obrigações e funções especiais no Brasil, os partidos e os governos precisam estender seus âmbitos de ação e multiplicar os meios de que dispõem para atingi-las. Os partidos, principalmente, se defrontam com a necessidade de atrair e de educar as massas populares indiferentes à política, em geral, e aos princípios democráticos em particular. (...) Eles precisam atrair e depois educar politicamente os **cidadãos de direito**, que não passam ainda hoje, de **eleitores de fato**. Os governos, por sua vez, se defrontam com problemas que, em outros países, foram resolvidos espontaneamente pela iniciativa isolada mas convergente de indivíduos, grupos e instituições sociais. Entre eles, sobrelevam os que dizem respeito à criação de condições de segurança social e de prosperidade econômica que, na época da formação e de expansão da concepção liberal do mundo, deu origem à democracia nos países ocidentais (FERNANDES, 1979 [1954], p.104, grifos do próprio autor).

Essa importância da formação do cidadão, tendo em vista a capacidade de participação na consolidação de uma sociedade racional e democraticamente dirigida, se mantém apesar das novas incursões que se podem verificar no momento de revisão crítica da passagem para os anos 1960. Esse é

um dos elementos de preservação do pressuposto da transformação de nível sócio-cultural para consolidação de uma sociedade democrática. No caso de Guerreiro Ramos, a ênfase na dimensão político-institucional, característica desse momento de seu pensamento, também se mostra fortemente marcado pelo projeto nacionalista de desenvolvimento econômico já que corresponde ao foco para o qual deve estar voltada a ação política. De todo modo, essa abertura para novas vertentes de explicação e para novas alternativas de concretização de um projeto amplo de transformação social traz para o centro do debate a definição dos atores dessa transformação e, principalmente, da maneira pela qual ela deve se dar.

Reforma ou revolução?

O tema da revolução social é uma constante do período desenvolvimentista brasileiro, podendo ser identificado tanto nas caracterizações sobre a conjuntura vivenciada quanto nas propostas de transformação social. Contudo, reconhecer a importância do tema no discurso do momento não é sinônimo de qualquer consenso a respeito do sentido e do significado com os quais é aplicado nas discussões que se apresentam. Isso sugere uma avaliação mais ampla que contraponha não apenas as idéias de reforma ou revolução, mas que incorpore outros fatores fundamentais para a compreensão dos projetos em questão, ou seja, a definição dos protagonistas, dos requisitos e das condições da transformação e, principalmente, o esclarecimento sobre o tipo de revolução e de reforma de que está se tratando.

De maneira geral, as teses que entendem como revolucionárias as inovações advindas com os processos de industrialização e urbanização tendem a reconhecer a inexorabilidade do processo de modernização brasileiro no sentido da consolidação de uma sociedade de tipo capitalista ou industrial. Desse modo, figura na argumentação a idéia de que o país estaria passando por um momento de sua história cujas transformações seguem um curso se não “normal” pelo menos característico dentro de uma lógica na qual os parâmetros de uma

sociedade capitalista de tipo avançado se colocam como meta. Evidentemente que as prioridades e as exigências variam entre os autores caracterizando as divergências, sobretudo em termos de um projeto de caráter nacionalista, mas isso não exclui a força de atração que a idéia de *desenvolvimento* exerce sobre o universalismo. Nesse caso, além das condições e dos requisitos que definem a situação brasileira como revolucionária, entram em questão os fatores que são considerados primordiais para os projetos propriamente ditos que têm em vista a plenitude do processo revolucionário brasileiro. Ao mesmo tempo, a inclinação para as temáticas da revolução social, do papel das classes sociais, da democracia, está relacionada ao já citado fortalecimento do discurso marxista que se dá ao final dos anos 1950 permitindo, nesse caso, estabelecer o grau de aproximação ou afastamento das teses em relação aos projetos da esquerda brasileira.

Como já foi dito, no ISEB do auge do desenvolvimentismo, figurava um projeto que aliava o desenvolvimento econômico à emancipação nacional e que marcava fortemente as teses que circulavam na instituição. Nessa perspectiva, fica clara a proeminência de teses que associavam as transformações consideradas fundamentais à consolidação de uma Nação soberana e independente. Mesmo com o processo de “esquerdização” vivenciado no Instituto no início dos anos 1960, no qual se observa a valorização do proletariado como força de transformação social, ainda é possível reconhecer traços nacionalistas nas propostas de superação das relações Imperialistas que se colocam como projeto revolucionário. Em Guerreiro Ramos, os pressupostos teóricos levantados durante o desenvolvimentismo isebiano e que são a base de seu projeto de desenvolvimento também alimentam a concepção de Revolução que constrói nesse período. Essa concepção ganha força após sua saída da Instituição no final dos anos 1950 momento no qual se pode observar a caracterização do quadro geral da crise da primeira metade da década de 1960 como uma situação revolucionária. O próprio subtítulo do livro *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira* revela esse ponto de vista a partir do qual

identifica as tendências de uma *Revolução Nacional*. Trata-se do reconhecimento de *condições materiais* que estariam expressas no nível alcançado pelo desenvolvimento industrial brasileiro, e de condições sociais, com base no diagnóstico da emergência do povo como expressão do surgimento de uma *consciência* dos interesses nacionais. Contudo, a concretização da revolução dependeria de uma mudança de ordem sócio-política que, mais uma vez, não abriria mão do pressuposto nacionalista.

Criadas se encontram no Brasil as condições objetivas da revolução nacional. Falta criarem-se as subjetivas. É provável que no presente quinquênio do Presidente Jânio quadros surja momento de intensa fermentação revolucionária. É necessário que, na oportunidade, estejam organizados os quadros capazes de merecer esse momento. Então deverá se cortado o nó górdio do processo brasileiro, ato que, de uma vez por todas, divorciará a nação da antinacão. (RAMOS, 1961, p.17)

Para Florestan Fernandes, a compreensão do início dos anos 1960 como um quadro de revolução social também mantém os referenciais anteriores. A interpretação passa ainda pela definição de mudança social provocada enquanto intensificação de um processo de transformação da mentalidade dos indivíduos no sentido da incorporação da racionalidade e de uma concepção científica do mundo e de sua atuação no processo social. Por outro lado, tal como observado em Guerreiro Ramos, a incorporação do contexto de turbulência intelectual e político, sobretudo no âmbito da esquerda brasileira, se apresenta na definição do momento como revolucionário. Esse tipo de definição é pautado tanto na identificação de reações societárias que buscam participação no processo político, quanto na compreensão do projeto de Planejamento Democrático como uma possibilidade real. Outra forma de inserção no debate se mostra no argumento de Florestan Fernandes segundo o qual o Brasil não deveria procurar passar por todos os caminhos trilhados pela sociedade capitalista nos países avançados. De um lado, esse argumento coloca a valorização da questão da especificidade histórica na perspectiva do autor. De outro, abre espaço para

reiterar as limitações dos efeitos do liberalismo no Brasil. É por meio das conclusões sobre a especificidade do processo de desenvolvimento nacional que o sociólogo justifica a implantação direta do Planejamento Democrático e soluções ainda não aplicadas por aqueles países como proposta revolucionária para o Brasil e a América Latina.

Essas referências mostram que um **novo mundo social** está aparecendo na América Latina. Sob muitos aspectos, ele reproduz os contornos materiais e sociais dos “países subdesenvolvidos” de nossa civilização. Em muitos outros, ele traz consigo um espírito diferente na compreensão de velhas instituições sociais, de direitos fundamentais do homem e da própria natureza humana. Seria necessário dar ênfase a esses aspectos, por assim dizer “peculiares”. (...) Isso nos leva a um desafio específico: se não seria melhor, aos povos latino-americanos, lutar denodada e esclarecidamente por potencialidades dessa civilização que mal foram exploradas pelos “povos desenvolvidos”. Em vez de imitarem um passado morto e um presente incerto, estariam procurando condições de igualdade diante deles, na construção de um futuro que se afigura próximo. (FERNANDES, 1976 [1962], p.284)

Se essas afirmações permitem caracterizar mais uma vez um período de revisão no qual os autores procuram acompanhar as transformações no plano da realidade social e intelectual, elas colocam questões fundamentais para a compreensão do projeto que essas interpretações pressupõem, tais como a definição dos atores da transformação pretendida e do caráter da própria revolução. Ambas as questões dizem respeito a problemas emblemáticos do discurso de esquerda e, dessa forma expressam a importância que esse adquire não só no apontamento de temas e conceitos, mas também na estatura que essa perspectiva alcança enquanto referencial político, ou seja, enquanto projeto em disputa no cenário político-social. Lembrando o clima e as discussões do contexto das Reformas de Base no qual a esquerda adquire papel fundamental não há como deixar de tomá-la como referencial marcante. Em se tratando da definição dos protagonistas do processo revolucionário no discurso da esquerda, pode-se verificar a centralidade das classes trabalhadoras. Ainda que se tenha em conta a

substituição da burguesia pelo Imperialismo e pelo latifúndio como foco de oposição sistemática, e dessa forma, deixando em segundo plano a oposição capital/trabalho, o discurso não foge da definição da luta em termos da perspectiva popular. De um lado, isso se justifica na proposta do PCB de aliança de classes contra o capital estrangeiro e o setor agrário-exportador, mas, de outro, uma tendência de oposição à proposta de aliança com a burguesia nacional pode ser identificada em argumentos que compõe a *Revista Brasiliense* e que questionam a disposição e a capacidade da burguesia nacional em empreender um projeto nacionalista¹⁵⁸. Apesar dessas divergências, a identificação de um projeto nacional como interesse das classes trabalhadoras é um ponto comum nesse discurso.

Em relação ao projeto revolucionário que se pode identificar no léxico da esquerda brasileira a partir do final dos anos 1950, especificamente, é preciso considerar novamente o impacto da crise desencadeada após as denúncias de Krushev e o fim do stalinismo e que culminaram na *Declaração de Março* de 1958 do PCB. Como já foi dito, o modelo de revolução proposto a partir daí tem como característica principal o projeto de emancipação nacional e de consolidação do capitalismo nacional como pré-condições para o socialismo. Nesse sentido, coloca-se como ponto chave a Revolução Nacional como antecâmara da Revolução Socialista. Não é por acaso a grande afinidade desse projeto com a onda dos movimentos de inspiração anticolonial ou anti-imperialista, que marcaram a vida política dos países periféricos no limiar dos anos 1960. Ao mesmo tempo, priorizando a Revolução Nacional em detrimento da Socialista, o PCB, que ainda concentra grande influência na esquerda brasileira, sustenta uma proposta reformista de aliança de classes e não de uma revolução de caráter socialista imediata. Mesmo considerando-se as divergências vivenciadas entre o PCB e os principais colaboradores da *Revista Brasiliense*, é possível identificar a similitudes de projetos em teses defendidas na revista como as propostas de

¹⁵⁸ Esse tipo de argumento pode ser encontrado por exemplo nos textos “O espectro da crise” (1958) e “Capitais estrangeiros e interesses nacional” de Elias Chaves Neto e Heitor Ferreira Lima respectivamente.

desenvolvimento do capitalismo nacional, de melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras e de reforma social e política¹⁵⁹. Pelo que se percebe em ambas as correntes é a prorrogação da Revolução Socialista para um momento posterior ao de uma revolução de tipo capitalista-nacional, ainda que de caráter popular.

Tendo em vista um projeto político de caráter geral, pode-se reconhecer nas propostas de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos formuladas na segunda metade dos anos 1950 elementos característicos de uma Revolução Burguesa. No primeiro caso, encontra-se o pressuposto da racionalização, em contraposição as formas de comportamento de tipo tradicional, como instrumento de realização dos direitos de cidadania e de organização político-social da sociedade brasileira. No segundo, figura um plano de construção nacional com base na constituição de uma economia nacional autônoma. Esse quadro geral se mantém, contudo, no momento de intensificação da crise política, econômica e social do início da década de 1960 e de debate no seio da esquerda brasileira, novas perspectivas são abertas à ala progressista do pensamento brasileiro em relação à compreensão e sistematização do dito processo revolucionário brasileiro. Com ele, emergem os questionamentos que procuram definir os atores que encampariam esse processo. Nos anos 1950, é patente a figura do Estado como elemento chave da condução desse processo, mas sua visão enquanto entidade acima dos interesses das diferentes classes começa a se dismantelar na medida em que se fortalece no discurso a idéia das forças sociais que sustentariam o projeto. Em Guerreiro Ramos, essa nova tendência se expressa em uma crítica à incapacidade da burguesia em liderar um projeto de caráter nacionalista e em uma preocupação em atribuir caráter popular a esse projeto, sobretudo na defesa do protagonismo dos trabalhadores. Contudo, a proeminência de um projeto de cunho nacionalista ainda se mostra bastante perceptível.

¹⁵⁹ Tais propostas podem ser observadas nos artigos “Nacionalismo e desenvolvimento” (1959), “O desenvolvimento econômico e o problema da capitalização” (1961) de Caio Prado Jr. e “Polarização das forças” (1959), “Jânio Quadros” (1961), “Revolução democrática” de Elias Chaves Neto.

Ocorre, entre nós, que os círculos conservadores não estão suficientemente minados em suas bases e destituídos de meios para não poderem repelir, com eficácia, ameaça grave aos seus interesses essenciais e, por outro lado, não existe liderança capacitada para fazer da revolução um fato nacional, manifestação coletiva do povo brasileiro, configuradora de novo poder. A revolução, no Brasil de hoje, é idéia-força não é processo político orgânico. Por isso, os revolucionários podem ter êxito como personalidades isoladas, mas não como expressão de um comando da revolução, nacionalmente unificado.

(...) são necessárias alterações no pacto do poder que possibilitem decisões subseqüentes do Estado, mediante as quais o desenvolvimento do País não pode prosseguir.

Convém advertir que transação não equivale a conciliação. O Brasil de hoje atingiu a um estágio de sua história, marcado por um conflito (...) entre o esforço nativo de acumulação de capital e os titulares do latifúndio pré-capitalista, bem como do capital estrangeiro responsável pela exploração predatória de nossos recursos. Em tais condições, a transação de que se fala aqui, tem por substrato a união nacional, sem prejuízo, sem prejuízo, aliás, da luta de classes no interior desse dispositivo solidário, para efeito de **emancipação geral do povo brasileiro**. (RAMOS, 1963, p.190-191, grifo meu)

Já em Florestan Fernandes, o enfoque de sua proposta de Planejamento Democrático no suporte social o leva a uma crítica à burguesia brasileira nos termos da falta de adesão a um projeto social amplo. Por outro lado, apesar da identificação de pressões sociais por reformas que poderiam expressar a contrapartida das classes populares, há o diagnóstico da ausência de um movimento popular consistente, organizado e com força política suficiente para protagonizar uma revolução. Dada a ausência de um protagonista de caráter revolucionário, tanto em relação às possibilidades de uma Revolução Burguesa quanto de uma Revolução Socialista, fica justificada a proposta de equalização dos conflitos visando um projeto que está acima de interesses particulares.

O fortalecimento e a expansão de padrões democráticos de comportamento social constituem o principal requisito para o

crescimento econômico e para o desenvolvimento social. Em maior ou menor grau, tanto nas camadas dominantes, quanto nas camadas populares e intermediárias, a ausência ou a inconsistência de convicções e de identificações altruísticas, cívicas e patrióticas são nocivas para a coletividade e prejudiciais às manifestações construtivas do comportamento coletivo. A solidariedade existe e opera em planos restritos, como acontecia no seio das parentelas, no “antigo regime”, ou apenas se atualiza, em escala societária, em fases de crise social. Aquelas convicções e identificações ainda não se polarizaram, extensa e fortemente, nas diferentes obrigações explícitas e implícitas forjadas pela **ordem social democrática**. Desse ângulo, a **reintegração normal** do sistema social depende de uma revolução dos *mores*, que promova a expansão de padrões novos de solidariedade com as respectivas polarizações ideológicas, de lealdades e de valores sociais. Enquanto essa revolução não se der, os homens estarão mais ou menos despreparados para o crescimento econômico, especialmente nos modelos aspirados. Seus alvos construtivos continuarão a ser postos no plano imediatista, das compensações egoísticas, diretas e tangíveis. (...) Daí resultam anomalias e dificuldades que transcendem o âmbito da normalidade dos processos econômicos numa “**sociedade capitalista**” **politicamente integrada**. (...) Seria importante conjugar iniciativas econômicas com a intervenção deliberada na reconstrução da ordem político-social. A **educação sistemática** permitiria atingir esse fim de modo mais rápido e universal, desde que se procurasse, realmente, ajustar as escolas às necessidades educacionais emergentes e à preparação dos tipos de homem requeridos pela nova ordem econômica, social e política. (FERNANDES, 1976 [1962], p. 281-282, grifos meus)

Dessa forma, o grau de permeabilidade em relação à temática das forças sociais, em especial das populares, é limitado, em ambos os casos, pela proeminência da perspectiva de concretização dos interesses gerais da sociedade, sendo, em um caso, relacionado aos interesses da nação brasileira e, em outro, da instauração do Planejamento Democrático. Esse aspecto é de suma relevância para a compreensão do caráter reformista das proposições e que caracteriza as formulações dos autores já que demonstra o tipo de suporte social

que atribuem ao que seria o processo revolucionário brasileiro da primeira metade da década de 1960. Dessa forma, ainda que se perceba maior atenção às forças populares que se mostra mais fortemente a partir da crise do limiar e do início dos anos 1960, a convocação é ampla, envolvendo todos os setores progressistas no sentido da consolidação de um projeto de caráter geral. Por isso, mesmo tendo em vista as críticas à capacidade da burguesia brasileira em protagonizar o processo revolucionário brasileiro, entendido distintamente por ambos os autores, é possível identificar certo apelo a sua participação que adquire até mesmo um tom de “chantagem” que busca chamar a atenção desses setores para uma escolha pacífica e democrática frente ao aumento das pressões populares que poderiam chegar a proporções incontroláveis.

O que se faz, agindo-se e pensando-se conforme tais inspirações, é abrir um vulcão incontrolável no seio da vida social organizada. As influências inovadoras, continuamente represadas e comprimidas, não encontram formas pacíficas e construtivas de elaboração espontânea disciplinada. Se a situação não se alterar, com o tempo terão de explodir num clima de violências, arrasando as camadas e círculos sociais obnubilados por interesses estreitos, mas destruindo, também, elementos da tradição cultural que poderiam ser preservados.

(...) Ostenta-se uma adesão aparentemente leal e faminta ao progresso. Professa-se, porém, uma política de conservantismo cultural sistemático. (...) Enquanto isso, as tensões se acumulam e os problemas se agravam, abrindo sombrias perspectivas para o futuro da nação. É patente que os adeptos dessa política estão cultivando, paradoxalmente, uma gigantesca revolução social, altamente sangrenta e destrutiva em sua fase de explosão. Qualquer que seja a posição que se tome, individualmente, diante de semelhante eventualidade, parece óbvio que se tornou crucial apontar aonde nos conduz, no momento, o ódio contra o radicalismo e a conseqüente paralisação de esforços nos âmbitos da reeducação dos homens, da renovação das instituições e da reconstrução da ordem social. (FERNANDES, 1976 [1962], p.211-212)

A versão de Guerreiro Ramos, por sua vez, se volta diretamente ao governo Jânio Quadros, propondo um redirecionamento da política econômica:

Todo mundo percebe que estamos caminhando para o agravamento intolerável dos problemas econômicos e não haverá saídas para eles, a não ser mediante decisões políticas, as quais demandam renovação de nossos quadros dirigentes. Nossos problemas econômicos do momento decorrem menos da falta de recursos do que da distribuição dos recursos já existentes, desde que subordinada a critérios públicos. Em outras palavras, queremos dizer que esses problemas são, em última análise, essencialmente políticos. Sem decisões adequadas, tendentes a promover o reemprego de fatores da economia, as dificuldades do povo rapidamente chegarão ao limite de tolerância. (RAMOS, 1961, p.94)

Entretanto, não se pode negar que a incorporação da temática dos movimentos sociais e da compreensão dos seus objetivos confere uma dimensão importante para a argumentação de ambos os autores. Se, em meados dos anos 1950, a concretização do projeto uma *Ordem Social Democrática* pressupunha, segundo a proposta de Florestan Fernandes, primeiro o desenvolvimento intelectual e moral do homem comum para a nova ordem social, no final dos anos 1950 e inícios dos 1960 a participação das massas populares passa a ser uma necessidade premente para o sociólogo paulista. Não há como o sociólogo, em sintonia com as transformações de seu tempo, escapar da incorporação os movimentos sociais na reflexão, pois eles marcam fortemente sua presença na realidade social analisada. É claro que o projeto de Planejamento Democrático tinha como base a participação das massas, mas nesse momento elas aparecem como um agente com considerável força no processo de mudança social. Por isso, mesmo defendendo o papel do intelectual e das elites para o estabelecimento da nova ordem social, o sociólogo procura dar maior ênfase à questão da *democracia*¹⁶⁰. Essa questão aparece como *condição* e não como

¹⁶⁰ Essa questão já aparece em trabalhos anteriores demonstrando a dimensão que o tema adquire em problemas específicos da realidade brasileira. A temática da *democracia* tem atenção especial no texto “Existe uma Crise da Democracia no Brasil?” (1954) que incorpora aqueles pressupostos a uma análise particular voltada especificamente para a esfera política. Esse texto é bastante representativo da maneira pela qual Florestan Fernandes dialoga com os últimos acontecimentos

conseqüência do Planejamento Democrático, mas, ainda nos marcos de um projeto de caráter conciliatório. Com isso em vista, dá-se aqui maior ênfase à dimensão institucional da democracia, sem, contudo, abrir mão de sua marca iluminista de emancipação humana.

Essa porta de entrada que coloca em evidência a questão da democracia também vai ser um viés importante dos trabalhos de Guerreiro Ramos do período. De um lado, ela se coloca tendo em vista a defesa da participação popular na política governamental. Para isso, contudo, o autor aposta numa *reforma política* a partir da qual o povo seria incorporado ao Estado tomando a direção do processo de emancipação nacional. Não obstante, mesmo levando em consideração esse apelo às classes populares e à política, a proposta de “reforma institucional”, que é o foco das atenções nesse momento, ainda contempla os alvos de desenvolvimento das forças produtivas e de construção da Nação brasileira enfatizando determinados aspectos de uma Revolução Burguesa-Industrial. Desse modo, em *A crise do poder no Brasil* (1961), diante das pressões populares características do período, o autor corrobora a proposta de reforma institucional. A questão do conflito parece, a princípio, redefinir o *projeto revolucionário* do autor, mas em última instância esse aparece ainda enquanto reforma político-institucional a partir da qual deveriam prevalecer os interesses da

políticos que culminaram com o suicídio de Vargas. A tese da *crise da democracia* que permeava a ambiência intelectual e política, é questionada pelo sociólogo tendo em vista sua manifestação em dois planos. No primeiro plano, questiona a definição de *crise da democracia no Brasil*, o estado de desarticulação entre a ordem legal e a ordem moral, como um *dado* constatável e irreversível da realidade social brasileira de meados dos anos 50. Segundo ele, não se poderia falar em *crise* de algo que ainda não se constituiu plenamente, ou seja, que ainda não alcançou sua fase de maturidade e que estaria, naquele momento, em *fase de transição*. Esse é um elemento fundamental da argumentação de Florestan Fernandes, pois, no diagnóstico que realiza sobre a realidade política naquele momento, o sociólogo coloca a necessidade de reconhecimento dos *obstáculos* à consolidação da democracia no Brasil e de identificação das *tendências democráticas*, para a definição de medidas para a superação dos primeiros e para a ampliação das segundas. Para ele, isso corresponde, num segundo plano, à concretização das *necessidades sociais e políticas* do Brasil de meados dos anos 50. Por isso, em contraposição às concepções que questionavam a viabilidade da democracia no Brasil, o autor destaca que, apesar da existência de certos indícios que expressariam tendências anti-democráticas na sociedade brasileira, as *tendências evolutivas* da estrutura social demonstrariam as potencialidades de consolidação de uma *Ordem Social Democrática no Brasil*. Esse diagnóstico, como já indicado, toma por base a identificação, no Brasil, de um processo de secularização e racionalização e suas conseqüências de caráter democrático. Para uma análise aprofundada sobre a amplitude da noção de democracia em Florestan Fernandes consultar SOUZA, 2005.

Revolução Nacional¹⁶¹. Dessa forma, ao defender a efetiva capacidade de representação política dos partidos políticos, Guerreiro Ramos coloca a necessidade de uma *organização partidária* das aspirações populares para a conquista de suas exigências no governo¹⁶². Por outro lado, mesmo enfatizando essa dimensão institucional, pode-se identificar uma brecha aberta à penetração da questão no âmbito da esfera individual e subjetiva. Nesse caso, o autor se refere à proposta de uma *consciência parentética* que envolveria a capacidade de compreender as determinações da organização social. Dessa forma, insere, no argumento político, os problemas da *alienação* humana e de sua superação (RAMOS, 1963).

Ao lado dessa absorção de novas questões da ambiência político-social e intelectual que se expressam de forma indireta nos textos de Florestan Fernandes e de Guerreiro Ramos, coloca-se a tentativa de ambos em se situar frente àquelas tendências. Isso significa que além da identificação do posicionamento político e analítico dos autores, podem-se identificar argumentos que visam expressar e justificar claramente seus respectivos lugares nesse debate do início dos anos 1960. Em Guerreiro Ramos, pode-se perceber que, nas diferentes nuances da argumentação nesses trabalhos, há uma tentativa do autor de se situar na esquerda e em determinado tipo de nacionalismo. Por isso a necessidade de desconstruir algumas teses da esquerda brasileira, em especial as do Partido Comunista, e do nacionalismo enquanto realidade política, procurando justificar seu projeto nacional enquanto revolucionário e absorvendo de modo característico a terminologia da esquerda. Vale lembrar que o papel do partido e o caráter do processo revolucionário brasileiro são temas candentes dessa ambiência e que são incorporados por Guerreiro Ramos. Além disso,

¹⁶¹ Não é à toa que tal visão reformista aparece na definição dos *princípios* do trabalhador brasileiro realizada por Guerreiro Ramos. Nesse caso, os trabalhadores aparecem como *sócios* do desenvolvimento nacional e, a partir daí, o autor destaca os seus direitos de participar do Governo, a necessidade de controle ideológico dos programadores econômicos (que deveriam defender os *interesses gerais*), a primazia dos *interesses gerais* sobre os *sectários* e da defesa das soluções nacionais aos problemas brasileiros. Assim, o autor também confere um tom teor reformista às reivindicações dos trabalhadores naquele momento (RAMOS, 1960, p.240 e 262).

¹⁶² O autor, aqui, propõe uma reforma administrativa por parte do Governo Jânio Quadros (RAMOS, 1961, p.100-102).

aquela brecha aberta para um projeto existencial e para a questão da emancipação humana, em claro diálogo com a esquerda, abre possibilidade para uma nova proposta de cunho democrático para a sociedade. Contudo, o que prevalece ainda é um projeto nacional que passa a ser definido como Socialista (RAMOS, 1963). Florestan Fernandes, por sua vez, manifesta sua adesão ao Socialismo pela entrada da proposta de uma Ordem Social Planificada. De um lado essa associação se coloca na medida em que essa nova ordem social se apresenta como parte de um processo de “aperfeiçoamento” das potencialidades de uma ordem social burguesa que teria como conseqüência a implantação do Socialismo. De outro há a preocupação, por parte do autor, com o afastamento dessa proposta do autoritarismo, sobretudo levando-se em conta a crise do stalinismo. Nesse sentido, nota-se a ênfase no caráter democrático do Planejamento que retoma os princípios iluministas. Além desses liames com o projeto socialista, há outros pontos da argumentação que indicam a incorporação de questões importantes para a discussão no seio da esquerda brasileira. Florestan Fernandes passa a reconhecer claramente as questões distributivas como braço importante de realização de avanços na esfera econômica, a estabelecer uma crítica direta à ideologia desenvolvimentista¹⁶³ e ao Imperialismo e, finalmente, a identificar a influência exercida pela Revolução Cubana na configuração ideológica brasileira (FERNANDES, 1976 [1962]).

As iniciativas de Florestan Fernandes e de Guerreiro Ramos de formular projetos para a sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960 resultaram no enfrentamento dos principais dilemas do Brasil desse período. Ao procurarem confrontar a especificidade brasileira com um projeto de desenvolvimento que visava uma condição superior de existência, que não escapava do diálogo com os modelos clássicos de desenvolvimento do capitalismo, os projetos dão diferentes contornos às possibilidades de concretização de uma Revolução de tipo Burguesa-Industrial no Brasil. Dessa construção, na qual se percebe privilegiamento de elementos distintos, bem do fundo emerge a questão da

¹⁶³ Nesse caso, se insere uma crítica direta aos pressupostos isebianos (FERNANDES, 1976 [1962])

democracia como problema elementar dos limites e das possibilidades daquela Revolução. Em Florestan Fernandes a idéia de *democracia* expressa uma preocupação com a capacidade de *escolha racional* que permitiria a *integração* de todos os indivíduos nos mecanismos decisórios, o que mostra forte vinculação com os princípios da cidadania. É por meio da superação de uma situação de *demora cultural*, identificada na permanência de valores e formas de vida *tradicionais*, que se insere a alternativa de modificação das relações de poder. Nesse caso, o *Planejamento Democrático* aparece como instrumento capaz de garantir a realização dos interesses da sociedade como um todo e não somente os de determinados setores. É atribuída ao Estado a função de criar as condições para essa realização, não correspondendo a um processo de luta de classes, o que caracteriza também o projeto oficial do PCB após a "Declaração de Março" de 1958. A *democracia*, para Guerreiro Ramos, se caracteriza como realização dos interesses da sociedade como um todo consubstanciados no *Nacionalismo*. O que está por trás do projeto de construção da *nação* é o *desenvolvimento industrial* que, levando o país a uma nova fase de realização, traria consigo a solução de muitos problemas relacionados à fase de *subdesenvolvimento*, sobretudo os que colocavam em cheque a desigualdade social. Nesse sentido, as propostas para o PTB e as críticas ao PCB estão baseadas na defesa desse projeto de construção e emancipação nacional, mas também colocam o problema da representação política das classes populares. É também em função dessas idéias que procura situar seu projeto como socialista, não definindo, tal como Florestan Fernandes, um projeto de luta de classes. Essa alternativa reformista se inscreve, no caso desse último, no diagnóstico da ausência dos atores fundamentais desse conflito, ou incapacidade das classes em formação. Em Guerreiro Ramos, o que sustenta um projeto nacional em detrimento de uma Revolução Socialista de tipo clássico é justamente o pressuposto das limitações impostas pelo condicionamento externo da vida político-econômica do país como principal obstáculo a ser superado para uma transformação radical da sociedade brasileira.

Levando-se em consideração os dois momentos característicos que evidenciam algumas mudanças nas argumentações e propostas, pode-se considerar o auge do desenvolvimentismo como um período de aproximação dos discursos com esse quadro otimista. Em Guerreiro Ramos é clara a vinculação com a linha desenvolvimentista isebiana que tem fortes ligações com a corrente desenvolvimentista do setor público caracterizada por Bielschowsky (2004). Mesmo sendo possível identificar dentro do Instituto uma tendência esquerdista, personificada nas figuras de Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, que se distingue por pressupostos de origem marxista, não se pode negar o nacionalismo como força centrípeta capaz de unificar os projetos (TOLEDO, 1997). Por outro lado, essa é a porta de entrada por meio da qual Guerreiro Ramos estabelece sua aproximação com a esquerda já que se trata de uma tendência crescente no PCB após 1958. De outro lado, apesar do caráter estritamente sociológico das proposições de Florestan Fernandes que confere certa particularidade a seu discurso, pode-se estabelecer aquela proximidade com o entusiasmo desenvolvimentista em função da ênfase nas tendências de desenvolvimento da sociedade brasileira no sentido da consolidação de uma Ordem Social Democrática, ou Planificada e essa também é a abertura para a inclinação para o discurso da esquerda. Contudo, mesmo tendo em vista maior reflexão sobre os problemas do Imperialismo e da especificidade brasileira, não há adesão do autor a uma linguagem de caráter nacionalista. Desse modo, em ambos os casos, colocam-se os termos da proposta de Socialismo na qual procuram se situar. Além disso, essas duas vinculações de ordem progressista podem ser caracterizadas a partir da proposta de Décio Saes (1983; 1985) que estabelece um elo entre as reivindicações populares e àquelas provenientes da baixa classe média. Nesse caso, se inserem os distintos argumentos em torno da questão da democracia, uma inclinada para um projeto de caráter iluminista e outra com vistas na dimensão institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação do sentido político e sociológico ao debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos sobre os modelos de construção de uma Sociologia Brasileira se sintetizou, neste trabalho, em dois pontos: um que permitiu compreendê-lo como enfrentamento dos principais dilemas da sociedade brasileira dos dez anos que antecederam o Golpe Militar de 1964 e, outro, que possibilitou associá-lo a uma perspectiva de classe média. No primeiro caso, o debate se mostrou não apenas parte constitutiva do processo de consolidação de uma disciplina científica, mas, principalmente, do quadro de transformações que se deram no decorrer do processo de modernização brasileiro. Absorvendo e sendo absorvidas por esse contexto, as discussões expressaram a maneira pela qual os autores procuraram enfrentar as questões fundamentais da sociedade brasileira no período. Por isso, pôde-se afirmar que estavam diretamente ligados às tensões que envolviam o salto do capitalismo brasileiro, a urbanização crescente, a crise nas relações de poder, o cosmopolitismo, o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o desenvolvimento da ciência. Dessa forma, a noção de crise, concebida e vivenciada por ambos os autores, foi essencial para unir os laços que envolvem os temas trabalhados na pesquisa uma vez que criou uma ambiência na qual as idéias de *papel da sociologia*, de *desenvolvimento* e de *projeto de desenvolvimento* tornaram-se, além de questões teóricas, problemas centrais da realidade brasileira dos anos 1950 e 1960.

No primeiro caso, o empreendimento de construir uma Sociologia reconhecida e legitimada não apenas como ciência, mas como instrumento de intervenção e reconstrução social, é a maneira pela qual os autores enfrentaram o problema dos papéis sociais em uma sociedade em transformação. Desse modo, além das relações estreitas que se podem identificar entre o surgimento da Sociologia e a Modernidade, entraram em cena, no caso aqui trabalhado, a

capacidade da primeira em impulsionar o processo de modernização em sociedades consideradas “atrasadas”. Essa foi a alternativa encontrada pelos autores para a superação do legado colonial na sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960 e para o salto de desenvolvimento que pretendiam orientar. Em ambos os casos, a idéia principal consistiu na compreensão da Sociologia como forma de consciência social e como representante dos interesses da sociedade como um todo. Para Florestan Fernandes, o que exprimia essa qualidade da Sociologia era sua capacidade de estabelecer os princípios de uma sociedade planejada e democrática com base na disseminação do processo de *racionalização*. Em Guerreiro Ramos, o que está na essência do argumento é a importância do ponto de vista sociológico na promoção da emancipação nacional. Dessa maneira, ele estaria associado à construção de uma cultura genuinamente brasileira e à definição dos focos que garantiriam a independência econômica nacional. São esses os pontos centrais que colocam a Sociologia no patamar das discussões sobre o destino político do país. Essa função de diagnóstico e de orientação das transformações conferida à Sociologia aproximava os interpretes das questões específicas da mudança social e do desenvolvimento brasileiro.

A porta de entrada para as discussões que procuravam responder às necessidades sociais do *desenvolvimento* brasileiro consistiu na sistematização dos pressupostos de análise do desenvolvimento e no diagnóstico do momento de transição vivenciado pelo país. Em Florestan Fernandes, o que estava em jogo era a identificação dos fatores que, segundo ele, dificultavam ou favoreciam o processo de racionalização da sociedade. Os problemas do desenvolvimento, como os da definição dos protagonistas do processo e dos pontos de estrangulamento e de atraso, eram avaliados de uma perspectiva cultural e comportamental fortemente marcada pelo estrutural-funcionalismo, demonstrando afinidade com as teses desenvolvidas no Seminário organizado pelo CLAPCS no final dos anos 1950. Para Guerreiro Ramos, o ponto de referência primordial de análise do desenvolvimento era a emancipação nacional. Essa interpretação passava pelo diálogo constante com o alcance e os limites da política de

substituição de importações e do desenvolvimento econômico brasileiro sob a ótica do existencialismo e do nacionalismo característicos da ambiência isebiana.

Essa leitura que permitia a construção de uma relação específica entre a Sociologia e o Desenvolvimento Brasileiro, de meados dos anos 1950 ao limiar da década seguinte, foi alimentada por um solo fértil para a circulação de idéias que procuravam dar sustentação à construção de um Brasil Moderno. Dessa forma, o último aspecto que procurou associar as teses dos autores aos dilemas da sociedade brasileira do período foi a identificação dos projetos políticos que essas idéias representavam. Naqueles anos de auge e crise do desenvolvimentismo essa perspectiva política se colocava em termos de um *projeto de desenvolvimento* que se aproximava ou se afastava das principais tendências e forças políticas. De um lado, os argumentos que gravitavam em torno da idéia de Planejamento Democrático e que colocavam em evidência um projeto de cunho Iluminista, identificados nos textos de Florestan Fernandes, abriram caminho para a discussão dos limites e das alternativas da democracia no Brasil. Em Guerreiro Ramos, a questão se inseriu tendo em vista as possibilidades institucionais de consolidação de uma nação independente econômica e politicamente e apostando no benefícios sociais do desenvolvimento econômico. Apesar dos diferentes enfoques, ambas as propostas permitiram estabelecer os pontos de contato com os projetos reformistas e de esquerda que se apresentavam no cenário político.

De outra parte, as teses destacadas anteriormente, cuja reconstrução aponta a relação entre ciência e política nos moldes dos projetos de desenvolvimento de caráter progressista que se apresentavam ao Brasil nos anos 1954-1964, foram também o suporte que assinalou os pontos de intersecção com a classe média brasileira daquele período. Em primeiro lugar, se colocaram as teses que distanciavam o papel dos intelectuais da luta de classes capitalista. Essa ausência do princípio da contradição, que se percebe na defesa de um protagonismo intelectual e estatal, exprimiu a maneira pela qual certos setores da classe média se colocavam à frente do processo de desenvolvimento brasileiro.

Em segundo lugar, figuraram os projetos e reivindicações próprios dessa classe média, mais especificamente da baixa classe média, dentre os quais se destacaram o progressismo e as diversas formas de problematização e encaminhamento da questão da democracia que foram características subtraídas das argumentações de ambos os autores e de contemporâneos.

Evidentemente, não se pode deixar de reconhecer a importância do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos para as ciências sociais no Brasil já que, a partir dele, foram trilhados caminhos que corporificaram duas tradições do pensamento social brasileiro. Problemas levantados diferentemente pelos autores são base tanto para a constituição de uma Sociologia do Desenvolvimento quanto para novas interpretações sobre as alternativas políticas para o Brasil. Problemas como os limites da democracia no Brasil, o caráter do capitalismo brasileiro, a dinâmica das classes sociais no Brasil, o papel da esquerda e dos intelectuais foram retomados, aprofundados ou discutidos criticamente no contexto da Ditadura Militar e em momentos posteriores. Por isso, a compreensão do legado desse debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos somente pode ser alcançado mediante interpretação dos desdobramentos dessas discussões numa perspectiva ampla na qual podem ser absorvidas novas correntes políticas e teóricas que procuram enfrentar os desafios teóricos e políticos colocados pela realidade brasileira até os dias de hoje, o que está além dos objetivos deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos de Florestan Fernandes

FERNANDES, Florestan. A crise da cultura e o liberalismo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 16 de março de 1944. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/florestan5.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2007.

_____. *A etnologia e a sociologia no Brasil*: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo: Anhambi, 1958.

_____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960a.

_____. Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960b.

_____. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1972 (a primeira edição do livro é de 1959)

_____. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (a primeira edição do livro é de 1962).

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. 3ª. edição, São Paulo: DIFEL, 1979a (a primeira edição do livro é de 1960)

_____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2ª. edição, Petrópolis: Vozes, 1979b (a primeira edição do livro é de 1961)

_____. *A sociologia no Brasil*. (2ª. edição), Petrópolis: Vozes, 1980 (a primeira edição do livro é de 1977).

Livros e artigos de Guerreiro Ramos

RAMOS, Guerreiro Alberto. Administração e política à luz da sociologia. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 3 (1): 5-11, jul, 1945.

_____. A sociologia de Max Weber (sua importância para a teoria e a prática da Administração). *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 3 (2/3): 129-39, ago./set, 1946a.

_____. A divisão do trabalho social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 4 (1/2): 161-168, out./nov, 1946b.

_____. Notas sobre planificação social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 4 (3): 163-166, dez, 1946c

_____. A hipótese da Demora Cultural. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 1 (1/2): 152-4, jan./fev, 1947a

_____. A pesquisa e os *surveys* sociais. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 1 (3/4): 147-151, mar./abr, 1947b.

_____. As ciências sociais em transição. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 2 (3/4): 136-140, jul./ago, 1947c.

_____. Karl Mannheim (1893-1947). *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 3 (1/2): 166-168, set./out, 1947d.

_____. Novos rumos das ciências sociais na América Latina. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 3 (3/4): 122-124, nov./dez, 1947e.

_____. Pequena bibliografia para o estudo da assimilação e aculturação. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 2 (3/4): 179-182, jul./ago, 1948.

- _____. Condições de vida da população brasileira. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 1 (1):107-108, jan, 1949a.
- _____. Sociologia do Orçamento Familiar (normas de vida). *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 3 (3): 11-21, set, 1949b.
- _____. As classes sociais e a saúde das massas (ensaio de sociologia e biometria diferencial). *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 4 (1):36-40, out, 1949c.
- _____. Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho (ensaio de sociologia do conhecimento). Rio de Janeiro, 1950, Departamento de Imprensa Nacional. *Tese apresentada ao concurso para provimento em cargos da carreira de técnico de Administração do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público – 1949 – Enquadrada na Seção 1 – Organização item a da letra a , das instruções do referido concurso.*
- _____. O problema da mortalidade infantil no Brasil. *Sociologia*, São Paulo, 13 (3), p.1-43, 1951a.
- _____. *O Processo da Sociologia no Brasil (esquema de uma história das idéias)*. Rio de Janeiro, s/ ed., 1953.
- _____. “A problemática da realidade brasileira”. In: *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- _____. *Condições Sociais do Poder Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957a.
- _____. *Ideologias e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.
- _____. *A Redução Sociológica* (introdução ao estudo da razão sociológica). Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- _____. Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 18, p.48-59, 1958.
- _____. *O Problema Nacional do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- _____. *A Crise do Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

- _____. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- _____. *A Redução Sociológica (introdução ao estudo da razão sociológica)*. 2ª edição, corrigida e aumentada, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.
- _____. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995 (a 1ª. edição é de 1957)
- _____. *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*. In: RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995 (a 1ª. edição é de 1954).
- _____. Entrevista. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

Livros e artigos de autores contemporâneos

- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento Econômico e nacionalismo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.12, 1957.
- _____. Atitudes e expectativas desfavoráveis à mudança social. *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ano 3, p.15-22, ago/1960.
- _____. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.41, mai/jun.1962.
- CHAVES NETO, Elias. O espectro da crise. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.17, mai/jun.1958.
- _____. Polarização das forças. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.22, mar/abr.1959a.
- _____. O Plano de Ação do governador Carvalho Pinto. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.25, set/out.1959b.
- _____. A etapa nacionalista. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.26, nov/dez.1959c.

- _____. Jânio Quadros. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.34, mar/abr.1961.
- _____. Frente de libertação nacional. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.42, jul/aago.1962.
- _____. Revolução democrática. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.48, jul/aago. 1963.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.
- _____. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil - o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CUNHA, Mario Wagner Vieira da Cunha. Resistência da Burocracia às mudanças sociais, no setor público e no setor privado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.
- GERMANI, Gino. Secularizacion y desarrollo economico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.
- GIANNOTTI, José Arthur. Notas para uma análise metodológica de "O capital". *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.29, maio/junho 1960.
- IANNI, Octavio. Aspectos do nacionalismo brasileiro. *Revista Brasiliense*, n. 14, 1957.
- _____. *Dilema da burocratização no Brasil*. *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ano 3, p.7-14, ago/1960.

_____. Estrutura Social e subdesenvolvimento. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.*

JAGUARIBE, Hélio. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

LAMBERT, Jacques. Les obstacles au développement provenat de la formation d'une société dualiste. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

LIMA, Heitor Ferreira. Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Capitais estrangeiros e interesse nacional. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.19, set/out.1958.

MARTINS, José de Souza. O Plano Trienal e a marcha da revolução burguesa. *Revista Brasiliense*, São Paulo: n. 49, set./out. 1963.

PEREIRA, Luiz. Rendimento e deficiências do ensino primário brasileiro. *Revista Brasiliense*, São Paulo: n. 29, mai./jun. 1960.

_____. Nota crítica sobre o pensamento pedagógico brasileiro. *Revista Brasiliense*, São Paulo: n. 43, set./out. 1962.

PINTO, Álvaro Vieira Pinto. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

PINTO, Costa Luiz Aguiar. Sociologia e mudança social. *Sociologia*. São Paulo, ELSP, v. IX, nº 4, 1947.

- _____. *Introdução*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.
- _____. Desenvolvimento: seus processos e obstáculos. In: *Sociologia & desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- PINTO, Luiz Aguiar Costa & CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Capes, 1955.
- PRADO, Jr, Caio. A política brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.8, nov/dez.1956.
- _____. Capitais estrangeiros e capitais nacionais. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.18, jul/ago.1958.
- _____. Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.24, jul/ago.1959.
- _____. O desenvolvimento econômico e o problema da capitalização. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.34, mar/abr.1961a.
- _____. O panorama da política brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.38, nov/dez.1961b.
- _____. Perspectivas da política progressista brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.44, mar/abr.1962.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, Adolfo. (1982) *La Obra de Prebisch en la Cepal*. México, Fondo de Cultura Económica.
- _____. Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano. In: GURRIERI, Adolfo. (1982) *La Obra de Prebisch en la Cepal*. México, Fondo de Cultura Económica.
- RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. As classes sociais no Brasil. In: *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. 2ª. edição, Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

Bibliografia geral

ABRANCHES, Aparecida Maria. Ciências Sociais e vocação política: o caso do Iseb. In: MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Glauca (orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ADORNO, Theodor W. A consciência da sociologia do conhecimento. *Prismas: crítica social e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena Bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n.4, vol.2, p.5-28, jun/1987.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

_____. Passado e utopia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de fevereiro de 2007. Resenha de: BOBBIO, Norberto. *Nem com Marx, nem contra Marx*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, UNESP, 2006 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200720.htm>>. Acesso em 04 fevereiro 2007.

- ARANTES, Paulo E. Origens do marxismo filosófico no Brasil - José Arthur Giannotti nos anos 60. In: MORAES, João Quartim (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.
- ARIAS, Santiane. *A Revista Estudos Sociais e a experiência de uma “marxismo criador”*. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia – IFCH, Unicamp).
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- _____. Trajetória singular: o acadêmico Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo, Nobel, 1996.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *O projeto da UDF e a formação de intelectuais na década de 30*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ.
- BARIANI JR, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Araraquara, 2003. Dissertação de Mestrado, FCL-UNESP.
- _____. Uma *intelligentsia* nacional: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. *Caderno CRH*, Salvador, v.18, n. 44, maio/ago 2005.
- BASTIDE, Roger. Carta aberta a Guerreiro Ramos. *Anhembi*, São Paulo, ano III, v. 12, nº 36, nov. 1953.
- BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria G. Leão (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.

- BASTOS, Elide Rugai. Florestan Fernandes e a construção das ciências sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sergio (org). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.
- _____. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.
- BAUER, Otto. "A Nação". In: GOPAL, Balakrishnan (org) *Um Mapa da Questão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria G. Leão (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. Intelectuais e vida política na Itália. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria G. Leão (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- BORGES, T. Pompeu Accioly. Obstáculos estruturais – demográficos, econômicos e sociais – ao desenvolvimento do Brasil e de outras áreas subdesenvolvidas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

- BOTELHO, André. O poder ideológico: Bobbio e os intelectuais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 62, 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200006&lng=pt&nrm=iso>.
Acesso em: 13 Jan 2008.
- BOUDON, Raymond. *Para que serve a noção de estrutura?* Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 1, p. 49-83, 2001.
- BRIGAGÃO, Clóvis. Da sociologia em mangas de camisa à túnica inconsútil do saber. In: RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1983, v.3, t.III.
- CANDIDO, Antonio. Informação sobre a Sociologia em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. 1954. Número Especial, Caderno V.
- _____. Amizade com Florestan. In: D' INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Um militante incansável. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001.

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 [1969].
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista - o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, São Paulo, 10 (26), p. 89-127, 1996.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D' INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia?* São Paulo: Centauro, 2005.
- DOMINGUES, José Maurício. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; MAIO, Marcos Chor (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- DORIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: In: MORAES, João Quartim (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o campo do signo - 1945/1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. (vol.1).
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

- FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a revolução de 30. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e instituições. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977, v.2, t.III.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. (a primeira edição é de 1975).
- FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREDERICO, Celso. A política cultural do comunistas. In: MORAES, João Quartim (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.
- FREITAG, Barbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'Incao, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRESTON, Paulo. Um império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- FURTADO, Celso. Teoria do departamento de administração geral. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: DASP, 2 (2):25-32, maio, 1946.
- GANDINI, Raquel Pereira Chainho. Anísio Teixeira: limites da pedagogia liberal. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio. Um ajuste de contas com a tradição. In: D'INCAO, Maria Angela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr*. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.

- GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. “O todo e as partes”. In: *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GORENDER, Jacob. Do pecado original ao desastre de 1964. In: D'INCAO, Maria Angela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- GURRIERI, Adolfo. La economía política de Raúl Prebisch. In: *La Obra de Prebisch en la Cepal*. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.
- HABERMAS, Jünger. “A consciência de época da modernidade e sua necessidade de autocertificação”. In: *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- _____. Modernidade - um projeto inacabado. In: ARANTES, Otilia B. F. e ARANTES, Paulo E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HIRANO, Sedi. A face pré-capitalista. In: D'INCAO, Maria Angela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric J. O marxismo hoje: um balaço aberto. In: _____ (org). *História do marxismo: o marxismo hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (vol.11).
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a.
- _____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b.
- _____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. (4ª.edição), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *A sociologia e o mundo moderno*. São Paulo: EDUC, 1988.
- _____. Estilos de pensamento. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim (Org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. *A sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 3ª edição revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. A obra de Florestan Fernandes. *Idéias*, n.4, 1 / 2, p. 13-24, dez./ jan. 1997.
- _____. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: "Os parceiros do rio Bonito" e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: UFMG, São Paulo: FAPESP, 2002.
- _____. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social*, São Paulo, vol.16,n.1, p.263-283.
- _____. Sociologia como ponto de vista. *Tempo Social*, vol. 18, n.1, p.267-269, jun. 2006.
- JACOBY, Russel. *O fim da utopia: política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAHUERTA, Milton. Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40. Campinas, 1992, Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp.
- _____. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Org.). *a década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo, 1999, Tese de Doutorado, FFLCH-USP.

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. Luiz de Aguiar Costa Pinto: a sociologia do desenvolvimento e a marginalidade estrutural. In: VILLAS BÔAS, Glaucia; MAIO, Marcos Chor (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

_____. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1517-45222003000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jul. 2007. Pré-publicação.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado JR e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n.4, vol.2, p.27-46, out/1987.

_____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

LOVE, Joseph. Furtado e o estruturalismo. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo, Ed. 34, 2001.

LUKÁCS, Georg. "Narrar ou descrever?". IN: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a.

_____. "A polêmica entre Balzac e Stendhal". IN: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965b.

_____. "Les illusions perdues". IN: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965c.

MAIO, Marcos Chor. A questão racial pensamento de Guerreiro Ramos. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 06 de Out 2006. doi: 10.1590/S0102-69091999000300009.

MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

_____. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

_____. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. “O pensamento conservador”. In: MARTINS, José de Souza (org) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1995.

_____. *Ideologia e utopia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARTINS, Hermínio. A totalidade fora de lugar?. In: D’INCAO, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia - os intelectuais e a política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, nº 4, v. 2, jun./1987.

MARTINS, Tatiana Gomes. *Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual*. Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH, Unicamp.

- _____. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos na construção de uma *idéia de Brasil Moderno*. *Temáticas*, Campinas: Unicamp, ano 14, n. 27/28, p.157-185, 2006.
- MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. Campinas, 1997. Tese de Doutorado- IFCH-Unicamp.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.
- MERTON, Robert K. Sobre as teorias de médio alcance. In: MERTON, Robert K. *Teoria e Estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.
- MORAES, João Quartim de. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954). In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do Marxismo no Brasil* (volume III). Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. O programa nacional democrático: fundamentos e permanência. In: DEL ROIO, Marcos; MORAES, João Quartim de (orgs.) *História do Marxismo no Brasil* (volume IV). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- MOREIRA, J. Roberto. A educação e as resistências à mudança social – hipóteses e diretrizes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-018811998000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2008.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. (5ª edição), São Paulo: Ática, 1980.
- MOTTA, Luiz Eduardo P. O Iseb no banco dos réus. *Comum*, v. 5, n.15, p.119-145, 2000.
- MYRDAL, Gunnar. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- _____. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.
- _____. A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza. *Descobertas do Brasil*. Brasília: UNB, 2001.
- _____. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, n.14, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s1517-45222005000200006&lng=en&nrm=iso> Acesso em 13 Feb 2007.
- ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 11, vol 4, outubro, 1989.
- PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.

- _____. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Luiz. Subdesenvolvimento e desenvolvimento. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1965.
- PIAGET, Jean. O Estruturalismo. São Paulo: DIFEL, 1970.
- POCOCK, J.G.A. Historia intelectual: un estado del arte. *Prismas: revista de historia intelectual*, n.5, p.145-173, 2001.
- PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- PRADO Jr, Bento. Cruz Costa e a história das idéias no Brasil. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REGO, Rubem Murilo Leão. Capitalismo, reforma agrária e cidadania. In: D'INCAO, Maria Angela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr*. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.
- _____. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Comunidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. Um romantismo revolucionário em Florestan Fernandes? In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo, Dissertação de Mestrado - FFLCH-USP, 2003.

- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.
- SAES, Décio A. M. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, 1985.
- _____. Classe média e política no Brasil. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e política. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1983, v.3, t. III.
- SANTOS, Joel Rufino. O negro como lugar. In: RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. Os tempos modernos (apresentação). In: BASTOS, Elide Rugai; RÉGO, Walquíria G. Leão (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- _____. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon (introdução e seleção). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979 (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, vol.6)
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUNDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, out.1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.
- SILVA, Sérgio S. A crítica ao capitalismo real. In: D'INCAO, Maria Angela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas: revista de historia intelectual*, n.4, p.149-191, 2000.

- SOARES, Luiz Antonio Alves. *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.
- _____. Entrevista. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- SORJ, Bila. Demarcando o campo da sociologia: a contribuição de Costa Pinto. In: BYAS, Gláucia Villas; MAIO, Marcos Chor (org.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- SOUZA, Patrícia Olsen de. *Os dilemas da democracia no Brasil: um estudo sobre o pensamento de Florestan Fernandes*. Araraquara, Dissertação de Mestrado – FCLAR – UNESP, 2005.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização, 1998.
- TAMARIT, José. *Educar o soberano: crítica ao iluminismo pedagógico de ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 1999.
- TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; BAUMGARTEN, Maíra. Contribuições da sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p.178-243, jul/dez 2005.
- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- TOLEDO, Caio. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: MORAES, João Quartim (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

- UNESCO/CEPAL/OEA. Relatório do grupo de trabalho sobre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico da América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, vol.2, n.1, p. 251-273, mar. 1962.
- VIANNA, Luiz Weneck. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiênicos*. Lisboa: Vega, 1998.
- VILLAS BOAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.
- _____. *Economía y sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. México: FCE: 2004.